



DIÁRIO



República Federativa do Brasil

DO CONGRESSO NACIONAL

ANO XLVII - SUPLEMENTO AO Nº 21 - QUARTA-FEIRA, 17 DE JUNHO DE 1992 - BRASÍLIA-DF

CONGRESSO NACIONAL

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

- Atas da 6ª à 8ª Reuniões realizadas em 12, 13 e 19 de maio de 1992, criadas através do Requerimento nº 796/91-CN, destinada a "Investigar a incidência de esterlização em massa de mulheres no Brasil".
- Atas da 18ª à 21ª Reuniões realizadas em 7, 14, 21 e 28 de maio de 1992, criadas através do Requerimento nº 593/91-CN, destinada a "Investigar a crise na Universidade brasileira."

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 796, de 1991-CN, destinada a "Investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil".

6ª Reunião, realizada em 12 de maio de 1992

Aos doze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e dois, às quatorze horas e trinta minutos, na Sala 4 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Deputada Benedita da Silva (Presidente); Senadores Carlos Patrocínio (Relator), João França, Magno Bacerlar, João Calmon, Levi Dias, Deputados Marco Penaforte, Heitor Franco, Sérgio Arouca, Maria Luíza Fontenele, Lúcia Braga, Fátima Pêlas e Jandira Feghali, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "Investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil". Havendo número regimental, a Senhora Presidente teclara abertos os trabalhos dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, justifica a ausência da Dr.ª Maria Betânia de Ávila, Secretária Executiva da Rede Feminista do Estado de Pernambuco, que seria uma das depoentes de hoje. Informa ainda, recebimento de expediente da Diretoria-Geral do Senado Federal, informando que pedidos de passagens e hospedagem dos depoentes convocados, devem ser encaminhados, com antecedência, à Comissão Diretora. Logo após, convida a Senhora Deputada Denise de Carvalho, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, para tomar assento à Mesa. Após o juramento de praxe, a depoente informa que ao ano passado foi criada, na Assembleia Legislativa de seu Estado, uma CPI destinada a investigar esterilização em massa de mulheres goianas. Discorre sobre os motivos que deram origem à criação da referida CPI. Relata sobre o documento intitulado "NSSN200" elaborado pelo Conselho de Segurança dos Estados Unidos enfatizando que em seu contexto aborda a terminologia a ser adotada para se implementar o controle de natalidade no Brasil. Tece considerações sobre as entidades que atuam no controle de natalidade no País, citando que a partir de 1975, o Governo passou a financiar o CEPANEC com objetivo de instituir no País o planejamento familiar passando, esta instituição posteriormente, a receber verbas de entidades estrangeiras. Enfoca sobre as esterilizações involuntárias, citando vários casos que a CPI de seu Estado teve oportunidade de investigar, através de depoimentos e relatos de pessoas diretamente envolvidas. Ao final, faz várias sugestões no sentido de que seja regulamentada a esterilização a nível nacional. Prossequindo, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra pela ordem os Senhores Parlamentares Senador Carlos Patrocínio e Deputada Jandira Feghali. Com a palavra a Senhora Presidente solicita que a depoente encaminhe à essa CPI, toda documentação citada em seu depoimento. Com a palavra a Senhora Deputada Raquel Cândido relata sobre as mulheres laqueadas em seu estado, passando às mãos da Senhora Presidente parte da documentação citada, informando ainda, que os demais encontram-se a disposição em seu gabinete. Com a palavra a Senhora Presidente agradece a contribuição da ilustre Deputada Raquel Cândido, bem como a participação da Senhora Deputada Denise de Carvalho. Finalizando, convoca reunião a realizar-se amanhã às quatorze horas e trinta minutos. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

Anexo à Ata da 6ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 796, de 1991-CN, destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil, destinada a ouvir o depoimento da Senhora Deputada Denise de Carvalho, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, que se publica com a devida autorização da Senhora Presidente da Comissão. Presidente: Deputada Benedita da Silva
Relator: Senador Carlos Patrocínio
(Íntegra do apanhamento Taquigráfico da Reunião)

Convidados: Denise de Carvalho - Raquel Cândido - Jandira Feghali.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - De acordo com o Regimento, dou por aberta a sessão da Comissão Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a incidência de esterilização em massa no Brasil.

Hoje, contando com mais um depoimento que será dado pela Deputada Denise de Carvalho, da Assembleia Legislativa do Estado de Goiás.

Antes de passar a palavra à Deputada Denise Carvalho, para juramento, gostaria de justificar a ausência da Dr.ª Maria Betânia de Ávila, Secretária-Executiva da Rede Feminista, em Pernambuco, que estaria depondo hoje nesta CPI, mas deixou de comparecer porque não foi possível que a Mesa Diretora da Casa, garantisse a vinda da depoente.

Estamos tendo que tomar uma outra decisão no nosso roteiro porque recebemos do Diretor-Geral do Senado Federal o seguinte memorando:

"Cumprindo determinação da Comissão Diretora, em reunião realizada no dia 15 de maio de 1992, cópia da ata em anexo, comunico a V.ª que a partir de agora todos os pedidos de passagens e hospedagens para os depoentes convidados ou convocados pelas Comissões Parlamentares Mista de Inquérito, deverão ser feitos com antecedência e encaminhados àquele colegiado que os apreciará, levando em conta as disponibilidades orçamentárias do Senado Federal.

Peço que V.ª dê ciência desta decisão aos Srs. Presidente das CPMI's".

O que estamos constatando é que quando se instala uma CPI ou quando é autorizada a instalação de uma CPI, ela é acompanhada de um orçamento. Acho que o impedimento de ordem financeira da Casa deveria ser argumentado na instalação dessas CPI, já que não teríamos recursos para que elas pudessem ser viabilizadas. Mas nesse momento da instalação, recebemos esse tipo de comunicado, quer dizer, há um colegiado que deverá examinar todo o roteiro. Esse colegiado é que vai apreciar e vai ver se tem ou não possibilidade no orçamento do Senado, para que os depoentes compareçam.

Acredito que tenhamos que tomar outra decisão porque temos um roteiro a ser cumprido, e sem os depoimentos, evidentemente, vai haver um prejuízo ao funcionamento da CPI porque ela fica um tanto quanto, sem senti-

do, exatamente na primeira etapa. Realmente, o que vai fazer funcionar essa CPI são os depoimentos.

Antes de mais nada, gostaria de convocar uma reunião da Comissão para amanhã, às 14h30m, para e simplesmente para tratarmos de uma reunião de trabalho, onde teremos que dar um novo encaminhamento devido ao ofício recebido.

Dito isso, gostaria de chamar, a nobre Deputada Denise Carvalho a fazer, de fé, o juramento.

A SRA. DENISE DE CARVALHO - Juro como dever de consciência dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Concedo a palavra à Deputada Denise Carvalho V.ª. Ex.ª dispôs de 20 minutos.

A SRA. DENISE DE CARVALHO - Em primeiro lugar, gostaria de parabenizar esta Comissão Parlamentar de Inquérito, os autores da proposição, a Presidente desta Comissão e a todos que a acompanham. Acredito que é um tema extremamente importante na situação em que vivemos hoje no Brasil. Devido aos altíssimos índices de esterilização de mulheres, a necessidade de uma Comissão Parlamentar de Inquérito a nível nacional já se vinha sentindo há algum tempo, na medida em que se torna necessário investigarmos quais os mecanismos que ocorrem hoje em nosso País, e que têm levado à esterilização maciça das mulheres brasileiras.

Não só identificar esses mecanismos, identificar as responsabilidades por esse quadro, mas também no sentido de apontar perspectivas, para que as mulheres brasileiras possam ter o direito ao controle da sua fertilidade sem que sejam utilizadas como instrumentos de controle da natalidade, de controle populacional como muitas vezes ocorre em nosso País.

Instalamos a Comissão na Assembleia Legislativa do Estado de Goiás, no ano passado para investigar a esterilização massiva de mulheres goianas.

Essa CPI surgiu a partir das informações obtidas através dos meios de comunicação e de documentos que nos chegaram às mãos e que nos apontavam aqueles índices divulgados pelo PNAD, feito pelo IBGE, em 1986. O PNAD nos apontava, nessa pesquisa, que 44% das mulheres brasileiras que usam algum método contraceptivo já estavam esterilizadas em 1986, e nos apontava também os índices em cada Estado.

Goiás figurava num triste vice-campeonato, quando tínhamos um índice de 71,9% das mulheres que utilizam algum método contraceptivo já esterilizadas em 1986. Esse índice nos deixou extremamente alarmadas, na medida que em vemos que nos países ditos de Primeiro Mundo, a esterilização de mulheres gira em torno de 7%. No Brasil o índice estava em torno de 44% e no Estado de Goiás que só perde para o Maranhão - cujo índice estava em torno de 80% - no Estado de Goiás esse índice chegava a 72%.

Do total de mulheres do Estado de Goiás, ou seja, se pegarmos não só as mulheres em idade fértil e as que usam algum método de controle da natalidade, mas se pegarmos todas as mulheres do Estado, chegaremos a quase 1/3 das mulheres goianas já esterilizadas, já em 1986. Isso é extremamente brutal. Assim começamos a levantar uma série de documentos para investigar, por que, onde e como ocorrem as esterilizações no Estado de Goiás e em todo o País.

Foi também divulgado pela imprensa um memorando norte-americano, um documento elaborado pelo Conselho de Segurança dos Estados Unidos, intitulado NSSN 200, que trazia claramente a política de controle da natalidade, pelo Brasil, elaborado pelo Conselho de Segurança dos Estados Unidos. O documento datado de 1974 nos traz frases de alto requinte, dizendo não só da necessidade de se controlar a natalidade em vários países, entre eles o Brasil - o documento cita treze países, entre eles o Brasil - e o controle da natalidade, nesses países, indicados pelo Estados Unidos, deveria ser feito através de alguns métodos mais eficientes e o método que deveria ser mais utilizado seria justamente a laqueadura de trompas.

O documento chega, inclusive, a dizer qual a terminologia que deveria ser utilizada para se implementar o controle de natalidade no Brasil, que tipo de vocabulário, de expressões deveriam ser utilizadas para que a laqueadura fosse bem aceita em nosso País, porque poderia haver resistência dos grupos feministas, de entidades da área de saúde, de profissionais da área de saúde e, portanto, não deveria ser utilizado o termo controle da natalidade, porque isso poderia trazer resistência em nosso País. Assim, deveria ser utilizado o termo: planejamento familiar, maternidade, responder verbalmente, expressões desse tipo e implementando o método de laqueadura de trompas massiva. Isso nos chama a atenção, porque, justamente a partir da década de 70 se começa a ver a presença, em forte escala, de grupos e entidades estrangeiras financiando programas, ditos, de planejamento familiar no Brasil.

Chegamos a ouvir, em nossa CPI, o Presidente do Cepanec que atua, basicamente, no Rio de Janeiro, mas que treina médicos a nível nacional. O Sr. Hélio Aguiñaga depois em nossa CPI e nos informava que até 1974, o Cepanec era um órgão sem financiamento algum, inclusive havia resistência no Governo Federal, por parte dos militares, na política de planejamento familiar para o Brasil.

A partir de 1974, particularmente 1975, começa a ser financiado o Cepanec pelo próprio Governo brasileiro, passando a ser financiado, durante dois anos, para fazer o "planejamento familiar". E a partir de 1978 começa a receber verbas de entidades estrangeiras. E nesse período, a partir de 1975 - que coincidentemente vem a partir dessa formulação norte-americana de necessidade de controle populacional para o Brasil - começa, então, a atuação massiva dessas entidades no sentido do controle da natalidade no Brasil.

Tudo isso nos leva a um claro indicador de que a laqueadura de trompas, em massa, das mulheres brasileiras tem a ver com a política de controle da natalidade. Mesmo que não seja uma política claramente expressa pelo Governo brasileiro, mas é uma política que vem acontecendo na prática, que vem acontecendo no dia-a-dia, com omissão do Estado, ou com a conivência e até mesmo com a ajuda do Estado, para que isso aconteça. Muitas dessas entidades vêm, inclusive, atuando em convênios com secretarias municipais, estaduais, enfim, com vários organismos do próprio poder público.

Além dessa questão desses documentos que nos chegaram às mãos, o que nos chamou bastante atenção foi o fato de Goiás porque as entidades que fazem o controle da natalidade no Brasil, particularmente as maiores, como a Benfam, o Cepanec e mesmo a ABF que é uma federação de entidades de planejamento familiar - há cerca de 130 entidades filiadas a ABF - essas entidades não têm uma atuação ostensiva no Estado de Goiás. A Benfam tem uma atuação maior no Nordeste, o CEPANEC, no Rio de Janeiro, que -

Essas entidades praticamente não atuavam de forma ostensiva no Estado de Goiás. Então nos chamou a atenção por que esse altíssimo índice? E também um outro dado nos chamou a atenção, é que Goiás foi o primeiro Estado a ter implantado o Programa de Sistema Integral à Saúde da Mulher, o Palsm. Inclusive há uma luta do movimento feminista para que ele seja implementado em todo o País. A Dra. Ana Costa, aqui conosco, foi a Goiás justamente para implantar o Palsm em nosso Estado.

Então, nesse período, a partir de 1983, o Paism começou a trabalhar no nosso Estado justamente como uma alternativa, não só à esterilização de mulheres, mas uma alternativa para que as mulheres pudessem ter acesso à informação, acesso a um atendimento integral à saúde, para que as mulheres pudessem ser tratadas como um ser integral, inclusive tentando-se criar uma nova concepção na formação médica. Assim sendo, o Paism começou a ser implantado a partir de 1983 e a nossa CPI começou a investigar como está o Paism, hoje, no Estado. O que aconteceu com esse programa? Chegou-se, inclusive a aventar uma hipótese, em nossa CPI de que, quem sabe, essas esterilizações não tenham vindo da idéia de que a implantação do Paism poderia ter criado uma expectativa nas mulheres. E essa expectativa tendo sido frustrada, porque o Paism não teve continuidade, as mulheres começaram a enxergar que a sua sexualidade poderia não estar diretamente vinculada à maternidade, ao seja, elas poderiam separar sexualidade de maternidade, e logo depois acabaram sem saber como isso quer dizer, e começaram a exercer livremente a minha sexualidade sem engravidar a cada ano? Então, os métodos anticoncepcionais que o País tentava e buscava oferecendo a informação sobre todos os métodos contraceptivos, deixaram de ser oferecidos e a partir daí só foram oferecidas duas alternativas às mulheres: a esterilização ou a pílula anticoncepcional. E aí nos chama atenção também, um dado sobre Goiás.

Nessa pesquisa do IBGE, na maioria dos Estados o índice da laqueadura e da píluia chega a ser equilibrado. Em vários Estados esse índice está em torno de 40% em cada um desses métodos entre as mulheres que controlam a fertilidade. Ou seja, metade usa a píluia, metade se esterilizou. Em Goiás, 72% das mulheres se esterilizaram, 20% apenas utilizavam a píluia anticoncepcional e 5% utilizavam todos os outros métodos: diáfragma, coito interrompido, etc. Mas, se os temas são tão equilibrados, por que a população foi levada a hipótese de que talvez o PAISM tivesse criado uma expectativa e que, ao não serem oferecidos métodos anticoncepcionais a essas mulheres poderiam ter recorrido ao único método extremamente disponível, que era a laqueadura de trompas. Em relação a essa alternativa, a nossa CPI acaba concluindo que não é muito válida, porque o período de vigência mesmo do PAISM foi justamente a partir de 1985/1986. Houve um período inicial de implantação do PAISM. Então, ao investigar, de fato, a extensão do PAISM, como o primeiro período, o primeiro período, não foi implementado de forma muito massiva no Estado, para que fosse responsável por esse alto índice de esterilização. Segundo, que o seu período de implantação e atuação de fato, a partir de 1985/1986 - houve todo um período de treinamento de profissionais - não dava para o PAISM ter sido responsável por esse grande número de esterilizações, que já vêm ocorrendo desde a década de 70, crescendo a cada vez. Por consequente, essa interessante discussão sobre o PAISM, que dá um senão aos dados de Goiás, se ve se trata de uma questão nacional, porque não traz uma resposta sobre o problema do atendimento integral à saúde da mulher, do acesso à informação a essas mulheres.

a informação a essas mulheres. A esterilização é voluntária, que as mulheres querem tornar infecundas, isso é muito questionável. Na verdade, é uma falsidade, porque as mulheres são em grande parte, induzidas à esterilização. A elas não são oferecidos métodos contraceptivos. Dessa forma, a desinformação completa as leva a acreditar que a única forma de se impedir a fecundação é a esterilização, o uso de pílula, que é pouco usado, e a vasectomia, que os outros métodos, e também leva essas mulheres à indução que os próprios médicos fazem, no sentido da esterilização, da laqueadura tubária.

A nossa CPI investigou e entrou um pouco nesse universo da formação médica. O que pudemos investigar também é que a formação dos médicos para uma assistência integral à saúde da mulher ainda está por ser feita.

Quanto à formação médica em relação ao problema dos partos, há uma indução enorme à cesárea: quer seja porque o grande número de cesáreas acarreta também a esterilização, porque depois da terceira ou quarta cesárea muitos médicos passam a indicar a laqueadura de trompas, quer seja porque ocorra o inverso, ou seja, muitas mulheres fazem a cesárea mesmo tendo tido três a quatro partos normais com o objetivo de se esterilizar. Então, os índices de cesárea são altíssimos. Chegamos, por exemplo, a 90% em alguns municípios, os partos realizados através de cesáreas. Nesse caso, portanto, gera-se uma situação em que essas cesáreas vão futuramente levar à esterilização dessas mulheres. E muitas fazem também a cesárea para a esterilização.

fazem também a cesariana, portanto, que, na formação médica, há até um certo tom intuitivo à cesariana. Por quê? Alguns fatores podemos identificar. O Sistema Único de Saúde hoje paga o mesmo valor para um parto normal ou cesariano. No entanto, o tempo que se gasta para se acompanhar um parto normal é muitas vezes superior ao tempo gasto para se fazer um parto cesariano. Portanto, fazem-se mais cesarianas num determinado período de tempo do que partos normais. Isso também se reflete no rendimento dos médicos. Além disso muitas vezes as cesarianas são feitas também na rede particular, são pagas os médicos chegam a dizer a essas mulheres que elas até preferem a cesariana. A informação dos médicos sobre o parto normal é extremamente distorcida. Associa-se o medo do parto com a dor, porque o Inamps não paga a analgesia no parto normal e há esse medo do parto com dor, de que haja rompimento do perineo e isso traz problemas à relação sexual. Muitos médicos deram depoimento nesse sentido para nossa CPI. E alguns, inclusive, chegam a dizer que muitas vezes a criança corre menos riscos nascendo através do parto cesariano do que através de parto normal. Existe tudo isso relacionado ao nosso CPI, como forma de indução à cesariana, que acaba, também, induzindo à liqueadura de trompas. Isso também pode induzir também o problema da atuação dos médicos nessa questão de liqueadura de trompas. O que vimos foi um grande número de esterilizações feitas sem nenhum critério médico. Alguns fatos que já, para encerrar, eu relataria a esta CPI - nos deixaram extremamente chocados.

dos em Goiás. Primeiro, esterilizações involuntárias, ou seja, havia mulheres que sequer sabiam que estavam sendo esterilizadas.

ter que sequer sabiam que estavam sendo falsificados. Teles contou que, quando o irmão pediu ao médico para fazer uma cesariana para ter a sua primeira filha, o irmão pediu ao médico que ligasse as suas trompas. Na época, ela tinha 21 anos. Essa ligadura foi feita sem que ela soubesse. O irmão alegou que o marido era ocioso, que era vagabundo e que, portanto, ligasse as trompas, para que não tivesse mais filhos. O médico, então, fez a ligadura sem o conhecimento da esposa. Ela ficou com um filho, depois de sete meses, nasceu morto. Quando ele já havia nove anos, ela conseguiu engravidar, mas não consegue. Após um exame, detectou-se que ela havia sido ligada. E, durante todo esse tempo, ignorava o fato.

Outro caso nos foi relatado por uma médica de Ceres de uma menina de 18 anos de idade, também esterilizada sem o saber, que depois de seis anos tentando engravidar, foi consultar-se para informar-se a respeito. Ela tinha apenas uma filha. Depois de uma série de exames, detectou-se que ela também havia sido esterilizada, no momento do parto.

Alguns desses casos de esterilização involuntária foram detectados através da CPI, como, por exemplo, esterilização induzida e mulheres, que não sabiam absolutamente o que era a esterilização. Elas apenas não queriam ter outros filhos, mas ignoravam a irreversibilidade. Algumas, inclusive, acreditavam que, depois de um certo período, poderiam engravidar de forma natural. Vimos também muitas mulheres que não sabiam que existiam outros métodos.

Houve uma menina que, na CPI, nos dizia que sabia da existência da pílula, mas dizia que a ingeria durante uma semana e depois menstruava. Como não entendia o uso de anticoncepcional, acabou engravidando e tornou-se mãe solteira. Resolveu, então, esterilizar-se, porque não conseguia criar os filhos naquelas condições e o fez aos 20 anos de idade. Hoje, depois na CPI com profundo arrependimento, inclusive chorando.

Nesta CPI, ouvimos também depoimentos de médicos que fazem a esterilização em massa. Existe um famoso médico em Goiânia, Vereador hoje naquela cidade, que anuncia "aos quatro ventos" que faz laqueadura para obstar votos. Tenho em mãos uma entrevista dele, concedida a um jornal local, em que diz que o seu sonho é conseguir não apenas 72%, mas 100% das mulheres goianas pobres esterilizadas, "porque mulher pobre não pode ter filhos. O seu depoimento durou mais de duas horas; posso trazer, inclusive, uma cópia para a CPI do Congresso Nacional; são 96 páginas de depoimento. Esse médico disse que esterilizou 90 mulheres de um único Município filiado ao PUS, e que ele já tinha candidato a deputado federal. Ainda que a medicina que conhece é de 15 anos atrás; ele teria que assistir ao Programa JO Soares onze e meia para saber quais os métodos anticoncepcionais, porque ninguém se interessava em informá-lo! Ouvimos depoimentos de mulheres que foram esterilizadas por ele e contam que ele faz oito cirurgias pela manhã!

Uma das meninas que foi esterilizada; depois, na CPI, contou-nos exatamente isto. No dia em que ela foi fazer a cirurgia, pegou um cartão no seu comitê eleitoral, indicando que fizesse a laqueadura. Foi até a clínica particular e, lá chegando, entrou diretamente na sala de cirurgia. Lá, em sequência, uma consulta anterior, foi a sala de cirurgia. Lá foi feita a laqueadura de suas trompas. Junto com a menina, havia outras sete mulheres. Então, numa manhã, foram operadas oito mulheres e tiveram que deixar a clínica logo na manhã seguinte, porque lá havia mais uma à espera. Esse era o mecanismo utilizado por aquele senhor. Mas ele não é o único responsável por isso. Há outros, como os próprios candidatos e depósitos indicando pessoas que fazem isso, prefeitos, candidatos a vereador.

Tem até o caso de um pequeno município, no Estado de Goiás, em que a média de laqueaduras em 86 e 87 eram de 34, 39 laqueaduras ao ano. No ano de 88, um ano de eleições municipais, esse número sobe para 70; em 89, cai para 31; em 90, 30; em 91, 14. Então, em ano eleitoral, dobra-se o número de laqueaduras. Verificamos esse fenômeno do aumento do número de laqueaduras em ano de eleições municipais.

Diante disso, temos procurado elaborar algumas propostas, não só tentando identificar o responsáveis, mas apontando saídas para essa situação.

Em primeiro lugar, é necessário que haja uma regulamentação da este-
rtilização a nível nacional.

Não é possível que a esterilização seja proibida por lei e feita na prática de forma indiscriminada, sem critério, sem que haja controle do poder público. Então, é necessário que ela seja regulamentada, que se estabeleçam critérios para que ela seja realizada, critérios que levem em conta não só a saúde da mulher, mas, também, a própria vontade dessas mulheres, dentro de um certo parâmetro.

Algumas sugestões foram feitas à CPI. Por exemplo, o tempo de carência em que a mulher pensa na laqueadura e até que essa laqueadura seja realizada, nesse tempo ela deveria de fato ser acompanhada pelo poder público, receber orientação. Projetos nesse sentido vêm tramitando no Congresso Nacional.

Em segundo lugar, é preciso se aprofundar a discussão em torno da implantação do programa de assistência integral à saúde da mulher. Esse programa começou a ser implementado, mas foi desativado a partir do próprio Ministério da Saúde, e depois, pelos governos estaduais. Nem mesmo Goiás, que foi o primeiro Estado a implantá-lo, mantém o programa.

Terceiro, o controle do Estado sobre a saúde de uma forma geral. O que nós podemos verificar é que o Estado não tem informações sobre o que acontece na rede pública, quanto mais sobre o que acontece na rede privada. Muitas prefeituras e a própria Secretaria Estadual de Saúde não conseguiram nos fornecer informações nesse sentido, seja pelo fato de que as laqueaduras não são registradas, seja pelo fato de que o Estado nunca se interessou em pesquisar isso.

Em respostas às nossas indagações, esse órgão informou que não dispunham de dados, não sabiam absolutamente o que acontecia em seus municípios. O problema do controle do Estado sobre a rede privada e sobre a prática de laqueaduras nos municípios, em toda a rede pública e privada, é um problema sério.

Eu encerrarei por aqui, aguardando o debate para que nós pudéssemos a partir dos questionamentos, desenvolver um pouco mais essa linha de raciocínio.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Agradecemos à Deputada Denise de Carvalho e passamos a palavra ao Relator.

O SR. RELATOR (Carlos Patrocínio) - Srº Presidente, Senhores membros da Comissão, Deputada Denise de Carvalho:

Foi muito importante, válido, lúcido, didático, o depoimento de V. Exª, principalmente por se tratar de dados verificados mais especificamente

mente em Goiás, com o qual mantemos um estreito relacionamento. O cordão umbilical, que liga Tocantins a Goiás, foi cortado apenas parcialmente.

Eu estava lendo algumas estatísticas e fiquei de fato estupefocado com o índice de laqueaduras no Estado de Goiás, que coincide com os índices apresentados aqui pela eminente Deputada; 71,9%, quase 72% de mulheres, em uso de qualquer método contraceptivo, já estariam esterilizadas, perdendo apenas para o Maranhão.

Gostaria de fazer algumas considerações e, depois, um rápido questionamento.

Primeiro, temos observado que os médicos têm induzido as mulheres a fazer cesarianas e os índices hoje praticados nos diversos hospitais, quer públicos, quer privados, são alarmantes de fato, e se afastam bastante daquilo que existe nos países mais evoluídos, nos países do Primeiro Mundo.

Eu tenho uma experiência pessoal. A escola sempre ensina ao médico que a vida normal é o parto normal. Mas os médicos que adotam essa prática, que procuram induzir as mulheres ao parto normal não são os mais procurados; as mulheres, efetivamente, preferem o parto cesariano, e a cesariana acaba por indicar, inexoravelmente, uma laqueadura de trompas. Este é um dado que eu gostaria de deixar registrado. Eu acho que uma parte da responsabilidade cabe também às mulheres. Tenho observado, em congressos de obstetrícia, que os médicos adeptos do parto cesariano são os preferidos das suas clientes.

Nobre Deputada Denise de Carvalho, eu gostaria de fazer algumas perguntas a V. Ex.^a, no que diz respeito à participação da Igreja na CPI da Assembleia Legislativa de Goiás; se houve uma participação efetiva e qual foi o depoimento da Igreja Católica ou das diversas igrejas que eventualmente tenham comparecido a essa CPI.

O que V. Ex.^a pensa está absolutamente correto, vem ao encontro daquilo que propõe esta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, ou seja, efetivamente introduzir no País uma política de planejamento familiar, a que todos tenham acesso, principalmente as classes menos favorecidas, com todos os esclarecimentos a respeito dos diversos métodos colocados à disposição.

Penso mesmo que a laqueadura seria o caso extremo, teria que ser feita apenas quando houvesse indicação médica e teria que ser regulamentada, para que os médicos não trabalhassem na clandestinidade a vida toda.

O plano de assistência integral à saúde da mulher seria o grande programa a ser implementado, e gostaria de saber por que ele foi desativado no Estado de Goiás.

Cumprimentando V. Ex.^a eu formularia apenas essas duas questões.

A SRA. DENISE DE CARVALHO - Primeiro, sobre a questão da preferência das mulheres pela cesariana.

Nós ouvimos alguns depoimentos nesse sentido. Por exemplo, Ceres é uma cidade que tem 25 mil habitantes e dispõe de uma Santa Casa, além de outros hospitais. Nessa Santa Casa, os médicos tentam prestar uma assistência integral à saúde da mulher, daí, a grande maioria dos partos é normal e praticamente não se faz laqueadura de trompas, a não ser por indicação médica, como caso de varizes ou de risco para uma futura gravidez, um futuro parto.

É tido como hospital de parto com dor o hospital que não faz a laqueadura. Os médicos fizeram uma pesquisa, estou com uma cópia dessa pesquisa aqui, das mulheres que procuram o sistema de tratamento de câncer de mama, de prevenção de câncer, do hospital, este é quem faz a prevenção também. Então, das mulheres que procuram esse atendimento, 50% delas já estão esterilizadas.

Esses médicos acreditam que as que procuram são minoria porque a grande maioria, depois que se esteriliza, deixa de procurar um atendimento mais sistêmico à sua saúde; elas deixam de fazer prevenção, etc. É o depoimento das médicas desse município.

Então, a avaliação dessas médicas é que 80% das mulheres de Ceres, em idade fértil, estão esterilizadas, porque os outros sete hospitais fazem laqueaduras de trompas de forma indiscriminada, e fazem parto cesário, também de forma indiscriminada.

Então, o problema da cesariana é que esta é feita em apenas 20% dos partos do município. A grande maioria dessas mulheres fazem o pré-natal com essas médicas, depois vão fazer o parto em outro hospital, para fazerem a cesariana e, muitas vezes, a ligadura de trompas. É um fenômeno que existe.

Agora, temos que investigar, mais profundamente, por que a própria mulher recorre à cesariana. Essa é uma grande contribuição que podemos dar. Por que a cesariana, que a Organização Mundial de Saúde indica como índice normal 10 a 15%, como índice aceitável, chega no Brasil ao absurdo? Existem alguns casos que é de 90% na rede privada, e 70% no geral.

Precisamos discutir com maior profundidade o problema da própria formação médica; discutir com maior profundidade o parto com dor, quer dizer, qual é o mito que se cria em torno do parto normal; será que não é passado para essas mulheres a idéia de que ela vai ter rompimento de perineu, que vai ter problema depois na relação sexual, tendo um parto normal? Não é passada a idéia dos próprios maridos pressionarem para que elas façam a cesariana, porque o parto normal depois pode prejudicar o relacionamento sexual? Será que esse mito todo não existe entre as mulheres, entre os homens brasileiros? As mulheres não são pressionadas para a realização da cesária?

O próprio acompanhamento pré-natal é outro problema: a mulher é preparada para o parto no Brasil, ou não? Tudo isso nos leva a uma discussão mais séria, que o problema da cesariana nos traz, e que tem uma ligação muito grande com a esterilização, como eu disse antes.

Sobre a participação da Igreja na CPI, em Goiás. Realizamos algumas sessões públicas, em que a Igreja foi convidada a participar e, infelizmente, não tivemos a participação da Igreja. E nos debates que tivemos na imprensa, em todas as áreas, o que podemos constatar de posicionamento da Igreja foi uma posição contrária à esterilização em massa de mulheres. Não só esterilização em massa, mas contra toda e qualquer esterilização desde que ela não tenha critérios médicos. E, em alguns setores, contra a própria utilização de métodos anticoncepcionais.

É uma posição que dificulta o encaminhamento desse debate. Porque temos que encontrar uma forma de permitir à família que faça o seu planejamento familiar, de permitir à mulher que decida sobre quantos filhos quer ter, como quer ter, quando quer ter, e que não seja imposto, a ela nem que ela tenha que ter um filho por ano, e nem que ela tenha que se esterilizar para não ter filhos. Quer dizer, que sejam apresentadas alternativas para que ela possa escolher: ou se quiser ter vários filhos,

ou se quiser ter os seus filhos de forma pausada e, nesse período, poder controlar a sua fertilidade. Esse equilíbrio é que precisamos encontrar. E por que o PAISM me foi desativado em Goiás?

A Dr.^a Ana Costa está aqui conosco. Ela inclusive, participou de nossa CPI e nos deu um depoimento interessante nesse sentido, e o que podemos ver foi o seguinte: houve uma mudança na orientação do Ministério da Saúde, durante um certo período. E particularmente até 1987, se não estou enganada, ainda havia uma orientação de se implantar o Programa de Assistência à Saúde da Mulher, e, a partir daí, já foi se desativando a nível de Ministério da Saúde, que é quem elaborou e formulou o programa.

Mas a nível dos Estados, no caso de Goiás, por exemplo, que começou a ser implantado, o próprio Governo do Estado, teve uma responsabilidade na desativação desse programa. Porque verbas que vinham para o programa de Assistência à Saúde da Mulher, acabavam caindo no fundo único, sendo desviado para outros programas de atendimento de emergência, construção de hospitais, etc. E o atendimento de saúde à mulher, os programas de caráter preventivo acabaram sendo relegados a segundo plano.

Existe uma outra questão em relação ao PAISM que é interessante: por exemplo, o caso de Ceres. O PAISM existe em um local de Ceres, há um hospital implantado ali. E, paralelo a isso, existem sete hospitais que fazem a esterilização em massa.

Então, o PAISM tenta mostrar às mulheres as alternativas, quer dizer, ele tenta apresentar a pílula anticoncepcional; ele tenta apresentar o diafragma ou DIU, mas as mulheres acabam também, por essa pressão toda, por essa indução, recorrendo ao que está mais à mão, que são os outros sete hospitais com cinquenta médicos disponíveis para fazer a laqueadura de trompas.

O PAISM minimiza o problema, mas ele não consegue superar o grande esquema montado de laqueadura que existe, e que é apresentado às mulheres como a melhor opção.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Com a palavra a Deputada Jandira Feghali.

A SRA. JANDIRA FEGHALI - Sr.^a Presidente, Sr. Relator, demais membros da Comissão, em primeiro lugar, quero saudar a Deputada Denise de Carvalho, que vem há oito meses trabalhando nesse tema, e acredito que a conclusão dos trabalhos trará benefícios enormes à esta CPI e ao avanço de nossos debates sobre essa temática.

Acho que essa é uma discussão que está fundamentada em dados, mas é uma discussão de fundo filosófico, político, e também democrático.

Nesse sentido, penso que o depoimento da Deputada trouxe para esta CPI alguns desafios.

O primeiro desafio é esta questão que ela levanta com muita força: qual é a relação que existe entre a chamada indústria da cesariana com o trabalho cultural que se faz sobre a população, especialmente, de mulheres? Qual é a relação disso com o mito do parto normal? Qual é a relação disso com a questão da sociedade machista, em que vivemos? Qual a relação disso com os interesses econômicos?

Muitos de nós aqui somos médicos e sabemos que passar a mão na cabeça dos maus profissionais não faz parte da nossa ética; a ética, em sentido abstrato, não tem valor nenhum. A ética também tem suas referências.

Então nesse sentido, penso que o que ele tentou, na verdade, dizer ao relator não foi nem a culpa, mas qual é a responsabilidade que há em torno dessa indústria da cesariana? É um desafio importante que vamos ter que enfrentar, porque se formos olhar do ponto de vista histórico e cultural, veremos desde a relação da reprodução e sexualidade, que, na verdade, as mulheres foram direcionadas para que a sua sexualidade só estivesse vinculada à reprodução que quer dizer, o prazer era uma coisa que passava muito longe. E a questão da fertilidade, da reprodução passou a ser um problema de segurança nacional. A verdade é que está sendo encarado assim pelos documentos de segurança de governos do Primeiro Mundo, em particular do Governo dos Estados Unidos - e eu não sei quem pode ler o artigo do Presidente da República Fernando Collor de Mello, na Folha de S. Paulo, se não me engano, foi sexta-feira, o publicado falava que a pobreza tem que ser enfrentada, mas estavam assustadas, achando que realmente nós temos que avançar no debate do controle demográfico, quando, na verdade, se ele reparar bem o último censo, a natalidade caiu em 50%. E a pobreza aumentou muito mais do que isso.

Então, quero fazer uma relação direta entre o tamanho da população e nível de vida e sobrevivência, não é uma relação correta, nem pelos dados, nem do ponto de vista político.

É um desafio que está posto, há uma grande contribuição da CPI de Goiás, nessa questão.

Gostaria de dirigir alguns questionamentos e alguns deles já foram respondidos. O primeiro é a interrupção do PAISM, no que já foi colocado. E quer trazer um dado, que muitos dos Parlamentares aqui e pessoas aqui do setor de saúde sabem que o PAISM não chegou a ser um projeto com orçamento fixado no Ministério da Saúde; na verdade, ele não foi implantado apesar de ter direcionamento; quer dizer, não só do orçamento, mas direcionamento de caixa. O orçamento não é dinheiro, é uma diretriz, é um papel. Mas já houve caixa e não foi feito. Houve realmente uma mudança de orientação política do Ministério da Saúde, na questão da implantação do PAISM e já vimos questionando há muito tempo.

É uma pergunta que direciono em relação a Goiás, que não há necessidade, como também o vínculo com as campanhas eleitorais, os vínculos com as ações políticas, que acho ela expôs com alguns dados importantes.

Então, como proposta acho que esse vereador que fez esse depoimento deve se chamado. Vamos dar uma repercussão nacional a esse tipo de depoimento, porque ele pode ser a ponta de um iceberg.

A SRA. DENISE DE CARVALHO - O Conselho Regional de Medicina decidiu pela cassação do diploma não pela questão das laqueaduras, que, por ele não fazer as atas de esterilização, não podem ser provadas, mas pelas próprias condições de atendimento. Por exemplo, mulheres já morreram com gaze na barriga, e outras coisas desse tipo. Esse médico teve seu diploma cassado, seu processo está sendo julgado pelo Conselho Federal de Medicina. Ele continua exercendo a Medicina enquanto esse processo é julgado. Essa questão já está colocada em âmbito nacional. Creio que essa questão é um iceberg, a ponta. Denúncias sobre como se vincula a questão da esterilização à questão eleitoral há no Brasil inteiro. Creio que a busca da cesárea mostra que a questão está invertida, ou seja, como a cesárea está relacionada à esterilização, e esta é procurada e feita majoritariamente no Brasil, muitas vezes a busca da cesárea ocorre porque ela tem embutida a possibilidade de esterilizar. A pergunta que quero fazer é sobre o surgimento da laqueadura por laparoscopia, processo pelo

qual se torna dispensável a cesária. Talvez este seja um dado interessante, ou seja, com o surgimento da laparoscopia, a indústria da cesária pode ter caído um pouco, mas as esterilizações não caem por isso. Gostaria de saber se em Goiás já tem algum dado sobre a relação esterilização/laparoscopia, uma vez que esse índice vem crescendo segundo denúncias. Trata-se de um método que pode ser desenvolvido em consultório, não chega ao ambiente hospitalar.

Uma segunda pergunta é se há alguma denúncia de empresa que tenha exigido atestado de esterilização para mulheres no Estado de Goiás?

É impressionante o grau de desinformação, de descontrole do poder público sobre a realidade das esterilizações. Primeiro porque nenhum médico que esteriliza registra no prontuário, por causa do Código Penal e da própria repercussão na imprensa. Há um descontrole, na verdade, há uma grande conivência, um grande pacto, onde uns "fazem de conta" que estão orientando as mulheres enquanto outros "fazem de conta" que não estão vendo nada. Assim, esterilizam-se as mulheres, e o Estado não tem controle sobre isso. Quero saber se, não havendo esse controle oficial, há denúncias da realização de esterilizações dentro do serviço público em Goiás?

Por último, a questão do vazio legal nacional, ou seja, o fato de não existir uma lei, não existir nenhuma proibição, nenhuma regulamentação gerou em vários municípios do Brasil — em São Gonçalo, por exemplo — uma lei orgânica municipal que determina a esterilização, ou melhor, permite. Portanto, o fato de existir um vazio legal nacional está permitindo, apesar do Código Penal, ações municipais diversificadas. Eles registram "esterilização de mulheres tarentes". Gostaria de ter algum dado em relação a Goiânia.

Como ele citou a opinião da igreja, o Dr. Hélio Aquinaga, que preside a Associação Brasileira de Planejamento Familiar, disse — já tive oportunidade de debater com ele na imprensa — que esteriliza mesmo, que ninguém o prende e pronto! Disse-me ele, num programa de televisão de âmbito nacional, o Canal Livre, que não sabe como ainda não foi preso. Ele foi chamado a depor pela CPI de Goiás, e eu gostaria de saber se ele falou alguma coisa de importância. Como vamos ouvir o depoimento dele nesta CPI, é importante que possamos ter um dado mais destacado.

A SRA. JANDIRA FEGHALI — Sobre o vínculo com as campanhas eleitorais, há esse caso mais gritante, o do José Hidas, esse médico e vereador de Goiânia. Há duas denúncias nos depoimentos que eu trouxe, denúncias que envolvem prefeitos, deputados, candidatos que fazem esterilização para obter votos. O José Hidas chega a declarar nesse depoimento que dois motivos ele tem para fazer a laqueadura de trompas. Primeiro, ele fica sensibilizado com a situação de pobreza das mulheres que o procuram. Segundo, sem dúvida nenhuma, é uma forma de obter votos e ser um dos vencedores mais bem votados de Goiânia. Diz que começou a ser o "laqueador de mulheres" a partir de 1978, coisas desse tipo, ele sonha com o planejamento familiar, onde as mulheres sejam esterilizadas etc.

Sobre a questão do método da laparoscopia ter diminuído o número de cesarianas, no Estado de Goiás nota-se que a grande maioria das laqueaduras são feitas por laparotomia. O método da laparoscopia é ainda pouco utilizado. Talvez no Rio e em São Paulo possa ser mais utilizado. Mas em Goiânia existem poucos aparelhos, um escritório assinado por Hélio Aquinaga. Existe denúncia de que o Cepaim dos aparelhos laparoscópicos e depois pede o relatório mensal para ver como o aparelho está sendo utilizado. Na CPI, ele diz que esse relatório não é para informar quantas mulheres foram esterilizadas com esse aparelho, mas como está sendo utilizado, as condições de saúde, do hospital, etc. Mas temos denúncias de que é cobrado de fato qual o rendimento do aparelho. O CEPAIM distribuiu em Goiás seis aparelhos e recolheu dois. Por que recolheu dois, o escritório não diz. Pode ter sido por ineficiência.

A laparoscopia é pouco usada e lá tem uma relação muito direta com a própria cesariana. A laqueadura, sendo feita no momento da cesária, é extremamente nociva, prejudicial para a própria mulher. Naquele momento não se tem a garantia de sobrevivência da criança; as próprias condições físicas da mulher não são as condições normais. Tudo isso é contra-indicado para que a laqueadura seja feita no momento da cesariana. E grande parte é feita nesse momento.

Sobre a realização de laqueaduras no serviço público, há alguns dados aqui, Deputada Jandira, de maternidades do Estado que nós mandamos respostas aos nossos questionamentos. A Maternidade Nossa Senhora de Lóurdes, de Goiânia, de 1972 a 1992, realizou 2.505 laqueaduras. O materno infantil, também um hospital do Estado, de 1984 a 1992, 1943 laqueaduras. Essas são as registradas, porque muitas, o próprio diretor do Hospital Materno Infantil nos dizia que eles não têm o controle. A paciente entra para fazer uma cesariana; paga o médico por fora, ele já aproveita a hora, faz a laqueadura e não registra em prontuário ou em ata. Aqui estão as registradas. Muitas dessas tem o critério sócio-econômico. Há um documento do Hospital Materno-Infantil que é interessante. Ele cita, por exemplo, que em determinados anos — discrimina ano a ano — em 75% das mulheres esterilizadas o critério foi multiparidade, muitas vezes o sócio-econômico e o número de filhos. O critério mais usado é ter acima de três filhos. No terceiro filho se esteriliza, isso tudo sem regulamentação, como falávamos ainda há pouco. Se não há uma regulamentação a nível nacional, cada um vai regulamentando pela sua cabeça. No Hospital Materno-Infantil adotaram uma certa norma. Tem três filhos? Esteriliza. A própria rede pública vai fazendo as laqueaduras, e cada um vai elaborando, por conta própria, os seus critérios, sem nenhuma discussão com as mulheres, com a comunidade.

Quanto à questão das empresas que exigem atestados de esterilização, não tivemos nenhuma denúncia de empresas que exigem o atestado de esterilização. Mas há denúncias de empresas que obrigam a mulher a assinar uma carta de demissão. No caso dela engravidar ou mesmo casar, automaticamente, aquela carta entra em atividade e ela é colocada na rua.

Uma vereadora da cidade de Anápolis fez denúncias também de empresas que estavam demitindo mulheres gestantes ou casadas. Tivemos grande dificuldade em que essas mulheres, que assinaram esses documentos pudessem vir depor na CPI. Agora, estamos na última fase da CPI, buscando provas, para poder arrolar nomes de empresas que têm essa prática. Sem dúvida nenhuma, há grandes empresas que induzem a mulher à esterilização.

Sobre o depoimento do Hélio Aquinaga, posso mandar uma cópia para a CPI, porque é difícil lembrar de tudo o que ele disse. Ele falou muito no sentido de defender o controle da natalidade para o Brasil. Defendeu ardentemente o controle da natalidade para o Brasil, comparando o nosso País com a China, um país que tem um bilhão e duzentos milhões de habitantes, dizendo que a China seria um grande exemplo de controle demográfico. Ele dizia que se existe esse documento norte-americano, os

Estados Unidos fazem o que é bom para eles. E temos que fazer o que é bom para nós. Se for bom para nós controlarmos a natalidade, que recebemos os Estados Unidos de braços abertos. Com relação ao financiamento de entidades estrangeiras, essa relação com a política norte-americana, ele achava que não tinha problema algum se os Estados Unidos estão dispostos a nos ajudar, recebemos de braços abertos essa ajuda. Ele considera que a esterilização e o controle demográfico são positivos para o Brasil e qualquer incentivo que venha nesse sentido deve ser bem recebido. Estas são algumas questões que ele levanta, e também o histórico do funcionamento do Cepaim. Acho importante mandar uma cópia do depoimento para esta CPI, para que o próprio Relator possa ler antes de questioná-lo.

O SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Deputada Denise, eu gostaria de agradecer a sua participação e dizer que todo e qualquer documento que a CPI da Assembleia Legislativa tiver, por favor mandem para nós, faremos bom uso.

Com certeza a exposição aqui feita por V. Ex.^a, não só o seu depoimento, como também as intervenções feitas pelos Srs. e Sras. Parlamentares, trouxe-nos a uma reflexão: eu estava aqui pensando nesses debates, nessas exposições, e elas têm uma referência que é tradicional, histórica, ou seja, responsabilidade, em determinado momento, da inoperância do Poder público, ou mesmo de políticas controlistas, que nada controla e, em consequência, as mulheres são as responsáveis.

Comecei a refletir, neste momento, como essas coisas se dão. Existem exterminadores do futuro; existe a pena de morte que querem oficializar, porque, na verdade, já se morre de fome, de abandono, de falta de assistência e não existe nenhum método eficaz até então que acabe com a fome e a miséria do País, porque isso implica em outros interesses, discussões e prioridades que não cabe, na visão política e ideológica dos nossos administradores, resolver.

Quando não se tem investimento humano e esses direitos são usurpados, é evidente que fica muito mais fácil tramitar um projeto que garante a pena morte no Brasil do que, propriamente, um projeto consciente, debatido, adequado às necessidades e objetivos do planejamento familiar. É preciso que haja mecanismos, e esses têm sido usados, que sejam altamente eficientes, como a laqueadura. Ela é uma garantia; é eficaz, por ser irreversível e por impedir que essas mulheres possam ter, dentro da sua decisão, os filhos que desejam. E há um outro exterminador que está sendo colocado, que é a questão da esterilização.

Temos várias formas de esterilizar e de impedir o nascimento, que são e que estão ideologicamente predeterminadas. Quanto ao documento que foi aqui colocado no terceiro depoimento e sobre que todas as demais depoentes falaram, acreditamos que ele tem estabelecido a diretriz política da intervenção ou da aplicabilidade do chamado planejamento familiar, controle da natalidade, como queiram, dentro da sutileza do critério estabelecido na relação da instituição pública com essas iniciativas privadas ou de instituições estrangeiras no Brasil.

A única coisa que conseguimos comprovar com os depoimentos feitos até então nesta CPI é que não temos prova. Sabemos que a coisa é real e concreta. Vamos ter que mudar o nosso mecanismo — não forjando — buscar uma diligência que vá em busca dos flagrantes. De outra forma, ficará muito difícil tomar uma medida dentro do critério, até mesmo porque ele vai ajudar que essa situação esteja cada dia mais sendo reproduzida de forma garantida.

As CPIS são feitas nos Estados; aqui chegam os depoimentos; existem nomes, é evidente, mas teremos que ter elementos para que o Poder Público possa acionar a Lei e fazer com que o responsável seja punido. É uma dificuldade que extrapola o papel da CPI ter que recolher, provas.

Nesse sentido, gostaria de lhe fazer uma pergunta. Nenhuma das depoentes colocou isso aqui mas temos comprovadamente (podemos buscar em documentos) no Brasil uma pessoa conhecidíssima, que até agora não foi citada, e que sabemos ser o porta-voz maior dessa política no País; que é Elismar Coutinho. Gostaria de saber se a CPI alguém apontou esse nome, falou dessa política, pois ele tem projetos, é altamente financiado em seu chamado projeto de pesquisas científicas e ele é uma das pessoas que tem grande poder em todo o Brasil, e principalmente no Estado da Bahia, que é ouvida pelo nosso Poder Público central. Seria interessante, já que ele é o único possuidor de documentos e tem comprovadamente recursos para implementar essa política de esterilização no Brasil, não só ouvir-lo, mas saber se já foi indicado em algum momento à CPI.

A SRA. DENISE DE CARVALHO — Sem dúvida, Elismar Coutinho é uma das referências dessa política de controle no Brasil. Ele presidiu a ABPF, Associação Brasileira de Planejamento Familiar — parece que não preside mais, segundo a Deputada Jandira — que é uma espécie de federação que agrega mais de cem entidades controlistas no Brasil.

A ABPF é muito ativa nesse sentido. Inclusive, essas entidades controlistas detêm um poder de informação muito maior que o próprio Estado. Elas fazem sistematicamente pesquisas junto às mulheres, têm muitos recursos para isso, fazem investigações sobre as aspirações das mulheres, enfim, são altamente equipadas, têm uma ação direta, têm muitos recursos e muitas são financiadas do exterior.

Nós não convidamos a ABPF a depor na CPI, não conseguimos a presença do Elismar Coutinho, mandamos um escritório pedindo informações e ele não foi respondido. De modo que a CPI fica sem instrumentos para atuar junto à associação, porque é do Estado de Goiás. Seria necessário que esta CPI do Congresso Nacional atuasse firmemente na identificação do que é de fato a ABPF, qual a atuação dessa entidade e do próprio Elismar Coutinho, quais as verbas estrangeiras, de onde vem, por quem são financiadas essas entidades, etc. Seria importante um detalhamento nesse sentido para identificarmos os interesses que estão por trás dessa política de esterilização de mulheres brasileiras.

Penso que o trabalho de intimar algumas pessoas que estão diretamente envolvidas nesse processo.

Uma outra questão que quero levantar aqui é que é importante saber quem são as mulheres esterilizadas. Existe um discurso que diz que as mulheres esterilizadas são as ricas; as pobres têm um filho por ano, são obrigadas a ter dez, quinze, vinte — sei lá quantos filhos que eles inventam. É muito positivo. Na medida em que se pergunta, vão ficando claros não só os dados, os elementos, mas a concepção que está por trás disso.

Quando ouvimos o Hélio Aquinaga, do Cepaim, percebemos que ali estava um porta-voz do controle da natalidade no Brasil. Ali não havia planejamento familiar, coisa nenhuma, apesar de em todos os momentos ele ter falado em planejamento familiar. É a história do documento norte-americano: "por favor, não falem em controle de natalidade, falem em planejamento familiar, maternidade responsável etc.".

Mas a medida que ele fala, que passa uma hora, duas de depoimento, percebemos que ele defende o controle de natalidade. Ele defende a idéia de mulheres pobres não podem ter muitos filhos. Ele disse que o Cepaim tem quarenta postos de atendimento e atua na Baixada Fluminense, esteriliza as mulheres mesmo, porque se elas não sabem sequer usar um vaso sanitário, como é que vão saber usar um pílula anticoncepcional! Coisas desse tipo.

Fica claro que são entidades que querem controlar a natalidade no Brasil e utilizam métodos impositivos; impõem a esterilização das mulheres brasileiras. Não dão a elas o direito ao planejamento familiar, que, esse sim, lutamos por ele: para que as mulheres, os homens, a família tenha o direito ao planejamento familiar, a controlar a sua fertilidade, mas tendo acesso à informação. Só se tem um direito democrático na medida em que se esteja sendo informado; a liberdade pressupõe a consciência. Se essas pessoas não têm a consciência do seu próprio corpo, não têm a consciência dos métodos disponíveis para poder fazer uma opção; na verdade, elas, as mulheres brasileiras, não estão fazendo uma opção. Elas estão sendo induzidas a uma única alternativa, que é a esterilização.

Seria interessante se a CPI apurasse alguma coisa no problema do arrendimento das mulheres esterilizadas. Eu trouxe uma pesquisa feita por residentes do Hospital das Clínicas de Goiânia. De vinte e poucas mulheres que procuraram o serviço de esterilização num determinado período, nove foram buscar a reversão. As mulheres que sabem que há a reversão são pouquíssimas. E já há um alto índice das que se arrependem. Se se fizer uma pesquisa de quantas mulheres estão arrependidas, vai-se encontrar um número muito elevado. Na verdade, elas fizeram a laqueadura sem ter a plena consciência do que estavam fazendo. Foram esterilizações induzidas. O que pudemos identificar nesta CPI é que isso é mentira. A grande maioria das mulheres esterilizadas são trabalhadoras, com baixo poder aquisitivo e baixíssimo nível de instrução. Quem paga por essa cirurgia, a preço mais baixo recebe por esses mecanismos, que já relatei aqui anteriormente — através de campanhas eleitorais.

No Município de Padre Bernardo, no Estado de Goiás, no entorno de Brasília, 90% das laqueaduras foram feitas em lavradoras. Se formos olhar os dados disponíveis que temos em uma série de municípios, grande parte das mulheres que estão sendo esterilizadas são trabalhadoras, têm um baixíssimo nível de informação e a elas não são apresentados outros métodos de controlar a sua fertilidade.

Quero informar a esta CPI que fizemos um projeto de pesquisa, justamente para identificar que a informação é muito precária. A última pesquisa que temos é de 1986; de lá para cá, não sabemos como evoluiu. A CPI de Goiás procurou uma equipe, elaboramos um projeto de pesquisa, já entramos em contato com a Secretaria de Planejamento do Estado e o Governo do Estado de Goiás vai nos ajudar a realizar essa pesquisa. Ela vai se realizar em 42 municípios, vamos aplicar cerca de dois mil questionários, para termos um quadro preciso. Cerca de 200 perguntas serão feitas a cada mulher. Queremos saber por que, como, o que leva cada mulher dessas a buscar a esterilização.

Seria muito interessante que o Congresso Nacional pudesse contribuir no sentido de desenvolvermos uma pesquisa a nível nacional, porque a desinformação é muito grande. O poder público não se interessa por isso, as entidades controlistas vivem fazendo pesquisa, elas têm informação, conhecem o que se passa e fazem a sua política de controle da natalidade. Se é que o poder público pretende fazer uma política inversa de planejamento familiar, torna-se impossível fazê-la se não tiver acesso às informações, se não conhecer o que está se passando, se não controlar o que se está acontecendo. Uma pesquisa de campo poderia ajudar imensamente, porque se conversaria diretamente com as mulheres, uma vez que as prefeituras não têm esses dados.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Quero fazer uma pergunta com relação à pesquisa feita sobre a população feminina que é pobre, a maioria esterilizada. Gostaria de saber se há dados com relação à etnia, já que o documento norte-americano aponta a necessidade de impedir que haja maior nascimento de negros. Está claro no documento que eles têm o objetivo de acabar com o negro.

A SRA. DENISE DE CARVALHO — Não foi uma pesquisa que realizamos. Esses dados, que situam qual foi a faixa de mulheres esterilizadas, são respostas que obtivemos de algumas prefeituras. Encaminhamos um ofício a todas as prefeituras dos estados, pedindo informações sobre quantas laqueaduras, quem são as mulheres laqueadas, etnia, grau de instrução, profissão, idade em que se esterilizou, número de filhos. Fizemos um questionário e mandamos para as prefeituras.

Algumas responderam, dando-nos algumas informações nesse sentido, mas todas que responderam o fizeram parcialmente. Nenhuma registrou dados sobre a etnia. O que pudemos verificar foi que o máximo que obtivemos de resposta foi, por exemplo, a de Padre Bernardo, que nos apontou pelo menos a profissão: 90% são lavradoras; 1%, mulheres que trabalham em casa, e 9%, outras profissões. O máximo que obtivemos foram coisas desse tipo. O nível de informação que conseguimos colher para esta CPI, de poucas cidades, foi baixíssimo.

Estamos procurando resolver o problema através dessa pesquisa que, é óbvio, não ficará pronta para ser incluída no relatório final da CPI, que se encerra agora em junho. Mas a pesquisa, que vai durar um ano para ser concluída, ficará como um produto da CPI que contribuirá para que o debate continue e para que seja identificada a raiz dos problemas, inclusive todos esses fatores: a etnia, por que se esterilizam, o grau de conhecimento dos métodos contraceptivos. Esse formulário, elaborado pela Elza Bercon, estamos procurando aplicar no Estado de Goiás.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Tem a palavra a Deputada Raquel Cândido.

A SRA. RAQUEL CÂNDIDO — Sr. Presidente, em primeiro lugar, quero externar a minha alegria em ver a Deputada Benedita da Silva presidir esta Comissão, resgatando um momento de justiça que estas duas Casas, em bom momento, lhe retribuem.

Em segundo, eu disse à Deputada Benedita da Silva que já tenho tantos problemas com o trabalho que venho desenvolvendo com relação ao narcotráfico e à lavagem de narcodólares no Brasil, que possuo documentos que seriam de grande interesse e que, caso Benedita da Silva fosse a Presidente desta Comissão, nós os traríamos a ela.

Não faço isso porque quero discriminar outra deputada, mas trago-os às mãos da Presidente Benedita, porque sei a forma pela qual ela chegou

aonde está. Com um jeito manso, tranqüilo, é uma mulher de grande coragem, que terá documentos trazidos por nós, como mulher, que não podemos enfrentar outras frentes de atrito nessa hora, porque já as temos bastante.

Trago à Presidente, Deputada Benedita da Silva, hoje, um termo de declaração que prestei na Polícia Federal com relação ao processo que me move o Deputado Nobél Moura, que se diz caluniado por ter sido chamado de "lenocida" e aborteiro. Obviamente que, ao prestar o esclarecimento na Polícia Federal, tive que juntar documentos para comprovar a palavra e a frase única e tão-somente dita de acusação ao Deputado Nobél Moura com prática de lenocínio, e pude provar e anexar. Trago o resumo dessas declarações. Fiz questão de ressaltar o cuidado e o empenho do Subprocurador Magno Costa Pinto em querer que eu ofereça as provas, sob pena de me processar. Quero anexar a este depoimento o inquérito policial em que o Deputado Nobél Moura, como médico, ao fazer uma laqueadura, assassinou uma professora, numa das mil laqueaduras feitas no meu Estado.

Deixo, para posterior, documentos de mais de 100 mulheres laqueadas, como instrumento de política eleitoral. E os senhores, que não acreditam que as coisas são assim, verão uma carteirinha que diz: Fundação Nobél, Clínica Dr. Nobél — Avenida Pinheiro Machado, Centro Cirúrgico de Prevenção de Câncer, Centro de Cirurgia e Prevenção de módulos.

"Prezada amiga Maria Ângela, parabéns. Seu exame preventivo é negativo para o câncer, o que me deixa muito feliz. Vamos repetir no próximo ano." Então, a Maria Ângela recebe uma carteirinha com os seguintes dizeres: Fundação Nobél, para o reconhecimento pela sua grande liderança, simpatia e luta pelo desbravamento de Rondônia, com tantas dificuldades, doenças e sofrimentos". Constante aí o número do título e a data do exame. Mas isso não é nada. Quando o Deputado Nobél Moura faz a laqueadura e a barriga da paciente está aberta, antes de fechar essa barriga, tem um juramento:

Prometo, com muita emoção, lutar contra o câncer — quem está falando é a mulher operada — viver pensando em promover as pessoas com as quais tenho a felicidade de viver, principalmente as crianças, as mulheres e os idosos.

Juro acreditar em meu País, no meu querido Brasil, e juro também lutar contra a corrupção pois sei que, juntamente com o câncer, são doenças tremendamente destrutivas para a nossa gente.

Juro, ainda, acreditar no Dr. Nobél, pelo seu trabalho exemplar e, por ele, acreditar no juramento, assino."

A cirurgia é fechada e o marido é testemunha. E há mais duas pessoas.

São documentos oficiais e me reservo o direito de, no dia em que a Deputada Benedita da Silva tiver necessidade de investigar casos com documentos concretos de práticas criminosas eleitorais, dentre muitas práticas criminosas eleitorais, oferecer a esta Comissão, a título de averiguação. Só espero que a Deputada Benedita da Silva não seja brindada com o apuramento dito pelo Deputado Ibsen Pinheiro, da democracia e não receba nenhum murro, consiga fazer o seu trabalho com tranqüilidade.

São essas as minhas palavras e no dia em que a Deputada sentir necessidade de que esses documentos venham a ser apurados e essas pessoas venham a depor, ou sejam ouvidas, estarei à inteira disposição. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Agradecemos a contribuição da Deputada Raquel Cândido. É claro que esta Comissão fará uso desses documentos e os pediremos, desde já, dentro da possibilidade. A Deputada também pode, em regime de sigilo, passar os documentos ou, se quiser, gostaríamos de que nos desse acesso a eles, para que fique registrado em nosso relatório e para as providências cabíveis por parte desta Comissão, num futuro próximo.

Queremos agradecer a participação da nossa Deputada Denise Carvalho, dizendo que esperamos as demais documentações que a CPI possa ter, além das que V. Ex. nos traz, como subsídio para esta Comissão, dizendo, mais uma vez, muito obrigada pela sua participação.

A SRA. DENISE DE CARVALHO — Eu que agradeço profundamente esta oportunidade de contribuir com esta CPI. Espero ter ajudado de alguma forma com o meu depoimento.

Passo às mãos desta CPI alguns dos documentos recolhidos por nós, relativos ao Estado de Goiás, entre eles a pesquisa feita pela Faculdade de Medicina sobre o arrendimento das mulheres, algumas respostas de prefeituras municipais sobre o número de laqueaduras em seus municípios, respostas das Maternidades Públicas Nossa Senhora de Lourdes e Materno-Infantil, que indicam também um elevadíssimo número de laqueaduras feitas na rede pública, como a que eu já relatei; as respostas da Secretaria de Saúde do Estado de Goiás, que nos demonstra claramente a desinformação da Secretaria Estadual de Saúde, que, absolutamente, na sua resposta ao nosso ofício, diz não ter os dados.

Passamos aqui à pesquisa das médicas de Ceres, que também nos dá um indicativo interessante; o ofício do CEPALM, que nos responde sobre treinamento de médicos e sobre os aparelhos de laparoscopia distribuídos no Estado, e passamos às mãos da Presidente também, os depoimentos do Dr. José Ibsai, (médico de Goiânia, que, em 96 páginas, apesar de contraditório o depoimento — muitas vezes ele diz e desdiz —, no final fica, de fato, a prática por ele realizada. Também há a declaração que ele faz na imprensa, um pronunciamento que ele fez na Câmara Municipal de Goiânia, dizendo justamente que sonha com 100% de mulheres laqueadas. E ainda o depoimento de duas mulheres além de outras duas que têm um depoimento muito rico sobre a esterilização involuntária, sequer sabiam que estavam sendo esterilizadas.

Passamos ainda documentos sobre o PAIS, que é interessante, como atuou esse programa no Estado de Goiás, o que ele representava, quais os seus objetivos e como ele foi desativado.

Deixamos também com a Presidente uma proposta de pesquisa que elaboramos, que pode ser útil a esta CPI, na medida em que se interesse por apresentar essa pesquisa a nível nacional. Então, é uma proposta de pesquisa elaborada por uma comissão composta por sociólogo, médico, estatístico que elaborou esse projeto.

Esses documentos ficam com a CPI e procuraremos levantar também os que forem de interesse nacional. Há o do Hélio Aquinaga e temos também cópia, em inglês, do documento norte-americano, o NSSM 200. Esse documento foi resumido, publicado na Revista Cadernos do Terceiro Mundo e existe uma série de reportagens sobre ele, que o resumiu um pouco, abordando particularmente o que ele fala sobre o controle da natalidade. Temos tam-

bém esses resumos, podemos enviar a esta CPI, além dos dados precisamente.

Há também o documento do IBGE, que faz uma análise da esterilização de mulheres goianas, dados coletados em 1986, que precisaria ser atualizado. Aqui, uma pesquisa realizada em Abadiânia, não pela prefeitura, mas por médicos deste Município, que nos aponta uma série de informações interessantes.

Queríamos ainda dar mais um dado a esta CPI, que é muito gritante, de dois municípios goianos em relação ao problema da cesariana, para que os Senhores tenham uma noção do que representa isso. Veja: o Município de Ivolândia realizou, no período de 1986 a 1991, 236 cesarianas, para 17 partos normais. Uruana, de 1983 a 1982, 1.263 cesarianas e apenas 48 partos normais. Esses dados já nos indicam um pouco essa relação cesariana/parto normal que acontece. A Prefeitura nos mandou apenas o dado bruto, não nos informou de onde é que vem. A CPI, agora, entra no processo de investigar qual é a unidade de saúde que realiza isso. O Município de Ivolândia, que tem o índice de laqueaduras muito elevado, segundo os dados apresenta de 1986 a 1987 30 laqueaduras; chega em 1988 a 70. Isso se deu no mesmo Município de Ivolândia, um município muito pequeno do Estado.

Portanto, vemos que no ano eleitoral a laqueadura dobra ou mais. Nesse Município temos o dado de um hospital particular e há um hospital do prefeito da cidade.

Temos dados parciais que podem ajudar a CPI, mas acredito que o importante nesta CPI é justamente esse debate que travamos aqui sobre a política populacional para o Brasil, a política de saúde e essas concepções políticas, ideológicas, filosóficas que estão por trás disso.

Parabenizo esse trabalho que tem sido realizado no Congresso Nacional e espero profundamente que tenhamos êxito e que possamos, através da Comissão Parlamentar de Inquérito, oferecer denúncias vivas ao nosso povo, desmistificando essas informações que são pensadas, de que as mulheres querem esterilizar-se, que a esterilização é um benefício a essas mulheres, enfim, tudo isso que é dito hoje à sociedade brasileira.

Portanto, espero e acredito de fato que teremos êxito nesse trabalho realizado a nível nacional, e que possamos apresentar uma proposta alternativa de regulamentação da esterilização e de assistência integral à saúde das mulheres brasileiras, a partir desta Comissão Parlamentar de Inquérito. Muito obrigada.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Meus agradecimentos e, com certeza, farei as convocações de algumas das pessoas aqui citadas e também a indicação da pesquisa, porque achamos importante.

Gostaríamos ainda de pedir a aprovação da Comissão com relação ao ofício que está sendo enviado, onde solicito providências no sentido de autorizar a expedição para o Rio de Janeiro do funcionário da Casa Legislativa, o Dr. Humberto Leal Vieira, como Assessor Legislativo, para acompanhar uma diligência na Cidade do Rio de Janeiro, no período de 1ª a 14 de junho próximo, com o objetivo de colher subsídios para a nossa Comissão na Eco/92.

Nesse sentido, além de pedir a aprovação, gostaria também que as sugestões fossem dadas, para que pudessemos, dentro de um certo roteiro de interesses desta Comissão, poder aproveitar melhor a ida do Dr. Humberto Leal à Eco-92.

Gostaria ainda de convocar uma reunião para amanhã, que não deverá ultrapassar 1 hora de trabalho, para que pudessemos dar uma nova diretriz ou uma nova condução, na medida das dificuldades colocadas anteriormente por mim, não só do ponto de vista financeiro, mas até de mudança de roteiro, para adequar esta CPI, até que consigamos superar essa crise financeira e garantir o funcionamento da mesma.

Então, amanhã, às 14h30min, a Comissão estará aqui para traçar esse roteiro.

A Deputada Raquel Cândido não nos repassou aqueles outros documentos. Ela declarou aqui que nos poderíamos fazer uso deles. Acho que poderíamos pedir formalmente à Deputada Raquel Cândido que pudesse, não sei, sigilosamente ou não, já que ela já declarou, passar às mãos da Comissão os documentos restantes, apresentados por ela. Ela nos forneceu apenas dois documentos.

Dito isso, sem nada mais a tratar no momento, regimentalmente, está encerrada a reunião.

7ª Reunião, realizada em 13 de maio de 1992

Aos treze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e dois, às dez horas, na Sala 5 da Ala Senador Alexandre Costa, presentes os Senhores Parlamentares Deputada Benedita da Silva (Presidente), Senadores João França, José Richa, João Calmon, Deputadas Zila Bezerra, Regina Gordilho e Deputado Marco Penaforte, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil". Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, justifica a ausência do Senhor Senador Carlos Patrocínio que, por motivos justificados, deixa de comparecer a presente reunião e designa a Senhora Deputada Zila Bezerra para funcionar como Relatora ad hoc. Informa ainda sobre as dificuldades que a Comissão vem enfrentando com relação as novas medidas adotadas pelas Mesas Diretores do Congresso Nacional. Prosseguindo, apresenta um novo cronograma de trabalhos assim compreendido: dia 19 de maio, segmento religioso; dia 21 de maio, representantes de movimentos de mulheres das ONG; dia 26 de maio, Demógrafos e representantes da Rede Nacional Feminista; dia 28 de maio, representantes do Conselho Federal de Medicina; dia 2 de junho, representantes de movimentos étnicos; dia 4 de junho, Coordenação de Programas de Saúde e as instituições não-governamentais e dia 9 de junho, pessoas e entidades envolvidas diretamente com o assunto. Usa da palavra o Senhor Deputado Marco Penaforte. Com a palavra a Senhora Presidente convoca reunião para a próxima terça-feira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, José Augusto Panissete Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

Anexo à Ata da 7ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 796, de 1991-CN, destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil, que se publica com a devida autorização da Senhora Presidente da Comissão.

Presidente: Deputada Benedita da Silva
Relator: Senador Carlos Patrocínio
(Integra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

Convidado: Marco Penaforte.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - De acordo com o Regimento, está aberta a sessão extraordinária da Comissão Parlamentar de Inquérito, criada através do Requerimento nº 796, de 1991, destinada a investigar a incidência da esterilização em massa de mulheres no Brasil.

Na verdade, essa reunião é a extensão da de ontem. Por termos que votar no plenário, não teremos condições de dar continuidade aos trabalhos de nossa Comissão. Entendemos que há, no momento, uma exigência urgentíssima de conciliar-se as novas normas feitas pela Mesa Diretora do Senado com relação às comissões, como esta, já instalada e que enfrenta dificuldades de continuidade pelo fator financeiro.

Neste sentido, justifico a ausência do relator que, por motivo de doença, teve que se ausentar, assim também alguns Deputados e Senadores que estão em outras CPI. Pelo desdobramento de atividades, autorizamos a tomar todas as decisões necessárias, de forma a adequar as nossas condições às pré-estabelecidas pelo novo critério criado pela Mesa Diretora da Casa.

Hoje não faremos a leitura da ata anterior, e fazemos o registro para que, na próxima reunião dessa CPI, possamos ler as duas atas. Segundo, não estamos de posse do documento passado à Presidência, comunicando a nova decisão da Mesa.

Tivemos oportunidade de ler nos jornais que as Mesas da Câmara e do Senado mencionaram as dificuldades enfrentadas pelo fato de existir um número muito grande de CPI, o que tem prejudicado não só o funcionamento das comissões, como próprio orçamento. A Mesa estaria tomando outra deliberação, não constava ser quanto às CPI já instaladas; mas providências estariam sendo tomadas para que pudesse diminuir o número de CPI a serem instaladas para o bom funcionamento da Casa, e também para adequá-las ao orçamento.

Nós, que já temos a nossa CPI, entendemos essa dificuldade e sabemos que é extremamente importante, do ponto de vista legislativo, político e conjuntural, que essa CPI tenha sequência. Não nos interessa, de forma nenhuma, o não funcionamento dessa CPI, ainda que ficássemos livres de mais um compromisso, pois o nosso compromisso maior como políticos seria altamente prejudicado. Respaldo e subsidiando a nossa intervenção na Eco-92, já que tomamos conhecimento, através dos jornais e até mesmo de documentos, de que consta, na ordem do dia da pauta da Eco-92, essa discussão com relação ao controle demográfico; leia-se: sinônimo de esterilização das mulheres e controle da natalidade.

Nesse sentido, gostaríamos de poder adequar, neste primeiro momento, a mudança do roteiro para que os depoentes sejam pessoas residentes em Brasília, ou de instituições que queiram colaborar conosco, que venham sem ônus para a Câmara, depor nesta CPI. Esta é a minha preocupação.

A terceira problemática refere-se às dificuldades que temos em tomar decisões como essa, sem que tenhamos que realizar reuniões consecutivamente. Pediria a cada um dos Srs. Parlamentares, ao expor a matéria, que também refletissem um pouco sobre a necessidade de a Presidência, nessa situação, poder adequar esse roteiro aos nossos objetivos sem que, necessariamente, tenhamos que fazer reuniões consecutivas extraordinárias.

Não sei se me fiz entender, mas penso que, respaldada pela decisão de hoje eu poderia, junto com o Relator, alterar o roteiro, comunicando evidentemente a todos os senhores, para que este trabalho pudesse ter andamento.

Se amanhã a situação for outra, eu teria condições de poder mudá-lo, desde que garantidos o funcionamento e os depoimentos.

Passo a palavra, de imediato, aos que desejam se manifestar, mas, antes eu gostaria de colocar a nossa proposta, esse novo cronograma de depoentes, segundo o qual invertendo a ordem dos depoimentos dando preferência aos residentes em Brasília, próxima terça-feira. Confirmada a presença de D. Luciano faríamos essa mesa-redonda como os religiosos.

Na verdade, essas dificuldades burocráticas e financeiras têm impedido também a intenção de se ouvir mais pessoas. Faríamos mesas-redondas por temas ou por entidades afins, o que não está sendo possível.

A idéia é começar pelo segmento religioso, na terça-feira, e, na quinta-feira, 21 de maio, teríamos representantes de movimentos de mulheres das ONG.

Na terça-feira, 26 de maio, teríamos demógrafos, que não vieram na última vez. Teríamos também representantes da rede nacional feminista. No dia 28 de maio, representantes do Conselho Federal de Medicina; dia 2 de junho, representantes de movimentos étnicos; 4 de junho, coordenação de programas de saúde junto às instituições não-governamentais - Elcimar Coutinho e Maria José Araújo -, em 9 de junho, nomes envolvidos citados não só em relatórios mas também exposições de nossas depoentes - da Empresa Mineirinho, Dr. Ezio Cordeiro, José Aristóteles Pinote, ex-Secretário de Saúde de São Paulo, da USP - em 11 de junho, daríamos continuidade com a presença de figuras políticas ligadas a essa questão.

Gostaria que, nas manifestações, V. Exs deixassem claro se poderíamos ou não mudar o roteiro para que pudessemos dar continuidade aos trabalhos.

Concedo a palavra ao nobre Deputado Marco Penaforte

O SR. MARCO PENAFORTE - Condoirdo inteiramente Sr. Presidente. A oportunidade desta CPI não foi ainda compreendida na sua plenitude, mas, em função de um documento, de distribuição ainda limitada, que conseguimos numa audiência pública do Ministro Azambuja, na Comissão de Meio Ambiente. Esse documento que chega hoje às mãos dos Parlamentares, às vésperas da Conferência é produto do Comitê Preparatório da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e o Desenvolvimento, uma série de princípios que, possivelmente seriam adotados durante a Conferência.

No seu oitavo princípio, está claramente definida a necessidade de se fomentar políticas demográficas apropriadas, ou seja, se o Brasil assim, está de acordo com esse oitavo princípio exposto nesse documento, ferindo inclusive frontalmente a nossa Constituição, que descartou a questão da política demográfica através de um conceito muito mais humano de planejamento familiar e paternidade responsável.

Trata-se, portanto, de uma CPI muito oportuna e é lamentável que essas dificuldades se apresentem neste momento, aumentando ainda mais as responsabilidades e também o esforço da nossa Presidente e do nosso Relator para se chegar a um bom término deste trabalho.

Quereria até sugerir informalmente, antes de concluir, que, num momento crítico como este em que temos inclusive um prazo para concluir esses

trabalhos, que a Srª Presidente solicitasse aos membros da Comissão ajuda no sentido de esgotar a pauta dos depoentes, através de concessão de passagens aéreas e hospedagens. Particularmente, colocou-me a disposição de V. Exª nesse sentido, desde que seja democraticamente repartido por todos. Entendo que não custa nada a nenhum de nós ceder uma ou duas passagens aéreas ou, até mesmo, hospedar um conferencista, a fim de agilizar este encontro.

Quero também garantir a V. Exª todo o apoio no sentido de que, juntamente com o Relator, possa fazer as modificações e as adaptações necessárias em função das novas normas emitidas pela Mesa da Câmara dos Deputados.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Agradeço a manifestação e gostaria de, oficialmente, ter acesso ao documento a que V. Exª se refere documento perante a CPI e requerer que o Sr. Azambuja possa prestar um esclarecimento em tempo hábil, para que possamos, então, ter clara a posição do Brasil com relação à Eco 92, no que diz respeito ao planejamento familiar. Como bem colocado por V. Exª, não é uma política de planejamento familiar nem de paternidade responsável, mas uma política controlista. É impossível, por conseguinte, que não haja uma manifestação não apenas por parte desta CPI mas também por parte destes nossos Poderes, na medida em que, na avaliação de todos nós, é uma questão de segurança nacional. Não podemos diminuir a população de um país à custa da interferência de outro. Poderemos até baixar essa taxa se isso for de proposição e entendimento nacional, a partir da decisão de cada um dos sujeitos dessa própria história, que é o cidadão, a cidade.

De outra forma, não poderíamos jamais concordar com tal situação. Por isso, não mediremos esforços para dar continuidade a esta CPI. Propomo também que, juntos, solicitemos a presença dos demais movimentos de Brasília e instalados fora daqui num apelo à Casa para que priorizasse, nessas novas decisões a garantia desse comparecimento.

Acredito que a acomodação e a adequação têm, sobretudo, garantido que não haja maior ônus para a Casa, porque alguns depoentes serão pessoas de Brasília; buscaremos junto às instituições o financiamento de passagens e até mesmo dentro dessa proposta solidária apresentada por V. Exª de uma cotização entre nós, caso seja necessária. Mas esse é um dos últimos recursos, até porque deveremos dar a essa CPI tratamento igual às demais, de entendimento político, das discussões das necessidades de manter essa CPI nos mesmos moldes que as outras.

Apresentamos um orçamento para esta CPI e, como já está instalada, não poderá haver entendimentos burocráticos ou financeiros para que deixe de funcionar. Não acredito que tenhamos esgotado, ainda, todas as possibilidades para seu funcionamento com o respaldo da Casa, mas considero de grande solidariedade a manifestação de V. Exª. Poderemos chegar à cotização entre nós, mas tudo faremos para que essa CPI tenha continuidade. Respalda nesse sentido, alguns requerimentos serão feitos. Estaremos junto à Mesa solicitando um prazo, porque foi colocado esse critério, mas não nos comunicaram o prazo para o seu funcionamento.

O outro requerimento é no sentido de que o Dr. Humberto exponha com slides, vídeos e documentos de que é detentor; seria uma exposição mais interna para os Senadores e Deputados com relação à esterilização: o que está por trás de tudo isso, e quais são as instituições que hoje estão investindo no Brasil no planejamento familiar com outras intenções. Já tivemos o cuidado de refletir sobre o documento, e como ele está sendo colocado com uma outra linguagem, mas com o mesmo objetivo nos acordos que o Brasil tem feito, entendemos que é importante. Gostaria de ser referendada por este Plenário para que pudessemos acomodar na nossa agenda essa exposição do D. Humberto.

A Presidência tomará as providências necessárias, para que recebam o comunicado, em seus gabinetes, de quem será o próximo depoente, já que não posso confirmar no momento a presença ou não do D. Luciano na terça-feira.

A reunião de quinta-feira fica cancelada.

Convoco reunião desta CPI para terça-feira, às 14 horas e 30 minutos.

Está encerrada a reunião.

8º Reunião, realizada em 19 de maio de 1992

Aos dezesseis dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e dois, às quinze horas, na Sala 2 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Parlamentares Deputada Benedita da Silva (Presidente), Senador José Richa, Deputados Marco Penaforte, Antônio de Jesus, Maria Luiza Fontenele e Zila Bezerra, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil". Havendo número regimental, a Senhora Presidente declara abertos os trabalhos dispensando a leitura da Ata da reunião anterior, que é dada como aprovada. A seguir, convida o Dr. Humberto Leal Vieira, Assessor Legislativo do Senado Federal para tomar assento à Mesa. Logo após, justifica a ausência do Senhor Senador Carlos Patrocínio e convida a Senhora Deputada Maria Luiza Fontenele para funcionar como Relatora ad hoc. Com a palavra o Dr. Humberto inicia seu depoimento abordando a questão dos métodos contraceptivos, dando ênfase aos métodos naturais. Prossegue em sua explanação utilizando-se de recursos áudio-visuais. A seguir, passa-se a fase interpelatória, quando usam da palavra pela ordem os Senhores Deputados Benedita da Silva, Marco Penaforte, Zila Bezerra e Antônio de Jesus. Com a palavra a Senhora Presidente solicita ao Dr. Humberto que deixe, para o serviço da Comissão, cópia de toda documentação do expositor em sua explanação. Finalizando, agradece a participação do expositor e convoca reunião para a próxima quinta-feira. Nada mais havendo a tratar, encerra-se a reunião e para constar eu, José Augusto Panisset Santana, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pela Senhora Presidente e irá à publicação.

Anexo à Ata da 8ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento nº 796, de 1991-CN, destinada a investigar a incidência de esterilização em massa de mulheres no Brasil, destinada a ouvir o depoimento do Dr. Humberto Leal Vieira, Assessor Legislativo do Senado Federal, que se publica com a devida autorização da Senhora Presidente da Comissão.

Presidente: Deputada Benedita da Silva
Relator: Senador Carlos Patrocínio
(Integra do apanhamento taquigráfico da reunião)

Convidados: Humberto Leal - Marcos Penaforte - Zila Bezerra - Antônio de Jesus.

A SRª PRESIDENTE (Benedita da Silva) - De acordo com o Regimento Interno, estão abertos os trabalhos da Comissão Especial de Inquérito, Mista, destinada a investigar a incidência de Esterilização em Massa de Mulheres no Brasil.

Antes, gostaria de colocar em discussão as atas anteriores. De acordo com a convocação feita, temos hoje na pauta uma palestra com o Dr. Humberto Leal Vieira, a quem convidaria a sentar-se, ao meu lado direito, à mesa S. Sª é Assessor Legislativo do Senado Federal.

Antes de passar a palavra a V. Exª, gostaria de justificar a ausência do Sr. Relator, dizendo que o estado de saúde de sua genitora agravou-se, impossibilitando-o de comparecer à reunião. Gostaria de nomear Relator ad hoc a ilustre Deputada Maria Luiza Fontenele, para que pudessemos dar, de acordo com o Regimento, andamento aos nossos trabalhos. E passaria, a seguir, a palavra para o palestrante, o Dr. Humberto Leal Vieira.

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Inicialmente gostaria de me apresentar: Meu nome é Humberto Leal Vieira, Assessor Legislativo, de formação pela Fundação Getúlio Vargas, com o curso de Administração Pública de Empresas, no Rio de Janeiro. Fiz pós-graduação nessa mesma área de Administração Pública de Empresas, na França, quando voltei para trabalhar nas Nações Unidas e participei, por dois anos e meio, como Consultor da Organização Mundial de Saúde.

Antes do Senado, trabalhava no Executivo e lá tive oportunidade de passar pelo Ministério da Saúde, Previdência, CEME, sempre voltado para essa área de saúde. E isso talvez justifique a minha colocação no Senado junto a um grupo social e, particularmente, um grupo de saúde.

Desde os trabalhos da Constituinte nós dedicamos a esse trabalho de planejamento familiar, controle de população, dentro dos aspectos sociais e de saúde. E nesses últimos sete anos, tivemos oportunidade de recolher documentação sobre esses assuntos.

A nossa palestra, hoje, procura dar uma visão global do problema do controle da população e mostrar que esterilização é apenas uma parte, e talvez não a maior, porque é uma ponta do iceberg. O grande problema está enoberto pela desinformação geral que reina entre muitos países, entre muitos locais. Por isso, a nossa exposição se divide praticamente em três partes.

Numa primeira parte, procuramos mostrar a origem; quais as origens do controle na atualidade? Procurar mostrar que há toda uma ideologia por trás disso, realmente, que não é nova. Depois procuramos mostrar a atuação desses grupos de controle que existem no mundo, na América Latina, no Brasil. Os planos atuais e futuros para a América Latina e tentar até alguns prognósticos para o futuro, o que realmente nos espera em termos de futuro neste trabalho.

Evidentemente que, basicamente, a nossa apreciação será baseada em documentos, em fatos, deixando a V. Exª o julgamento da questão. Não nos compete, evidentemente, traçar, nem julgar o assunto. Mas, simplesmente, apresentar para subsídios de V. Exªs documentação e material dessas áreas.

De início, posso dizer que duas são as origens desse plano de controle da população. Uma é de origem eugênica, racista mesmo, e a outra classificaria de origem política, mais recente. A origem racista, eugênica, vem desde o princípio do século - vamos ver a pouco. Mas a figura mais expressiva nessa época, nessa trajetória, é de uma instituição que tem sede em Londres e criada pela Srs. Margaret Sanger, que foi uma defensora dessa eugenia. Ela acreditava plenamente, e não era por mal - pelo menos na leitura de sua biografia, em sua literatura - mas acreditava seriamente em que o mundo seria melhor para todos se fosse habitado por raças puras, de puro sangue. E dentro dessa perspectiva ela criou uma série de trabalhos, pesquisas e estudos. Ela faleceu agora há pouco, em 66, mas deixou um verdadeiro império no mundo que tem uma sede em Londres e mais de 100 filiais no mundo - são 184 o número de filiais dessa organização no mundo - a IPPF - International Planning Federation. Essa organização - vamos ver detalhes no vídeo - é uma das maiores organizações mundiais de controle de população e objetiva, realmente, a raça pura.

Algumas biografias dessa senhora consideram importante seu papel no mundo. Há um trabalho publicado: "Margareth Sanger - Arquitecta de uma mulher", que mostra que muitas mudanças de conceitos sociais de família, juventude e procedimentos tiveram como base os trabalhos desenvolvidos por essa senhora. Sua biografia é algo impressionante. Não dá para contar sua história, mas foi uma pessoa muito inteligente, fez um bom trabalho dentro da sua ideologia, e seu assessor trabalhou com o Hitler na Alemanha no trabalho do nazismo, de raça pura. Isso é documentado neste livro.

Essa senhora transcreveu uns pensamentos dos propósitos de Margaret Sanger: é o controle da população, menos crianças defeituosas e mais crianças sem defeito. "Com o controle da população queremos criar uma raça de puro sangue; não queremos que isso se torne público, porque queremos terminar com a população negra."

Ela pensava que a população pobre constituiria um peso para os ricos e, conseqüentemente, era um segmento da sociedade que devia ser esterilizado, controlado, confinados em campos de concentração para evitar que houvesse proliferação. É claro que houve muitas reações não só na Alemanha, mas em outras partes do mundo a esse projeto. Daí a necessidade de usar o eufemismo, mudanças de expressões, para não haver maiores reações, tanto que antes de 1952 o projeto se chamava Controle de População, em 1952, passou a chamar-se Planejamento Familiar. E há muitos outros eufemismos - para poder indicar aborto na fase inicial da vida; maternidade sem riscos; aborto legalizado.

Essa estrutura, essa origem está em vídeo, em espanhol; porque há pouquíssimo documento disponível em português, mas seria melhor até que pudessemos passar o vídeo que já uma visão melhor. Há muito material em inglês, espanhol, francês, italiano; infelizmente, em português, há pouca coisa. Tenho a impressão que o vídeo está em espanhol claro e não será difícil de se entender.

O IPPF, hoje, divide-se em mundo ocidental e hemisfério oriental. São dois grandes hemisférios dessa estrutura. Vou daqui a pouco passar o vídeo, mas posso assegurar aos senhores que essa associação, organização tem vários tipos de atividades; entre elas a de continuar as pesquisas para os métodos contraceptivos, seja esterilização, pílulas, comprimidos, e todos os processos, digamos, artificiais de controle da população. E um trabalho de pesquisa desenvolvido em todos esses anos, e para implementar esses projetos, foi criado dentro dessa organização o chamado Grupo Parlamentar de Estudo de População e Desenvolvimento. Então, hoje, cada país tem um grupo parlamentar e, na América Latina, há um grupo parlamentar interamericano que tem sede em Washington, o diretor é o mesmo diretor da IPPF, que compartilha o escritório, algumas secretárias, e há bem

pouco tempo, alguns anos atrás, o diretor interamericano era um brasileiro.

Esse fato foi noticiado em jornais. Aqui está, neste jornal que foi publicado: o presidente anterior desse grupo interamericano de controle de população era o Deputado Sanfor - hoje, ele já não é mais deputado.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - É o Djalto?

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Então, está no mesmo grupo, no mesmo sistema. Hoje, a deputada mexicana, Sr. Blanca Spanda, é de presidente desse grupo interparlamentar e presidente da Câmara de População e Desenvolvimento do México. O objetivo desse grupo, segundo os dados que temos em documentação de congresso deles é remover da legislação de seus respectivos países dispositivos que impeçam a anticoncepção e favoreçam o controle populacional, propor leis que facilitem a introdução de métodos contraceptivos e planejamento familiar, uso de pílulas sem receita médica, DIU aplicados por pessoa de enfermagem; legalização e esterilização de homens e mulheres; legalização do aborto, etc. Quanto a este último, em recente reunião que houve na América Central e nos Estados Unidos, coisa de uns três meses atrás, um dos propositos é que até o ano 2000 o aborto seja totalmente legalizado nos diversos países da América Latina.

Vou passar o filme porque vai dar uma visão global dessa ordem. De vez em quando, vou dar uma pausa para mostrar a documentação correspondente em português, pois o trabalho está sendo feito em português de acordo com as normas traçadas pela matriz.

(Projeção do filme com texto em espanhol)

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Não é de hoje que esse programa vem tentando ser implantado no Brasil. Há algum tempo atrás, o Ministério da Saúde publicou, com financiamento desses organismos internacionais, essas cartilhas. Gostaria que vocês pudessem dar uma vista d'olhos e depois, me devolvam, que é o que trata de educação sexual. Também me aqui atrás tem esse folheto que é o impresso pelo programa de Assistência Integral à Saúde, da mulher e da criança, CESEC, SPS - Ministério da Saúde. Não sei qual a opinião dos senhores, mas não gostaria que os meus filhos tivessem isso, acho que isso é meio pornográfico, na minha visão.

Bem, a coisa evoluiu. Hoje, nós temos um outro trabalho - eu trouxe o material - que realmente está pelo menos num nível legível, que se pode ver, com o título Saúde Sexual e Reprodutiva. Esse trabalho está realmente numa linguagem mais legível e considera o que está ali colocado. O incesto é um tabu, que deve acabar. E nós até passamos uma transparência para demonstrar, mas acho que a gente pode ler aqui, para os senhores. Aqui diz o seguinte, dentre outras coisas, dentro daquela ideologia.

"O incesto ainda é considerado um tabu em muitas sociedades, no mundo inteiro. Mas outros tabus vão e vêm, dependendo muito do momento histórico e das culturas que aparecem. É preciso deixar claro que os tabus também se alimentam de crenças irracionais e, por isso mesmo, tornam-se passíveis de mudanças, quando essas crenças começam a ser trabalhadas em um determinado grupo."

Esse livro é para professores de educação sexual e reprodutiva.

"Mitos, credências e tabus. De que nos interessa esta discussão? Enquanto educadores sexuais e, principalmente, educadores de adolescentes, necessitamos reconhecer a coexistência de mitos, credências e tabus, paralelamente à verdade científica. Embora os mitos, credências e tabus tenham a sua lógica própria. Prevenir perigos que mitos, credências e tabus podem representar para o exercício saudável e feliz da sexualidade."

E aqui, adiante, vem:

"Em que se diz a nós, educadores, detectarmos, discutirmos com nossos alunos e os seus mitos, suas credências e seus tabus." Não com posturas de que "isso não presta", o que não é verdade. Mas, sim, com a postura de "isso não é verdade, porque você acredita nisso? Vamos conversar a respeito?"

Bem, esse primeiro programa, temos em espanhol, temos em inglês, que tem a mesma origem, para os diversos países em que atua esta organização. Mas a coisa chegou a um ponto em que, também a outros partidários desse tipo, e aqui está, em português, bem legível, uma revista Corpo a Corpo, um artigo sobre estupro infantil. Onde nada mais, nada menos, se aconselha que as crianças tenham sexo com seus irmãos, com seus primos, a filha, os filhos, participem do sexo dos pais, aqui está em ilustrativo, uma menina dormindo com a mãe para ter sexo com o pai. Se os senhores quiserem ver mais detalhadamente...

Bom, isso é um absurdo. Isso está com a gente? Está. Está aprovado pelo MEC. Evidentemente, e eu creio, piamente, que o Serviço de Educação, quando aprovou isso aí, não viu esse conteúdo, porque eu não acredito que ele vá querer que os filhos dele tenham sexo com ele. Porque o plano de educação sexual está com o nome de Educação e Saúde. Não está com o nome que realmente deveria ter. Tenho aqui a portaria que aprovou este plano, mas observem que no dia 15 de maio foi aprovada em Brasília uma portaria de um programa de educação. É um bom programa. E, logo abaixo, no final, vem: "Educação e saúde". Ora, como a gente sabia que Educação e Saúde é um eufemismo usado pelos grupos dos vários países para colocar e impor esse programa, fui atrás. E no dia seguinte, 16 de maio, foi publicado um protocolo de intenção que fundamenta esta Portaria.

E aqui, a gente encontra, porque revendo a Portaria, não vê nada. Mas na hora em que a gente lê o protocolo de intenção, a gente vê, lá: "Implementar o programa nacional de saúde e educação sexual. Finalidade: convergir esforços entre governos e instituições não-governamentais, sem fins lucrativos, destinadas a promover projetos específicos, ações educacionais, tivas nas áreas de saúde sexual e reprodutiva". Embaixo, vem: "Execução, Centro de Sexologia de Brasília". Exatamente o Centro que publicou o livro Saúde Sexual e Reprodutiva, do CESEC, que foi patrocinado pelo Martin King Forrider. Esta obra custou 36 mil dólares. Eu vou mostrar para vocês um programa que dedicado à população - volto ao assunto - a possibilidade de ser financiado por este órgão, que recebe dinheiro da USAID, 36 mil dólares. Está no projeto de população, que, daqui a pouco mostro no retroprojetor.

Então, faz-se a ligação e entende-se a coisa, porque se for ler, simplesmente, no Diário Oficial, não se vê esse negócio.

Bom, vamos adiante.

(Continua exposição do filme com texto em espanhol)

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Temos a documentação de congressos da IPPF em que os países têm que adaptar a legislação aos objetivos da IPPF.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Todos os países têm filiais?

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Hoje, segundo alguns números que temos, são 184 países.

la apresentar a repercussão no Brasil e partir para outra corrente, que é o controle de população. Resumi, porque é muita coisa. São sessenta horas de vídeo sobre esses assuntos, mais de cem quilos de documentos. Estou tentando trazer um pouco para os senhores. Vou lhes mostrar como a filial dela está atuando no Brasil, depois vamos apresentar um outro ramo político, com documentos que explicitam alguma coisa, para finalmente mostrar os planos atuais para a América Latina e para o Brasil e as perspectivas para o futuro. Eles já estão programando essa parte.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Não acho conveniente interromper a reunião agora para não prejudicar o debate. Temos algum tempo antes de irmos ao plenário para votarmos. Não gostaríamos de ficar apenas na exposição, mas de garantir o momento para esse debate. Estou achando a exposição riquíssima. Porém, estamos sendo atropelados por uma coisa chamada tempo. É por isso que queremos saber quanto tempo V. Ex.ª tem a expor de vídeo.

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Só teria a passar mais dez minutos. É um documentário em vídeo da atuação dessa filial no Brasil. Depois, necessitaria de uns vinte minutos, pelo menos, para poder falar da corrente política. Calculei o tempo de exposição para mais ou menos uma hora, no total.

Podemos, agora, tratar do debate sobre a corrente eugênica e, em outra oportunidade poderemos ver a parte política, que também é importante. Para se ter uma idéia, são 610 milhões de dólares colocados no Brasil para fazer esse trabalho junto à população brasileira.

O que queremos mostrar é que realmente essas filiais trabalham e funcionam nos países. No Brasil, a filial da IPPF é a Benfam? E Sociedade Civil de Bem-estar Familiar no Brasil? Essa filial recebe em média da matriz dois milhões e meio de dólares por ano. Com doações de outras organizações, a Benfam recebe de seis a sete milhões de dólares por ano no Brasil. Entre esses programas está a divulgação, através da mídia, de rádio, televisão e jornais, dos programas anticoncepcionais e também, evidentemente, a mudança da mentalidade para que o homem aceite a vasectomia. Agora, vem o programa para esterilização de homens; é um milhão e oitocentos mil dólares para a esterilização de homens no Brasil. Há uma mudança de mentalidade.

Gravamos um programa de domingo, em que há propaganda sobre o assunto. Tenho aqui o valor do custo desse programa. Os dólares vêm dessa organização especificamente para esse programa. Esse é apenas um programa, há vários gravados, e comprova que realmente a filial está usando o dinheiro da matriz dentro da norma que foi traçada. É um filme feito na rua, com entrevistas sobre concepção, sobre o uso ou não da pílula. Por trás de tudo isso há uma grande propaganda para a esterilização da mulher. Realmente, não se fala de todos os métodos. Os métodos naturais são só citados.

Vou mostrar-lhes a evolução dos métodos naturais.

(Exposição do vídeo)
(Vídeo.)

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - A pílula é distribuída num programa financiado, de porta a porta, sem receita médica.

O SR. MARCO PENAFORTE - O Senhor observou algum engano aí, inclusive, científico?

A pílula não age no colo do útero.

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - O Senhor sabe disso. O seu mestre sabe disso. Há três mecanismos: um inibe a ovulação, altera o muco cervical, e quando os dois processos falham, evidentemente, que aborta, é o terceiro efeito da pílula. Todo mundo sabe disso. Mas a coisa, aqui, vem colocada - o senhor vai ver mais adiante o que dizem do DIU.

(Vídeo.)

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Repare que ele gagueja aí.

(Vídeo.)

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Esta mesma senhora vai aparecer aqui fazendo três abortos. Ela diz que não faz aborto porque toma injeção.

Isso gravei da TV Manchete, no horário nobre.

(Vídeo.)

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - O senhor sabe que não é esse o mecanismo. Inclusive o DIU é proibido nos Estados Unidos, só há um tipo de DIU, o que é usado lá dentro, porque o problema do DIU é muito sério. Se quiserem informações, depois, sobre isso, tenho documentação científica sobre o assunto. E, antes de tudo, um produto abortivo. Hoje, não há dúvida quanto a isso.

(Vídeo.)

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - É pena que o Dr. Gravi não pode ficar aqui - é um colega nosso, pesquisador, é um cientista, com vários doutorados nos Estados Unidos sobre esse assunto, em que ele mostra que aí está a esterilização silenciosa da mulher, porque, depois de dois anos, dois anos e pouco que se usa o DIU, fica estéril.

(Vídeo.)

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Esta mulher fala de aborto, que todo mundo faz aborto, que fez aborto, que aborto é comum.

Aqui, fala-se na vasectomia. Vamos ver um pouco da vasectomia, será interessante. Vocês verão que está sendo lançado agora esse programa entre nós.

(Video.)

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Vou passar adiante para que vocês vejam quem é o realizador deste vídeo.
 Ai vocês vão ver que aparece a filial da TVE.

Este aqui, na época, era o Presidente da BENFAM.
 (Video.)

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Há mais outras quatro gravações feitas no horário nobre, das 20 horas, no Programa de Domingo da TV Manchete.

Um deles teve um custo, porque isso, evidentemente, foi financiado para colocar na mídia um programa desse tipo.

Agora, pergunto: por que, em nenhum momento, se falou dos métodos naturais? Simplesmente, se passou por cima. Mas, hoje, o que se está usando no Primeiro Mundo é isso aqui que vou apresentar a vocês.

Isso foi lançado num congresso há dois anos. É claro que foi as minhas expensas. Quando no congresso não estava sendo estudado o problema.

Este é um aparelho desenvolvido por um japonês, depois de cinco anos de pesquisa sobre métodos naturais, em que há somente o trabalho da mulher, pela manhã, medindo a temperatura na boca. Depois, ela tem aqui todo o quadro de saúde dela e de possibilidade de gravidez ou não e, quando grávida, tem capacidade de saber o dia, pelo menos quase exato, do nascimento da criança.

Este aparelho está sendo vendido como água nas classes altas do Primeiro Mundo. Já não é mais segredo para ninguém lá. Por sinal, estive com o pesquisador, o cientista que desenvolveu isso aqui e os fabricantes, presentes nesse congresso, se propuseram distribuir isso no Brasil. Mas, cadê capital para isso?

Mas para as pessoas menos favorecidas, há um outro mais barato. Também é motivo de uso baseado no Método Billings, através de observação do muco cervical e da saliva. Coloca-se o muco cervical e a saliva aqui, deixa secar, vira-se aqui dentro há um microscópio embutido por onde a pessoa observa, conforme seja a composição cristalizada do muco, a pessoa essa fértil ou não fértil naquele dia. É muito mais simples do que a esterilização, do que pílula, do que DIU. Mas isso, realmente, não promove controle de população, porque ele não faz mal à mulher, não tem contra-indicação, pelo contrário, é natural.

Isso é só para mostrar este material.

Mas encerraria esta primeira parte que diz respeito a controle eugênico, que é uma coisa que vem desde o princípio do século, não é de agora, e talvez fosse o caso de dar uma pausa, porque a segunda parte trata do aspecto político, baseado em trabalhos do Sr. Henry Kissinger e sua equipe, aqui está o relatório produzido por essa equipe; obviamente, não todo o relatório, mas alguns pequenos extratos, que mostram o perigo do crescimento da população do Terceiro Mundo para a segurança do interesse externo dos Estados Unidos. E que o crescimento dessa população dificultaria o acesso às matérias-primas do subsolo brasileiro e de outros países, são 13 países considerados chaves nesse processo.

Assim podemos entender porque os maiores índices de esterilização, no Brasil, estão na Amazônia - 44% - e em Goiás - 47% - onde se encontram realmente as reservas minerais. Se bem que tal estatística não é do IBGE. Na realidade, o IBGE publicou uma estatística sobre isso num convênio com a UNICEF, que é citado pelo Relatório Kissinger como um elemento contra a população. O dado é da BENFAM, está publicado num documento do IBGE, mas é da BENFAM.

Então, o Relatório Kissinger resume nesse aspecto e procura, tanto quanto possível, mostrar que devem ser usadas as mulheres, o movimento feminista para isso, com eufemismo, de tal maneira a indicar que é através da mulher que pode ser feito esse controle populacional.

Há entidades feministas que são financiadas, de boa-fé participam, sem saber o seu verdadeiro fim. Temos ciência de entidades evangélicas, católicas, que estão dentro desse bolo de coisas, mas que não tem, evidentemente, esse interesse em controle de população e aborto. Acredito que ajam de boa-fé.

É sabida e citada a influência da UNICEF nesse Relatório Kissinger para esse trabalho de controle de população e divulgação da educação sexual; há os manuais distribuídos pela UNICEF, em espanhol. Mas a UNICEF também usa a estratégia de ter convênios com entidades religiosas para ter um crédito junto à comunidade - aqui, a própria CNBB tem convênios com UNICEF.

A Organização Brasileira de Planejamento Familiar, dirigida por uma freira, é séria e tem convênio com um instituto dos Estados Unidos que tem um contrato com a USAID para controle de população e pública com a ITPP nota desse assunto. Aqui está o contrato dessa entidade com a ITPP e a USAID.

Até onde, realmente, esse pessoal está sendo usado na sua boa-fé, não sabemos. Acredito que seja boa-fé, porque não creio que tais entidades estejam fazendo um trabalho no Brasil, mas o propósito dessas entidades é trabalhar nas paróquias, dioceses para fazer a promoção de abortos e controle de população.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) - Estou com um papel duplo, já que a Deputada Maria Luíza Fontenelle, que era a Relatora ad hoc precisou sair; e nesse exato momento, como Presidente, vou ler as perguntas deixadas por ela e, em seguida, abrirei a palavra ao Plenário.

Entendo que a exposição foi riquíssima, lamentamos não ter um tempo maior, até porque o objetivo desta CPI é poder examinar todo e qualquer material e aqui refletir as ideologias colocadas sobre a questão da esterilização.

Pareceu-me, na verdade, que a exposição, que não foi de todo feita, deixa alguns pontos pouco claros, dentro dos princípios que norteariam a exposição aqui.

Primeiro: A questão do processo de eugenia. Não ficou clara essa relação da esterilização, do controle de natalidade a partir de uma visão étnica, da eugenia colocada, em que pese termos visto o vídeo.

Uma outra questão pouco clara é essa relação com o País chamado Brasil.

Quando sabemos, por exemplo, que há 184 filiações no mundo, indagamos qual o número concreto no Brasil? Quantas filiações atuam no Brasil direta ou indiretamente?

Ficou claro na exposição que existem grupos parlamentares, a nível mundial, favoráveis a essa política controlista. Pareceu-me que, pela exposição feita, nesse sentido, houve uma derrubada de tabus e mitos. Gostaria, então, de me posicionar em relação à exposição feita pelo Dr. Hum-

berto Leal, sempre com objetivo de contribuir com esta CPI e não de polemizar-la.

Querida saber se esses grupos estão no Brasil e no Parlamento brasileiro?

Assim como o Dr. Humberto coloca que está escrito nas cartilhas sobre educação sexual palavras e vontades que visam à derrubada de tabus, mitos e de implementar incesto, enfim, também percebi em sua intervenção a existência de comportamentos que foram e ainda têm sido colocados neste Parlamento por vários de seus membros, que, em relação ao direito individual e coletivo na nossa Constituição, por exemplo, foram inteiramente contrários à formação de uma política de planejamento familiar.

Então, como acho que é muita coincidência, gostaria de saber se há, aqui no Brasil, parlamentares atuando, sendo subsidiados por esse grupo?

Agora quando o Dr. Humberto enfatiza a questão dos métodos e coloca o método natural como sendo eficaz, até concordaria com ele. Acho que quaisquer que sejam os mecanismos, eles irão direta ou indiretamente interferir no metabolismo humano. Todos têm consciência disso. Mas há uma consciência cultural que nos mostra, como no vídeo, quando foi perguntado a um cidadão se usaria camisinha, ele disse que não, porque nem ele, nem sua mulher eram doentes. Mas ele sabe que o uso da camisinha interfere na relação, incomoda, ou, psicologicamente, não estará sentido o mesmo prazer. Por quê? Porque ali está introjetada toda uma cultura.

Como poderíamos introduzir, num processo imediato, nessa chamada cultura tradicional, com todos os seus tabus, a questão do método natural, garantindo a eficácia desse método, levando em conta todo um processo, toda uma discussão, não só do ponto de vista político, mas também da questão do Direito de que tratamos em uma CPI?

Gostaria de deixar claro que não estamos aqui para fazer nenhum julgamento, pura e simplesmente, estamos dando subsídios, a esse debate para detectar a questão do controle da natalidade e por que esse controle está acontecendo na América Latina, e principalmente no Brasil como país estratégico?

Na verdade, houve na exposição uma enfatização da questão dos métodos contraceptivos usados, e foi colocado, como indicativo o chamado método natural.

Há ainda uma outra pergunta. Estamos buscando nas exposições quais as probabilidades de provas concretas possam servir também, como um instrumento do Poder Público para responsabilizar aqueles que têm implementado essa política, que pode ser o próprio poder público, em determinados momentos, se ele tiver coincidência nas suas relações e contratos, enfim, acordos que esteja fazendo.

Qual é a prova da relação que esse documento coloca nesse material com as políticas hoje implementadas no Brasil.

Acompanhamos o trabalho do Ministério da Saúde e num determinado momento, o Dr. Humberto Leal afirma ou através dos documentos apresentados e do vídeo que existe um - e aí até ressaltou que pode ser que as pessoas estejam sendo usadas - mas, de qualquer forma, ele relacionou todo o trabalho feito pelo País, ao qual temos mais acesso, a essa política do ITP.

Eu gostaria que o Sr. pudessemos esclarecer um pouco, dentro desse material, qual a relação que ele tem com os implementos do Brasil.

A última pergunta é em que aspecto esse material vai dectar e contribuir na política de planejamento familiar, não só com o método chamado natural, aqui colocado, mas dada a cultura brasileira, como poderíamos colocar, como indicador, para esse debate do planejamento familiar, porque o vídeo coloca a necessidade de planejamento, a exposição também coloca essa questão, não como uma necessidade política, mas de direito e nós gostaríamos de ter alguma indicação nesse sentido.

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA - Achei bem pertinentes as suas colocações, porquanto era o assunto da segunda parte relacionado a esta primeira exploração. Agora tenho a oportunidade de expor exatamente essa questão.

Não sou contra ou a favor de nenhuma método de planejamento familiar. Expus o problema, como todos fizeram apenas lembrando que não foram enfatizadas as aplicações dos métodos naturais apesar dos seus avanços nos dias, de hoje. Tentei mostrar isso à Comissão.

A Senhora pediu-me para mostrar as evidências que tenho sobre esses grupos, nos parlamentos, nos governos, Vou apresentar alguns documentos.

Falamos de que ao lado desse programa há um programa político, representado por esse documento, que é o Relatório Kissinger. Esse relatório propõe, entre outras coisas, a participação da mulher nesses trabalhos de controle da população.

Vamos mostrar aqui duas transparências. Antes de mais nada, quero mostrar que esses projetos são publicados oficialmente pelas Nações Unidas, que estão neste volume é o Fundo da População Nações Unidas, que publica projetos de população para todo o mundo. Nós trouxemos a parte do Brasil para focalizar com mais detalhe.

Quando se observa esses projetos, vemos que dentro deles está a BENFAM - o documento diz que é o IBGE, - recebendo em 1989 a 1991, através de manutenção de contratos com todos os Governos Estaduais no Nordeste e de alguns outros Estados, a manutenção de serviços de uma rede de clínicas, propagação de informações em larga escala de um programa de educação para o público em geral e para grupos especializados. Parece que há mais de cem unidades da BENFAM, incluindo 2.500 clínicas no total.

Vamos ver o assessoramento e a assistência ao grupo parlamentar de estudos de população e desenvolvimento, assegurando-lhe o que a nova Constituição de 1988 explicitou:

1. Garantia ao livre exercício do direito ao planejamento familiar;

2. Determina ao Estado proporcionar os recursos científicos e educacionais para esse efeito;

3. Veda qualquer forma coercitiva desse direito ao planejamento familiar, por parte de instituições públicas ou privadas.

Agora, não é só isto, há mais. Aqui adiante há uma verba especificamente destinada à Assembléia Constituinte Brasileira.

Encontra-se, nesse outro documento, a seguinte colocação: Planejamento familiar e Assembléia Constituinte Brasileira. controlar, monitorar, e onde necessário, dar assistência no desenvolvimento do tema planejamento familiar, conforme o texto da Constituição Brasileira.

Membro do grupo brasileiro de parlamentares sobre população e desenvolvimento recebeu instruções técnicas sobre planejamento familiar.

Agora, imaginem que o artigo que está na Constituição guarda muita semelhança com o proposto pelo relatore Kissinger em 1974. E o que ele propunha? Ele propunha exatamente evitar que houvesse um clima anti-americano ao mencionar que os Estados Unidos queriam o pior para o nosso País, propunha ela então uma redação para planejamento familiar que evitasse

esse tipo de pensamento. Neste Relatório são propostos temas de redação do planejamento familiar. Os Estados Unidos podem ajudar a diminuir as acusações de motivação imperialista por trás de seu apoio aos programas populacionais, declarando reiteradamente que tal apoio vem da preocupação que os Estados Unidos têm do direito de que cada casal escolha, com liberdade e responsabilidade, o número e o espaço entre os seus filhos e o direito deles terem informações, educação e meios para realizar isso".

Vemos que, conforme está no projeto de população. Sr. Presidente, que esse grupo foi quem manteve essa política com essa orientação, conforme está dito no documento oficial das Nações Unidas.

Sabemos hoje, todo mundo fez o Imposto de Renda há pouco tempo, que só podemos abater cinco dependentes, quatro filhos e uma mulher e não há nenhuma lei que fale sobre isso.

Aliás, os jornais publicaram uma matéria sobre esse assunto. Até parece que se iria rever essa questão, mas são só quatro filhos que se, por demer abater. Mas a proposta é baixar para dois filhos; quatro no primeiro momento e depois diminuir para dois. O ideal seria zero. Em compensação, já há uma política natalista do lado de lá, pois se está amamentando o índice de natalidade do lado de lá. Há algum tempo, foi publicado um livro "Guerra contra a População." Este é o livro mais sério sobre o assunto, com estudos técnicos, documentações, estatísticas e números muito bem colocados. "Guerra contra a População" é um resumo e está escrito em espanhol para aqueles que desejam ler em espanhol. Mais recentemente, saiu um outro trabalho, que é best-seller no mundo inteiro e está sendo traduzido em várias línguas — espero que seja traduzido para o português em pouco tempo. Chama-se "O Desvio Totalitário do Liberalismo" que mostra o perigo do desvio do liberalismo, com a mentalidade de destruição de vidas.

Gostaria de falar também rapidamente dos métodos contraceptivos, a que a Doutora se referiu há pouco. Há hoje uma grande propaganda para se usar camisinhas. "Camisinha, camisinha, sexo seguro, sexo seguro, sexo seguro." Por trás disso, está, evidentemente, a recomendação de se fazer o sexo à vontade, porque está seguro. Mas não é o que pensam outras pessoas. Aqui há uma pesquisa feita sobre o uso da camisinha, com o objetivo de responder à seguinte pergunta: por que, mesmo com o uso obrigatório de camisinha nessa sociedade de adictos, nesse Estado americano, continuava a haver a proliferação da Aids? Chegou-se à conclusão, nesse estudo, da total ineficácia da camisinha. Então, em alguns Estados de lá proibiu-se recomendar o uso de camisinha para adictos. Pesquisou-se o produto desde a sua fabricação até chegar ao consumidor. Ele foi submetido a vários estágios de temperatura, com o que se constatou que a camisinha se dilata e se contrai, os seus poros se enfraquecem e, consequentemente, deixam passar o vírus da Aids, que é 450 vezes menor do que o espermatóide. Portanto, ela retém coisa alguma. Escrevi uma carta ao Presidente da Organização Pan-Americana de Saúde, colocando-me à disposição aqui no Senado e a qualquer hora para falar sobre o assunto. Ele me respondeu, através do seu pessoal técnico, que realmente há recomendação da Fda americana para se usar camisinha, mas que não se pode desconhecer que há problemas com o transporte entre a fábrica e o consumidor. Isto vem gerando a deteriorização da camisinha. A Opa está enfrentando o problema recursos para treinamento de pessoal, de forma a evitar que se insinuem mais Aids.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Dr. Humberto, apenas mais uma pergunta. Tenho uma visão mais feminina dessa situação. Em termos de métodos naturais, que recursos existem para o homem. A mulher dispõe de dois dispositivos.

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA — Já existe camisinha para mulher hoje, já está sendo lançada.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Estou me referindo a métodos naturais.

O SR. HUMBERTO LEAL — Evidentemente, esse método aqui é um método caro, não é para a nossa população em geral; é para pessoa de classe alta, pois custa 250 dólares. Este aqui custa mais barato. Mas os métodos naturais são usados sem risco. Há pouco tempo, estive aqui o Dr. Billings, que foi um dos criadores do método Billings, depois de mais de 50 anos de pesquisas nessa área. A Organização Mundial da Saúde pesquisou a validade desse método em países como a Austrália e nas faixas pobre, média e alta da população e chegou à conclusão de que ele tem de 96 a 98% de segurança. É a mesma segurança da pílula. Evidentemente, há necessidade de se investir na educação dos dois, do homem e da mulher. Incluir a mulher num programa integral de saúde e colocar apenas sobre ela a responsabilidade pelo planejamento familiar está errado. O ônus não é só da mulher; é do casal. Planejamento familiar, a meu ver, é para o casal, e não só da mulher e não só do homem. Por isto, os métodos naturais, em pesquisas feitas, revelaram um bom resultado, porque foi feito pelo casal, com a orientação dos dois. Evidentemente, há só um dia fértil da mulher; mas, medida de segurança contra uma possível concepção antes e depois desse dia, há necessidade de um período de 3 dias de abstinência durante o mês, e, para isto, é preciso que haja entendimento entre homem e mulher. No meu ponto de vista, planejamento familiar deveria ser um programa específico na área de saúde do qual pudessem participar homens e mulheres, porque os dois são responsáveis. O homem teria que participar também deste assunto.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Posso passar a palavra ao Plenário? (Pausa.)

Com a palavra o nobre Deputado Marco Penaforte.

O SR. MARCO PENAFORTE — Sr. Presidente, Sr. Conferencista, companheiros:

Antes de realçar a importância da palestra do nosso ilustre conferencista, faria um pequeno reparo, se me permite o nosso orador, de que achei que há uma certa dose de maniqueísmo na forma como abordou o tema, sem tirar nenhum mérito do seu esforço, da sua pesquisa histórica realmente muito importante, mas é fundamental que sapeamos o jolo do trigo e nem tudo diz respeito a planejamento familiar necessariamente se vincula a controle familiar e intenções de instituições vinculadas a interesses econômicos e ao controle de países pobres.

Mas acho que foi extremamente rica e abriu fronteiras interessantes o pronunciamento do nosso conferencista quando ele faz esse rastreamento histórico remontando ao início do século, às primeiras idéias demonstrando essa intimidade que há entre controle de natalidade, controle eu-

gênico e eutanásia. Essa é uma fronteira muito delicada, às vezes perturbadora do ponto de vista ético dentro da própria Medicina quando se questiona a idéia, se se deve ter ou não filhos se já se sabe que o filho vai nascer com a doença, pais diabéticos etc., mas geralmente é um campo que quando você envereda no conceito do controle da natalidade geralmente pode partir para o controle eugenico e rapidamente chegar à eutanásia.

Esse é um caminho fácil de ser percorrido e a Alemanha nazista é o principal símbolo desse tipo de intimidade de conceitos.

Achei importante, também, quando nosso conferencista mostrou a gradual transformação dessas idéias em políticas de Estado com pretensão hegemônica.

Inicialmente, um exemplo passado da Alemanha e o exemplo mais recente dos Estados Unidos da América tão bem explicitado nesse documento que começamos a tomar conhecimento, documento Kissinger, onde praticamente se diz que no lugar dos termos "controle de natalidade" vamos usar outros termos que encubram esse tipo de finalidade.

Acredito, Sr. Presidente, que esta Comissão, a senhora foi muito enfática durante uma intervenção anterior minha, deve fazer uma denúncia firme sobre esse processo de esterilização em massa das mulheres brasileiras. Acho que esse é um dos objetivos desta Comissão, apurar em profundidade e formular essa denúncia.

Mas acredito que, para esta Comissão ter credibilidade, acredito que, também, para que ela possa ter objetivos definidos, claros como explicitar o que está na nossa Constituição sobre planejamento familiar, qual a substância do que está ali, em detalhes, em minúcias, acho que esta Comissão tem que fazer, cada vez mais, uma análise não secretária, não passional e, sim, abrangente de todos os problemas que cercam a questão do planejamento familiar.

Em contatos recentes, já entreguei à senhora um documento do protocolo que talvez seja assinado na Eco-92, no Rio de Janeiro, mostrando que o controle das políticas demográficas é um dos objetivos do protocolo que vai ser assinado no Rio de Janeiro, embora não bata com aquele documento que o Brasil preparou, no ano passado, definindo quais são as prioridades brasileiras dentro da Eco-92.

O protocolo está lá. Amanhã vamos questionar o Ministro Azambuja no encontro que ele vai ter na Comissão do Meio Ambiente.

Ontem mesmo, conversando com o Ministro Carlos Garcia, presidente do Grupo de Trabalho Nacional, que organiza a infra-estrutura da Eco-92, ele vive a necessidade do controle populacional brasileiro. Isso, parece-me, está disseminado dentro daqueles setores do nosso Ministério das Relações Exteriores que estão mais envolvidos com a questão da Eco-92.

Dá a grande oportunidade de esta CPI ter uma credibilidade e fazer um pronunciamento abrangente e em profundidade sobre essa questão, porque o momento é extremamente oportuno.

E nesse sentido é que costumo insistir em que vejamos uma abordagem, sob todos os ângulos do problema, sem preconceitos, sem sectarismo para o que for produzido aqui realmente produzir consequências no espírito deste País.

Finalmente, não teria uma pergunta ao nosso conferencista, mas faria uma sugestão: acho que esse rastreamento é um documento histórico importante para nós. Essas idéias, partindo de um idealista que poderia estar fora da realidade foram concebidas, talvez, pela própria Margaret Sanger de uma forma idealista. Aos poucos, essas idéias, crescendo, foram sensibilizando instituições e governos. É um rastreamento importante.

Talvez, se o senhor conseguisse fazer um documento sintético, de poucas páginas, mostrando essa evolução, conseguindo detalhar que financiamentos mantêm uma rede tão vasta como essa, que consegue se expandir para 180 países. De onde provêm esses financiamentos? Qual o montante desses financiamentos? E, finalmente, especificando um pouco, no rumo que a nossa Presidente colocou a questão, as ligações mais detalhadas da origem dessas idéias com o nosso Brasil atual, quer dizer, ligações da Benfiam com o ITPP. Onde é que está situada essa ligação? De onde procede esse financiamento? Os montantes, os recursos envolvidos e, finalmente, o detalhamento e as instituições que são bancadas.

Tivemos, recentemente, numa maternidade do Ceará a aplicação dessa injeção de hormônios, sem nenhum tipo de teste, usando como cobaias as mulheres cearenses; estava sendo feita a aplicação dessas injeções, um protocolo de pesquisa. É mais uma vez o Terceiro Mundo sendo utilizado.

Se fosse possível, é uma sugestão que deixaria aqui para o senhor, para a CPI utilizar de uma forma objetiva a riqueza do material que o senhor trouxe, porque há uma diversificação muito grande. Talvez um documento sintético, com bastante dados e objetividade, poderia ser uma contribuição valiosa ao trabalho desta CPI.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Com a palavra a nobre Deputada Zilá Bezerra.

A SRA. ZILÁ BEZERRA — Sr. Presidente, Dr. Humberto, conferencista de hoje, ajudaria pouca coisa à intervenção do nosso companheiro Marco Penaforte. Quero dizer que o que foi exposto aqui, a mim particularmente, não me causa muita espécie.

Já tinha notícia e acompanhei de perto o trabalho desse grupo que teve origem na Inglaterra e se espalhou pelo mundo através desses tentáculos todos, sobretudo nos países de Terceiro Mundo, e mesmo nos países de quarto, quinto mundo, como se queira chamar, através da Comissão de Saúde da Câmara dos Deputados, que em 1974 desenvolveu um trabalho, tendo à frente o Deputado Jaison Barreto, sobre a reformulação, se não me falha a memória, do Código Nacional de Saúde (Não sei se é esse o nome do documento.)

Naquela época — sei que foi entre 73 e 74 porque o meu marido, que hoje é Senador, prestava assessoramento àquela Comissão, como funcionário da Câmara dos Deputados — o Deputado Jaison Barreto travou uma luta muito grande — vou citar nomes — com o Deputado Anapolino de Farias, que era o representante da Benfiam no Brasil.

Lembro-me que houve um grande congresso na Câmara dos Deputados do qual participaram vários segmentos da sociedade brasileira e as teses defendidas pelo pessoal da Benfiam foram derrotadas naquela época — esterilização em massa. Eles usavam exatamente esse eufemismo do controle da natalidade.

Quando o senhor colocou essa questão, pareceu-me estar revendo um filme que já havia visto; presenciei aqui, como esposa do funcionário da Câmara dos Deputados, Aluizio Bezerra, hoje Senador, a empolgação dele, juntamente com os deputados que eram contrários às teses da Benfiam.

E o Deputado Jaison Barreto saiu fortalecido daquela luta, daqueles embates com os interlocutores dessa ITPP aqui no Brasil? Esse é um material muito rico. É pena que tenhamos pouco tempo para ouvir e discutir tudo.

O expositor de hoje deu uma conotação muito pessoal ao seu depoimento. Lógico, ele se envolveu um pouco. Tem que tomar uma posição, não pode ficar em cima do muro. De qualquer forma, a pessoa emite a sua opinião.

Mesmo assim, achei muito rica a exposição e não me admiraria de jeito algum de saber que tudo isso continua. Há o relatório Kissinger. Não sei para que tanto controle no País; sei que há muita miséria, mas, há muito espaço vazio também. Poderíamos sair para outras formas de controle populacional e de elevar as condições de vida do povo.

Quando viajo de avião daqui para o Rio Branco, no Acre, que hoje está tão na moda — infelizmente, entrou para o noticiário nacional de forma tão dolorosa com a morte do nosso governador — vejo do avião espaços vazios seguidos, são 3 horas de voo. Pico pensando por que controlar tanto?

Só pode estar alguma coisa ligada à questão da dominação dos países mais ricos com relação aos mais pobres. Não tenho nenhuma pergunta para fazer. Quero dar esse depoimento, que já era do meu conhecimento. Esta questão me é familiar, exatamente devido à minha experiência através do trabalho do funcionário, hoje Senador Aloisio Bezerra, meu marido. Sempre acompanhei esse assunto, ele sempre existiu. E aqui dentro da Câmara, aqui dentro do Congresso deve haver os representantes, as pessoas que falam por essa organização mundial.

E os americanos e outros países não estão fazendo isso querendo ser bons. Na verdade eles direcionam tudo. Não estamos percebendo, mas há uma proposta subliminar quando se diz que o anticonceptivo natural não serve, que traz efeitos colaterais, o diu também não serve. Essa propaganda leva a mulher e o homem a se esterilizar definitivamente. Logo, chegaremos ao ponto que propôs por aquela senhora. As sub-raças vão acabar, segundo a filosofia dela nós somos sub-raça, nós todos brasileiros, não adianta ser negro ou branco, eu sou uma mistura de tudo isso, eles são talvez os puros. Quando vejo esta questão, me lembro do nazismo. Muitos pensam que o nazismo acabou. Engano, ele está vivo. Vez por outra, a Rede Globo nos mostra que há movimentos vivos desta teoria racista que infelicitou o mundo todo. O problema das sub-raças é oriundo dessa filosofia, está intrinsecamente ligado. Isso me deixa com muito medo do que possa vir a acontecer.

Concordo com o Deputado. Ele está tendo uma visão muito boa a respeito. Não devemos ser maniqueístas ou cadáver, ou assassino, mas temos que ter cuidado porque há o risco, e estas organizações, elas se infiltram e financiam mesmo.

Infelizmente no Brasil nós não temos a divulgação disso tudo. Vem tudo camuflado. E vemos o Ministério da Educação entrando nessa.

Não quero ser preconceituosa mas não adotaria essa cartilha para minha filha que tem 8 anos. Não pretendo colocar Natacha, que é minha filha, numa redoma, mas, aos poucos vou fazer a abordagem desses assuntos que são tão delicados. Não acho correto dar um livro para uma criança e deixar que ela tire as conclusões. Dar pilulas aos 12, 13 anos! Acho que as coisas estão sendo muito simplificadas, muito cruas, fico com muito receio disso tudo.

Era o que tinha a dizer.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Com a palavra o Deputado Antônio de Jesus.

O SR. ANTONIO DE JESUS — O assunto, Sr. Presidente e Membros desta comissão, é por demais sério e digno, sobretudo, de uma consciência humana, cristã muito aprimorada. Quando o assunto envolve a vida me faz respirar diferente. Há mil anos antes de Cristo, no Egito, tentaram eliminar uma raça porque ela estava crescendo. Tentaram, inclusive, aplicar a pena de morte para as crianças recém-nascidas com medo do crescimento populacional.

Conheço bem esta história e devo dizer que para aquele que viria libertar o povo não adiantou fazer maniqueísmo de toda forma para eliminar a espécie. Veio, crescer e alcançar o seu objetivo.

Eliminarmos a vida simplesmente em nome da economia, da crise, da alimentação, é coisa séria.

Ainda quando ouvia a minha colega Deputada falando deste assunto muito sério sobre esterilização em massa, como emenfismo de controle de natalidade, esterilizando à revelia, podendo mesmo chegar a exterminar a raça — e até com a nossa anuência — num momento como esse sinto no profundo da alma uma responsabilidade enorme ao tratar de tema de tamanha importância, de tamanha envergadura. Fico pensando: se Deus já permite um controle automático sobre a interiorização da esperma onde milhares, milhões competem e só um ou dois vingarão, porque o homem vai querer eliminá-lo também? Deus já tem uma forma de controlar essa espécie desde a fecundação.

A partir daí, nos compete agora como legisladores ter o cuidado de procurar resolver um problema sem criar um mal maior, ou até um pecado maior contra a vida.

Então, com a esterilização haverá o predomínio possivelmente de determinadas intensões raciais. A encomenda dos bebês artificiais, de proveta, dentro de uma ideologia racial.

Deputada Benedita da Silva — O caso é muito mais grave do que se imagina. Nós todos, membros desta Comissão, como o Congresso Nacional, devemos nos conscientizar do valor da vida, do valor da discussão desse tema. Muito mais importante do que pensar nos efeitos de Eco-92 sobre a vida no Planeta, mas levando em consideração outros aspectos.

Isso aqui para mim é fundamental porque trata da vida doada por um Criador que tem o domínio sobre ela e que determina o quantitativo que pode lutar e chegar.

Agora outro caso, paralelamente, faço parte também de uma Comissão que trata da violência contra a mulher e conforme o controle que nós estaremos fazendo aumentada essa violência. Por quê? Porque o vasectomizado vai ficar mais à vontade para a prostituição, para o desrespeito, para o adultério ou para o estupro, uma vez que ele sabe que já está eliminado. Vejo também o lado da mulher. São casos, são premissas que merecem aqui agora uma tomada de consciência maior dentro de um Planeta que sinto realmente que é uma grandeza inviável que nos domina dentro deste microuniverso.

Vamos procurar discutir o assunto sem paixões e deixar cada um colocar o seu ponto de vista. Dr. Pena Forte, como médico deixando o seu ponto de vista, eu com a minha formação teológica, a doutora com a sua

formação também e o seu sentimento de mãe envolvido dentro do assunto. Cada um de nós na diversificação em que nos encontrarmos poderemos chegar a um caminho ideal, como diz aquele pensamento em latim est unitas in varietatis, a ordem é a unidade na variedade.

Que Deus nos dê graça, capacidade, coerência, sensatez para refletirmos sobre essa tema, que não se esgota apenas na reunião de hoje, mas creio que é o princípio de um debate que vai envolver mais pessoas.

Simplesmente eram essas as minhas considerações e até pontos de reflexão sobre a continuação do debate, parabenizando também a exposição feita pelo Professor Humberto.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — As últimas considerações serão feitas pelo Dr. Humberto.

O SR. HUMBERTO LEAL VIEIRA — Serei breve. Agradeço as considerações dos Senhores.

Como bem ponderou o nosso ilustre Deputado, o tempo foi curto. Trouxemos a relação de todas as organizações que financiam algumas entidades no Brasil, e a relação das próprias entidades que estão recebendo esses valores. Há muitas entidades. Mas, infelizmente, com o tempo curto, não foi possível explicar como deveria: Não que o tempo tenha sido insuficiente, mas é que as informações são muitas.

Não quero deixar clima de desânimo. Ao apresentarmos material e documentos, deixamos uma impressão de que está tudo perdido. Não. Tenho muito fé no futuro. É essa a última parte que falarei.

Hoje, o mundo foi dividido — depois da queda do Muro de Berlim — em três grandes mercados. Quando o relatório Kissinger foi escrito, seguramente em 1974, não se imaginava uma queda tão violenta do mundo comunista. Isso aconteceu e desarticulou a política de Kissinger. Por quê? Porque, hoje, o mundo está com o mercado asiático com a influência japonesa; quanto ao Leste Europeu, tem-se a supremacia do Mercado Comum Europeu. Só sobrou para o nosso amigo, irmão do Norte, o nosso mercado sul-americano.

Então, hoje, a política não é reduzir efetivos de mercado, mas criar situações de mercados para que o mercado reabsorva essa produção e, consequentemente, isso, vai de encontro àquela política traçada na NSM 200. Tinha alguma informação de que está sendo elaborada um outro relatório desse calibre, mas procurando inverter a situação. E que teríamos na América Latina, inclusive no Brasil, redistribuição de renda, reforma agrária, moralização dos costumes, e tudo quanto é necessário para renovar esse mercado e, consequentemente, teremos condições de ter uma outra situação.

De modo que isso é muito esperançoso. Creio e espero que venha para todos nós. Penso que seria muito difícil para que, com nossas próprias forças, possamos sair disso. Não digo que seja impossível, porém é muito difícil.

Muito obrigado, pela oportunidade. Estarei à disposição dos senhores que quiserem se aprofundar em algum assunto destes: esterilização, educação sexual, uso de contraceptivos, métodos naturais. Há muita documentação sobre esse assunto. Meu telefone é 224-9692.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Peço ao Dr. Humberto, como é de praxe, que passe a esta Comissão toda a documentação referente à sua exposição, e agradeço-lhe pela contribuição neste debate, entendendo que o objetivo desta Comissão é fazer com que as informações por aqui passadas não sejam, pura e simplesmente, alvo de um relatório no término de uma CPI. Que haja um desdobramento consequente, para que possamos levar a todo o corpo do Poder Legislativo essas informações que imputamos preciosas.

Quero dizer ainda ao Dr. Humberto que V. S.ª inicia nesta etapa do debate uma outra visão dessa relação, quanto à concepção, planejamento familiar, os contraceptivos, anticonceptivos e da política. Inaugura também o debate que se faz em um modo altamente positivo, com riquíssima condição de contraditar.

Creio ser importante para esta Comissão — só estou, como Presidenta, lamentando profundamente, como não tenhamos aqui nesta Comissão algo extremamente importante do ponto de vista do Direito, da Política, e por que não dizer, do novo da questão da segurança nacional, na medida em que passa por aqui a grande discussão da Eco-92. Percebemos que do ponto de vista político está em jogo um controle demográfico que passa desde a população até os nossos recursos, e que é importante que temos como pano de fundo essa questão da esterilização. E dizer também que toda contribuição deve estar sendo dada sem aquele autocomponente emocional. Estamos realmente no chão, buscando racionalmente trazer informações que servirão tanto para o debate dos que controlam, como daqueles que são contra esse controle.

Então, é riquíssima a contribuição e a participação também de outras exposições feitas.

Queremos agradecer e dizer que contamos e continuaremos a contar com os seus serviços, enquanto um servidor nessa instância do Senado e nesta Comissão, e pedir-lhe que nos dêem todo o respaldo possível nas documentações que venham às suas mãos.

Mais uma vez, agradeida em nome desta Comissão.

A SRA. ZILÁ BEZERRA — O controle populacional é diretamente por causa dos recursos, também.

A SRA. PRESIDENTE (Benedita da Silva) — Gostaria de solicitar à Comissão, antes do término, a um dos participantes — sei que somos poucos aqui presentes — que nos ajudassem na divulgação do nosso trabalho. O nosso trabalho é importante? Ele é muito importante para o Brasil. Não pode ser um trabalho que se restrinja pura e simplesmente ao crescimento pessoal dos que aqui comparecem. É importante dar contribuição a este poder, e à população na informação, na contra-informação. Foi muito bem colocado pelo Dr. Humberto, existe, de fato, uma desinformação generalizada e estamos aqui nos fartando, banquetando-nos dessas experiências. E, no entanto, não temos tido o poder de divulgá-las e nem de estimular as pessoas a comparecer.

Não temos aqui hoje nenhum representante do Senado que pudesse participar desse debate. Mas, vamos até o Senado chamar os nossos senadores e deputados para que compareçam em nossas reuniões. Sei que é importante e não apenas os titulares, para que também possam ocupar esse vazio deixado pelos titulares. Esta Comissão continua com dificuldades de ordem financeira. Chegou-me a informação de que o Deputado Marcos Pena Forte estará dando uma contribuição muito grande a fim de que representantes

que deverão depor na CPI, venham com os seus próprios recursos. Esse é um caminho. Mas, acredito que nem todos os depoentes, convidados por esta Comissão, poderão dispor financeiramente de recursos para aqui comparecerem. É extremamente importante. Por isso é um apelo que estamos fazendo. Agora vou me entender com a Assessoria, de que a partir de hoje mesmo já estaremos, conforme o pedido feito na reunião na Comissão passada, por requerimento, expedindo o pedido de passagens e de hospedagem para os depoentes. Não tivemos ainda retorno, pela Assessoria. E, evidentemente, ela não deve ter recebido retorno da Comissão que seleciona as possibilidades de as pessoas virem depor.

Então, gostaria de, mais uma vez, com o apoio desta Comissão, dizer que estaremos, novamente, pedindo à Mesa, a essa Comissão que faz a seleção, que nos dêem um retorno do pedido feito até então. Convoco a próxima reunião para quinta-feira, às 9h30min, quando estarão aqui também dando o seu depoimento a Sr. Maria José da Conceição, da Federação de Médicos e o Dr. Ivan de Moura Fê, do Conselho Federal de Medicina.

Está encerrada a reunião.

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 593, de 1991-CN, destinada a "investigar a crise na universidade brasileira".

18ª Reunião, realizada em 7 de maio de 1992

Aos sete dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e dois, às 10h15 dez horas e quinze minutos, na Sala nº 6 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Eraldo Tinoco, Murilo Rezende, Raul Pont, Sólton Borges dos Reis e Maria Luiza Fontenelle, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "Investigar a Crise na Universidade Brasileira". De acordo com o preceito regimental a Presidência declara aberto os trabalhos. Em seguida, convidou o depoente Professor Jacques Velloso para tomar assento à mesa e em seguida procedeu-se o juramento. Não havendo número regimental a Presidência deixa de proceder a eleição do Vice-Presidente constante do item 1 da pauta, ficando adiado o processo de votação para a próxima reunião. O Presidente concede a palavra ao depoente para fazer a sua explanação sobre a Crise na Universidade Brasileira. Com a palavra o depoente passa a fazer uma longa explanação sobre o atual quadro vivido pelas Universidades. Em seguida a Presidência comunica que tão logo seja concluído o depoimento do Professor Florestan Fernandes a palavra será facultada aos presentes, a fim de que os depoentes possam ser interpellados e convida o Professor Florestan Fernandes a tomar assento à mesa e prestar o juramento. Prestado o juramento, a Presidência concede a palavra ao Professor Florestan Fernandes para fazer o seu depoimento. O depoente faz um balanço dos principais pontos que julga ser a crise vivida pelas universidades. Citou a crise no seu aspecto recente, entendendo que foi provocada por inexistência e citou ainda como exemplo o trabalho feito na Universidade de São Paulo, onde o salário era baixo, o tempo integral não era universal e a exigência fundamental do progresso do ensino, da pesquisa e de todas as funções com financiamento público. O Senhor Presidente comunica ao depoente que em virtude de ser relator de uma importante matéria que será votada neste horário, passará a Presidência ao Senhor Senador João Calmon, que prosseguir os trabalhos da Comissão até o seu final. Ainda com a palavra o depoente faz uma análise dos dados estatísticos e constata que grande parte do ensino superior é ocupada pela escola privada isolada. Terminado a explanação, os depoentes foram questionados pelo Senhor Senador João Calmon, Deputado Raul Pont e pelo Senhor Deputada Maria Luiza Fontenelle. A seguir os depoentes passaram a responder todos os questionamentos. O que foram dados como satisfatórios pelos interpellantes. Em seguida o Presidente agradece aos depoentes Professores Jacques Velloso e Florestan Fernandes pelas valiosas contribuições que prestaram aos trabalhos da Comissão. Em seguida convoca reunião a realizar-se no dia 14 de maio do corrente, às 10h, com a finalidade de ouvir depoimentos do Professor José Hartur Gianotti e da Professora Eunice Ribeiro Durhan - Secretária Nacional de Ensino Superior. Nada mais havendo a tratar declara encerrados os trabalhos e, para constar eu, Joaquim Balduino Neto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo a Ata da 18ª reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento nº 593 de 1991-CN, destinada a "investigar a crise na universidade brasileira", com a finalidade de ouvir depoimentos dos professores Jacques Velloso - docente da Universidade de Brasília e Florestan Fernandes - Docente da Universidade de São Paulo - que vai à publicação, com autorização do senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Deputado Eraldo Tinoco
Relator: Senador João Calmon
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

Convidados: Jackson Velloso - Florestan Fernandes - Raul Pont - Maria Luiza Fontenelle.

(Não houve gravação do início da reunião.)

Há algum tempo já passamos por crises - isto é do conhecimento de todos os Srs.. Talvez, basta algum elemento mais saliente do benefício, como, por exemplo, o fato de que o Brasil padece de uma distribuição de renda, que está entre as piores do mundo, e, hoje, debate-se o salário mínimo, sem considerar os trabalhadores. Discute-se se será 100 ou acima de 100 dólares. Enfim, temos uma estrutura social com enormes desigualdades. Temos uma sociedade de rápidas transformações sociais em vários setores e, ao mesmo tempo, de estagnação em outras áreas da nossa sociedade. Essas disparidades se traduzem em vários aspectos, sendo que alguns, não podem deixar de refletir no sistema de ensino. A crise atravessa todo sistema de ensino - da pré-escola à pós graduação. No Primeiro Grau, temos estágios de professores com salários ínfimos, que não atinge, sequer, o salário mínimo de várias regiões do País. Isto, ao invés de atrair profissionais qualificados, repele muitos daqueles que se formam nas nossas escolas normais e, ao invés de se destinarem ao ensino, destinam-se a outros setores da vida produtiva. Os índices de repetência e evasão, embora tenham sido um pouco melhorados ao longo dos anos, con-

tinuam alarmantes por qualquer padrão que se queira adotar - reflexo, em boa medida, na situação de suma pobreza em que vi a maior parte da nossa população.

Na verdade, pesquisas recentes têm mostrado que a repetência é muito maior do que aquela que se crê e a evasão é muito menor do que as estatísticas oficiais indicam. Evadem-se das escolas porque repetem, porque não têm maiores condições de permanecerem e, mais tarde voltam a se matricular em outra escola fora da sua zona de residência são classificados como novos alunos, como evadidos do sistema quando, de fato, fizeram apenas uma transferência de escola - para evitar o estigma da repetência, matriculam-se como se fossem alunos novos. Portanto, não são evadidos.

O estigma da repetência afeta, também, o ensino ao Segundo Grau. A repetência do Segundo Grau é, também, bastante elevada. Nos anos 60, o Brasil contava com bons colégios estaduais - muitos de nós estudamos em colégios estaduais no País. Todo Estado tem, pelo menos, um bom colégio estadual - São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, entre outros, possuem vários colégios estaduais. Onde estão esses colégios estaduais? Desapareceram porque o Governo não investiu mais em educação como vinha investindo no passado. Sabe-se que com a Constituição promulgada em 1967, eliminou-se a vinculação de recursos para o ensino e, mais tarde, foi restabelecida pela Emenda Calmon - a Emenda que leva o nome do Senador João Calmon, aqui presente - e, nesse período, diminuíram drasticamente os dispêndios em educação, sobretudo no Primeiro e no Segundo Grau. Para que V. Ex.ª tenham uma idéia, o País, ao tempo da vinculação de recursos pré-67, gastava em educação sempre um pouco a menos do que previa a Constituição - média, algo em torno de 10%. Durante o tempo em que se seguiu a Constituição promulgada de 1967, esses gastos chegaram a cair no plano federal, cerca de 4% até menos. Os bons colégios estaduais desapareceram, o estudo privado tomou conta do nível de Segundo Grau e, com isto, caiu a qualidade dos candidatos que entravam na universidade o que, evidentemente, veio afetar o desempenho na nossa universidade, no nosso ensino superior. O ensino de Segundo Grau no País, hoje, custa menos de 300 dólares o que, evidentemente, é um valor ínfimo se comparado a qualquer outro padrão internacional.

A expansão do Segundo Grau que ocorreu se deu às custas da compressão do salário dos professores. Em parte, mas não apenas devido a essa deterioração do Segundo Grau, proliferou no País a indústria dos cursinhos de vestibulares que, na sua grande maioria, são privados. E são instituições que "preparam para o vestibular". Não: preparam mediante um adestramento, ao invés de preparar para uma formação. Os alunos que vinham com deficiências do ensino de Primeiro e Segundo Graus, ao ingressarem, conseguiram ultrapassar a barreira do vestibular com deficiências, de certa forma, alargadas, até porque os cursinhos, adestrando para responderem as provas, roubam o tempo do aluno que poderia ter se dedicado à sua formação. Há, e fato, algumas experiências inovadoras nesta área na tentativa de implantar-se provas de redação nos vestibulares, provas discursivas, que, certamente, poderia estar fazendo, em pequena quantidade, reorientar o tipo de treinamento que se dá nos cursinhos de vestibular.

Mais uma vez - vale repetir - o padrão dos nossos jovens que chegam às universidades quanto ao domínio dos conhecimentos adequados para o ensino superior, cai ao longo do tempo. Esse fenômeno, em parte reflete o fenômeno da massificação do ensino, que não é brasileiro, é universal. Em todos os países do mundo, em diferentes graus, a massificação tem ocorrido a partir dos anos 60, e a partir dos anos 60, em todos os países do mundo, verifica-se uma rápida expansão no sistema de ensino.

O caso latino-americano é bastante típico, e dentro deste o caso brasileiro é típico e, também, atípico. É típico na medida em que aqui, também, se observou a diferenciação e a massificação. O ensino dirigidamente cada vez mais, a parciais cada vez maiores da população, mas alterando os seus componentes internos de forma que, de um padrão anterior que, se não era homogêneo, tinha alguma heterogeneidade, passa a ter um padrão altamente heterogêneo de qualidade e de forma de atendimento, dentro do sistema de ensino e, em especial, na educação superior.

Na educação superior brasileira, é preciso que se ressalte, porque a crise da universidade advém dessa nossa histórica trajetória, a educação superior brasileira, o fenômeno da privatização do ensino é bastante conhecido. Vale a pena destacar alguns dos seus aspectos. Em primeiro lugar, o fato de que nos anos 60, o ensino público dominava cerca de 60% do cenário das matrículas, ao longo de um período de 10 anos ou menos. Com uma retração relativa dos investimentos públicos em educação superior e com uma grande procura pelas escolas superiores, o ensino particular cresce a taxas gigantescas. Com isto, ao final de uma década, aproximadamente, o ensino privado irá dominar 60% das matrículas, isto é, o ensino superior, de 40% passa a 60% e o privado, de 60% passa a 40%. Os percentuais, portanto, se invertem. Cabe mencionar de passagem, que o ensino privado chegou a dominar 70% ou 75% da matrícula no final dos anos 70 e, a partir disto, o ensino superior público recupera um pouco do seu espaço. Ora, esta vigorosa expansão do ensino superior privado ocorre, em boa medida, movida pelo lucro. O Brasil é um dos poucos países do mundo - há alguns outros, ao que me parece, como as Filipinas, segundo informações de que disponho - onde o ensino superior privado é mantido por mantenedoras que, de mantenedoras, têm apenas o nome, porque, de fato, na sua maioria, com raras exceções, são instituições mantidas pelas altas esferas cobradas e pelos baixos custos obtidos na forma pela qual se gere esse ensino superior privado. Um exemplo ilustrativo dos padrões de qualidade que regem boa parte de nossas escolas particulares privadas é o fato de que um recente - hoje em dia não é tão recente - levantamento realizado pelo Conselho de Reitores das Universidades Brasileiras, em meados dos anos 60, indicava apenas 200 faculdades de fins de semana, nas quais os alunos obtinham seus diplomas à custa de freqüências por poucos dias na semana. Essa expansão, em boa medida, decorre da leniência com que o Conselho Federal de Educação avalia e tem avaliado os requisitos para ensino de boa qualidade no País.

A alteração desses percentuais a que há pouco me referi, teve efeitos, evidentemente, na democratização do ensino. Hoje é comum se ouvir discursos e esse debate tem surgido com muita insistência - que nas universidades públicas estão os mais ricos e nas universidades privadas, pagas, estão os alunos menos ricos. Se isto, em parte, é verdade, não pode esquecer que os poucos dados que dispomos a respeito dos anos 60, indicam sinais diferentes. Naquele tempo, não se marcava a diferenciação quanto ao nível dos alunos que freqüentavam as universidades públicas e as particulares. Essa diferenciação vai ocorrer a partir das trajetórias de expansão do ensino superior em nosso País. Então, é, talvez, alguns dos antecedentes da crise por que passamos, hoje, o nosso ensino superior. Mas, por outro lado, vale ressaltar o caminho diverso que seguiu a pós-

graduação brasileira, bastante diverso daquele seguido, de modo geral, pelo ensino de graduação.

A partir de uma correta indução das políticas governamentais de fortalecimento da pós-graduação, o Brasil deu um salto histórico, qualitativo e quantitativo, também, pode-se dizer gigantesco em pouco mais de uma década. De alguns cursos esparsos de mestrado e doutorado no Brasil, existente nos anos 60, saltou o País para um ponderável setor de pós-graduação, graças, em boa medida, a estímulos conseguidos pela CAPES, pelo CNPQ, pela FINEP, pelos esforços dos docentes e gestores em cada uma das nossas universidades.

Hoje, na universidade brasileira, 90% da sua produção científica concentra-se no setor público em universidades públicas que detêm, também, cerca de 85% da matrícula nos cursos de mestrado e de doutorado.

As avaliações coordenadas periodicamente pela CAPES, realizadas a propósito dos programas de pós-graduação, indicam que o seu padrão médio tem melhorado ao longo do tempo; indicam também, o importante espaço ocupado pelas universidades públicas nesse setor.

Na última avaliação, coordenada pela CAPES, em cerca de doze universidades no País, 30% ou mais dos seus cursos tiveram conceito excelente: conceito A. Entre essas doze universidades, apenas a PUC do Rio de Janeiro estava incluída entre as particulares; as demais eram públicas: UNICAMP, USP, Federal do Rio de Janeiro, Federal do Rio Grande do Sul e tantas outras mais.

Ao lado de problemas graves que surgem e se avolumam no nosso ensino superior brasileiro, temos alguns caminhos positivos e algumas alternativas bem encaminhadas para solução dos nossos problemas.

Outro aspecto que vale destacar, como resultado dessas políticas e trajetórias pressões no nosso ensino superior, diz respeito à eficiência, ao desempenho e ao custo das nossas universidades.

Temos ouvido, com grande frequência, que a crise na universidade é ineficiente e cara em demasia. Não dão conta do seu recado e quando o dão, fazem-nos a custos excessivamente elevados.

Cabe, no caso, apontar várias distorções ou equívocos cometidos pelos críticos do desempenho das nossas universidades públicas.

Em primeiro lugar, a condição da relação aluno-docente. Nossas críticas são pobres a respeito dessas relações. Nossas estatísticas oficiais não nos permitem conhecer, de fato, quantos docentes temos nas nossas universidades públicas. O máximo que podemos conhecer é quantos contratos docentes existem nas nossas universidades.

Em segundo lugar, as estatísticas não diferenciam o docente tempo parcial do docente tempo integral. Isso significa que elas são enganosas, na medida em que levam ao analista, à primeira vista, a entender que existe um número muito maior de docentes do que, de fato, aqueles presentes na universidade.

A estimativa é que nas médias universidades públicas devemos ter uma relação de aluno-docente da ordem de doze ou quatorze para um, enquanto as estatísticas oficiais apontam uma relação ao contrato-docente tempo parcial ou integral da ordem de oito para um ou menos.

Quanto aos custos das nossas universidades públicas. Como andam os seus custos? Os espaços federais que são o setor de maior peso, enquanto conjunto, dentro do novo ensino superior, boa parte do que aparece como custos não o são, são despesas que não podem ser imputadas ao custo de uma instituição de ensino de pesquisa. Por exemplo, hospitais universitários que consomem uma parcela gigantesca de recursos em algumas instituições. Na Uni-Rio chega a 30%; em outras universidades a 10%, a 15% das despesas totais.

Os aposentados inativos, pagos pela conta das nossas universidades, é outro elemento de despesa que não vale ser computado como custo às nossas universidades. Se eliminarmos esses elementos que não significam de fato custos, mas despesas, no seu todo, ou em parte como é o caso dos hospitais universitários, dedicados em boa medida a uma importante tarefa de assistência social, veremos de maneira geral, na maioria dos casos, o desempenho e o potencial acadêmicos de nossas universidades públicas, no caso das federais, em especial, que têm, em boa medida, correspondido a variações nos seus custos. Em outras palavras, verifica-se que em custos que variam de 4 a 7 mil e 500 dólares por ano, em benefício a custos por aluno e não a despesas por aluno. Em boa parte dos casos, temos custos ascendentes associados a um melhor desempenho ou a um melhor potencial docente, implicando, por exemplo, numa melhor qualificação docente, num melhor desempenho em programa de pós-graduação, nas relações de professor/aluno diferenciadas. Em suma, em boa parte dos casos, o nosso potencial docente tem se materializado em melhor desempenho da nossa universidade. É evidente que isso não se aplica a todas elas. Há várias exceções.

Em recente entrevista da Secretaria de Ensino Superior, concedida ao jornal *Ciência-Hoje*, da SPCC, dizia ela que as nossas universidades públicas estariam talvez, em três categorias. Em cerca de 1/3 delas o seu desempenho estaria adequado a padrões satisfatórios; outro terço precisaria de alguns ajustes, a fim de que se adequasse a padrões satisfatórios; em um outro terço seria necessário ter ajustes drásticos ou profundos para que se chegassem a padrões satisfatórios de desempenho em relação a custos.

Meus dados apontam em uma direção semelhante, porém, com a ênfase diversa.

Em primeiro lugar, é preciso indagar que critérios foram usados para classificar as universidades em três grupos, com três tipos de desempenhos em relação a custos, no caso da entrevista de Sr. Secretária.

No caso dos meus dados, os padrões são o desempenho das universidades em relação a custos efetivamente computados. Talvez, possa-se dizer com segurança que, pelo menos, em cerca de 2/3 das nossas universidades públicas, o seu desempenho tem correspondido, em boa medida, à variação dos seus custos, isto é, a custos mais elevados, onde observa-se, em geral, desempenho de melhor qualidade, apesar de todos os complicadores a que me referi há pouco.

Passo, agora, a discutir alguns aspectos da crise da universidade que hoje enfrentamos. Eles estão, em boa medida, condicionados pela trajetória do comportamento e variáveis, a que me referi há pouco.

O primeiro aspecto concernente à nossa crise na universidade, em especial às universidades públicas — a que faço referência sobretudo —, existe uma crise de governo, uma crise de gestão.

Essa crise de governo, essa crise de gestão tem raízes no nosso passado recente.

V. Exs. não de recordar que, antes da reforma universitária de 1968, editada em tempos do regime militar, os Reitores eram nomeados pelo Presidente da República através de uma lista tríplice de nomes. Depois de

1968, os Reitores passam a ser escolhidos a partir de uma lista sêxtupla de nomes, a fim de que, mais facilmente escolhidos, pudessem ajustar-se às opções políticas do Governo e, certa ou muito provavelmente, menos ajustado às necessidades da instituição que deveria dirigir.

Como reação a esta e a outras formas de intervenção branca, por assim dizer, do Estado na Universidade, surgiram os movimentos para eleição direta para Reitores.

O balanço desse processo é misto. Não se pode afirmar com segurança, que as experiências de tentativa de eleição, de consulta ampla à comunidade universitária, por exemplo, mediante votação paritária de alunos, funcionários e professores, sejam positivas ou negativas. O resultado, como disse, é misto. Mas são, entretanto, os resultados que vão nos indicar o caminho correto para um novo encaminhamento desta questão, da crise de Governo nas universidades públicas brasileiras. O caminho correto parece buscar, escapar a todo e qualquer tentativa de conceber a universidade como uma instituição fechada em si mesma, como se nós, professores, funcionários e alunos, tivéssemos recebido algum mandato popular que não recebemos. V. Exs., sim, estas recebem por meio do voto. Cabe, então, escapar a toda e qualquer tentativa de conceber a universidade como uma instituição fechada em si mesma, cujos integrantes tenham recebido algum mandato popular que lhes desse o direito de escolher, em nome do povo brasileiro, os seus dirigentes.

Uma universidade pública precisa e deve ter vinculações com o Estado. Não pode, por outro lado, submeter-se a esse mesmo Estado. A crise de Governo é, portanto, uma crise de autonomia das nossas universidades. Autonomia não significa soberania. Por isso, não podemos nós, professores, funcionários ou alunos, atribuir-mos o direito de escolher nossos dirigentes independentemente da vontade do Governo eleito pelo voto popular. Autonomia implica prestações de contas à sociedade. Esse é um dado fundamental do empenho, da luta que vinhamos mantendo e temos que continuar a manter em prol da autonomia das universidades públicas. A contrapartida da autonomia é a avaliação, é a prestação de contas à sociedade que mantém essa mesma universidade pública. Voltarei a essa questão em seguida.

No momento, quero tratar de um outro aspecto da crise da nossa universidade: a crise da gestão.

A reforma universitária definiu controles burocráticos sobre a universidade pública, definir os controles sobre os meios ao invés do controle sobre os fins, sobre os resultados. O quadro de pessoal do nosso Estado é de funcionalismo público hoje em dia. A universidade é, de fato, uma mera repartição pública quando se olha para o seu quadro de pessoal. A crise financeira por que tem passado a universidade tem levado com muita frequência ao abandono de profissionais altamente qualificados, tem provocado com alguma frequência êxodos de professores na universidade para outros setores da vida nacional, talvez porque os salários pagos não sejam competitivos. É bem verdade que, como elemento a minorar uma isonomia salarial que prejudica a competitividade do quadro docente, existem bolsas de pesquisa com CNPq, por agências de fomento estaduais, como a PAPESP, que desempenha um importante papel nessa e noutras linhas. Existe esse mecanismo complementar dos salários com uma módica quantia que pode chegar até os 25% do salário do professor. Prevalece, em última análise, uma rigidez no quadro de pessoal das universidades que impede a competitividade da carreira, que provoca distorções significativas, levando-se em conta as diferenças de custo de vida existentes em diferentes estruturas, principalmente no mercado de trabalho onde existem.

Sr. Presidente, gostaria de saber quanto tempo me resta.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Já passaram os 5 minutos, mas não temos sido rígidos quanto ao tempo. Portanto, V. S. pode resumir e concluir o seu discurso.

O SR. JACKSON VELOSO — Muito obrigado. Vou procurar ser breve nos minutos que me faltam, tendo a oportunidade, mais tarde, de voltar às questões que desejo abordar.

Há, portanto, uma ausência de estímulo para eficiência do orçamento da universidade pública brasileira. Há rigidez no controle do quadro de pessoal na gestão financeira. Além disso, a falta de estímulo também não respeita a gestão financeira.

Quanto a recursos, aplicação do mínimo constitucional previsto desde 83, não foi cumprida por um longo período. Estudos que realizei mostram que desde 84 até o orçamento de 88, a Constituição não vinha sendo cumprida. O mínimo constitucional de 13% mais tarde mínimo de 18%, não vinha sendo gasto. Pela primeira vez em 88, o mínimo constitucional é até superado — em 18% — para a manutenção do desenvolvimento do ensino. Já aludi ao fato de que, com a retirada, com a supressão de mínimos constitucionais, caíram substancialmente os gastos públicos na educação durante os anos 70. O déficit acumulado é sempre de 9%, aproximadamente, entre 84 e 88, isto é, cerca de 9% regido os impostos nesse período deixaram de ser aplicados como deveriam na educação brasileira, afetando, portanto, o próprio ensino superior.

Na gestão de pessoal, de recursos não-financeiro, há rigidez, quer dizer, inflexibilidade. O mesmo se aplica à gestão financeira. O controle burocrático prevalece aqui também sobre a avaliação de resultados porque conduz a ineficiência. A instabilidade de recursos, do afluxo, do aporte de recursos das universidades públicas é outro fator a conduzir a ineficiência. O próprio MEC calcula que em 1990, por exemplo, a título de ilustração, os recursos para outros custeios de capital das universidades federais, cerca de 40%, foram repassados no último trimestre do ano, sendo que 20% foram repassados no dia 20 de dezembro de 1990.

Ora, como pode uma universidade sobreviver adequadamente e caminhar firmemente na busca da eficiência da solução dos seus problemas, se um quarto dos seus recursos para outros custeios e capital, advindos do Tesouro lhe são repassados 10 dias antes de finalizar o ano letivo? As políticas de governo que vêm sendo levadas a cabo, implementando, portanto, são também responsáveis pela crise por que atravessa hoje a universidade brasileira. O próprio Ministério da Educação reconhece este ano que não acabou de pagar o que devia no ano passado às universidades públicas. E sabe-se que os recursos para outros custeios de capital desse primeiro trimestre, ou seja, cerca de um quarto, apenas 5% foram entregues às nossas universidades.

A compreensão proporcional de recursos para outros custeios de capital não pode deixar de ser mencionada. Para que os Srs. tenham uma idéia, em meados dos anos 70, tínhamos as universidades federais recebendo cerca de 25% do seu orçamento para outros custeios de capital, isto é, 28%, para ser mais preciso, em 1982, dos quais parte significativa era para

despesas outras que não obras. Esse número cai para 15% em 1980, para 9% em 85, para 10% em 87, para 4% em 89, e a queda continua.

Srs. Parlamentares, Srs. e Sras., para não me alongar mais nessa exposição, alguns dos caminhos para sair desta crise estão na lotação de orçamentos globais num montante compatível com o que necessitam as universidades públicas brasileiras, estão na estabilidade do aporte recursos às universidades, estão na flexibilidade da gestão financeira a ser constituída por uma efetiva autonomia da instituição e que inclua também essa flexibilidade, de estímulos à eficiência, aos desempenhos. Reformar, reestruturar a gestão das nossas universidades e as condições de gestão que lhe são oferecidas pelo Governo é uma tarefa da maior importância a ser levada a cabo nos próximos anos, como uns dos caminhos para enfrentar o desafio da crise que hoje se abate nas nossas universidades.

Nesse sentido uma legislação, como a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, deverá prestar uma contribuição do maior relevo. Muito obrigado, Sr. Presidente.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Obrigado, professor Jackson Veloso. Concedo a palavra ao nobre Deputado Florestan Fernandes para proceder o juramento de praxe e assiná-lo.

O SR. FLORESTAN FERNANDES - "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira."

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Concedo a palavra ao Deputado e Professor Florestan Fernandes para o seu depoimento, que também terá o prazo de 20 minutos, lembrando apenas que estamos preocupados com a questão do tempo, porque temos sessão do Congresso convocada para às 11 horas e, como de praxe, nenhuma comissão pode funcionar concomitantemente com o plenário. Por isso, queremos aproveitar o máximo, inclusive nos debates. Sem mais delongas, concedo a palavra ao Professor Florestan Fernandes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES - Sr. Presidente, antes de realizar o meu depoimento que não está escrito, nem tinha sido prefixado, queria entregar a esta Comissão um discurso que fiz no Grande Expediente na Câmara, tratando daquelas três teses falsas sobre a universidade brasileira, os três grandes equívocos correntes na apreciação da universidade brasileira. Penso que ali trago uma contribuição mais substancial do que esta que poderia se vincular à exposição que vou fazer.

O professor Jackson Veloso fez uma exposição objetiva e tratou do problema com muita competência, usual nos seus trabalhos. Esta Comissão, por sua vez, tem elementos para recolher dados fornecidos por instituições que trabalham com as estatísticas do ensino no Brasil e com a situação das universidades. Por isso, deixei tudo isso de lado, e aqueles que quiserem conhecer meu pensamento de uma maneira mais ampla teriam que recorrer ao livro *Universidade Brasileira - Reforma ou Revolução*. Há um estudo comparativo sobre América Latina que está no livro *Círculo Fechado* e também no pequeno livro sobre a crise na Universidade de São Paulo, publicado pela Editora Brasiliense. Agora, outro trabalho publicado pela Editora Domínios, trata de duas situações de crise no momento em que elas nascem e se desenvolvem. Sou agente e Relator de uma Comissão de Inquérito que levou os estudantes e professores da Universidade de São Paulo a tomarem posições rebeldes diante do Governo do Estado, em defesa da universidade.

Na minha exposição, não posso tratar, em 20 minutos, desse vasto tema que me foi atribuído aqui. Há crise na universidade brasileira. A concepção deveria ser de crise dentro da crise, porque há uma crise que poderia ser apreciada de uma perspectiva genética do passado e há uma crise que poderia ser considerada de uma perspectiva comparativa sobre a situação atual, não só do Brasil mas do mundo. A universidade não está em crise no Brasil, ela está em crise na sociedade contemporânea, e os lados mais profundos dessa crise estão vinculados a uma crise mais ampla do padrão de civilização nascido com a indústria e a expansão, pelo mundo inteiro, dos padrões culturais da Europa do século XIX. Não posso tratar de tudo isso aqui, mas é bom que todos tenham em mente que essa crise é mais ampla no livro "O dilema educacional brasileiro", em que há um artigo meu sobre a crise vista dessa perspectiva mais ampla do mundo contemporâneo e do significado da crise específica da universidade brasileira.

É importante, na análise da situação que estamos discutindo, não esquecer o passado, não que o passado seja uma carga que devamos transportar conosco, mas o passado está incrustado em nossas mentalidades, em nossos valores, ou, então, em nossos contravalores.

A colonização européia assumiu várias dimensões. Sabemos que, se compararmos os diferentes países da América Latina, veremos a universidade nascer, em alguns países, concomitantemente à conquista na América espanhola e as universidades não apareceram no Brasil. Os elementos de elites do Brasil iam estudar em Portugal, até o começo do século XIX, mesmo depois da vinda da família real. Propagou-se o padrão de ir estudar na Suíça, na Inglaterra, na França e nos Estados Unidos, com menor incidência. Nós não valorizamos a cultura superior e, por causa da vinda da corte, da necessidade de estabelecer no Brasil a infra-estrutura de uma sociedade metropolitana. O Brasil-Colônia se transforma numa sociedade metropolitana graças à invasão de Portugal pelas tropas de Napoleão; criamos institutos isolados de ensino superior.

Ai está um avanço que já nasce atrasado. Portugal poderia ter implantado, no Brasil, a universidade integrada nesse momento, mas não o fez. Nós conhecemos as faculdades de Medicina, as escolas de Engenharia, que eram dedicadas à especialização militar, as faculdades de Direito. Esse é o germe da universidade brasileira. Esse tipo de instituição satisfazia as necessidades das elites, dos instrumentos dominantes.

Precisamos reconhecer que, especialmente no fim do século XIX e início do século XX, essas instituições deram uma contribuição importante ao pensamento crítico e à produção intelectual, mas, ao mesmo tempo, essas instituições criam os germes de uma crise profunda vinculada à ideia de que o saber deveria ser universal e, deveria seguir os padrões da ilustração e exigir a fundação de universidades.

Não posso discutir aqui todo o percurso dramático dessa pugna de intelectuais pelo advento das universidades. Mas o fato é que há uma tentativa, no Rio de Janeiro, no Distrito Federal, de se implantar uma universidade, que não germinou sob uma nitida influência francesa. Posteriormente, em São Paulo, é que se vai consolidar a ideia da necessidade da universidade.

Batidas no campo de batalha, as elites paulistas acharam que teriam de ganhar no campo da ideia e seguiram aquela inspiração da sucessão das elites. As elites carcerariam de uma renovação de formar os seus quadros humanos, para, através da influência cultural, exercer, dentro da universidade brasileira, uma função renovadora que permitisse ao Brasil todo ter um desenvolvimento mais homogêneo.

As percepções da criação da universidade podem ser estudadas em São Paulo, porque, naturalmente, as escolas isoladas resistiram à inovação. A Faculdade de Direito, a Faculdade de Medicina, a Escola Politécnica, todas elas tinham muito prestígio e a criação da universidade significava uma perda relativa de poder, uma perda relativa de domínio dos orçamentos e uma perda relativa de influência na sociedade. Mas data daí o aparecimento da universidade como um todo orgânico, embora a universidade nascente fosse meramente conglomerada. Era um agrupamento de instituições, não uma universidade diferenciada e incapaz de atuar como um todo. A Faculdade de Medicina e a Faculdade de Filosofia, por exemplo, estabeleceram uma guerrilha com a Faculdade Politécnica, por exemplo, estabeleceram um núcleo administrativo que era a universidade, embora o próprio núcleo administrativo, isso tudo criou, já nas origens da universidade, uma crise orgânica permanente, que até hoje não foi resolvida de maneira satisfatória.

É preciso marcar aí dois pontos nítidos. Primeiro, pauperismo da nossa herança cultural, com suas ramificações na mentalidade, na concepção do mundo das elites, dos estamentos dominantes e, posteriormente, das classes sociais dominantes, segundo, o fato de a universidade nascer em um mundo conturbado, no meio de conflitos que se vinculavam à tentativa de São Paulo manter uma hegemonia cultural ao lado da sua hegemonia econômica. Em São Paulo surgiram duas unidades. Uma a universidade de São Paulo, outra, a Escola de Sociologia e Política. Foi aluno de ambas e pude percorrer o caminho da influência européia e o caminho da influência norte-americana da Escola de Sociologia e Política.

Por causa da Lei de Diretrizes e Bases originária, lutamos pela sociedade brasileira na década de 50 e no início da década de 60, por uma transformação global do sistema de ensino. A ideia era de uma revolução no campo da educação. Inclusive não mais dentro daquele esquema que Fernando

de Azevedo falava, parafraseando um político mineiro, Antônio Carlos, "façamos a revolução nas escolas antes que o povo a faça nas ruas". Na verdade, não tivemos nem a revolução nas escolas, nem a revolução nas ruas, mas os estudantes e os professores, especialmente os professores jovens da Faculdade de Filosofia, e os professores mais ou menos radicais das outras faculdades, lideraram um processo de mudança, que estava em plena efervescência, quando, em 1954 a sociedade brasileira apresentou à Universidade de São Paulo a conta do seu avanço, da sua modernidade. Vocês foram longe demais e agora têm de recuar. Aí foi possível ver dentro da universidade os que eram universitários e os que eram representantes da sociedade global. Por exemplo, o Presidente Castello Branco achou que não devia punir os professores da Universidade de São Paulo, porque eles eram parte de uma universidade estadual. Caberia legalmente ao Governo do Estado iniciar esse processo.

Ora, o Governador do Estado de São Paulo, Adhemar de Barros, era um homem muito esperto para saber e ele mesmo estava envolvido no chamado processo "revolucionário". Aqui tivemos uma contra-revolução, um golpe de estado seguido de uma contra-revolução, ele não tomou nenhuma providência para punir qualquer professor, porque sabia que atrás dos professores viria ele próprio. Os professores da Faculdade de Medicina, reunidos na sua congregação, decidiram aplicar a punição aos professores da escola e estes professores foram as primeiras vítimas, e vítimas que já haviam sido escolhidas pelos próprios universitários em colaboração com os serviços de inteligência do Exército. E com o nosso serviço tínhamos uma política especial - não me lembro o nome agora - e aquela lista foi, naturalmente, penetrada, pela colaboração dessas três forças conjugadas. A lista começou a ser aplicada na Universidade de São Paulo por iniciativa dos professores da Faculdade de Medicina, e o Professor Ulhoa Cintra me disse, com muita integridade: "Florestan, eles não estão defendendo a liberdade do ensino, nem a liberdade da cátedra, eles estão defendendo o seu bolso, porque estão com medo de que haja uma socialização da Medicina e querem se prevenir contra esse processo".

Realmente, mais tarde, a luta pela reforma universitária se tornou muito candente durante toda a década de 60. A própria Faculdade de Filosofia foi ocupada por estudantes, professores jovens e professores catedráticos, mais ou menos jovens. A ideia era de substituir essa universidade concebida sob a emergência da conglomeração, por uma universidade crítica, integrada, diferenciada, que chamai universidade funcional e que outros colegas, imitando a rebelião na França, chamaram de universidade crítica.

Essa germinação de ideias, muito generosa, acabou sendo cortada pela instauração da Junta Militar. A instauração da Junta Militar acabou com todos os pruridos legais da ditadura, e o AI-5 tomou conta da situação. Antes prenderam os professores - eu estive entre os professores presos em 1964 -, depois os soltaram. Nos submeteram a um processo na Justiça Militar, foram absolvidos nesse processo, depois de uma longa tramitação. Mas a Junta Militar desconcertou esse fato e impôs a punição dos professores, excluindo-os da Universidade de São Paulo, como excluiu de outras universidades. Só em Belo Horizonte, Minas Gerais, houve uma resistência a essa violência. Para que todos os presentes tenham uma ideia do que sucedeu, duas palavras desconhecidas, duas matrizes paulistas que pareciam dinossauros, num processo de despecialização, se apresentaram ao Professor Eurípedes, propondo lecionar sociologia, no meu lugar, como um serviço que queriam prestar à sociedade brasileira. Por aí vocês vêm, verifica-se que se trata de coroar um avanço, e que o resto da sociedade, em certos setores das elites, repelia. Fomos longe demais e tínhamos de pagar a conta. Mas fomos longe demais sem ter ido tão longe. Essa é a lição que temos de tomar de uma crise que iria desdobrar-se posteriormente, na luta do Governo que se estabelece, pelo controle da inteligência no Brasil, pelo controle da pesquisa.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Professor Florestan, não queremos, absolutamente, limitar o seu tempo, e por isso mesmo vou pedir licença para me afastar desta reunião em função de ser o Relator da matéria que deverá ir à votação neste instante.

Passo à Presidência ao Senador João Calmon que vai também fazer este papel de Presidente, e é o Relator, desculpando-me, mas tenho de estar presente desde o início da reunião. Não quero, em absoluto, que se estabeleça qualquer limite de tempo, até porque não fizemos isto com nenhum dos outros depoentes.

O SR. FLORESTAN FERNANDES - Deputado Eraldo Tinoco, senti-me muito honrado com sua presença, e fico muito satisfeito que o meu amigo, senador João Calmon, seja o condutor final desta reunião.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Obrigado.

O SR. FLORESTAN FERNANDES - Temos de pensar a nossa crise mais profunda em termos desse passado recente. Eu coloquei em questão o passado remoto, mais antigo, o que vinculava a Portugal, a vinda da Corte, a instauração das escolas superiores e também o processo de formação da universidade em São Paulo.

Agora temos de tratar da crise no seu aspecto recente. Uma crise que foi desastrosamente provocada por inexperience. Devo dizer que o trabalho feito, por exemplo, na Universidade de São Paulo, nos ensinou algo importante. Com todas as dificuldades que tínhamos, porque o salário era baixo, porque o tempo integral não era universal, descobrimos que o tempo integral é a exigência fundamental do progresso do ensino, da pesquisa e de todas as funções da universidade. Mas eu queria dar um exemplo. Na cadeira de Sociologia I, realizamos a maior pesquisa sociológica que foi feita no Brasil até hoje: sem verbas especiais, nem de fundações estrangeiras, nem do Governo, pelo trabalho da equipe de professores, pela colaboração dos estudantes, pela colaboração dos negros e pela colaboração dos brancos que se interessaram pela pesquisa. Mas a grande lição que posso colher sociologicamente com o caso paulista é que se pode-se atingir um patamar de desenvolvimento institucional. Agora, para manter esse nível de desenvolvimento diferencial e continuar a crescer, é preciso que exista uma continuidade, que venha do aumento de investimento por parte do Estado, e da própria dedicação do corpo docente de pesquisadores.

Em nosso grupo de ensino de Sociologia, tivemos a primeira equipe de pesquisa criada formalmente no Brasil. Junto às matérias de Ciências Sociais. Uma vez o professor Símo Mathias me disse: Florestan, vocês são felizes, porque vocês não precisam de verba; precisam, sim, de papel e lápis. Eu respondi: precisamos de papel e lápis da mesma maneira que vocês. Quando vocês entram na fase de elaboração do trabalho final, também recorrem ao papel e lápis. Nós também agiamos dessa forma. Agora, no levantamento de dados, precisamos de recursos humanos qualificados e meios para a pesquisa.

Criamos um centro de Sociologia Industrial e do Trabalho que foi naturalmente fechado pela ditadura militar. Surgiram outros centros de pesquisa na Universidade de São Paulo. Alguns foram fechados, outros sobreviveram de uma forma mesquinha, asfixiados. Mas a grande lição que tiramos foi que um país subdesenvolvido, com seus próprios meios, pode produzir o avanço da pesquisa científica e do ensino, sem qualquer submissão ao patrocínio estrangeiro. Pode haver uma colaboração, pode haver, inclusive uma contribuição estrangeira, mas não deve haver subalternização e submissão que acabe fixando o trabalho intelectual da universidade brasileira nos padrões das universidades estrangeiras, que não têm os nossos problemas.

Nos Estados Unidos, no Japão, na França e na Alemanha, seria difícil estudar problemas de desigualdade social, de miséria, como aqueles que estudamos na pesquisa sobre o negro.

Apesar do conflito racial nos Estados Unidos, a segregação racial, lá, assumiu outros padrões, apesar de a sociedade norte-americana viver dilemas coloniais que não foram absorvidos e que também não conseguimos superar.

Então, esta é uma lição: a Universidade de São Paulo não foi capaz de manter os ritmos de investimento necessários para que a universidade pudesse crescer continuamente. E não adianta falar em solução da crise enquanto não formos capazes de resolver esse dilema, que é a continuidade do crescimento do ensino, da pesquisa e da aplicação do conhecimento. Não vou voltar a esse tema, mas vou abordar o problema fundamental.

Quando estávamos tentando estabelecer padrões novos de organização da universidade, aquele que nascia da crítica à experiência paulista e o que nascia do esforço de Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e que floresceu aqui em Brasília - ... e refiro-me ao padrão de organização de universidade - dois padrões que se conflitaram, mas colocaram-se como alternativa, e, se houvesse uma situação de debate mais prolongado, teríamos enriquecido a inovação institucional, no que diz respeito à universidade, ou seja, no modo de organização, expansão e diferenciação das funções da universidade.

Com o golpe militar e principalmente com a instauração da junta militar, o que ocorreu? A universidade foi submetida a uma reforma que não era aquela que os universitários queriam, nem a universidade de que o povo brasileiro necessitava. Era a universidade que nasceu da colaboração de alguns professores brasileiros com os técnicos norte-americanos que vieram colaborar naquele processo MEC-USAID.

Estabeleceram-se três grupos, que trabalharam com os modelos para o ensino fundamental, médio e superior.

Com cinco brasileiros e cinco norte-americanos surgiu a idéia, primeiro, de que o ensino é mercadoria e que no Brasil devíamos, no caso da universidade, cobrar o ensino, e tratá-lo juntamente com a instituição universidade como uma espécie de usina.

Esse foi o padrão aplicado ao setor privado.

As universidades que surgiram no setor privado com financiamento público adotaram o modelo da corporação e cresceram com recursos públicos e expropriação típica de uma sociedade capitalista que permitia uma expansão acelerada que iria reduzir, progressivamente, o espaço da escola pública. Esse espaço começou a ser reduzido com a Lei de Diretrizes e Bases aprovada em 62.

Em benefício da escola privada e da confessional, o espaço da escola pública começou a ser reduzido legalmente, graças a essa Lei de Diretrizes e Bases, que encontrou grande resistência pública. Mas ele acabou se acenando posteriormente, e esse núcleo de especialistas, que tratava do ensino superior e da expansão da pesquisa, propôs inovações que não são propriamente aquelas que têm vigência nos Estados Unidos, mas são aquilo que os Estados Unidos querem para periferia. Nós, do Brasil, desejávamos outra coisa, porque criticávamos a colonização, e os alunos dos professores, franceses, alemães, italianos, portugueses, todos nós, como é o caso de Paulo Emilio, de Sales Gomes, o meu próprio caso, falávamos que a descolonização não foi levada até o fim e até o fundo; e criticávamos, então, uma herança colonial que não veio de Portugal, mas que vinha do padrão europeu e da sua instauração, no Brasil, sob influência direta dos professores europeus.

Esses professores nos colocaram na metade do século XX, juntamente com os professores norte-americanos. Mas, ao mesmo tempo, eles tinham uma

concepção verdadeiramente colonial da sua função, a tal ponto que eu, por exemplo, que fiz curso de maturação e entrei na Universidade de São Paulo diretamente, num exame de habilitação, em 1941 vi-me constringido a as-

sistir a um curso sobre Hegel, que durava um ano inteiro, lecionado em francês. Quer dizer, isso é não entender a situação brasileira, é pensar que o Brasil é parte da França e que, nós, aqui, tínhamos as condições francesas e expansão do ensino superior. Esse professor era competente, de espírito crítico e estava discutindo Hegel.

Tínhamos que correr, estudar e trabalhar. Era uma anomalia.

Em seguida, nós iríamos sofrer um processo de colonização indireto, porque essas comissões MEC-USAID faziam sugestões ao Governo que, no caso do ensino superior, foi introduzido em duas leis editadas pelo General Castello Branco, que praticamente direcionou a evolução posterior do ensino superior no Brasil.

Essa contra-reforma é discutida por mim no último capítulo do livro *A Universidade Brasileira - Reforma ou Revolução*. Tratava-se de uma verdadeira contra-reforma, ou uma anti-reforma, porque não correspondia aquilo que queríamos fazer e poderíamos realizar, mas aquilo que, de uma perspectiva conservadora, seria o ideal para uma sociedade do Terceiro Mundo, atrelada aos padrões culturais dominantes dos Estados Unidos.

Esse passo foi muito negativo, porque golpeou o primeiro movimento espontâneo na sociedade brasileira pela adaptação da universidade às nossas condições reais e a uma tentativa de inovação de dentro para fora da universidade brasileira.

A segunda medida negativa foi aquela tentativa que se mistificou sobre a idéia de que devíamos dar maior número de vagas, não devíamos ter os números clausos. Antes a universidade brasileira estava sujeita aos números clausos. Eu, por exemplo, fiz concursos de habilitação na Faculdade de Filosofia. Havia 30 vagas e 29 candidatos, mas apenas 6 foram aprovados - inclusive eu. Portanto concebiam-se o ensino como de alta qualidade.

Sobre a idéia de combater os números clausos e de democratizar as "oportunidades educacionais", fez-se a inundação da universidade e abriu-se a universidade. O que se pretendia? O que estava por trás dessa mistificação? Era a tentativa de sufocar a rebelião dos jovens. Inundar a universidade, quebrar aquela resistência do jovem tanto do estudante quanto do professor, e acabar com qualquer espírito crítico, com qualquer conflito de geração em busca de novos valores e de novas concepções.

Por fim, houve essa predominância, essa supervalorização do ensino privado. Identificou-se no ensino superior, como se fez em todo o mundo, pelas pesquisas feitas nos Estados Unidos, os fatores das revoluções na periferia. Descobriram que havia sociedades nas quais os militares poderiam ser os líderes revolucionários. Havia outras sociedades nas quais a revolução estava ligada à inquietação estudantil e ao ensino. Fizemos ainda outras descobertas. O caso brasileiro localizou a resistência à dominação estrangeira e o processo de inovação com a influência da escola pública. Portanto, era preciso restringir o espaço ocupado pela escola pública, dar homogeneidade, hegemonia à escola privada e criar uma mentalidade de "cidadão responsável" naqueles estudantes que tinham condições financeiras de frequentar a escola paga.

Dá essa grande expansão do ensino superior, que nem sempre esteve vinculado ao padrão de universidade, porque se fomentou muito a escola superior isolada. Ao analisar os dados estatísticos, constata-se que realmente a grande parte do ensino superior é ocupada pela escola privada isolada, que é a escola que trafica muito mais o ensino como mercadoria. Ao mesmo tempo, procurou-se expandir a universidade paga, a universidade que adquiria empréstimos do poder público, empréstimos de pai para filho, que iriam ser pagos a longo prazo, com juros módicos, praticando um processo de acumulação de capital altamente acelerado.

Então, nesse ponto temos fatores de crise: as duas modalidades de reforma universitária, uma ligada às lutas em São Paulo pelos jovens que queriam a universidade crítica ou a universidade plurifuncional, outra com o modelo da Universidade de Brasília, que nascia de uma influência que tinha raízes norte-americanas. Acom, por exemplo, colaborou com o grupo de Anísio Teixeira, e não se pode negar que ele deixou uma marca na concepção da universidade que se implantou em Brasília. Ele esteve em concepção, primeiro, depois veio para cá. É claro que Anísio Teixeira, Darcy Ribeiro e o grupo com que eles trabalhavam inseriram tudo isso em uma perspectiva mais ampla, mas, de qualquer maneira, havia um germe norte-americano ali.

O importante é que, no momento em que a reforma universitária se desencadeava como processo histórico, foi tolhida, sufocada pela ditadura militar e condicionada por um processo de burocratização da carreira que os militares impõem no fim de 68, início de 69.

Havia muito de importante e positivo na contribuição dos militares, não se pode negar isso. Não vêm especialistas norte-americanos e especialistas brasileiros de alta qualidade trabalhar em conjunto à toa.

A avaliação, os custos, a racionalidade, tudo isso é posto em questão neste momento. Mas não é posta em questão a necessidade de se criar uma universidade que, posteriormente, será defendida pela ANDES. Sob controle militar, a ANDES acabou desempenhando uma papel de expandir a crítica ao processo existente de ossificação da universidade brasileira e a tentativa de defender valores novos, idéias novas para uma inovação mais profunda.

Não tenho tempo - já abusei do tempo...

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Ninguém teria coragem de limitar o seu tempo, mestre.

O SR. FLORESTAN FERNANDES - Agradeço ao Professor João Calmon - no Rio é chamado Professor Calmon devido à proximidade que existe entre S. Ex^a e nós todos.

Mas há fatores recentes, que estão ligados à crise da ditadura.

A crise da ditadura, não superada, teve raízes econômicas, culturais e políticas. A Nova República e o chamado Brasil Novo são transações com a ditadura. É a continuidade da transição lenta, gradual e segura. Portanto, não conseguimos dar um salto qualitativo; ou seja, implantar, no Brasil, uma democracia fundada nos ideais da Constituição de 1988. Foi muito difícil chegar ao consenso que produziu essa Constituição, que, pela primeira vez na história do Brasil, deu um espaço tão grande à Educação.

E aqui o Senador João Calmon teve o seu papel, porque S. Ex^a foi o Relator da Subcomissão de Educação, quando procurou aproveitar a oportunidade de juntar influências díspares.

O SR. RAUL PONT - Se o Professor Florestan Fernandes quiser se manifestar sobre isso, gostaríamos também de ouvi-lo.

O SR. FLORESTAN FERNANDES - Vou deixar com o Professor Jackson, porque ele é muito competente para tratar disso.
Agora, o que eu queria ressaltar é que no Projeto de Diretrizes e Bases havia um artigo, no qual estava dito que os alunos destituídos de recursos podem receber bolsas do Poder Público...

O SR. RAUL PONT - Mas é diferente, não é o problema da situação do carente.

O SR. FLORESTAN FERNANDES - É totalmente aberto, fica aberto.
A minha sugestão não era para colocar, mas sofreu uma decepção quando vi que o Jorge Age tinha feito aquilo, porque havíamos combinado de colocar esse dispositivo em outra parte do projeto. Mas S. Ex.^a colocou no projeto de lei e, então, todo o estudante pobre teria essa garantia de receber uma bolsa de estudos do Poder Público.

O SR. RAUL PONT - O projeto que está aí é um outro projeto de lei ordinária, de um outro Deputado que está na Comissão de Educação, onde a proposta é um pouco diferente. A proposta é a de que a seleção, o vestibular tenha uma preliminar, onde haveria um privilégio, se é que pode se dizer um privilégio, mas a preferência para pessoas de baixa renda, para a realização do vestibular. Não é a possibilidade do carente requerer a bolsa após ingressar. É, antes do ingresso, no próprio vestibular, haver uma seleção prévia, onde o número "x" de vagas, por exemplo, seria garantido para essas pessoas e as outras vagas seriam disputadas.
É um projeto que está na Comissão do Trabalho e cuja idéia básica é essa: a de trabalhar com uma seleção prévia dos candidatos, não daqueles que já passaram no vestibular e, como carentes, podem requerer bolsa. É o que existe hoje, as universidades federais mantêm esse sistema de bolsas.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Concedo a palavra ao Professor Jackson Veloso.

O SR. JACKSON VELOSO - Muito obrigado.
Vou começar pela última questão, mais específica, pois as outras são mais genéricas. Mas essa também tem raízes, mais amplas do que à primeira vista podemos supor.

O vestibular, sabemos que é altamente seletivo, porque a sociedade é altamente seletiva. O vestibular reafirma as desigualdades, porque a sociedade é extremamente desigual.

Qualquer medida tomada de forma a democratizar, digamos assim, o acesso a nível superior, via vestibular, teria efeitos muito limitados.

A maior democratização do vestibular é a distribuição de renda. Este deve ser o nosso ponto de partida. A maior democratização do vestibular é uma sociedade mais igual, mais justa, socialmente. A maior democratização do vestibular é um bom ensino de primeiro grau, um bom ensino público de primeiro grau, um bom ensino público de segundo grau.

Este é o caminho da aceleração democrática, ou democratizante, do ensino superior.

Esse deve ser o nosso ponto de partida. Toda e qualquer outra medida será sempre paliativa, o que significa que não devemos contemplá-las também.

No caso, por exemplo, dos mecanismos de seleção que permitam, por exemplo, a definição de quotas para estudantes pobres, é preciso ter em conta duas coisas: em primeiro lugar, qualquer sistema de quotas sempre abarcar um universo bastante restrito, porque são pouquíssimos que conseguem chegar - pobres, trabalhadores - à universidade. A seleção se faz previamente, como sabemos no primeiro grau e depois no segundo grau.

Se um sistema como esse vier a ser implantado, creio que duas medidas concomitantes precisam ser adotadas: em primeiro lugar, o vestibular é uma questão também de autonomia universitária. Se não temos condições de absorver e existir algumas formas de seleção, é preciso também que essa seleção seja deixada cada vez mais a critério das universidades.

Experiências diversas têm sido conduzidas dentro do âmbito estrito das limitações hoje impostas às universidades, e algumas delas são muito promissoras. Fiz menção breve a algumas delas aqui, numa tentativa de introdução de critérios diferentes, que não seja apenas o uso de múltipla escolha, ou seja, de critérios diversos daqueles que levam os cursinhos de vestibulares prepararem para o adiestramento e não para melhorar a formação do estudante.

Então, é preciso que qualquer mudança no sistema do vestibular seja feita paralelamente à concessão da verdadeira autonomia que as universidades precisam de ter, de tal forma que experiências diversas possam ser conduzidas, não só para que conheçamos melhor os possíveis resultados de diferentes experiências como para que elas possam refletir também diferenças regionais que são tão grandes em nosso País. E, em segundo lugar, um sistema de quotas só pode ser estabelecido, a propósito da lembrança do Deputado Florestan Fernandes, só pode ser estabelecido se duas outras questões forem tratadas de forma adequada. Primeiro, mecanismos de recuperação acadêmica nas universidades que precisam ser também estabelecidos; os mecanismos de manutenção econômica, financeira do estudante mais pobre, quando estes ingressam na universidade por um sistema de quotas.

Em outras palavras, o que quero dizer é que hoje, cada vez mais, observa-se uma crescente dificuldade dos jovens que chegam à universidade de enfrentar adequadamente os requisitos de um bom padrão de ensino, de um bom padrão acadêmico. Certamente, os jovens que ingressaram pelo sistema de quotas enfrentarão dificuldades ainda maiores. Deixá-los na universidade à mercê do percurso usual que seguem os demais jovens é querer que eles fracassem logo e de forma muito flagrante. É necessário, portanto, que haja mecanismo de fortalecimento e de recuperação da formação desses jovens que entraram por um sistema de quotas.

Por outro lado, vale a pena insistir, mais uma vez, que é indispensável, também, o sistema de bolsas de estudo para a manutenção do jovem trabalhador, instituída para que ele acompanhe o curso, que tenha condições econômicas, materiais de acompanhar um curso de nível superior. Acho que essas são as considerações que eu tenho a fazer a propósito do sistema de quotas.

Quanto à questão da autonomia dos processos de escolha e de gestão democrática em relação à LDB, em relação à emenda constitucional que tramitou aqui e no momento está parada. A autonomia universitária é algo bastante difícil de ser definida, em termos conceituais. Eu acho que vale

a pena, mais uma vez, tentar recuperar algumas palavras que eu disse há pouco, ainda que introdutórias ao tema, no sentido de que a universidade, em especial a universidade pública, tem que ser protegida da ingerência indevida do Estado, de partidos políticos, de grupos ou segmentos quaisquer da sociedade, empresas, sindicatos, mas, ao mesmo tempo, não pode se isolar desses diversos setores sociais. Junto aos quais ela deve atuar e que, afinal de contas, a mantêm. A autonomia, portanto, para mim, é uma linha divisória muito tênue e difícil de definir, de forma abstrata entre as interferências indevidas e o atendimento às demandas da sociedade como um todo. A autonomia precisa, para que possa vir a ser colocada em prática, de legislação que a defina em termos de falta da conquista da autonomia a que se constrói no dia-a-dia e não a partir de uma lei ou de qualquer atitude ou de qualquer comportamento isolado num dado momento no tempo.

Os processos de escolha dos dirigentes devem ser, dentro do conceito de autonomia que defendo, matéria própria de cada instituição.

Como disse há pouco, não há como definirmos, a priori, se esse ou aquele processo é melhor. Podemos definir alguns parâmetros para esse ou aquele processo, e esse parâmetro adequadamente no projeto da LDB, que vem desde 1990, ao qual se referiu a Deputada Marilza Fontenelle. O critério geral é o de que os docentes tenham a seu cargo, tenham uma dominância nos processos de escolha dos dirigentes dentro de cada.

Eu não iria além dessa definição em matéria do que devem ser os critérios de representação na escolha dos dirigentes adequados em cada instituição. O Deputado Raul Pont menciona também o risco de que a universidade se isole da sociedade. De que maneira poder-se-ia prever definições de tal modo que facilitassem a articulação da universidade com a sociedade. No que respeita à gestão e à composição de órgãos colegiados das universidades, uma das propostas frequentemente mencionadas tem sido a de que se façam parte dos órgãos colegiados das universidades representantes de diversos setores da sociedade. Essa é uma questão extremamente complexa e de difícil definição a priori. Creio, também, que cada universidade deve definir os seus próprios rumos e experimentar os seus próprios rumos a esse respeito.

Dois questões, entretanto, devem ficar claras desde o início, no meu entender.

A primeira delas é a de que os representantes do que se convencionou chamar de comunidade externa, a instituição, podem, de fato, contribuir para facilitar a interação da universidade com a sociedade. Entretanto, esses representantes, a meu ver, só têm sentido em órgãos superiores da universidade como, por exemplo, o conselho curador, como por exemplo, algum órgão - que isso não existe em certas instituições. Podem vir a ser criadas, mas que não cuide, órgão esse que não esteja envolvido com o dia-a-dia da instituição. Não vejo, por exemplo, qualquer sentido na inclusão de representante da comunidade externa junto ao conselho universitário, e discute matérias de política da instituição e discute matérias do dia-a-dia da instituição também, pelo menos no que respeita às grandes diretrizes.

A maior parte das questões que discutem dentro da universidade na sua gestão, são questões que, embora tenham um fundo político e fundo social e, sem dúvida, um fundo econômico também, são matérias que estão estreitamente vinculadas à questões de ordem acadêmica. E nesse aspecto, os docentes são, sem dúvida, as pessoas, os profissionais mais qualificados a enunciar adequadamente essas questões. Com isso estou querendo dizer que a representação externa em órgãos superiores da universidade tem algum sentido sim, e podem contribuir, eventualmente, de maneira a facilitar a interação da universidade com a sociedade, mas essa representação deve estar presente em órgãos que não aqueles como o conselho universitário que, certamente, não outros como os que vêm em nível hierarquicamente superior ao conselho universitário.

A emenda constitucional, que há pouco foi apresentada, acena na direção correta. Tudo isso estava previsto já no substitutivo de LDB, aprovados na Comissão de Educação, em 1990.

Outras questões em aberto. Por exemplo, que cria uma figura jurídica específica, denominada universidade. A universidade pública não tem como enquadrar-se na figura da autarquia nem na figura da fundação, como hoje está enquadrada, justamente porque esse enquadramento define amarras que toidem a sua gestão e, portanto, impedem uma busca da eficácia, da eficiência e do melhor cumprimento das suas finalidades. Portanto, a criação de uma universidade, já prevista no substituto a que eu me referi, é uma direção correta a ser seguida. Outra direção correta para a qual acena essa emenda é a possibilidade de fixar o orçamento para as universidades públicas. Temos aqui uma dificuldade técnica que merece ser mencionada e que foi superada na sugestão que fez a SBPC, Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência, ao Relator da matéria, Deputado Ney Lopes, e a dificuldade técnica é a seguinte: - Não podemos definir um percentual fixo de um orçamento, que é um todo, percentual destinado à universidade, quando essa parte da universidade compõe o próprio todo sobre o qual vai se estabelecer o percentual. Ou seja, o orçamento só é definido finalmente quando é definido a parcela que cabe às universidades e também ao primeiro e ao segundo grau. Não há como, portanto, dizer que a universidade receberá uma parcela fixa do orçamento. Existe aí um equívoco técnico que precisa ser sanado. Há duas alternativas a essa questão: uma delas pede que se atribua às universidades um coeficiente, enfim, uma proporção do que se atribui aos demais níveis de ensino no orçamento, ao primeiro e segundo graus. Vamos definir inicialmente o que vai ser melhor para priorizar a educação superior, e sobre esse subtotal um percentual 50%. Outra solução, a meu ver, mais apropriada, e foi aquela aceita pela SBPC, tendo eu contribuído, me orgulho disso, nesse sentido, é a de que um percentual das receitas de impostos seja atribuída a universidade. Quer dizer, os impostos é muito mais estável do que o orçamento, sabemos disso, até por isso a vinculação, proposta pelo Senador João Calmon, há tempos atrás e hoje incorporada na nova Constituição, é por isso que ela tem tanta importância. Então, nesse caso, o procedimento correto seria atribuir, ou melhor, definir uma porcentagem dos recursos de impostos destinados à modernização e desenvolvimento do ensino para a cobertura das despesas das universidades. Parece-me que o texto final da emenda constitucional, a última versão do texto contemplava essa alteração.

Fica em aberto, como lembrou o nobre Deputado, a questão dos inativos. Não faz sentido que incluamos nas despesas de manutenção do desenvolvimento de ensino para os inativos, pois que não contribuem mais, embora possam tê-lo feito no passado, nem para manutenção e nem para o desenvolvimento do nosso tema educacional.

Em resumo, a emenda acena para o sentido correto. A questão que fica em aberto é: empenhamo-nos em aprovar essa emenda já, antes do projeto de LDB, ou seria mais conveniente incorporá-la desde logo, ao projeto de

ameaças iminentes. Se não forem tomadas algumas providências em relação a todas essas obras em andamento e várias delas abandonadas; se não houver uma revisão, que parece que começa ser feita, do programa do CIAC, se não se enfrentar, corajosamente, o problema angustioso das universidades públicas não estou vendo fantasmas ao meio-dia, o pior pode acontecer. Não sei se esta é a opinião também do nobre depoente do único parlamentar que está no plenário.

Não desejo prolongar a minha intervenção porque já é tarde, mas deixo aqui esta reflexão e deixo aqui, principalmente, esta indagação, essa idéia, pelo menos de um leigo - sou apenas um lutador da educação, não sou um professor - de alguma coisa de emergência que possa, pelo menos, incluir a imitação do exemplo paulista. Se não, antes do fim deste ano vamos ver universidades federais fechadas, criando gravíssimos problemas para a educação e para o País em geral.

O SR. JACKSON VELOSO - Se o Senador me permitir, gostaria de fazer um esclarecimento sobre o caso paulista. A idéia de um imposto destinado à universidade foi uma solução. Essa idéia foi muito boa, acontece que os custos da universidade estão crescendo e esse imposto, com a crise econômica, está caindo. No momento em que o volume do imposto caiu, o Governador Quéricia incorporou ao sistema de ensino superior em São Paulo outras unidades. Quer dizer, comprou escolas privadas e incorporou ao sistema público. O que teve consequências negativas.

Em São Paulo, temos três sistemas de ensino: da USP, o da Unicamp e o da Unesp. Esse sistema da Unesp não tem defesa, porque como ele é fragmentado, o Governo acaba tendo uma liberdade muito grande de comprar uma escola em Baurur, uma outra em outra cidade e incorporar as pequenas, o que acarreta despesas que estão sendo resolvidas porque os reitores procuram, entre eles, estabelecer mecanismos de compensação. Só que agora eles atingiram um limite no qual não há compensação possível, tanto que o movimento "SOS Universidades", que surgiu em São Paulo, não engloba só o sistema federal não; ele inclui o sistema federal e o sistema estadual de ensino superior.

Por isso, é preciso ter muito cuidado quando se elogia demais o que se faz em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Mas é muito melhor do que o sistema tradicional. Não é o ideal, mas é muito melhor.

O SR. JACKSON VELOSO - Realmente, é melhor. Agora, a universidade está viva apesar disso tudo, porque ela vive em nós. Nós somos a universidade. Se entregarmos os pontos, aí realmente ela morre.

Conheço professores, estudantes, técnicos de educação, funcionários de infra-estrutura, eles têm de resistir.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - (Inaudível.)

O SR. JACKSON VELOSO - Mas algum dinheiro acaba entrando.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Não sei o que acontece no Rio Grande do Sul. Que percentual recebeu das verbas previstas no Orçamento essa peça de ficção que não é respeitada? O Senhor tem idéia?

O SR. JACKSON VELOSO - Falei com um dos dirigentes, na área de pós-graduação, e fui informado de que se trata de uma situação muito semelhante à que foi denunciada pela Reitora Vanessa Guimarães. Até o início de abril a universidade só havia recebido os salários. As verbas de custeio não haviam chegado. Talvez agora já tenha chegado uma quota-parte, mas é uma pequena parte que vem "pingado", a critério muito mais do Ministério da Economia do que do MEC.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Soubes que na periferia da Cidade de São Paulo há cidades com 5, 6, 7, 8 e até 9 turnos nas escolas de primeiro grau. Quando afirmei que, de acordo com as informações da Professora Guimarães, eram 4 ou 5, houve uma tentativa de contestação pelo nosso Deputado Sólton Borges dos Reis. A Deputada Irma Passoni confirmou, porque foi professora de uma dessas escolinhas. Três dias depois, o Secretário da Educação de São Paulo dava uma entrevista dizendo que as escolas da periferia da Capital possuíam 8 ou 9 turnos. Portanto, a situação é dramática. Especialmente em relação à universidade, se não houver uma solução de emergência, imitando o exemplo paulista - que não é o ideal, mas é melhor - ficará muito difícil.

O SR. JACKSON VELOSO - A grande vantagem do vínculo, mesmo com a possibilidade da queda do ritmo da Economia, é que isso é previsível. As universidades podem prever, pelo comportamento da Economia, o que vai acontecer com o ICMs nos próximos meses. O grande drama das federais é o fato de não poderem prever nada, porque nunca sabem exatamente o que vão receber. Esse é o grande drama. Não é apenas o problema de ser pouco, mas de ser também imprevisível. Logo, não há como fazer qualquer obra, qualquer administração, qualquer compra de material sem o risco de prejuízos acumulados no futuro, seja pelo não-pagamento, seja por ter de comprar a preços muito superiores aos do mercado, uma vez que os vendedores não vendem aos inadimplentes. Creio que uma saída imediata, mesmo levando em conta a emenda constitucional que aqui está, seria vincular a receita líquida a impostos federais, ou seja, vincular a receita líquida a um percentual que fosse repossado, em duodécimos, para que universidade pudesse planejar.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Independente do Ministério da Economia ou da Secretaria da Fazenda.

O SR. JACKSON VELOSO - Sim, porque a queda da Economia vai refletir também lá. Vão ter que "apertar os cintos", cortar despesas que podem ser cortadas. Pior é a atual política, através da qual não se pode planejar, onde tudo é imprevisível: o contingenciamento e o simples não recebimento de quota nenhuma.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Gostaria de ouvir o comentário do Professor Jackson Veloso sobre as últimas intervenções sobre o problema da iminência de um colapso em consequência da absoluta falta de controle e ascendência do MEC na área de liberação de verbas. O Ministro da Educação não pode ser acusado de omissão. As verbas dependem exclusivamente do Ministério da Economia, que adota critérios errados.

O SR. JACKSON VELOSO - Quero registrar minha simpatia pela direção para a qual aponta essa emenda. Deve haver uma legislação determinando que o Governo fique responsável pelo repasse. A questão não é só a penúria de recursos, mas também a ausência da possibilidade de qualquer planejamento ou previsão. Talvez, como medida de emergência, a emenda constitucional que está em tramitação seja uma solução.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - Estou me referindo à proposta de emenda constitucional que está tramitando em regime de urgência, vinda do Executivo junto com o Emendão.

O SR. JACKSON VELOSO - Essa seria a referida pelo Deputado Raul Pont, cuja tramitação, de acordo com o que fui informado, foi interrompida porque outros projetos tiveram a tramitação interrompida.

Alguma medida de emergência deve ser tomada. Não basta apenas uma emenda no sentido de que se vinculem recursos da universidade a uma arrecadação mais ou menos previsível. É necessário que o repasse seja previsível também. Recordo-me de que, durante as negociações dessa emenda cuja tramitação foi interrompida, houve insistência da parte de algumas organizações no sentido de que na emenda fosse incluída a obrigação do Governo de repassar esse valor em duodécimos. Essa insistência não foi acolhida. Se ela vier a ser aprovada é preciso que haja uma legislação complementar em seguida. Caso contrário, será aprovada uma emenda que vá destinar recursos à universidade numa quantia satisfatória - deve ser também regulamentada em legislação ordinária - mas sem sabermos quanto e quando serão repassados.

O SR. PRESIDENTE (João Calmon) - A idéia seria seguir a inspiração paulista. Perdoem-me a insistência. Sou um otimista incurável. Quando o Emendão aqui chegou, não vi nenhum protesto. O Emendão tinha um artigo que dizia que, sobre o aumento da arrecadação de impostos decorrentes do Emendão, não incidirão os percentuais a que se refere o art. 212 da Constituição, conhecido como Emenda Calmon. É um golpe terrível, profundo, mortal. Não houve um pronunciamento das entidades representativas.

Agradeço a inestimável colaboração dos senhores aqui presentes. Está encerrada a reunião.

19ª Reunião, realizada em 14 de maio de 1992

Aos quatorze dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e dois, às 10:40 dez horas e quarenta minutos, na Sala nº 4 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Elcio Álvares, Francisco Rollemberg, Hugo Napoleão, Espíridio Amin e Garibaldi Alves Filho e os Senhores Deputados Eraldo Tinoco, João Faustino, Sólton Borges dos Reis, Maria Luíza Fontenelle e Paulo Lima, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "Investigar a Crise na Universidade Brasileira". De acordo com o preceito regimental a Presidência, exercida eventualmente pelo Senhor Deputado João Faustino, declara aberto os trabalhos. Em seguida, convida a depoente Professora Eunice Ribeiro Durhan para tomar assento à mesa e em seguida Procedesse o juramento. Não havendo número regimental a Presidência deixa de proceder a eleição do Vice-Presidente constante no item 1 da pauta, ficando adiado o processo de votação para a próxima reunião. O Presidente concede a palavra a depoente para fazer a sua explanação sobre a Crise na Universidade Brasileira. Com a palavra a depoente passa a fazer uma longa explanação sobre o atual quadro vivido pelas universidades, faz uma demonstração dos números de recursos alocados para as universidades e das dificuldades em que elas vêm atravessando. Finda a explanação da depoente, o Presidente convidou o Professor José Arthur Gianotti para tomar assento à mesa e a seguir procedesse o juramento. A seguir o Presidente concede a palavra ao depoente. Na sua explanação o depoente citou que não é apenas a universidade que está em crise e falou do sufoco em que vive as pesquisas. Lembrou que todos os Países tem pesquisa e tecnologia avançada. Falou da autonomia e do sistema de avaliação, que no seu entender sem eles não será possível de alterar a vida cotidiana da universidade que é a única que produz o ensino ou a ciência. Terminado o depoimento, o Presidente concede a palavra ao Relator para as suas indagações. O Senhor Relator solicita a Presidência que as suas indagações fique para o final e a palavra fosse concedida a Senhora Deputada Maria Luíza Fontenelle, em virtude da mesma ter um outro compromisso em outra Comissão, o que foi acatado. A seguir os depoentes passam a ser questionados pela Senhora Deputada Maria Luíza Fontenelle. Satisfeitas as respostas, o Senhor Presidente em exercício Deputado João Faustino comunica ao plenário que estando presente a reunião o Presidente da Comissão o Senhor Deputado Eraldo Tinoco, convidou S. Ex.ª para assumir a direção dos trabalhos. Em seguida a Presidência concede a palavra ao Deputado João Faustino, que congratulou-se com os depoentes pela lucidez dos seus depoimentos e passou a indagar a Professora Eunice Durhan. A depoente respondeu os questionamentos, o que foi considerado satisfatório. O Presidente concede a palavra ao Professor José Arthur Gianotti para responder as perguntas do Deputado João Faustino. O depoente respondeu a todos os questionamentos, que foram considerados satisfatórios. A seguir o Presidente concede a palavra ao Senhor Deputado Paulo Lima para fazer os seus questionamentos a Professora Eunice Durhan. A depoente respondeu as indagações que foram dadas como satisfatórias. A seguir a palavra é concedida ao Professor Gianotti para as suas considerações finais. Em seguida a palavra é concedida ao Relator para os seus comentários. O Senhor Senador João Calmon agradeceu o alto grau de eficiência e produtividade que foi o depoimento dos depoentes, bem mais do que mesmo o relatório do Banco Mundial sobre o ensino superior no Brasil. Comentou as críticas feitas a Constituição no que tange a licença-paternidade e à licença-maternidade que não existem em vários países do mundo.

O Senhor Presidente Deputado Eraldo Tinoco agradece ao Senador João Calmon e como não houve propriamente uma indagação, consultou os dois depoentes que não quiseram mais fazer uso da palavra. Em seguida convocou os membros da Comissão para reunião a realizar-se no dia 21 de maio do corrente, às 10:00 horas, com a finalidade de ouvir depoimento do Professor José Goldemberg - Ministro de Estado da Educação. Nada mais havendo a tratar, declara encerrado os trabalhos e, para constar eu, Joaquim Beldoino de Barros Neto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da 19ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do Requerimento nº 593 de 1991-CN, destinada

a "Investigar a Crise na Universidade Brasileira", com a finalidade de ouvir depoimentos dos professores Eunice Ribeiro Durhan - Secretária Nacional de Ensino Superior e José Arthur Gianotti - da CEBRAP, que vai à publicação, com autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Deputado Eraldo Tinoco
Relator: Senador João Calmon
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

Convidados: João Faustino - Eunice Ribeiro - José Arthur Gianotti - João Calmon - Maria Luiza Fontenelle - Paulo Lima.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Está aberta a reunião. Convoço, para fazer parte desta Mesa, a Professora Eunice Ribeiro Durhan e o Dr. José Artur Zenetti. Concedo, inicialmente, a palavra à Professora Eunice Ribeiro Durhan que preste o seu depoimento. Solicito que S.ª preste o juramento de praxe.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN - Juro, como dever de consciência, dizer toda verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento, sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Mista Parlamentar de Inquérito, destinada a investigar a crise na universidade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Concedo a palavra à Professora Eunice Ribeiro Durhan para que preste seu depoimento, lembrando que nesta fase de depoimento S.ª disporá de vinte minutos.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN - Sr. Presidente, Sr. Relator, illustre convidados e companheiros que ouvem esta apresentação:

Esta constitui efetivamente uma Comissão extraordinariamente importante e creio que o meu depoimento, como Secretária Nacional da Educação Superior, é uma ocasião fundamental para apresentar as possibilidades de atuação e de colaboração conjuntas entre o Poder Executivo e o Poder Legislativo, no sentido de resolver um problema de imensas proporções que tem um reflexo importante nas possibilidades de desenvolvimento deste País.

Trata-se da questão geral do ensino superior. Mais do que as universidades, creio que se trata de todo um sistema extremamente amplo e heterogêneo que permeia o conjunto do País. Em sistema, cuja heterogeneidade talvez seja um dos elementos que estão sendo menos levados em considerações, dentro da reflexão que se processa. No conjunto que tem ocorrido, digamos, e uma restrição do pensamento ao papel das universidades, toda a questão das escolas chamadas isoladas tem sido, de forma geral, objeto de uma reflexão muito pequena e a maior parte da discussão tem-se concentrado, digamos, no sistema federal de ensino e dentro do sistema federal de ensino, nas universidades federais.

As universidades federais hoje representam uma parcela muito pequena do conjunto do sistema de ensino e é fundamental que essa heterogeneidade seja o objeto da reflexão, porque acredito que estamos hoje vivendo dentro de um conjunto de crise e uma das quais é uma crise ideológica. Estamos vivendo ainda o mito de 1920, reafirmado em 1968, isto é, que o ensino superior no País deve e será fornecido através de grandes universidades de pesquisa, e que ele será inteiramente gratuito e que haverá um acesso de toda população a essas instituições.

Desde essa época, a realidade tem-se movido num sentido absolutamente contrário. Em vez de analisarmos o que acontece dentro do conjunto do sistema, nós temos continuado a manter a ficção de um sistema federal, cobrindo todo o País, e um sistema federal, baseado em universidades de pesquisa.

Gostaria de mostrar a inviabilidade, não é dessa concepção, e a necessidade de trocá-la por uma reflexão que leve em conta essa heterogeneidade e que leve em conta alguma coisa, não é que temos refletido pouco, temos denunciado muito e temos refletido muito pouco, que é a questão do custo.

Creio o que vou tratar de alguns assuntos que são certamente polêmicos e, certamente, pouco populares; e a questão do custo-benefício que este sistema oferece. Creio que para fazer isso, temos de partir de um contexto um pouco mais amplo.

A idéia de que a crise do ensino superior e estrutural, profunda, que se manifesta no conjunto dos países, não é simplesmente uma realidade brasileira. Creio que os fundamentos estruturais dessa crise são gerais do mundo todo. Vivemos essa crise estrutural agravada por uma crise conjuntural e agravada pelo fato de que trabalhamos com modelos extremamente ultrapassados e antiquados. Mas uma idéia básica de qual é a origem dessa crise geral das universidades é importante que seja colocada no contexto da discussão.

A origem básica desta crise é um problema de financiamento, o qual vem e decorre de profundas transformações que se processam tanto a nível da universidade quanto a nível do ensino superior. Trata-se, na verdade, de duas grandes revoluções que ocorrem no ensino superior, a partir do século passado.

A primeira, grande revolução, que nós ainda não completamos, que é a revolução do século XIX, é a transformação das universidades em centros de pesquisa ou, como se diz, na linguagem floreada da ecologia, num centro de preocupação de conhecimento inovador. Essa é alguma coisa não é, que não era o papel da universidade até o século XIX. Ela foi uma introdução que encontrou uma extraordinária resistência dentro das próprias universidades, com a acusação de que isso iria destruir a missão das universidades, que é basicamente a de ensino. Mas ela foi um movimento, digamos, avassalador. Ela esteve extremamente associada à própria questão da aceleração do desenvolvimento da produção do conhecimento e por que não dizê-lo, esteve associada a um outro fator. No momento em que a universidade se transformou num centro de pesquisa, ela passou a ter uma relevância muito grande para o próprio setor produtivo pela primeira vez, e direta, pela primeira vez na sua história. O exemplo clássico dessa transformação e dessa relação foi o desenvolvimento da ciência química na Alemanha, que esteve indireta e diretamente associada ao desenvolvimento da indústria química naquele país.

A partir desse momento se altera basicamente a relação da universidade com a sociedade. Aí não se altera, obviamente, de forma brusca, mas ela se altera a longo prazo.

Há um problema crucial que começa a se desenrolar a partir desse momento. É que há claramente um aumento de custo envolvido nessa questão. Universidades que eram pequenas instituições de ensino e daratas, relativamente, que atendiam a um número muito pequeno de pessoas, começaram a exigir financiamentos cada vez maiores, porque a pesquisa se torna cada vez mais cara. Uma pesquisa hoje envolve um enorme investimento de capital e isto cada vez mais. De modo que esse fator já estava presente, não no início do século, mas a partir da Segunda Guerra Mundial, quando começa a ter uma aceleração imensa pelo fato de o próprio custo do desenvolvimento tecnológico e da necessidade desse desenvolvimento tecnológico ser absorvido na universidade como elemento da pesquisa.

Estabelece-se uma dinâmica clara entre desenvolvimento tecnológico e de pesquisa que vem, inclusive, do fato da dependência da pesquisa em relação ao desenvolvimento tecnológico. Portanto, uma necessidade crescente de financiamento, tornando as universidades cada vez mais caras.

Em geral, digamos, esse financiamento foi sendo providenciado, não através do próprio orçamento das universidades, mas de fontes paralelas de funcionamento e com o custo crescente de que este financiamento acarreta. O que ocorreu normalmente no resto do Mundo foi uma participação, cada vez maior, do setor privado no financiamento das pesquisas. No Brasil, isso não ocorreu.

Até digamos, creio, que há vinte anos havia sido introduzido no Brasil o que era então um sistema extremamente moderno de financiamento, que esteve incorporado na Fundação do CNPq, mais tarde da Fapesp e da Finep, isto é, a existência de agências governamentais que provém paralelamente o financiamento da pesquisa.

O que aconteceu, a partir dessa época, é que no Brasil nos restringimos a esse modelo. A partir do financiamento da pesquisa, especialmente daquela que ocorre na universidade, ficou e permaneceu inteiramente dependente de fundos públicos e basicamente de fundos gerais. Criou-se um sistema federal e um sistema federal baseado em recursos públicos para financiar pesquisa no Brasil. Criou-se uma enorme dependência e uma exclusividade da dependência em relação a esse setor. Quer dizer, que no momento em que o setor federal encontra dificuldades de financiamento, toda a parte de pesquisa do País é seriamente prejudicada. Isso inclui, inclusive, as universidades estaduais e algumas (ilegítimas) financiamentos dependem, em grande parte, de verbas do CNPq e da Finep.

Creio que, em exposições anteriores, do Ministro Goldenberg, nesta Casa, S. Ex.ª apresentou os gráficos necessários para demonstrar como o crescente investimento do PIB em pesquisa e em pesquisa e desenvolvimento ocorre no resto do Mundo, a partir de inversões do setor privado, além do setor público. O nosso problema é que mantemos apenas uma fonte de independência e este é um elemento estrutural de estrangulamento dentro do conjunto de sistemas. Temos de lidar com isso através de uma outra revolução, esta é a transformação de pequenas instituições de elite para atender a um público de massa. Houve, a partir de 1968, uma imensa ampliação das matrículas em todas as universidades do mundo. Houve uma crise enorme de atendimento, que derivou de uma transformação profunda no próprio mercado de trabalho. Quer dizer, com a importância não só crescente dos serviços e das atividades gerenciais, etc., as posições fundamentais do mercado de trabalho passaram a depender de um ensino superior. E com isso a demanda para ensino superior cresce enormemente. Ficou bastante claro no Brasil, isso é o primeiro grande movimento nessa direção, que foi chamado o movimento dos anos 60 e se completa depois de 68 com um grande investimento governamental e privado na área do ensino superior. Agora, é verdade que um sistema que, antigamente era um sistema de ensino e que atendia a uma pequena elite, que formava alguns profissionais liberais, uma pequena camada do serviço público e da igreja se transformou hoje numa imensa instituição de pesquisa que atende a uma população enorme, que é exigida pelo mercado de trabalho. Isso, obviamente, implica não só no aumento de custo, mas sim aumento enorme do custo relativo. São esses fatores que têm levado à crise mundial de financiamento das universidades. É bom que tenhamos que trabalhar dentro desse contexto, mas não é só isso. Há uma crescente multiplicação de funções nas universidades. As universidades, hoje, não são mais instituições - a não ser as instituições privadas - mas a maioria, de ensino, onde são feitas algumas pesquisas, paralelamente financiadas pelo CNPq e Finep. São exigidas a oferecer curso de treinamento, aperfeiçoamento, reciclagem para adultos com curso superior concluído. Isto é uma parte crescente na atividade da universidade. Ela tem que fornecer a formação avançada a nível de pós-graduação que está ligada com a pesquisa; ela tem que promover o desenvolvimento da pesquisa básica e da pesquisa aplicada; ela tem que estabelecer, cada vez mais, uma cooperação do setor produtivo para o desenvolvimento tecnológico; ela tem que prestar os serviços mais diversos de assessoria aos órgãos governamentais públicos e privados, aos grandes empreendimentos estatais, inclusive; ela tem que prestar uma colaboração na melhoria da qualidade do ensino básico e a sua relação com o desenvolvimento da cidadania responsável e das necessidades do mercado de trabalho; ela tem que fazer um enorme conjunto de prestações de serviço, e no caso brasileiro, basicamente, a prestação do serviço de saúde. Hoje, hospitais universitários que, na grande maioria dos Estados e das Capitais, são a principal fonte de atendimento, com o mínimo de qualidade, a uma população que precisa desesperadamente de atendimento médico. Só ela constitui praticamente 1/3 dos custos relativos à manutenção de uma universidade.

E, finalmente, uma universidade que tem assumido, cada vez mais, o papel de uma ação cultural. No Brasil, o Poder Público aumentou-se basicamente da área de cultura. O que ocorreu é uma sistemática transferência de centros de documentação, de institutos de pesquisa e históricos, de museus para a área de atuação da universidade. A universidade é hoje, no Brasil, o maior centro receptor de doações, mas são todas doações onerosas e que implicam um custo crescente. Só na Universidade Federal do Rio de Janeiro temos - creio - sete hospitais e quatro museus, e na Universidade de São Paulo - para citar outro exemplo - temos dois hospitais e também quatro museus.

Então, é importante verificar que há um aumento de custo da universidade que tem pouco a ver com o aumento do custo do ensino. Ao ensino é que ela presta, porque a universidade não é simplesmente uma instituição de prestação de ensino. Isso significa o quê? Significa

que, dentro dos dados que vamos apresentar, este custo não pode ser generalizado de forma a atender ao conjunto de demanda do País. É importante saber, então, quanto é que custa, e quanto é que o governo Federal despense.

Agora, vou me restringir um pouco e retomarei mais tarde ao problema do custo do sistema e ao que ela implica em termos de dispêndios, que estão sendo feitos pelo Governo Federal. Os dispêndios do Governo Federal constituem a parte fundamental da crise conjuntural, e esta crise vem se armando e se deslançando com toda violência agora, a partir da Constituição. É porque a Constituição executou uma efetiva transferência da participação da União na receita de impostos. Com isso, dentro de um sistema, onde não houve um razoável desenvolvimento econômico, significa que o cobertor, debaixo do qual todos nos abrigamos, isto é, o que é o fundo da União na receita de impostos, e ele diminuiu. Quer dizer, diminuiu o dinheiro disponível da União para realizar o conjunto de tarefas que ela deve prover, e diminuiu, também, o conjunto dos recursos que poderiam estar alocados tanto em Ciência e Tecnologia quanto nas universidades, e na manutenção do sistema do ensino superior. Se diminui a oferta de recursos, entretanto, aumenta extraordinariamente a demanda dos serviços de favorecimentos. Uma coisa que mais acontece no Ministério da Educação é recebermos deputados que querem fundar universidades, interiorizar universidades existentes, incorporar escolas dentro das universidades, criar escolas técnicas federais, ampliar a atuação do CETEC. Mas o cobertor não aumentou. O entendimento de tudo isso vai ter que ser feito exatamente dentro dos 18% de verbas para a educação. Estamos, então, com todas as universidades querendo se expandir, tentando criar novos cursos. E isso está criando — como digo — a grande crise conjuntural dentro do sistema. E ao mesmo tempo aumenta, portanto, a demanda para o fundo de pesquisas e decresce a disponibilidade governamental para o fundo de pesquisas. Acho que essa é uma parte básica de reflexão do Legislativo, porque a operação desmonte não ocorreu de alguma forma de operação desmonte, isto é, alguma forma de parceria nova entre o Estado, o Município e o Governo Federal vai ter que ser compensado em termos de atendimento a uma demanda crescente.

Querida passar a primeira transparência, por favor. Se sobrar tempo, falo dos demais sistemas, o privado e o estadual.

Quero apresentar claramente o problema e acho importante a consciência deste fato, porque hoje não é a primeira vez na minha vida, depois de tantos anos na vida acadêmica, que participo do que se chama o Executivo, e que é comumente conhecido como o Governo. Creio que os Deputados usam essa expressão. Quando eles falam Governo tendem a dizer o Executivo. Quero, em primeiro lugar, afirmar que o Governo não é o Executivo, o Governo é o Executivo, o Legislativo e o Judiciário, porque são esses três poderes que têm que resolver o problema do ensino superior. Não é um problema que eu possa resolver dentro do lugar onde estou, que é o Ministério da Educação, e, dentro do Ministério, a Secretaria de Educação Superior. Posso fazer o que é possível, mas não posso mais, se não houver uma clara consciência da necessidade dessa colaboração, pela seguinte razão: tenho dados aqui, aquela tabela anual. Esses dados são o que foi da receita tributária da União do ano passado, que são de 10,2 trilhões, apenas a receita tributária, obviamente há outras fontes como salário-educação, Finsocial, etc. Como o plenário é tão pequeno, quem sabe ele se desloca para cá e, sendo assim, fica possível verificar a questão. É a receita bruta depois das transferências constitucionais. Sobrou para a União seis trilhões, e desses seis trilhões, 18% corresponderiam a um trilhão. São os 18% constitucionais para a manutenção do ensino, dos quais, aliás, não é 50% como os Senadores exigem e como deveria ser integralmente. Podemos cumprir o preceito constitucional com todos as fontes, mas não com as fontes dos impostos. O MEC recebeu mais o ano passado, ainda recebeu 18%. Se o MEC recebeu, ao invés de 1 trilhão, 1,2 trilhões. Ao invés de 18% da receita de impostos, recebeu 20,7%. Quero dizer o que gastamos. Isso, como digo, não é o orçamento total do MEC que inclui muitas outras fontes, inclusive a seguridade social, o Finsocial, o dinheiro da FAE e todas essas coisas. Mas o que vem com a receita de impostos? Todas as outras fontes não podem ser utilizadas no ensino superior, tenho que utilizar esta.

As folhas de pessoal das instituições federais de ensino consumiram no ano passado Cr\$ 824 bilhões que correspondem a 68% de todas as aplicações do MEC e por que tivemos 20%? Se tivéssemos tido 18%, como aliás me parece justo em face das imensas necessidades deste País, teríamos utilizado só na folha de pessoal 76% de toda a receita de impostos destinados à educação, o que correspondem a 13,7% do total dos impostos líquidos. O orçamento de OCC foi Cr\$ 906 bilhões, o total de IF, quer dizer, os Cr\$ 82 bilhões mais a parcela que correspondeu acerca de 3% do total da folha de pagamento, que foi distribuída para a OCC que consumiu Cr\$ 906 bilhões. A OCC da dívida incluída era Cr\$ 1.021 bilhões, que incluem os empréstimos externos, etc. do orçamento do MEC.

Todo mundo sabe que o ano passado foi extremamente penoso para as universidades e o meu único argumento é o seguinte: dentro das receitas de impostos e mantido o nível salarial, que foi mantido, era absolutamente impossível uma transferência maior de recursos para as universidades federais. Tentamos, durante todo o decorrer do período, fazê-lo e continuamos tentando. A situação do primeiro trimestre foi muito ruim, agora melhorou um pouco, pelo menos boa parte das universidades conseguiu pagar as contas atrasadas, pelo que soube e, mesmo assim, a situação é complicada.

Há alguma coisa que sumiu da reflexão, ou seja, quanto custa a universidade. As pessoas não se acostumaram, pelo fato de a folha de pagamento ser negociada paralelamente da despesa da universidade do orçamento da universidade, não se faz o cálculo de quanto a universidade está custando. Faz-se o cálculo de quanto de OCC não foi repassado. Quando se vota o Orçamento aqui no Congresso, esta massa que é na verdade o que se tem para gastar, não se calcula esse custo, porque se você aumenta, bigamos, a folha de pagamento, sobre o dinheiro da OCC, mesmo que o Congresso vote separado e sobre os simplesmente porque a fonte é uma só. A fonte da qual tenho que tirar as duas despesas é a fonte dos impostos.

Então, tem que haver uma enorme negociação na qual apenas o Ministério trabalhe com os dois pontos do problema. Tanto o Congresso, como os sindicatos, quanto os reitores trabalham com a outra ponta do problema e fico na posição extremamente impopular de ficar diz-

do quanto é que custa no conjunto. Não é que os professores estejam ganhando nababescamente — voltarei, se tiver tempo ainda, a essa questão — mas embora eles não ganhem muito, a folha de pagamento é enorme. Estamos chegando hoje rapidamente a uma situação absolutamente Kietkiana na qual se gasta demasiado e todo mundo recebe pouco.

Vou tentar depois explicar esse mecanismo perverso, pelo qual isso acaba ocorrendo, e que nos coloca a todos numa situação extremamente penosa.

Isso foi o repasse mês a mês para as universidades. Gostaria de chamar a atenção para o que ocorre entre junho e dezembro, ou melhor, comparemos o mês de junho com o mês novembro. A folha de pagamento subiu de Cr\$ 40 bilhões para a Cr\$ 134 bilhões durante o decorrer do ano. Cada vez que sobe a folha de pagamento, sobe o OCC, porque quando chega o dinheiro do orçamento, pagamos primeiro a folha de pagamento, como aliás a Constituição exige, e o que sobra, repassamos para o OCC, não há de onde tirar mais nada. Então, vamos tentando esticar o OCC até o final do ano e assim, obviamente nos momentos de reposição salarial, há uma queda de OCC e depois vamos tentando recuperar o OCC e chegamos a esse recurso final.

Esse é o mecanismo que é inelutável, não há outro modo de operar, não tenho outra fonte de recurso. Então, se vê que, no ano passado, repassamos Cr\$ 823 bilhões no total e Cr\$ 59 bilhões de liberação orçamentária; os Cr\$ 14 bilhões nem sequer pagamos, tivemos que deixar como restos a pagar. Isso nos colocou numa situação inconstitucional, Sr. Senador, de não poder diminuir até 50%. E não tenho nenhuma alternativa, não posso fechar a universidade, não posso fechar a escola.

O que custa isso por aluno? Há uma polêmica enorme a respeito dos custos e dos custos relativos de quanto isso responde que diz respeito a alguma coisa. Gastamos tudo isso, os professores ganham pouco, mas será que isso corresponde a um rendimento pelo menos satisfatório? Os dados a respeito de quanto custa o ensino nos diferentes países é uma questão extraordinariamente controversa, especialmente no Brasil, é muito difícil de se estabelecer índices que sejam comparáveis, em primeiro lugar porque tem que se reduzir um pouco a equivalência de tempo integral para poder ser comparado com os outros, depois tem que se retirar certas despesas com hospitais, e isso nem sempre é fácil, porque, frequentemente, o pessoal do hospital está contratado como docente e não se sabe quando custa. Mas digamos dos cálculos brutos que foram feitos, acho que o último número seria um número razoável. Creio que um número razoável seria pensaríamos que o estudante de uma universidade pública custa em média US\$ 5 mil por ano, pelos dados que temos, e um estudante da escola primária custa US\$ 60.

Esse é o custo do ensino por aluno. O custo por aluno é uma coisa complicada, porque não representa quanto custa o aluno, mas o quanto custa mantê-lo lá, fazendo todas as outras coisas conjuntamente. E, certamente, se tomarmos o primeiro número que chega perto de US\$ 8 mil, o custo seria absolutamente excessivo. A verdade deve estar entre os dois números. O que significa que, frequentemente, as nossas universidades gastam praticamente por aluno o equivalente a uma universidade de Primeiro Mundo e certamente oferecem um serviço de qualidade extremamente inferior àquele que se acha nas boas universidades do Primeiro Mundo. São dados do Banco Mundial que foram baseados aliás em estudos feitos no Brasil, quero dizer que não são estudos do Banco Mundial, são estudos feitos numa polêmica que se estabeleceu entre a Prof. Elisa Boliniqui, do Nupes e o Prof. Jacques Schwartzmann da UFMG. Pelos cálculos da Prof. Elisa chega perto de US\$ 8 mil e, pelo cálculo do Prof. Jacques, está perto de US\$ 5 mil. Eu, como sou salomônica, acho que certamente a verdade deve estar no meio.

Esses dados foram retirados do report do Banco Mundial, mas não são dados do Banco Mundial, são dados feitos aqui no Brasil, por pesquisas internas.

Gostaria de mostrar que durante todo esse tempo, em função exatamente de que não há em momento nenhum, o cálculo de custo/benefício, temos tido um desenvolvimento perverso em que aumenta o número de docentes, aumenta o número de funcionários e aumenta muito pouco o número de alunos. Temos alguma coisa que ocorre nas universidades, em que o custo não está associado a um benefício equivalente, as duas coisas não estão associadas. E isso não é propriamente culpa das universidades, do tipo que vemos nos jornais que tal universidade é perulária, isso decorre exatamente do modelo de financiamento. Um modelo de financiamento que devemos alterar que com o qual todos nós somos coniventes. Não é culpa das universidades, nem do Executivo, nem do Legislativo, é uma responsabilidade coletiva dos três. E são os três, conjuntamente, que vão poder resolver esse problema de um financiamento perverso, em que o custo aumenta e o benefício diminui.

Aí tenho um quadro que considero extremamente importante para mostrar um aspecto das universidades federais. Retirei as escolas isoladas: a relação aluno/docente nas universidades. As universidades têm mais ou menos o mesmo tipo de recursos, o mesmo tipo de obrigações, todas elas têm hospitais, todas elas têm biblioteca, algumas têm museus, zoológicos, etc. De modo que, num caso ou noutro a gente pode cometer injustiça, mas, no conjunto, o dado bruto é esse. A relação aluno/docente é extremamente variável: vemos de treze a dois. Quer dizer, dois alunos por professor praticamente. Seis é a média, muito baixa certamente. Por mais que se diga que a comparação é complicada, porque os sistemas são diferentes, a média de uma boa universidade de pesquisa, uma universidade nacional, é basicamente de doze: como a gente está no Brasil, a gente aceita dez. E não é só isso: de dez, as universidades chegam basicamente dentro desse modelo.

O nosso problema é que, além de termos uma parte do que se chama gasto excessivo, ele vem não de um rendimento muito diferencial, que se dá dentro das universidades. É necessário não o sistema de alimentar unilateralmente as universidades, também não quero um sistema punitivo; mas um sistema de incentivo, que promova uma ação na universidade, no sentido de levar aquilo que é uma palavra horrível no Brasil hoje, a sua produtividade. O número de alunos que atende, o número de alunos que forma, de tal modo que ela receba mais e seja recompensada através de um serviço mais bem feito.

No momento em que o financiamento da universidade estiver relacionado à sua capacidade de receber e formar alunos, haverá um esforço muito sério das universidades nesse sentido. Hoje não há nenhum incentivo para que isso ocorra.

A mesma coisa vou mostrar em relação aos funcionários. Temos situações absolutamente insustentáveis em que todo mundo recebe igual. Se você é um péssimo gerente de universidade, um reitor que está enchendo sua folha de pagamento, isso só redundará em benefício. Se você é um excelente reitor, tentando fazer uma racionalização do gasto, você é punido dentro do sistema de beneficiamento.

Essa é a relação aluno-funcionário. Gostaria de mostrar que essa relação não tem nada a ver com a qualidade da instituição. Muito pelo contrário, ela é invertida. Parece que quanto pior a instituição, maior o número, maior essa razão. Não é sempre verdade. Existem instituições boas que, por acidentes históricos, de reitores irresponsáveis, estão hoje com imensa dificuldade de engajamento do quadro.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN - Aluno-professor eu mostrei; aluno-funcionário ainda é pior a heterogeneidade. Temos situações em que a média está em 5 alunos por funcionário. Essa é uma média absolutamente irresponsável neste País. Uma boa universidade, como a PUC do Rio de Janeiro, tem 16. Da USP não retirei os dados, mudou desde que eu estava lá. Rio de Janeiro e Paraná são as que têm índices maiores.

Estou mostrando os dados, mas não vou colocá-los, porque eles têm que ser interpretados com cuidado. Há exceções sempre. Há casos, como o Rio de Janeiro, por exemplo, em que há uma clara deformação. É a única universidade do País que tem oito hospitais. Todos os hospitais foram passados para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Foi uma política deliberada do Governo. Apesar de os hospitais universitários não serem uniformemente bem administrados, eles são melhores do que os da rede pública. A pressão que temos para absorver hospitais é fantástica. Passo a metade do meu tempo, recusando doação de hospital para universidade.

Há deformações, que cada classe deve corrigir - isso é necessário quando se usa uma tabela dessas. Ainda assim, é insustentável a situação em termos de pessoal dentro da universidade. O que acontece é que a universidade tem pouco aluno.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Eu gostaria de colocar à disposição do depoente mais cinco minutos.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN - Não vou fazer conclusões, vou apenas terminar os dados. Espero que, se houver perguntas, eu possa concluir a minha exposição.

Fizemos, mas não tenho tempo de expor, um certo modelo do que seria o número razoável de funcionários docentes que as universidades deveriam ter em face dos alunos que elas possuem, aos cursos de pós-graduação e ao desenvolvimento da pesquisa. Numa outra oportunidade, particularmente para os Senadores e Deputados interessados, poderia fazer a análise. É apenas para dar uma idéia.

O SR. RELATOR (João Calmon) - Como vamos publicar esses dados nos Anais da Comissão, gostaria de pedir que, posteriormente, isso possa ser incluído em seu depoimento.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN - Pois é! Esse aí, digamos, que é um exercício para mostrar como, dentro dessa heterogeneidade, temos universidades que estão melhores e outras que estão piores; algumas estão até com deficiência de gente e outras com excesso. Quer dizer, o momento básico em que nós não temos recursos suficientes para atender a toda essa imensa demanda, uma coisa fundamental é terminar com a irracionalidade do sistema distributivo. Exigir, através de incentivos, e não de medidas punitivas, levar as universidades a aumentar a sua eficiência, sua eficiência, mas isso não pode ser feito no sistema atual.

Vou citar especificamente o caso do Reitor Maculan, no Rio de Janeiro, que herdou um dos maiores índices de relação funcionário-aluno, conseguiu eliminar três mil e que está com um OCC ridículo e os laboratórios caindo em pedaços. É impossível, pela legislação vigente, que essa economia que ele realiza reverta em benefício da manutenção dos seus laboratórios.

Enquanto não for possível a universidade realizar essa tarefa, isto é, enquanto não for possível e admitido, através das Lei de Diretrizes Orçamentárias, que a economia de pessoal reverta em OCC para as universidades, de tal forma que ela possa ser aplicado, o reitor tem que ser um herói ou um louco, normalmente, um misto das duas coisas, para reduzir pessoal, enxugar folha de pagamento, racionalizar o serviço. Por quê? Ele compra uma imensa briga interna - o Professor Maculan foi até ameaçado de morte - e, por outro lado, não ganha nada. A universidade dele dá o dinheiro.

Nesse sistema, um bom reitor neste País é um herói que precisa de uma medalha ou um monumento, cada vez que deixa a sua reitoria. Ao passo que a situação para péssimos reitores - desculpem-me os representantes dos reitores aqui presentes - para esses não há problema nenhum, porque, neste País, o difícil é tentar fazer alguma coisa para melhorar o atendimento. Enquanto não mudarmos as leis, é muito pouco o que posso fazer.

Deixe-me só terminar, passando mais algumas projeções nesses cinco minutos que me restam. Só tenho mais uma última projeção, que completava aquela, que é o orçamento total por aluno de acordo com as universidades, em dólares, para mostrar novamente como há universidades eficientes e pouco eficientes LAUDA 500 ILEGÍVEL

UNESP elevam extraordinariamente a média. As outras quinze universidades estaduais têm uma média muito pequena. Se formos comparar essa relação no sistema federal como no sistema paulista, a diferença se torna muito maior. Quer dizer, estamos gastando uma quantidade de muito grande, equivalente à do Primeiro Mundo, com um pessoal muito menos qualificado, com um rendimento muito menor e uma imensa margem de desperdício.

Querida novamente deixar bem acentuado que isso não é culpa das universidades. Ou assumimos conjuntamente a culpa por essa situação e conjuntamente a alteramos, ou esse quadro não vai ser revertido. Porque se colocamos a universidade nas condições em que ela é obrigada a ser irracional para obter recursos, ela será irracional.

Esta é a situação.

Querida chamar a atenção, finalmente, para dois outros problemas. Mostrei que estamos gastando cerca de oitenta por cento dos deztoito por cento para manter a rede das trinta e seis universidades federais e mais, digamos, as demais instituições que somam as cinquenta e quatro instituições federais de ensino. As trinta e seis universidades federais consomem a grande maioria desses recursos. Essas universidades estão atendendo a trezentos e quarenta mil alunos. Temos um milhão e meio de alunos matriculados no ensino superior brasileiro; ela atende a pouco mais de vinte e dois por cento da demanda a este preço. Se fôssemos atender a toda a demanda dentro do modelo preconizado, teríamos que multiplicar por cinco os recursos federais disponíveis. Isto significaria que estaríamos chegando perto da metade de todo o Orçamento da União, simplesmente para atender às necessidades do ensino superior, sem contar o problema crucial do ensino básico neste País.

Quer dizer, este modelo precisa ser alterado. Precisamos certamente da existência de excelentes universidades públicas e o desenvolvimento do ensino junto com a pesquisa, em que haja hospital, em que haja museu, etc.

Os CEFET são mais baratos, são instituições excelentes, são instituições tecnológicas que dão um excelente treinamento para os alunos e têm uma imensa quantidade de renda própria. Os CEFET são modelos alternativos, onde o ensino ainda é gratuito e que, entretanto, trabalham, na verdade, estritamente entrosados com as comunidades.

Temos as universidades comunitárias, como as que existem em Santa Catarina, no Rio Grande do Sul, onde também damos um ensino de boa qualidade a um preço muito mais reduzido.

Temos a possibilidade de criar escolas isoladas, onde a pesquisa seja didática e que seja possível atender a uma população com uma boa qualidade de ensino sem ter que colocar um acelerador nuclear lá dentro, simplesmente porque temos que ter um grupo de Física; ou ter que estabelecer um laboratório de biotecnologia para cada atendimento em cada Estado, porque não há sequer pessoal habilitado para manejar esses laboratórios e fazer estas pesquisas. Então, acredito que é dentro disto que devemos atuar.

Qual é a intenção do Ministério da Educação? Em primeiro lugar, acho que é importante que a discussão se generalize em termos da participação da União, do Estado e do Município dentro desse sistema. Em segundo lugar, é necessário que se analise, de uma forma menos preconcebida, o ensino particular. Tenho absoluta certeza de que há uma imensa proporção de instituições privadas que deveriam simplesmente ser fechadas, porque não dão ensino de qualidade nenhuma. Temos instituições às vezes medíocres, às vezes medianas e às vezes boas, que dão um atendimento à população que, hoje, é indistinguível que seja mantido.

Não há, digamos, uma política razoável para esse setor, porque a política poderia consistir no crédito educativo, e o crédito educativo está falido. Não posso entrar na questão do crédito educativo, porque já fiz uma palestra neste sentido.

É necessário um sistema eficaz de avaliação sobre a qualidade do ensino oferecido nessas universidades, para que possamos separar o joio do trigo. O nosso sistema de credenciamento tal como existe é um sistema absolutamente medieval, ineficiente, ineficaz; não produz qualidade nenhuma e não fiscaliza nada. Para fiscalizar os miríades de estabelecimentos que existem aí, teria que haver uma burocracia estatal de tal natureza que consumiria a maior parte dos meus recursos, alimentando a burocracia do MEC, que também não é a solução.

Os problemas são mais complexos e mais graves do que pensamos. É necessário que deixemos simplesmente de restringir a discussão a respeito dos salários dos professores. Essa questão ilustra a exposição que vou fazer. Essa discussão gira sempre em torno de afirmações que são sempre parciais. Quando sou atacado com uma afirmação parcial, a minha tendência é responder com uma afirmação também parcial.

Vejam agora a enorme celeuma que existe em torno do que se ganha e do que se gasta. Esse dado é o da tabela oficial de quanto ganha um professor titular com Doutorado. Aliás, um professor com Doutorado é o mínimo que se pode esperar, diga-se de passagem. Porque, se o sistema permitir que um professor titular não tenha Doutorado, realmente, a qualidade de ensino será absolutamente ridícula.

Há uma outra tabela que mostra a nossa média salarial. O original está aí? Não veio a outra? Mas essa era fundamental, pois mostrava a diferença entre o que está na tabela e o que pagamos. Essa tabela não significa mais nada, porque há um conjunto de leis aqui em que há aumento por tempo de serviço, há os anuênios, há os quinquênios, há as incorporações de funções gratificadas, que são cumulativas. Depois de cinco anos como chefe de um departamento, o servidor incorpora esse vencimento; depois, quando ele passa a ser, durante cinco anos, diretor de universidade, ele incorpora o outro vencimento; depois, passa para Reitor e incorpora uma outra gratificação. Não é só isso. Se uma vez na vida o servidor teve o chamado adicional de periculosidade, isso passa a ser incorporado no seu salário.

Temos, então, casos em que, em decorrência desse conjunto de incorporações de funções gratificadas e de privilégios, o salário de cada pessoa não tem mais nada a ver com a função que ele cumpre, e, sim, com o número de funções gratificadas que ela incorporou. Se, por acaso, ele ganhou a URP na Justiça, e defendendo juiz que julgou a causa, porque uns mandam incorporar só um pequeno período, outros mandam incorporar permanentemente, isso agrava mais ainda o caos absoluto salarial que temos hoje, de tal forma que a média deve ser pelo menos um terço maior do que essa que consta agora. Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Teremos uma fase posterior de debates, em que a professor poderá completar algum pensamento que tenha ficado incompleto em função da limitação do tempo.

Passo a palavra ao Dr. José Arthur Gianotti, solicitando-lhe que, antes, preste o juramento.

O Sr. José Arthur Gianotti presta o seguinte juramento: "Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise da universidade brasileira".

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Concedo a palavra ao Dr. José Arthur Gnanotti, para proferir o seu depoimento.

O SR. JOSÉ ARTHUR GIANOTTI — Sr. Presidente, Srs. Senadores, Srs. Deputados, há muito tempo não dou aula, mas espero cumprir os meus vinte minutos.

Não vou dar nenhuma visão geral do ensino superior; pelo contrário, quero dar testemunho do que tem sido a vida acadêmica nos últimos tempos da universidade. Embora eu não tenha dado aula, ainda estou na universidade com os meus assistentes, com os meus seminários, etc.

Quero lembrar que começamos uma crítica muito violenta a essa vida acadêmica já no início dos anos oitenta. Somos os primeiros, em todo o nosso grupo, a denunciar, de certo modo, essa indefinição que existe entre o fazer e o fazer de conta em qualquer forma de serviço público ou privado, mas que, na universidade, é extremamente evidente. Portanto, o meu enfoque será bem diferente. Vou tentar mostrar que tipo de consciência de trabalho é preciso ter e como essa consciência está ligada a certos direitos e deveres. A meu ver, sem mudanças radicais na vida cotidiana do professor, do funcionário do aluno, não teremos nenhuma alteração importante na universidade.

Quais foram as críticas que fizemos à vida acadêmica? Em primeiro lugar, denunciávamos o fato de que a estrutura departamental, que evidentemente era a única solução para as injustiças e a estrutura esgotada da cátedra, criou problemas absolutamente cruciais que pediam solução. Dissemos que o departamento como tal, com a sua estrutura, propicia o pacto dos mediocres, pelo qual cada um se organiza de maneira a não colocar a mão na cumbuca alheia, desde que ninguém venha colocar a mão na sua própria ajuda o pacto, propicia o pacto dos mediocres, isto é, trata-se justamente de que cada um possa se organizar de tal maneira que "não meto a mão na cumbuca alheia, desde que ninguém venha meter a mão na minha".

O departamento teve uma outra estrutura que teve um outro efeito nocivo, ele igualizou as tarefas de tal forma que cada pessoa que entra no departamento se imagina pesquisador autônomo e com isso ele não está disposto a realizar tarefas de auxiliar. Isso evidentemente não vale para os laboratórios, onde a própria estrutura assegura uma hierarquia na pesquisa e na docência.

Pois bem, denunciávamos o enorme desperdício da universidade e os dados de hoje fornecidos pela Professora Eunice não fazem mais do que confirmar essa nossa assertiva. O que está acontecendo hoje?

Está acontecendo que essa crítica que nós fizemos se tornou uma arma contra a vida acadêmica. Ora, não estávamos, de forma alguma, interessados na destruição da universidade, não estávamos interessados em sufocar a universidade, queríamos o restabelecimento e a renovação da vida acadêmica, isto é, de uma vida dedicada ao ensino e à pesquisa.

Hoje, mostra-se que as universidades são pouco produtivas e temos dados precisos de que ela tem um desperdício cavalgar. O diagnóstico está certo, mas tenho a impressão de que as terapias usadas nesses últimos tempos estão completamente erradas por quê? Porque as universidades, não só as universidades, não só as universidades, mas também todos os centros de pesquisa, estão sendo basicamente sufocados pelo sistema de contingenciamento, isto é, não se trata mais de se ter bons orçamentos votados no Congresso — inclusive voltarei a essa questão — mas trata-se, simplesmente, de ficar pressionando o segundo escalão do Ministério da Economia a fim de que ele possa soltar as verbas.

É muito interessante, na tabela que foi apresentada aqui, percebermos que somente no final do ano as verbas foram soltas, de tal maneira que houve, nessa política de contenção, um fabuloso desperdício por que todos tiveram que esperar antes de terminar o ano fiscal. Não sei o que está acontecendo do ponto de vista político.

O Presidente disse que ciência, tecnologia e educação eram prioridades máximas. Os ministros asseguram que ciência e tecnologia são prioridades máximas; todos pensam nessa prioridade máxima, no entanto, estamos assistindo ao sufoco das universidades, dos institutos de pesquisa que estão sendo desmontados, não pela falta de orçamento mas justamente por questões de fluxo de caixa.

Então, acho muito interessante que estes dados colhidos hoje sejam publicados, que os nossos testemunhos sejam publicados, mas, realmente, tenho medo de que até a sua publicação tenhamos uma situação de terra arrasada.

Qual é a minha hipótese do que está acontecendo? Nesta política de contenção de crédito é evidente que os desperdícios da universidade e do sistema de ciência e tecnologia devem ser cortados. Mas como? Se simplesmente acreditamos que apertando os cintos vamos ter o enxugamento natural do sistema, estamos desconhecendo todos os contingenciamentos da própria legislação, todas as coerções que existem dentro da própria universidade que impedem a se enxugamento. Tenho a impressão de que este Governo teve uma boa lição a respeito dos trabalhadores disponíveis ou postos em disponibilidade.

O que está acontecendo com esse enxugamento e com esses cortes lineares dos orçamentos é simplesmente a expulsão dos melhores pesquisadores, dos melhores professores das universidades e dos centros de pesquisa.

Devemos lembrar que nem todos os países têm ciência, tecnologia avançadas e eles podem ter mais tecnologia sem ciência, ou pelo menos puderam ter mais tecnologia sem ciência até agora. O Paraguai não tem ciência e qualquer pessoa que tenha uma vocação científica é obrigada a emigrar. O Japão tem muita tecnologia e tem pouca ciência em relação à tecnologia que produz. Mas sabemos, e os japoneses sabem melhor do que nós, que, com o desenvolvimento da ciência moderna, o gap entre a invenção científica e a tecnologia se encurtou de tal maneira que se o próprio Japão não criar a sua ciência ele não consegue manter a situação de ponta que ele tem no desenvolvimento tecnológico.

O que, portanto, estamos fazendo neste tipo de política é realmente o suicídio do ponto de vista da qualificação da universidade e do centro de pesquisa. Por quê? Porque estamos desconhecendo não só o que é a dinâmica geral da universidade, mas estamos desconhecendo que, para haver uma reforma, a condição básica é a exigência do sistema a fim de que os grupos de excelência e os processos de qualificação possam ser realmente desenvolvidos.

Tenho a impressão de que a comunidade científica tem reagido de duas formas. De um lado, é bem verdade, de uma maneira extremamente corporativista, tentando manter as vantagens funcionais que durante os últimos anos ela obteve. Mas, somos obrigados a reconhecer que existe muita gente séria e muita gente trabalhando. Vimos, na semana passada, aqui em Brasília, centenas de pessoas virem do Brasil inteiro para se juntar no CNPq, para dar parecer à mão em processos do tamanho de um bonde, absolutamente antiquados do ponto de vista da sua estruturação, a fim de que justamente

as bolsas não fossem interrompidas, os auxílios de pesquisas não fossem interrompidos, mas o que acontece?

Todo esse serviço que os melhores cientistas do Brasil estão fazendo tem resultado na doação de bolsas de auxílio que não chegam às mãos dos pesquisadores. Então, temos uma situação absolutamente esdrúxula em que o pesquisador recebe carta dizendo que a sua pesquisa foi aprovada, o seu crédito foi aprovado e que simplesmente ele fica na esperança da liberação de verbas, isto é, de um fluxo de caixa que sabemos, não ser prioritário em relação a outros compromissos políticos do Governo.

Portanto, tenho a impressão de que se toda a nação brasileira, o próprio Governo, o Executivo, o Legislativo, não tomarem providências imediatas para evitar a destruição dos grupos que estão realmente funcionando no Brasil nós teremos, a desvantagem desses grupos e, em consequência, teremos anos a fio para remoldá-los.

Sobre esse aspecto, gostaria de fazer algumas observações, isto é, é preciso de imediato que as universidades obtenham autonomia. Tenho a impressão de que esta é uma batalha difícil, já sei que a corporação vai reagir contra a autonomia, mas não vejo possibilidade alguma de que as universidades reconheçam a si mesmas nas suas diversidades, não vejo nenhuma possibilidade para as universidades se diferenciarem já, mais do que elas são, se continuarmos a impor um padrão único de estrutura para as universidades, mantivermos a isonomia salarial e mantivermos a isonomia salarial e mantivermos a ficção de que a Universidade do Acre é igual à Universidade Federal do Rio Grande do Sul.

Lembre-me de um episódio que me marcou muito, logo no início do Governo Sarney, quando foi instalada a comissão para a Reforma Universitária, da qual participei — era um compromisso do Presidente Tancredo Neves — e numa das sessões fomos surpreendidos pela apresentação da folha salarial da Universidade do Acre, que naquele momento era a maior do País.

Fiquei comovido ou abalado — afinal, eu, como professor da Universidade de São Paulo, ganhava menos do que um Doutor da Universidade Federal do Acre.

Um dia, nessas minhas andanças, cheguei à Universidade do Acre. Francamente, com o custo de vida naquele Estado, com as condições de vida ali, nenhum de nós, creio, aceitaria um cargo de professor lá, com os salários que estamos ganhando hoje. E, portanto, se quisermos ter uma Universidade no Acre, temos que pagar as pessoas para que possam realmente estar lá. E sabemos que ali pode haver um excelente centro de estudos amazônicos; mas sabemos perfeitamente que não haverá um bom departamento de Física de alta energia.

Nesse sentido, essa universidade tem que se diferenciar, deve se adaptar às suas condições ambientais, sem o que não terá nenhum instituto de pesquisa, nenhum instituto de docência. Essa diversificação não pode ser legislada de cima para baixo. Creio que é fundamental que todos tenhamos consciência disso, isto é, a diversificação que existe hoje o sistema de ensino é algo cuja mina não conhecemos e, portanto, há somente uma única solução: a liberação, o afrouxamento desses laços, a fim de que essas universidades possam se adaptar por si mesmas; e, evidentemente, isso implica um sistema-geral público de avaliação para se saber o que essas universidades estão fazendo com o dinheiro público que estão, recebendo.

Portanto, sem esse binômio — a autonomia mais ampla possível e um sistema eficaz de avaliação — não seremos capazes de alterar a vida cotidiana da universidade, que, afinal de contas, é a única que produz o ensino ou a ciência. Ficaremos nessa farsa de dizer que temos uma universidade ou duas ou três ou quatro em cada Estado e que muitas vezes não merecem o nome de colégio.

Muito bem. Isso significa também, a meu ver, uma mudança na atitude do Poder Legislativo, o que pode ser feito já em relação aos orçamentos das universidades. Não têm sentido nenhum, no meu entendimento, esses orçamentos absolutamente detalhados, em que se determina uma verba para contratar um faxineiro não pode ser transferida para um motorista; ou que uma verba para livros não pode socorrer uma falha no equipamento.

Esta situação está levando a que os reitores mais eficientes burlam a lei quando possível. Estamos criando uma situação em que o bom reitor burla a lei, sendo esta a única maneira de se poder, realmente, resolver os problemas que está enfrentando as universidades.

Ora, tenho a impressão de que o Congresso tem, dentro da Lei Orgamentária, simplesmente a possibilidade de dar mais liberdade às universidades, a fim de que possam se adaptar ou possam, efetivamente, realizar o seu trabalho.

Outra questão que quero levantar é a do sistema de trabalho. A comunidade pediu, esperneou e conseguiu o Regime Jurídico Único. Acho que foi um desastre para a universidade, e as consequências estão se avolumando. Por quê?

Em primeiro lugar, o trabalho universitário tem especificidade. Trinta anos para a aposentadoria do professor universitário é um escândalo; e digo que eu obtive esse escândalo. Aposentei-me há oito anos. É verdade que a minha situação era peculiar. Já havia me acostumado com a aposentadoria, a final de contas, eu tinha sido aposentado compulsoriamente. Tínhamos fundado o CEBRAP e havia necessidade de alguém depois que o Senador Fernando Henrique Cardoso veio para o Senado Federal — para continuar a dirigir o CEBRAP. Portanto, era muito difícil eu continuar na universidade e, no mesmo tempo, na direção do CEBRAP. Portanto, a aposentadoria, para mim, era uma solução.

Mas pergunto: tem sentido um professor, formado com dinheiro público — fui umas das primeiras pessoas a receber das mãos de Anísio Teixeira bolsas das CAPES —, que fez toda a sua carreira basicamente gastando dinheiro do contribuinte no Brasil, tem sentido que esse professor aposente com 54 anos, no momento em que a sua produtividade intelectual — no caso, a minha — está no máximo? E o que está acontecendo hoje? As pessoas estão se aposentando com 48, 50, 51, 52 anos. A universidade está, gastando, em uma situação absolutamente maluca. Ou as pessoas refazem os seus concursos, ou vão para outras universidades, e a folha de inativos das universidades está crescendo assustadoramente. Tenho dados — a Eunice pode confirmar —, parece-me que a folha de inativos das universidades federais está por volta de 30%.

A Universidade de São Paulo terá um problema. Daqui a cinco anos, ela terá 50% do seu orçamento comido pelos inativos. Ora, não são inativos — são pessoas que simplesmente estão recebendo duplos salários.

De um lado, temos a ficção da isonomia salarial e, de outro, temos uma legislação que cria todas as ficções para a diversificação burocrática, e não do ponto de vista daquele serviço que presta o professor de universidade e, mais ainda, do seu significado cultural no contex-

to do País. Portanto, essa é uma questão: um regime particular para universidade, a meu ver, é algo essencial e deve ser resolvido o mais rapidamente possível.

Essa questão das aposentadorias precoces — e vou terminar com isso — tem levado a situações esdrúxulas. Por quê? Vou dar um exemplo já que conheço bem o assunto — e está aqui a Professora Vanessa para me confirmar.

A Universidade Federal de Minas Gerais, há pouco tempo, abriu cinco vagas para um concurso para a cadeira de Filosofia. A lógica burocrática manda abrir essas vagas. Não existem cinco doutores disponíveis para prestar esses concursos, em geral. Tanto é assim que apenas três professores mineiros apresentaram-se a esse concurso. Como a banca foi rigorosa e como a Universidade Federal de Minas Gerais está fazendo o possível para não abrir as portas a qualquer tipo de aventureiro, simplesmente dois desses candidatos foram reprovados, de tal forma que das cinco vagas unicamente uma foi preenchida. Isso não está acontecendo nas outras unidades da Federação. Estamos assistindo a um entupimento de novos ou velhos professores que vão fechar a carreira dos nossos jovens.

Ora, é sabido que existe uma queda da qualidade de geração para geração, das pessoas que têm hoje cinquenta e cinco, sessenta anos, para as pessoas que têm quarenta e cinco, cinquenta anos, por questões que não saberia explicar. Essa geração, intelectualmente, não tem a qualidade da outra geração.

Em compensação, posso assegurar-lhes que os novos jovens são de extrema boa qualidade. Estamos, portanto, com uma política suicida de entupir os departamentos com novos incompetentes, a fim de que os nossos jovens sejam expulsos do País em uma guerra pela conquista de cérebros que existe no mundo inteiro. Isto é, estamos já com uma política geral de formar gente para o exterior.

Portanto, acredito, diante desses sintomas que procurei trazer aqui, que se não houver uma medida imediata no que diz respeito, em primeiro lugar, à constância dos recursos mínimos necessários ao sistema de educação, ciência e tecnologia se não houver uma mudança, em particular, do Poder Legislativo, em relação às determinações do orçamento das universidades, e se isso não for acompanhado de um sistema de avaliação, que deve ser implementado o mais rapidamente possível, eu não vejo possibilidade de sairmos da crise.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Passemos, agora, à fase dos debates. Concedo, inicialmente, a palavra ao Senador João Calmon, Relator desta CPI.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Presidente, eu preferiria que a única deputada presente no plenário, Deputada e Professora, Maria Luíza Fontenele fizesse suas indagações, eu, em seguida, apresentaria as minhas considerações finais.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — A Presidência acata a sugestão de V. Exª e passa a palavra à Deputada Maria Luíza.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Sr. Presidente, ontem fui procurada por alguns jornalistas que tinham a relação de entidades que, no Ceará, recebem subvenções. O jornalista queria saber se essas entidades estariam vinculadas. Uma delas receberia quatro bilhões de cruzeiros. Por informação da Universidade de Brasília, a Universidade recebeu, até o presente momento, um bilhão e poucos milhões de cruzeiros, para a atuação dessa universidade, onde, segundo informação do reitor, 1.400 projetos de pesquisa estão em andamento. Portanto, considero extremamente perigosa a análise que se centra na questão financeira, porque vejo que se não colocarmos a natureza do trabalho que as universidades e institutos de pesquisas fazem, correremos o risco de ficar tão somente na relação aluno/professor ou professor/funcionário. A Drª Eunice colocou muito bem. Por exemplo, analisando a Universidade Federal do Ceará detectamos que concentração maior de funcionários está no Centro de Saúde o que tem maternidade, hospital de clínicas, está no Centro de Agrárias, onde há uma fazenda experimental, onde exatamente, esses funcionários estão alocados. Mas mesmo assim, chamo a atenção para os seguintes dados: no pronunciamento que fiz na sexta-feira última, mencionei que não era correto esse tipo de análise. Se ele não acertou esse tipo de análise, não aceitaria, também, o fato de o professor ganhar menos do que um motorista do Congresso Nacional. Não dá para ir por aí. Mas há que se indagar. Por que um doutorado, no final de carreira, ganha três milhões e pouco.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Um doutorado em final de carreira recebe, frequentemente, mais de 50% disso, e, frequentemente, é o dobro disso.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Tudo bem. Mas a indagação seria: por que um doutor em fim de carreira recebe menos do que o Diretor do Congresso Nacional, que recebe treze milhões.

Enfim, eu acredito que deveríamos fazer indagações dessa natureza, não querendo que o Diretor do Congresso Nacional receba menos, eu não estou aqui à caça de marajás, e acho este discurso profundamente reacionário. Mas, ainda sobre a questão financeira, eu acho que deveríamos estudar o assunto, porque é uma questão que prejudica profundamente as universidades, não só as universidades, todos os estabelecimentos de educação, ou quem recebe dinheiro público, é que o repasse desses recursos, por exemplo, da Universidade de Brasília, a responsável pela divulgação desses dados recense, deveria ter recebido recursos superiores a seis bilhões, e não recebeu. Ora, em qualquer processo inflacionário, se os recursos não chegam no tempo devido, isso significa uma perda. Tivemos estudos feitos pelo Professor Elias, da Universidade de Minas Gerais, onde ele detectou que a perda é realmente monstruosa. A ponto de os 18% que são devidos ao setor público, terminam não sendo 18% porque, ele passa a ter recebido mais, no final do ano. Então, as perdas distorceriam, portanto, esse valor.

Isso posto, eu entro na análise feita pelo Professor Gianotti — e me incluo porque tenho 49 anos — nossa geração estava na universidade, quando se deu o golpe militar. Nós tivemos, inclusive, do ponto de vista da nossa formação universitária, um profundo prejuízo, porque os melhores professores ou foram retirados das universidades ou foram proibidos de ensinar o que sabiam. E depois que entramos nas universidades, o que era fundamental, na universidade, era exatamente a delação, como princípio, a fundação da Segurança Nacional como norte. Era a nossa formação e nosso desempenho profissional. Portanto, eu creio que qualquer avaliação das universidades teria que passar por um modelo de universidade que foi implantado, para desmentelar, exatamente, esse tipo de formação, esse tipo de en-

sino e de produção, que foi de um período em que V. Sª teve o privilégio de participar. Então, a minha contribuição aqui iria mais no eixo de como é que colocaríamos em comum essa reflexão de conseguirmos obter, realmente, uma qualidade diferente de outras universidades. Não tenho nenhum princípio corporativista. Por exemplo, o Professor Anchieta, reitor da Universidade Federal do Ceará, aposentou-se com a idade aproximada de 45 anos, com todos os direitos de professor. Com todos os direitos que tinha e, logo em seguida, fez concurso para a mesma disciplina que ele ensinava na Universidade. E isso vem se repetindo. O Professor Anchieta, na área dele, é considerado uma das excelências na área da matemática. Mas como vamos enfrentar esse problema se não houver um tipo de enfrentamento da realidade diferente totalmente da relação financeira, e de querer penitenciar as universidades dos erros dos governos. Por exemplo, o desperdício dos recursos, em todos os setores, talvez até seja maior do que aqueles que nós identificamos nas universidades. Não estou aqui querendo justificar. Acho que há uma formação nas universidades que é prejudicial ao próprio conceito de universidade, e até digo que, se a universidade pudesse derrubar os seus muros e fazer um trabalho mais amplo seria interessante. Visitei, recentemente, a Embrapa, o trabalho desenvolvido, do ponto de vista da produção científica na área de biotecnologia, engenharia genética é uma coisa muito interessante. Como é que podia haver um leve, aí, de troca de experiências entre esses, que não tem nada a ver com a educação, a Embrapa, que é da área da agricultura.

Então, como é que pode se dar esse tipo de troca para nós rompermos as barreiras e derrubarmos os muros e termos, realmente, uma produção que o Brasil está a desejar e que eu penso que passando só por dentro das universidades nós não alcançamos. Há necessidade de termos um tipo de procedimento para, sem dúvida alguma, quebrarmos esses muros e essa medocridade, que, a meu ver, a ditadura conseguiu implantar, não só nas universidades, mas no País, como um todo.

A questão da ciência e tecnologia e do gerenciamento dos recursos foram conseguidos, inclusive, por esforço grande, onde o Deputado Ariosto Holanda teve um papel destacado, junto aos institutos de ciência: 34 trilhões de cruzeiros que estão reduzidos a 19. No âmbito da ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Estando presente em plenário o presidente titular desta comissão, eu passo a presidência a S. Sª, o Deputado Erlando Tinoco.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — O Professor Gianotti, em parte, completou aquilo que estava presente na minha palestra original. Como eu não consegui dizer tudo nos vinte minutos, eu creio que boa parte das indagações, observações e críticas que foram feitas correspondem, estritamente, ao que eu acredito da posição na qual eu ocupo. Creio e estou profundamente convencida de que os nossos fazem efetivamente uma reforma profunda que implique a relação entre a autonomia e avaliação, ou não há possibilidade de solucionarmos o problema dentro da estrutura atual, dado o custo que ele possui. Nesse custo está embutido, não só uma imensa margem de desperdício, mas um sistema que privilegia as universidades que desperdiçam. Esse é o caso. O próprio mecanismo que leva as universidades a não terem condições de fazerem, elas próprias, a sua renovação. Entretanto, acho que é fundamental que se diga que as oposições políticas a uma reforma deste tipo são imensas. A Fasubra já se declarou contrária à autonomia. Que as oposições políticas a uma reforma desse tipo são imensas. O problema da isonomia salarial se transformou num monte sagrado. E como não há nenhum controle da qualidade, efetivamente, dos docentes e nem dos funcionários, isso significa simplesmente pagar igualmente aqueles que fazem um trabalho extremamente desigual e que têm uma qualificação e um desempenho extremamente diferenciado.

Não acho que a avaliação seja um sistema único. Queria apenas fazer essa observação. Num sistema de financiamento, há que se ter indicadores bastante fluidos e amplos, de tal forma que seja possível uma enorme flexibilidade de adaptação. Penso que tem que haver incentivos orçamentários que contemplem um conjunto de fatores, o que, inclusive, permite à universidade ter um caminho diferenciado. Mas tem que haver um certo desempenho para o número de alunos que a universidade recebe e forma, não só para o que recebe. Temos uma imensa massa de alunos que não frequentam a universidade, que está presente nas estatísticas e não está presente na verdade. Mas temos os dados referentes a quantos alunos efetivamente foram formados. A desigualdade de uma universidade para outra é brutal. Temos que, efetivamente, contemplar melhor aquelas que estão recebendo mais alunos e que os estão formando, em primeiro lugar.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE — Não tenho nenhuma discordância em relação a isso.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Temos, na verdade, que contemplar a qualificação. É importante que esse orçamento esteja preso à qualificação do corpo docente. O docente mais qualificado deve receber mais, inclusive, do que os outros docentes. É importante que a qualificação do corpo docente seja uma forma através da qual a universidade aumente o seu orçamento.

E, em terceiro lugar, ele tem que estar preso, efetivamente, à produção científica. É impossível que continuemos a trabalhar na ficção de que todo mundo que é professor adjunto — 4, com DE, é um pesquisador, de tal forma que eu tenha que pagar a mesma coisa para — digamos — um bioquímico, da capacidade do Professor Leopoldo, da Universidade do Rio de Janeiro, que é uma sumidade internacional, que a um professor de educação física, no interior de um Estado, que jamais publicou um artigo na vida. Não é justo. Para eu pagar o suficiente para o Professor Leopoldo ficar nessa universidade, eu não posso ser forçada a pagar a todos os demais, que não são Professores Leopoldo, que estão presentes na universidade.

E, aí, chega-se a uma parte crucial — me parece — da fala do Professor Gianotti, de que o diagnóstico está certo e a terapia errada. Como é que deslindamos esse nó? Como é que estabelecemos a terapia? Da perspectiva de quem trabalha no Executivo, eu me sinto absolutamente num cipal de leis. Mas não é possível fazer isso que o Professor Gianotti aconselha. Num momento de contenção orçamentária, não podemos fazer um corte linear. Temos que, efetivamente, que estabelecer quais são as prioridades, o que deve ser financiado e o que não pode ser. E não posso fazê-lo; o meu orçamento foi inteirinho votado no ano passado, neste Congresso, onde me dizem exatamente onde tenho que aplicar. E não posso fazer isto; não posso dizer para a universidade, foi esse o problema que tivemos no ano passado — que para fazer a economia de pessoal — que foi feita, aliás — para aumentar um pouquinho a sua verba de custeio. Não foi possível. O

orçamento, absolutamente, me impede. Qualquer troca dessas tem que vir no orçamento. Não só isso; tenho pilhas e pilhas de processos que tomam um tempo enorme pois Gianotti cada vez que se quer trocar um jardineiro por um faxineiro, o processo tem que passar por mim, pelo Ministro, que tem que assinar, pelo Presidente da República e vir, com um projeto de lei, para o Congresso. Eu queria saber que condição que o Congresso tem de avaliar se a universidade precisa de um faxineiro ou se quer trocar - digamos - cinco datilógrafos por um técnico e um analista de computador! É impossível fazer-se isso; tem-se que passar pelo Congresso.

Quer dizer, esse desamarramento, que é o problema da autonomia universitária, passa necessariamente por uma discussão da legislação. É importante. Não se pode fazer-lo, porque frequentemente se está empecado dentro de um mecanismo de tal forma detalhada, que é impossível fazer, quer no Ministério, quer na própria universidade, os ajustamentos necessários. Acho que essa questão é fundamental.

A outra coisa é a questão do fluxo de recursos e a medida em que isso está sucateando o conjunto do sistema de ciência e tecnologia.

Quer dizer aqui que enquanto - digamos - reduzirmos isso simplesmente ao fato de o Governo ter ou não prioridades, estaremos fazendo um raciocínio parcial. E aí, Deputada, eu respondo à questão de por que a Universidade de Brasília não recebeu os 6 bilhões. Ela recebeu 20 bilhões num único mês, para pagar a URP, dando à da decisão de um juiz, que é inteiramente contrária a todas as outras decisões dos outros juizes trabalhistas. E eu fui forçada a reparar e na verba. Eu tinha 20 bilhões para o custeio das universidades todas e destinei 20 bilhões para a URP de uma parcela dos funcionários que, numa sentença - na minha opinião absolutamente esdrúxula e contrária a tudo aquilo que aconteceu - não só pagou a diferença do tempo, mas incorporou um vencimento e forçou o pagamento desde aquela época, com o que estourou, inteiramente, todo o nosso orçamento. E o professor Gianotti perguntou: Qual é a prioridade e qual é o fluxo?

Quer dizer, que não se pode fazer um simples raciocínio dessa forma. Em primeiro lugar, é como eu disse: é impossível continuar na dependência desse sistema, face ao sistema federal, simplesmente porque enquanto não houver uma séria reforma fiscal, que está na dependência da votação deste Congresso - e não estou dizendo que tem que ser feita a reforma fiscal que o Governo propõe, uma reforma fiscal qualquer, mas uma reforma fiscal que garanta um fluxo de recursos para o Executivo, qualquer que ele seja - é absolutamente impossível produzir fluxo de recursos. Então, a idéia é a seguinte: se esse é prioritário, então tiramos de algum outro caso.

Mas vou refletir com a educação. O Ministério da Educação tem recebido religiosamente, de toda a arrecadação da União, 18%. Meses há em que quando isso não dá para pagar a folha, ele recebe mais.

Então. Não basta dizer - digamos - que há uma prioridade. No caso da educação, acho impossível que a longo prazo se pense que, para um nível federal, é possível aumentar muito mais do que 18%. Mas o problema é que quando recursos não há, porque a arrecadação não respondeu, não há jeito, obviamente. Não se pode tirar o dinheiro do nada. E boa parte dessas coisas que acontecem, quero dizer que este congresso votou uma liberação de 500 milhões de cruzeiros, para a Escola Agrícola de Itabirana, que nunca se ouviu falar e que, certamente, não era prioridade do orçamento e o Congresso votou e darei esse recurso quando puder. E, esse recurso vai sair do quê? Vai sair de um apoio a grupos de pesquisa que estão absolutamente morrendo neste País. E não é só isso, do meu orçamento, onde eu poderia socorrer essa questão, 67% está vinculado exatamente a quanto eu tenho que dar para cada universidade. E, também, não vejo na política anterior do Ministério nenhum critério nessa distribuição, mas também, não vejo naquilo que é votado neste Congresso, nenhum critério de qualidade em função de quem recebe o que é quanto, dentro do orçamento estabelecido.

Por isso é que comecei a minha fala dizendo: não vamos resolver esse problema nem em nível do Executivo e nem do Legislativo. Ou adotamos realmente uma política que nos permita uma distribuição racional de recursos ou não vai dar, não adianta, dizer simplesmente que o Executivo não respeita o orçamento. O Executivo, na área da educação, está respeitando o orçamento, simplesmente ele não pode ser analisado em termos de desembolso de um doze avos, como está pensando o Reitor Itabira, ele não pode pensar dessa forma, porque o orçamento é dado em valores médios. O orçamento que foi liberado para as universidades durante este semestre, é de um terço, 33%, esperando-se índice de inflação, porque tenho que reservar 66% para o próximo orçamento, o que está correto, esta não pode ser feita em função de um doze avos. E, na medida em que a arrecadação está entrando está sendo feita. E, a relação básica da situação do primeiro trimestre foi que a pequena reforma fiscal, que foi feita pelo Congresso, ela passou a virar a partir de março, apenas. Trata-se de um problema mais sério, na sua raiz está a reforma fiscal, qualquer que seja, a reforma fiscal do Governo, da Opção, porque realmente a situação se tornou, para o Executivo, absolutamente insustentável. Não posso cumprir o que o Congresso determina e não é porque não que não cumprir porque o dinheiro simplesmente não dá. Temos que desmarrar essa legislação. O primeiro passo seria, efetivamente, dar à universidade, autonomia. Tenho defendido e o fiz na Comissão que estuda as emendas constitucionais, a idéia de que está vinculado a um percentual dos 18% pela simples razão de que temos que garantir à universidade o que ela já tem hoje e distribuí-lo de acordo com incentivos que lhe permitam melhorar. Esta autonomia é fundamental. Sem o que vamos continuar amarrados a essa questão, cada vez que tenhamos que transformar o faxineiro em cortador de grama, o Congresso Nacional tenha que se preocupar, aquela Casa legislativa tem atribuições mais importantes para desempenhar do que examinar essas absolutas e monstruosas pilhas de processos, as quais o Presidente da República assina uma por uma. E, certamente - digamos - no caso das universidades, é fundamental que a economia, que se faz no pessoal, possa ser utilizada para OOC. Isso tem sido um tabu fundamental dentro do Congresso. Sem isso, não vai ser possível uma racionalização de recursos.

Propuz uma questão desse tipo e ela parece que não gosta da proposta do Executivo, mas sei que há emendas aqui, não é nesse sentido e é necessário que se analise um pouco como isso tem que ser fundamentado. E esse é que é o problema, nem todos os países e nem todas as universidades têm ciência. Neste País, pagamos a todas as universidades como se elas estivessem promovendo mesmo tipo de conhecimento. Hoje temos que ter incentivos determinados. Nem todos os lugares têm ciência, não há nenhuma universidade onde todo mundo a realize nem na melhor universidade do País e é isso que acontece. Mas, não se está fazendo ciência, que se dê na maior carga horária de aulas é uma questão fundamental.

Enquanto não for possível mexer nesse chamado Plano Único de Cargos e Salários e termos hoje o Regime Jurídico Único, não há flexibilidade nenhuma possível, no planejamento. São esses dados de deputado, a quem eu queria responder bem como à Universidade do Ceará, por falar nisso, um exemplo dentro dos nossos indicadores é uma universidade que tinha que ser incentivada, ela é extremamente racional, ela tem uma relação funcionário-aluno, é boa. Quando se fala - digamos - de um incentivo em função de indicadores de desempenho, não é o favorecimento do sul maravilhoso, em oposição ao coitadinho e ao pobrezinho do Nordeste, não, algumas das nossas boas universidades, em termos de desempenho, estão no Nordeste. Talvez eles não tenham os grandes laboratórios de pesquisa que tem a USP, mas eles têm, na verdade, pesquisas em andamento, eles têm uma excelente relação professor-aluno, eles estão dando um ensino de boa qualidade e é uma universidade que tinha que ser incentivada. Há outras no Nordeste e em São Paulo, no Rio de Janeiro e até em Minas Gerais - mas não a Universidade Federal que é uma das boas que possuímos - na qual essa relação é absolutamente insustentável. Esta, eu acho que é a questão. E, por isso, quero dizer por que a Universidade brasileira não recebeu os 6 bilhões, isso ocorreu porque ela não deveria receber um valor. Ela estava calculando os 6 bilhões em função de uma dotação uniforme, distribuída através do ano e não é assim que se pode calcular o que se distribui dentro do Governo, dentro de um valor que é um valor médio para o conjunto do ano. E, a avaliação da universidade não foi apenas um modelo militar. O Professor Gianotti e eu, provavelmente a senhora, vivemos na universidade durante o regime militar. O Professor Gianotti foi aposentado mas eu vivi. Acho que há coisas aí.

A reforma que o regime militar impôs satisfaz, em grande parte, às reivindicações que a esquerda tinha feito, inclusive a reforma departamental, que foi apresentada depois.

Temos que assumir a nossa responsabilidade enquanto acadêmicos. Não se tem falado no departamento. Escrevi, há alguns anos, um artigo sobre a falência da estrutura departamental. Esse não é tema de debate dentro da universidade, é crucial para a universidade e tem que ser levantado. E não foi só a mediocridade implantada pela ditadura. A mediocridade tem sido implantada através da isonomia. A isonomia é um movimento corporativo que implanta a mediocridade com uma eficácia muito maior do que a ditadura foi capaz de fazer. Enquanto nós, efetivamente, não tivermos uma carreira associada à qualificação e à produção, essa mediocridade vai estar instalada e não vai poder ser controlada dentro da universidade. Desculpem-me, fico veemente quando vai andando a discussão.

Sobre a Embrapa, quero dizer que há um ano, atrás na presidência da CAPES, fizemos um grande seminário, que está em andamento. Através de um sistema de bolsas de estudo, o pessoal da Embrapa colaboraria com as escolas agrícolas, inclusive orientando alunos de pós-graduação. Está em andamento exatamente esse plano, que abre as universidades para os institutos de pesquisa e que permite alguma coisa nessa parte.

Faço um apelo ao Congresso: vote a autonomia, libere o orçamento da universidade, exija critérios de desempenho para saber quanto cada universidade vai receber, permita às universidades que a economia, na sua folha de pessoal, redunda num transporte e não só isso: dê-se à universidade a liberdade de fazer alguma coisa de que ela necessita. Ela tem que enxugar pessoal, mas não tem que pagar menos ao pessoal. Temos que ter menos pessoal na universidade, mas qualificado. Há uma revolução, hoje, no mundo inteiro e na universidade ela tem que ser fundamental. Não podemos mais ter centenas de universitários semi-analfabetos, que não sabem bater à máquina. Temos que ter um corpo de funcionários altamente qualificados, que precisam receber um salário melhor, mas não podemos pagar os funcionários como se todos eles fossem analistas de sistema.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Muito obrigado. Com a palavra o Professor José Arthur Gianotti.

A SRA. MARIA LUIZA FONTENELE - Sr. Presidente, permita-me só um esclarecimento. Não quero polemizar nem continuar indagando, mas dizer que as entidades, tanto a FASUBRA como a ANDES, têm-se manifestado em relação ao tipo de autonomia proposta no PEC-50 em que foi Relator o Deputado Nei Lopes. Está havendo um posicionamento contra esse tipo de autonomia prevista nessa proposta, em tramitação no Congresso Nacional.

O SR. JOSÉ ARTHUR GIANOTTI - A própria deputada mencionou que não podemos nos furtar aos constrangimentos financeiros. Os pontos que eu gostaria de ressaltar, que talvez não foram bem entendidos, são os seguintes: a situação da ciência e da tecnologia e da educação no Brasil, hoje, na crise em que está, precisa ser exigida já. Portanto, não se trata, agora, de pensar que podemos reformar para depois pedir desempenho, para depois dar dinheiro. Esse sistema de estrangulamento está levando a que os piores ficam no sistema e os melhores vão embora. Essa é uma questão absolutamente grave e urgente.

Se, de fato, o orçamento do MEC está todo contingenciado, como a Professora Eunice Ribeiro falou, esse Governo tem uma enorme responsabilidade no contingenciamento das verbas da FINEP e CNPQ. Isso está realmente levando essas instituições à falência. Essa é uma questão de absoluta urgência. Trata-se de dizer aos pesquisadores que eles vão trabalhar nessa margem de segurança, que seja mais baixa ou mais alta, mas não é possível começar uma pesquisa e depois perdê-la por falta de reagentes, ou porque o objeto importado não chegou no prazo devido. Isso está acontecendo sistematicamente. Numa situação de crise, de recessão, estamos ainda investindo dinheiro com enorme desperdício, não por causa de desperdício estrutural da universidade, mas por causa de um corte linear de contingenciamento, em que valem outros compromissos, anteriores à prioridade máxima proclamada da ciência e tecnologia.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Com a palavra o Deputado João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Srs. Senadores, inicialmente desejo me congratular com os depoentes, pela objetividade, pela maneira clara com que abordaram o problema da universidade brasileira.

A primeira das indagações que tenho a formular diz respeito a essa análise crítica, que hoje tivemos oportunidade de ter em comum, de daqueles que acreditam que a universidade, apesar de todas as dificuldades que por que passa no momento e por que passará no futuro, desempenhou um papel decisivo no crescimento da visão humanista, no desenvolvimento de alguns setores básicos da vida nacional, como arquitetura, tecnologia de ponta,

biociência, química, eletrônica, informática etc. Acredito que, o que temos de bom nesses setores, se deve basicamente à universidade, à pesquisa, ao esforço que a estrutura universitária desenvolveu, no sentido de formar bons professores, inclusive no exterior, nos investimentos que foram feitos. Realmente, a universidade desenvolveu, especialmente nessa última década, um papel muito importante e muito decisivo para que o Brasil projetasse no mundo alguns setores que detém hoje.

Vejo que se avizinha o caos. A universidade está próxima à convivência determinada com o caos. Há realmente problemas sérios, do ponto de vista orçamentário, financeiro e administrativo, acho que há uma falência total do sistema departamental — concordo perfeitamente com a professora Eunice Ribeiro —, cada departamento hoje é uma corporação, pior do que uma corporação, uma corporação que tem medo de decidir, porque as atribuições dos chefes de departamento superam as atribuições do próprio reitor, que tem a visão macro da universidade; ninguém decide em departamento nenhum, criam-se comissões e subcomissões para que decisões pequenas sejam proteladas meses, até anos. Atualmente, um companheiro está pedindo uma lotação provisória, prevista em lei. Há seis meses, luta por um parecer da universidade. O chefe do departamento esteve com o processo, nomeou uma comissão, a comissão não se reúne, o presidente da comissão foi fazer curso no exterior. Resultado: o professor prejudicado, por conta de uma burocracia ilimitada que toma conta da universidade brasileira.

A revisão na legislação é fundamental. Não podemos conviver mais com isso e ficarmos presos às funções básicas de ensino, pesquisa e extensão. Temos que nos libertar desse conjunto, rigido de atribuições. Deve haver, nesse sentido, uma flexibilidade muito maior.

Eu gostaria de fazer algumas perguntas bem objetivas à professora Durhan, para esclarecimento pessoal.

Foi-nos dito e demonstrado em quadros que 68% dos recursos do Ministério da Educação são destinados ao ensino superior. Qual o percentual destinado às escolas técnicas federais? Chegaríamos a um percentual realmente assustador e teríamos um mínimo percentual destinado ao ensino básico e ao ensino fundamental.

Foi-nos apresentado um quadro, que desnuda toda a face de distorções no ensino superior brasileiro. Os custos do aluno na universidade do Japão é inferior aos custos do aluno na universidade brasileira. Nos custos do Japão — em torno de cinco mil e poucos dólares — estão incluídos despesas com inativos, com hospitais, com museus. Acho que esses dispêndios fazem crescer assustadoramente o custo aluno na universidade brasileira. Não sei se V. S. poderia responder... esses dispêndios fazem crescer assustadoramente o custo/aluno na universidade brasileira. Não sei se a senhora poderia responder de pronto a essa pergunta, se não for possível, o que a faça mais adiante. E uma terceira pergunta, também, muito objetiva: a sua opinião sobre a possibilidade das escolas técnicas federais ministrarem curso de nível superior, no caso, formação de tecnólogos. E fica outra pergunta também, dentro da exposição que o Professor Zenotti fez: se para essa reforma que se tenta fazer — e esse tem sido o papel desta Comissão aqui, apresentar ao Brasil o modelo para a universidade brasileira, que possa realmente salvar a instituição do caos que se avizinha — eu perguntaria, já que o termo está em moda, se não seria necessário um pacto universitário, porque, sem ele, dificilmente mudaríamos qualquer coisa, tanto da legislação quanto da estrutura universitária.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Inicialmente, para a sua resposta, concedo a palavra à Professora Eunice Ribeiro.

A SRA. EUNICE RIBEIRO DURHAN — Eu quero agradecer ao Deputado João Faustino em primeiro lugar porque, na pressa, acho que não ressaltarei alguma coisa importante, que V. Ex. teve a bondade de ressaltar. Acho que apesar da crise, apesar das dificuldades há muita coisa boa nas universidades brasileiras. Temos, hoje, nas universidades brasileiras, inclusive, um sistema de pós-graduação praticamente único em todo o Terceiro Mundo, em que estamos formando pessoal de altíssima qualidade, em todos os ramos de conhecimento, talvez não na quantidade desejada, também, alguns não são de tanta alta qualidade assim, mas se tem conseguido isso. Certamente foi uma vitória desse sistema e temos grupos de pesquisa excelentes, fazendo pesquisa relevante. É verdade que a crise conjuntural, na qual o Professor Zenotti se concentrou, é bastante séria e, entretanto, acho que houve, a partir de abril, com a vigência da nova reforma, alguma liberação de recursos, inclusive por causa do FINSOCIAL; a interrupção do pagamento do FINSOCIAL prejudicou enormemente as universidades, porque prejudicou enormemente os hospitais. No seu conjunto, os hospitais ficaram inteiramente desprovidos, então, nessa conjuntura, não houve um grande decréscimo, tanto do orçamento de pesquisa, que vem do FINEP e do CNPQ, quanto da renda dos hospitais, quanto o decréscimo das universidades. Então, os últimos seis meses acho que foram os piores da história da universidade, mas acho que agora a situação melhorou um pouco, e espero que ela melhore um pouquinho mais. Mas V. Ex. tem razão. Estávamos no caos, acho que talvez tenhamos já chegado ao fundo do poço e comecemos a melhorar um pouquinho de agora para frente, para permitir pelo menos a permanência daquilo que há de bom dentro da universidade.

Dos recursos, 68% são destinados ao ensino superior. Tenho sempre que trazer as tabelas, Sr. Deputado, porque tenho uma péssima memória para números. Conseguir guardar alguns cruciais, e respeito ao nosso ensino, mas não tenho o volume das escolas técnicas. Boa parte, dignas, das despesas da CENET, entretanto, são feitas com construção de escolas e menos com manutenção de escolas. E das escolas técnicas, as quanto mais dispêndiosas, que são as CETEB estão no ensino superior, de modo que parte dela já está embutida. Não estão as escolas técnicas de segundo grau, V. Ex. me desculpe, mandarei os dados em seguida, mas não os tenho no momento, o que sei a respeito das escolas técnicas é que há uma imensa pressão para a construção dessas escolas, que deveriam depois ser mantidas pelos municípios. É que da parte dos municípios não ocorre, na verdade, a manutenção. A pressão dos prefeitos para a construção de escola técnica deriva, muitas vezes, do completo abandono dessa escola, uma vez que ela tinha sido construída pelo Governo Federal e entregue. O nosso problema aí não é também desrespeito aos três poderes. Acho que seria possível, na verdade, que parte das escolas técnicas se transformassem em CETEB. Acho que criação, a expansão de um ensino superior mais tecnológico, onde há efetivamente uma pesquisa aplicada, é excelente. Recomendando a qualquer pessoa que queira ter uma visão positiva do sistema brasileiro, hoje, a visitar o CETEB do Paraná, que é uma instituição excelente, onde não há desperdício nenhum, todos os equipamentos são reparados. Boa parte dele é produzida na própria escola; o treinamento da manutenção de equipamentos de alta precisão é feito como parte do treinamento dos professores, onde se faz efetivamente o treinamento de pessoal da indústria,

que remunera a instituição e doa equipamento e de tal forma que temos algumas instituições, que não mencionei e que são efetivamente modelares.

Acho que no momento é impossível pensar nessa expansão, porque temos que concentrar a tarefa na regularização do fluxo básico de OCC para o que existe, quer dizer, pelo menos como tarifa do Executivo, é que está todo mundo morrendo de fome e primeiro tem-se que dar o mínimo para depois pensarmos efetivamente numa transformação que nos leve a essa direção e, inclusive, talvez com o auxílio dos próprios estados e em parte algum auxílio do município. Acho que essa seria uma política crucial para o ministério, está apontada num documento que deixei aqui, mas lamento dizer que não tive recursos para implantá-la ainda.

Sobre o custo do Japão, a despesa com os inativos. Certamente no Japão não temos um sistema em que as pessoas se aposentam não só com tempo integral, não só com salário integral, mas inclusive com uma promoção. O Regime Jurídico Único é uma luta fantástica, a pessoa é promovida, não só é aposentado com 25 anos, no caso das mulheres, mas inclusive é promovido ao se aposentar, é um incentivo à aposentadoria. No Japão é o contrário. De modo que realmente acho que a porcentagem dos inativos, se estiver na folha, deve ser em torno de 5%, ao passo que a nossa está beirando a 30%. E isso é porque, obviamente, o Japão tem menos inativos do que nós. Como sabemos, como o Japão é um país pobre, as pessoas têm que trabalhar bastante, ao passo que no Brasil, sendo um país extremamente rico, as pessoas podem se dar ao luxo de uma ociosidade precoce, através de uma legislação extremamente generosa. Agora, dos custos básicos excluímos os hospitais na medida do possível. E eu gostaria novamente de dizer que, tenho realmente medo de apresentar dados, porque é sempre um indicador. É muito difícil esperar completamente a despesa de hospital. A despesa de hospital que está na universidade é a da folha de pagamento, retirei essa despesa, na base dos cálculos, porque o custeio do hospital entra em grande parte do INAMPS. Por isso também que a universidade não recebe só os recursos que estão ali escritos para a OCC, pelo menos 15% a mais vêm de outras fontes. Eles recebem recursos do INAMPS para manutenção do hospital quando é liberado, não é Professor Zenotti — os recursos dos convênios para financiamentos, têm uma receita própria para prestação de serviços, de tal forma que em algumas universidades, e eu gostaria de citar como exemplo a Universidade de Mato Grosso do Sul, pode o seu recurso de OCC é o triplo daquele que vem do Tesouro, como aliás é necessário e é bom, isso não é uma privatização da universidade, é o fato da inclusão da universidade. As universidades japonesas não incluem, entretanto, museus, de forma geral, os museus são alguma coisa na qual a universidade desempenha um papel de pronto-socorro: salvar o patrimônio histórico desta Nação. Tenho um seminário agora sobre os museus universitários e veremos o que faremos com eles.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Professor José Arthur Gianotti.

O SR. JOSÉ ARTHUR GIANOTTI — O Deputado tem razão. Vai ser necessário um pacto com os três Poderes e a própria universidade. Mas quero lembrar que esse pacto racha a comunidade científica e isso é inevitável. Da mesma forma que o Vicentino quando foi para os Estados Unidos tentar segurar Autolatina, em São Paulo, ele rachou a comunidade operária. E esse efeito de rachar é altamente produtivo. Quero lembrar o seguinte, quando começamos a falar em avaliação, houve uma grita generalizada, a ideia de que professor deveria prestar contas a seus pares de uma forma mais sistemática, do que simplesmente no ritual dos concursos. Era algo que não tinha sentido, dentro da cultura brasileira do catedrático. Pois não é que a avaliação hoje se tornou o lugar comum? Muito bem. Acredito que essa autonomia também se tornará um lugar comum e peço-lhes desculpas para dar o testemunho de São Paulo. Quando veio a autonomia das três universidades paulistas, com 8,4 na arrecadação do ICM, a maioria dos nossos colegas foi contra, dizendo que era uma maneira do Governador se livrar da questão da universidade, que era uma espécie de privatização da universidade, assim por diante. Os chapéus foram imediatamente convocados. O que aconteceu? Aconteceu que no primeiro momento os próprios reitores fizeram a festa. Em seis anos a Universidade de São Paulo passou de 6 mil funcionários, digo, de 9 mil funcionários para 16 mil funcionários, com a ideia de que eles estavam supridendo carências que realmente precisavam ser supridas, mas que depois poder-se-ia fazer o enxugamento. Como este não foi feito, de repente a universidade de São Paulo teve uma quantidade de funcionários que ela nunca tinha tido. O resultado: a própria universidade começa a corrigir seus erros e hoje os reitores, todos eles, estão cortando funcionários, porque eles sabem que essa situação é impossível, isto é, a autonomia trouxe uma responsabilidade na gestão do recurso público e trouxe a possibilidade de adaptação, há circunstâncias efetivas onde ela pode trabalhar, então, na Universidade de São Paulo da própria universidade ter a sua política de adaptação as circunstâncias efetivas onde ela pode trabalhar. Então, a Universidade de São Paulo trabalha de uma maneira, a Unicamp trabalha de outra e a Unesp, que é uma universidade distribuída no Estado de São Paulo, em vários campos, tem uma outra filosofia. Quer dizer, isto não havia, a autonomia. E agora é necessário que em São Paulo se estabeleça o sistema de conciliação. Isto é, para poder assegurar essa autonomia nós precisamos permitir que a universidade encontrasse os próprios modelos.

Para terminar, eu gostaria de dizer que: esta Comissão tem uma enorme importância na formação daquilo que se chamou de modelo para uma universidade, mas como a universidade virou hoje, uma palavra equivocada, como margia, e na universidade ela pode significar tanto a manga curta como a manga da roupa, o pedaço de roupa, a todos esses vários institutos são chamados de universidade, ou preferia que os ilustres Deputados pensassem menos num modelo da universidade, mas pensassem, antes de tudo, numa meta onde pudessem caber várias formas de vida acadêmica.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao último inscrito, o Deputado Paulo Lima.

O SR. PAULO LIMA — Eu analiso que a situação da universidade é o primeiro alarme do contexto da busca que o caminho que o Brasil quer encontrar. E hoje e nós vemos que havendo a crise da universidade, é muito pior no ensino básico. Então, temos que analisar até a própria constituição quanto ao seu cumprimento, no que tange ao crédito educativo. Se é uma instituição filiada, o que está ocorrendo para salvá-la. Ou para que, realmente, possa amparar o aluno carente. Será que o aluno carente terá, como prevê a própria Constituição, os seus atributos para que ele possa ter os seus conhecimentos adquiridos dentro de uma universidade?

A produtividade é sempre discutida dentro de uma universidade. E nós vemos, lá em São Paulo, como Deputado de São Paulo, vemos a Universidade de São Carlos onde eu tive em minhas mãos um estudo pelo qual um aluno saía na média de 20 mil dólares ao ano, dentro daquela Universidade. Esse trabalho chega às mãos em 1990, durante a campanha que estava ocorrendo. Nós vemos que o Governo tem a obrigação de dar a gratuidade do ensino público nos estabelecimentos oficiais. Mas ocorre que a refeiçã, inclusive, é subsidiada, a tal ponto que há pessoas que não necessitam desse subsídio. Eu acho que subsídio se dá a quem precisa. Agora, quem tem condições de pagar, tem que pagar. Acho que esse é um subsídio a forma de alimentação.

Nós vemos a Unesp, em Presidente Prudente, da Universidade de São Paulo, onde chegamos ao cúmulo de ter um aluno no último ano do curso de Engenharia Cartográfica. Digamos que tenha aproximadamente de 20 a 25 professores a disposição desse aluno. Quer dizer, então isso é o cúmulo da aberração do dinheiro público e de uma condução de crise dentro de uma universidade.

Nós vemos que a pesquisa na USP foi um trabalho, inclusive foi uma luta quando o Secretário da Educação o atual Ministro Goldenberg, que a maioria dos doutores, ou, inclusive, das pessoas que tinham curso de graduação, de pós-graduados, eles não desenvolviam um trabalho constante dentro da universidade, inclusive aos quais tinham uma aula, eles não dão aula programada dentro do currículo da disciplina. A maioria dos doutores passa a maior parte do ano acompanhando apenas os seus auxiliares dentro das salas de aula.

Então, perguntamos: por que não a maior cabeça dentro de um departamento passaram seus conhecimentos, enormes, para os alunos que lá estão? Na maior parte do tempo, não terem esse acompanhamento na produtividade no que tange à pesquisa e no que tange a parte docente.

Nós temos vistos, na questão do ensino básico, algumas prefeituras, como a de Maringá, como a de Curitiba, que estão adotando a gestão privada no ensino básico. O pagamento é por aluno. Então, existe uma preocupação do corpo de diretivo e dos docentes aos quais cabem 50% da produtividade da escola pública, do ensino básico, e também com a participação de alguns empresários e de alguns funcionários que querem pleitear dentro desse trabalho. Eles recebem por aula dada e também tem uma participação dentro da escola pública e que funciona perfeitamente. Onde se verifica uma quantidade quase mínima de depredação da escola pública que é o grande problema hoje dentro das escolas é a depredação. Os alunos não fazem questão de conservar o que têm e os funcionários e alguns professores também, em função do próprio sistema existente, não brigam pela conservação do patrimônio público.

A Constituição, em seu art. 204, prevê autonomia, como disse, agora há pouca ao professor. Por que essa autonomia não é dada em seu pleno gozo a todas as universidades brasileiras, no que concerne a educação, a didático-científica e gestão financeira e patrimonial? Apenas tendo o acompanhamento do Ministério da Educação, o seu controle através dos resultados. O resultado de uma universidade, analisamos pela produção que gera à comunidade, no que tange à saúde, no que tange a parte de assistência social, e também, nos resultados dos alunos, dos profissionais que saem das fileiras acadêmicas, através da prestação de concursos, através do seu trabalho profissional e liberal dentro da sociedade.

E nós vemos também o ensino básico, que não tem delineado seus princípios básicos, também, como livros didáticos permanentes. Por que não colocar como obrigatório livros didáticos permanentes, no que concerne à Matemática, ao Português, à Literatura, à História à Geografia, que são matérias de conhecimento permanente. Não se mudam essas matérias porque não acabar...

O SR. JOSÉ ARTHUR GIANOTTI - Na universidade, isso?

O SR. PAULO LIMA - Não, estou falando no ensino básico, na universidade existem os livros permanentes, sim, que passou de aluno para aluno, de irmão para irmão, e ao qual as próprias universidades, no sentido pesquisa e biblioteca, contém várias formas para a pesquisa e para o ensino do acadêmico. Acho que no ensino básico deveríamos acabar principalmente, com a indústria das editoras, o enriquecimento como se faz hoje dentro das editoras, porque o livro é descartável, ele não serve para o irmão mais novo, ele não serve de um aluno para o outro. Por que o MEC não estuda a possibilidade de colocar livros didáticos permanentes para o ensino básico? Que se estude, também de acordo com art. 206, inciso V, a valorização do profissional de ensino com o plano de carreira para o magistério, como o Senador Hugo Napoleão citou aqui agora há pouco, que seria uma forma de isonomia, ou seria, realmente, uma valorização do profissional que se presta, na sua vida profissional, zelar pelo ensino público e trabalhar pelo engrandecimento da universidade e da educação do nosso País. Então, seriam questões que deveriam ser consideradas para que possamos, realmente, sair da crise e procurar o caminho de que o Brasil necessita e precisa.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Concedo a palavra à Professora Eunice Durhan.

A SRA. EUNICE DURHAN - Sr. Deputado, eu não conheço bem os dados a respeito do chamado orçamento custo - aluno, eu não conheço nenhuma universidade brasileira, embora as tenha chamado de perdulários não é onde esse curso vá a 20 mil dólares por aluno. Isso é absolutamente impossível. Eu gostaria de ter esse trabalho, mas eu posso lhe passar os dados que eu tenho, mas nós estamos aqui trabalhando numa superestimativa de 8 mil, valor no qual eu não acredito, mas de uma subestimativa de 4.900, que eu acho talvez um pouco reduzido.

E o que eu tinha tentado explicar, também, é que este não é o custo do aluno, mas da universidade em função dos alunos, porque ela inclui as outras coisas, e a Universidade de São Carlos certamente uma das boas universidades de pesquisa que temos neste momento. Talvez esteja aí incluído um alto investimento que foi feito nos laboratórios das universidades. De modo que, em um ou dois anos, onde se fizeram efetivamente investimentos nos laboratórios que vão ter outro retorno pode ser que contado desta forma, dê durante um ano os 20 mil dólares. Mas aí é uma questão de que essas estatísticas são muito complicadas e elas frequentemente são lidas de uma forma muito distorcida. Mas eu gostaria de ver este trabalho, tem a universidade brasileira esse custo.

O problema do crédito educativo é um programa que está hoje inteiramente ultrapassado. Porque ele foi feito e elaborado em termos de um contrato entre a Caixa Econômica o estudante individualmente, no qual não

entra em conta nenhuma avaliação da instituição na qual o aluno interessa. Eu gostaria muito de ter um projeto para alterar fundamentalmente o crédito educativo. Eu creio que o crédito educativo pode ter um instrumento efetivo de ampliação de acesso ao ensino superior e um instrumento de avaliação do ensino superior e um instrumento de avaliação do ensino privado. O problema com crédito educativo, entretanto, é que nessa situação de restrição, é dado o contrato, no qual o aluno entra e não tem prazo para sair, que ele tenha aproveitamento ou não, e no qual o caráter irônico do contrato, na qual o aluno entra e não tem prazo para sair, tendo aproveitamento ou não, na qual o MEC não tem um controle sobre o valor das mensalidades. Estamos simplesmente tentando cumprir obrigações contratuais, e que somos forçados pela justiça.

O problema crucial do crédito é que ele funcionava com os recursos do FAS. Quando a Constituição e a legislação posterior, votada pelo Congresso, dedicou inteiramente os recursos do FAS à seguridade social, não ficou previsto nenhum recurso adicional para o crédito educativo, de tal forma que ele acabou entrando nos 18% da educação.

Aliás foi uma medida bastante controversa, porque não se deve aplicar o dinheiro dos impostos nas escolas particulares. Nesse caso, ele não é diretamente aplicado nas escolas particulares, porque é crédito dado ao aluno e não doação, crédito que deverá ser ressarcido posteriormente.

Mas estamos certamente numa situação que, em primeiro lugar, é necessário restabelecer algum fundo para esse crédito, que não seja exclusivamente da receita dos impostos. Aliás há um projeto no Senado, já votado na Câmara, que implica a restituição de uma parte das loterias esportivas para o crédito educativo, como ocorreu no passado. Há também um projeto do Ministério da Educação, que - tão logo haja esta aprovação que nos dê uma liberação orçamentária adicional - poderá introduzir um novo programa.

Terei o maior prazer em discutir com os Deputados a natureza do projeto, à medida em que ele efetivamente beneficie o ensino do País e o acesso da população a um ensino de boa qualidade. E não simplesmente beneficie instituições que vendem diploma, no sentido figurado. Aí, entramos num problema que não foi levantado. Mas quero aproveitar essa permanência no Congresso e abordar esse assunto. O processo absolutamente antiquado de regulamentação de profissão cria um valor de mercado para o diploma, que não é um valor de conhecimento. Com isso, criamos uma procura artificial por diploma e de tal modo que o diploma não é o conhecimento que garante o aumento do salário. As pessoas são levadas a buscar o diploma e não o conhecimento.

O credenciamento das profissões, o excessivo credencialismo brasileiro, que é único no mundo - nem a Itália tem um sistema tão complicado - em que tudo é regulamentado e tudo exige um curso para que seja obtido, esse sistema leva a um efeito extremamente perverso em função das universidades.

Não concordo com o Deputado sobre a questão. Defendo a gratuidade do ensino, defendo a racionalização dos gastos. Acho, entretanto, que o subsídio alimentar não deve sair da verba de educação.

É difícil atuar nesse momento, porque as universidades têm e não têm autonomia. Mas gostaria enormemente, estou estudando a possibilidade de impedir que com o recurso da educação seja financiado o restaurante universitário.

Tenho uma boa experiência disso. Houve um momento em que estava na Universidade de São Paulo e fizemos um estudo do custo do restaurante universitário e ele era maior que o custo de manutenção de toda a Escola Politécnica, que era a maior escola da universidade e uma escola de alta tecnologia. Só o restaurante universitário. Acho que esse restaurante pode ser subsidiado com outros fundos, mas não deve sair da verba de educação. E aí concordo, Deputado. Tentarei encontrar uma forma, através dessa legislação tão complexa, em que isso possa ser efetuado.

E não é verdade que os doutores passam a maior parte do ano sem dar aulas. Parece-me que V. Ex. citou o caso específico da Universidade de São Paulo nesta questão. Nessa universidade, a carreira começa com doutor, de modo que tem muito pouco professor que não seja doutor. Obviamente que se os doutores não derem aula, não há professor para dar aula.

Em primeiro lugar, sou uma professora da Universidade de São Paulo e enquanto estive lá, isso foi até há dois anos, dei aula sistematicamente nos cursos introdutórios. O meu departamento não era o único, a minha faculdade não era a única. Os professores, obrigatoriamente, devem todos, até o titular, dar aula em algumas das disciplinas básicas. Essa norma não é geral, não abrange todas as universidades. Mas na Universidade de São Paulo a prática é que todos dêem aula na graduação, inclusive de aula nos cursos introdutórios. Isto já está implantado.

Creio que, em muitas universidades federais, acontece um problema um pouco diverso. Exatamente nas universidades em que há pouco doutor, os doutores querem ficar só na pós-graduação. Eles não querem dar aula na graduação. Isso não é geral, mas existe e deve ser combatido.

Acho que os professores devem dar aulas e devem dividir o seu tempo. E a minha opinião é a de que todos os professores deveriam dar aula na graduação e de preferência no primeiro ano, porque é um processo pedagógico necessário ao professor.

Mas isso não deve ser imposto. Não se deve passar uma lei para tudo, porque isso engessa o sistema mais do que o auxilia.

E a experiência de Maringá é importante e deve estar a cargo do município. O que se pode fazer no universo federal é limitado. O ensino de 1º e 2º graus é basicamente responsabilidade do Estado e do Município. Acho que não cabe, no Brasil, uma carreira única para o magistério. É impossível haver uma mesma carreira para o magistério no interior do Estado do Paraná e no interior do Estado do Maranhão, mesmo porque esses recursos provêm do Estado e do Município.

Acho sim que o Governo Federal tem a obrigação de fazer um papel redistributivo nessa questão. Mas dentro da divisão atual de responsabilidades, o Governo Federal deve fazer, com a sua quota do salário-educação, as escolas para serem mantidas pelos Estados e Municípios. Não pode o Governo Federal, que mal dá conta das suas obrigações para com o ensino superior, fazer uma rede, ele próprio, de escolas de 1º e 2º graus.

Há uma rede de escola tecnológica e está se tornando muito difícil mantê-la com um sistema federal unificado. Então, é importante que essas questões sejam de responsabilidade no Município, onde, na verdade, a população pode cobrá-las.

O que o Ministério tem feito é algo muito simples: em função do fato de que estão sendo construídas e reformadas escolas comuns, se estão construindo Ciac e, ao lado deles, está-se fazendo um processo chamado "ciacização", isto é, utilizar parte dos equipamentos dos Ciac para melhorar escolas comuns, está-se exigindo na verdade dos prefeitos e apresen-

tação de um plano de melhoria de salários. Esta é a política do Ministro José Goldemberg, a qual pressupõe que o governo não pode dar salário, mas se o Governo está construindo escola, a prefeitura então que use o recurso que tem para aumentar o salário dos professores.

Este tipo de contrato tem sido firmado sistematicamente, e acho que esta é uma política extremamente esclarecida, porque não parte do pressuposto que o Governo Federal vai dar tudo. Mas, na verdade, ele parte do pressuposto de que, a uma função redistributiva do Governo Federal, corresponda um esforço do Estado ou Município no seu nível de competência, que é o de pagar os salários dos professores e manter as escolas.

Este plano de valorização tem que ser feito, não através de um sistema único, mas através de um sistema variável. No caso das universidades, o plano único que implicou nessas quatro categorias e que depois foi alterado de tal forma que é necessário mais titulação para um progresso, na minha opinião, contribui para um desastre da universidade como instituição de ensino.

As universidades são muito diversas em seu tempo de qualificação, a carreira é absolutamente igual. E de tal forma, como já citei anteriormente, paga-se a um pesquisador de nível internacional, com uma elevadíssima produção científica e uma elevadíssima produção docente, pessoas que estão formando doze ou treze doutores a cada dois anos, além de dar aulas de graduação, a mesma quantia que se paga por um professor que jamais publicou um artigo e dá, às vezes, menos aulas do que esse grande pesquisador.

Então, através desse sistema único, rígido e sem controle, não há perspectiva para o pesquisador. Isso é algo que deve ser cobrada da universidade, mas não pode ser feita através do Governo Federal. O que o governo pode pedir é o desempenho da universidade no seu sentido global.

Agora, o controle interno que influi nesse desempenho global, essa é uma tarefa que só a universidade pode realizar internamente. Não que o governo possa entrar nas universidades e fazer uma avaliação de professor. Isto, a universidade fará no momento em que haja um incentivo para que ela receba mais quando o seu corpo docente for qualificado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Muito obrigado.

O SR. PAULO LIMA - Gostaria de fazer um comentário rapidamente.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Pois não.

O SR. PAULO LIMA - Gostaria apenas de lembrar que em 1991 muitas universidades não receberam o crédito educativo. Há um contrato assinado e vigente, mas a maioria dos alunos não receberam o valor correspondente ao crédito educativo.

Este ano, parece-me que já foi repassada a verba para o Ministério da Educação no valor de 80 bilhões, de acordo com o Ministro Goldemberg, e que, até o momento, não existe nenhuma definição em relação ao crédito educativo para o 1º semestre deste ano.

A SRA. EUNICE DURHAN - Essa explicação, posso dar.

Não houve nenhuma universidade que ficou sem o crédito educativo. No ano passado, a verba orçada para o referido crédito foi inteiramente despendida no 1º semestre. Eram 49 bilhões. Através inclusive de um processo que teve que passar pelo Congresso, conseguimos um adicional, um adicional que era de 14 bilhões. Fizemos o seguinte cálculo. O que foi obtido foi conseguido dentro do Congresso; que pagáramos o equivalente à matrícula do primeiro semestre mais 66%. E isso foi feito integralmente. Naquela época, fiz diversas reuniões, eles concordaram de início, mas, assim que repassei o dinheiro, eles voltaram atrás, acharam que seria insuficiente o que receberiam; e paguei adiantado ainda por cima. Mas não haveria aumento de matrícula para os alunos do crédito acima de 66%. Não tenho instrumentos legais para forçar as universidades que tenha ficado sem receber. Não é feito por nós. Não houve universidade que tenha recebido no primeiro semestre e mais 66%. Então, se alguma universidade lhe disse isso, o senhor pode me trazer o nome pessoalmente e eu lhe direi quanto foi dado a ela.

Neste segundo semestre, não há uma liberação dessa ordem de recurso do Tesouro. O que está alocado dos recursos financeiros são 149 bilhões, que o Congresso votou para o Crédito Educativo. Desse 149 bilhões, obviamente, há um valor médio para o semestre. De modo que, para fazer uma distribuição justa, eu deveria programar 1/3 para o primeiro semestre e 2/3 para o segundo. Como há esperança de que possamos obter recursos adicionais através de um projeto que tramita aqui, pedimos a liberação orçamentária de 75 bilhões. A dotação orçamentária depende da liberação financeira, que depende da arrecadação da União. Antes dessa liberação, tenho que pagar os funcionários das universidades.

Consequi, neste momento, uma liberação financeira de 20 bilhões desses 75 bilhões, e pedi à Caixa que comece imediatamente o adiantamento do que foi liberado financeiramente; os restantes 55 bilhões deverão ser pagos em duas parcelas. De tal forma que espero chegar ao fim do ano com essa quantia.

Entretanto, tenho uma variável absolutamente incontornável. É que as instituições privadas pagam quando querem. As instituições privadas funcionam de acordo com o mercado. O mercado tem mecanismos de controle, isto é, quando a mensalidade fica muito elevada, os alunos saem, e as universidades não se mantêm. Esse é o mecanismo de mercado que controla o preço da universidade privada. Não no Crédito Educativo, porque o nosso contrato é permanente. A universidade sobre o quanto quiser, e isso é um acordo que está no contrato. Eu no momento, não posso mudar esse contrato. Esse contrato foi assinado e perderei na Justiça qualquer causa - e já perdi - em que tente fazer algum tipo de controle.

O SR. PAULO LIMA - Professora, no que tange...

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Deputado, infelizmente, o tempo é limitado e não poderemos continuar ouvindo as suas indagações, mas a professora Eunice se coloca a sua disposição para encaminhar esses esclarecimentos, terá todo o prazer de lhe transferir.

Concedo a palavra ao professor Gianotti para suas considerações finais.

O SR. JOSÉ ARTHUR GIANOTTI - Deputado, serei extremamente breve. O senhor é meu aliado na crítica da universidade, mas, para ser aliado na crítica da universidade, é preciso que conjuguemos nossas informações. Em primeiro lugar, um aluno numa classe pode acontecer, porque, se está marcado um voo regular de São Paulo a Paris, se esse voo não for realizado,

muita coisa pode acontecer também. Portanto, um caso não significa nada na universidade, é preciso ver os dados agregados.

Em segundo lugar, a lista dos improdutivos na Universidade de São Paulo já criou muita polêmica. O senhor sabe muito bem que ela não tem nenhum sentido, porque pessoas que tinham publicado livros, um livro por exemplo, um dia antes daquela lista ter sido feita, tinha virado improdutivo durante dois anos. Ninguém produz mais, na minha área, livros a cada semestre. E a própria Universidade reconheceu o erro da publicação desse livro.

Em terceiro lugar, Deputado Paulo Lima, os professores dão aula sim! E se estamos, hoje, fazendo críticas à universidade é porque a nossa universidade é a melhor da América Latina. E não vamos criar situações que, por exemplo, predominaram na Argentina, que destruíram a universidade da Argentina e fizeram com que grande parte da intelectualidade Argentina emigrasse. O caso argentino é, a meu ver, o caso mais terrível e que devemos ter sempre em mente, para nunca segui-lo.

Quero lembrar ao nobre Deputado que, em filosofia, em ciências sociais e medicina, a Argentina ganhou prêmio Nobel, fez trabalhos admiráveis, assim por diante. E essa universidade foi destruída pelo populismo, destruída por um preconceito anti-universitário. E se mantivermos esse preconceito e esse populismo no Brasil, teremos a mesma situação.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Muito obrigado.

O SR. PAULO LIMA - Gostaria de fazer um comentário sobre...

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Deputado, o andamento dos trabalhos é de indagações e respostas. V. Ex.^a teve todo o tempo disponível para as perguntas; não podemos estender esse diálogo com um debate, porque, infelizmente, estamos restritos a regras regimentais.

O SR. PAULO LIMA - Mas é no que tange à própria colocação do Professor.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Mas se cada Deputado tiver a oportunidade de fazer uma indagação e estabelecer um debate, não terminaremos a tempo. Mas, como é o último inscrito, concederei a V. Ex.^a

O SR. PAULO LIMA - Obrigado.

Professor, no que tange à Unesp, que citei um caso, que talvez seja isolado, mas não é de hoje.

Se há somente duas ou três pessoas num voo, a empresa, obviamente, é obrigada a cumprir o contrato preestabelecido, mas, com certeza, após um ou dois anos tendo prejuízo ou prestando pouca assistência, será revista a forma de trabalho.

O que alego não é essa questão. Acho que os professores e a universidade deveriam procurar alguma forma de suprir mais os alunos. Por que essa ausência de procura, essa ausência dos acadêmicos num curso gratuito? Então, alguma coisa tem que ser analisada, isso já está ocorrendo há quatro, cinco anos.

Citei um caso específico do qual tenho conhecimento. Não posso falar das outras universidades.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Deputado, a Presidência solicita que V. Ex.^a seja breve, pois o Relator ainda não fez suas indagações e, lamentavelmente, não podemos estender o tempo.

O SR. PAULO LIMA - Pois não.

Para finalizar, quando disse da questão de produtividade da USP, essa foi uma denúncia do próprio Ministro Goldemberg. Estou abordando a respeito do que li nos jornais e acredito que o Ministro Goldemberg tenha falado com propriedade e com conhecimento.

Eram estas as minhas colocações.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - O Professor Gianotti não tem comentários a fazer e, sem delongas, passamos a palavra ao nobre Relator.

O SR. RELATOR (João Calmon) - Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado:

Em virtude do adiantado da hora, este Relator não terá a oportunidade de comentar, de maneira adequada, os valiosíssimos depoimentos prestados pela Professora Eunice Durhan e pelo Professor Janotti.

Esta CPI existe por iniciativa do Deputado João Faustino, do Rio Grande do Norte, e sinto-me no dever de lhe dar esse crédito.

Como Relator, junto ao Presidente Eraldo Tinoco - que tem procurado dinamizar de maneira inextinguível os nossos trabalhos, garantindo um alto grau de eficiência - e produtividade - cheguei à conclusão de que estamos colhendo dados muito mais ricos, muito mais valiosos do que o recente relatório do Banco Mundial sobre ensino superior no Brasil.

Estou certo de que, publicados todos os depoimentos colhidos aqui ao longo do trabalho desta CPI, vamos dar uma contribuição inestimável para o equacionamento do problema do ensino superior e para ser traçado um plano de salvação da universidade pública brasileira que, notoriamente, está exaustiva.

Quais declarações nesta reunião que, realmente, são impressionantes, tanto da parte da Professora Eunice como do Professor Gianotti.

Professora Eunice Ribeiro como do Professor José Arthur Gianotti. O Professor Gianotti se referiu, com a coragem que muito o honra, ao problema criado pela Constituição cidadã, da qual tanto nos orgulhamos, em várias áreas, principalmente na área da aposentadoria, aposentadoria após 25 anos de trabalho para professoras e 30 anos para professores. Não há sistema educacional - creio, não sou um técnico, sou apenas um lutador da causa educacional - capaz de sobreviver com essa aposentadoria precoce.

Por outro lado, a Constituição brasileira, a Constituição cidadã, criou a licença-paternidade e a licença-maternidade, que não existem em vários países desenvolvidos. Ouvi, por exemplo, nos Estados Unidos, a declaração de uma professora que estava no último mês de gravidez, quando lhe fez uma indagação de quantos meses ela teria de licença - ela não chegou sequer a entender a minha pergunta, e eu, quando lhe esclareci o que ocorria no Brasil - que respondeu: "Senador, a gravidez é uma decisão pessoal. Aqui não existe essa figura na licença-maternidade. Eu, como brasileiro, leitor do livro do Conde Afonso Celso, por que me engano do meu País, não tive coragem de dizer que, além da licença-maternidade, além da aposentadoria precoce, nós temos essa caricata licença-paternidade.

O quadro, então, é dramático. Ao longo de tantos depoimentos, o Presidente desta Comissão e todos os demais chegamos à conclusão de que, realmente, a universidade pública está ameaçada de morrer, de entrar em colapso. Os dados são tão impressionantes que não há a menor dúvida sobre essa previsão, que não é marcada pelo pessimismo.

Como vamos garantir a sobrevivência da universidade com o orçamento que nós aprovamos, de acordo com a Constituição, que é mera ficção? O orçamento é meramente autorizativo! O Poder Executivo não se sente obrigado, obviamente — porque está garantido pela Constituição — a cumprir, rigorosamente, o que determina o orçamento, até porque ele está na dependência de uma arrecadação maior ou menor de impostos. Chego a pensar e ouso, pela primeira vez, fazer a afirmação aqui de que nós deveríamos até examinar a possibilidade de não considerar tão prioritária a aprovação da Lei de Diretrizes e Bases, que, obviamente, como lei complementar, se baseia no atual texto constitucional.

Está previsto para daqui a poucos meses a revisão constitucional. Com esta Constituição, com as modificações que lhe foram introduzidas, qualquer esforço no sentido de salvar a universidade pública brasileira pode resultar inútil. Mas esta é apenas uma face do problema.

Agora mesmo, num momento de feliz inspiração, foi lançado o programa de construção dos CIAC, num País em que há escolas com uma sala para quatro séries; num País em que há escolas — como no meu Estado — funcionando, uma, num aquece, e a outra, na capela de um cemitério. São coisas que, ditas, parecem inacreditáveis. Nesta hora, está sendo dada uma prioridade precária, porque se não há verbas para construir todos os CIAC, não há verbas para manter todos os CIAC.

Temos um outro problema que afeta os Parlamentares, inclusive dois presentes aqui, à Mesa. O ex-Presidente José Sarney lançou um programa chamado PROTEC para a construção de 200 novas escolas técnicas e agrotécnicas federais. A maior parte está inacabada — umas, com 20 ou 30; outras, com 40 ou 50; algumas da já foram abandonadas. E, aí, resta a indagação, o que fazer? Vamos dar a máxima prioridade a um novo projeto, ou vamos fazer um esforço para concluirmos essas escolas técnicas e agrotécnicas federais que são, de um modo geral, de excelente qualidade? De um modo geral, de excelente qualidade. A Professora Eunice já se manifestou entusiasticamente com relação aos CEPETS. As escolas técnicas federais do Brasil, de um modo geral, têm um nível muito bom. Então.

Nesta hora, como dar prioridade a um outro programa, que deveria ser saudado com o maior entusiasmo, e todos nós devemos apoiá-lo, ou sem condenar ao abandono essas escolas que estão inacabadas e, às vezes, com menos da metade do seu projeto executado?

Estou certo de que, como vamos ouvir, na próxima semana, o admirável Ministro José Goldenberg, que deveria ficar no Ministério, com certeza, não apenas até o fim do Governo Collor, mas deveria ser mantido depois que o Governo Collor encerrasse o seu ciclo, teremos de chegar a conclusões da maior importância, importância decisivas.

Hoje recebemos duas lições admiráveis. Vamos receber mais duas: a do Ministro Goldenberg e a do Professor Demon, que? Será a última conferência.

Sem uma meditação não-secretária, construtiva, patriótica, baseada na opinião das comunidades da educação, que depuseram ao longo dos trabalhos desta CPI, não creio que se possa aprovar na Câmara, depois no Senado, uma lei de diretrizes e bases que não exija, meses depois, a sua revisão.

Tenho aqui, pelo menos, umas trinta perguntas a fazer aos dois depoentes, que nos deram uma inestimável colaboração no dia de hoje.

Mas deixo aqui esta meditação: até que ponto a educação brasileira vai sobreviver na base dos novos direitos que foram assegurados pela nova Constituição, a começar por este já citado, que é o da aposentadoria precoce, a licença-maternidade e a convicção que todos já temos de que não bastam os 18% que foram introduzidos a duras penas na Constituição, primeiro,

por iniciativa minha, 13%, em 1983; depois, como relator da Comissão de Educação da Constituinte para 18%. Esse percentual já não é suficiente. O Rio Grande do Sul, na área estadual, já aumentou para 35% — de 25% para 35%. E não poderemos resolver o problema da educação apenas com 18% da receita de impostos federais, principalmente porque há o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias, cuja constitucionalidade já foi admitida ou até proclamada pelo Procurador-Geral da República, e que se fosse cumprido levaria a um colapso imediato todo o sistema de universidade pública em nosso País.

Ficam aqui essas reflexões. Esperamos que, pelo menos, na próxima semana tenhamos, além da presença do Deputado Paulo Lima, paulista, que fez perguntas tão interessantes, a presença de outros colegas parlamentares.

Encerro essa participação afirmando que os Anais desta Comissão Parlamentar de Inquérito serão de fundamental importância para o futuro da educação brasileira.

Ouví há pouco o encerramento dos trabalhos da CPI sobre o atraso tecnológico. O relatório tem 428 páginas e o parecer da Relatora, Deputada Irma Passoni, só pôde ser apresentado três meses e meio após o encerramento dos trabalhos da CPI.

Estou certo de que, como aqui, demos oportunidade a todas as correntes, da direita, da esquerda, dos avançados, dos retrógrados, estabelecemos a controvérsia, vamos dar uma contribuição realmente extremamente valiosa, graças aos esforços do nosso Presidente e deste humilde Relator, que é apenas um infatigável lutador da causa da educação.

Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, Senador João Calmon.

Como não houve, propriamente, uma indagação, já consultei os dois palestrantes de hoje, que não querem mais fazer uso da palavra.

Portanto, encerro a presente reunião, convocando a próxima para o dia 21 de maio, às 10:00h, quando ouviremos o depoimento do Exmº Sr.º Ministro da Educação, Professor José Goldenberg.

Muito obrigado.

20ª Reunião, realizada em 21 de maio de 1992

Aos vinte e um dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e dois, às 10:45 (dez horas e quarenta e cinco minutos), na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores: João Calmon, Elcio Álvares, Hugo Napoleão, João França, Wilson Martins, Meira Filho, Júlio Campos, Marluce Pinto, Lourenberg Nunes Rocha, Almir Gabriel, Garibaldi Alves Filho, Darcy Ribeiro, Amazonino Mendes e Mansueto de Lacerda e os Senhores Deputados Eraldo Tinoco, João Faustino, Solon Borges dos Reis, Raul Pont, Murilo Rezende, Fábio Raunheitti, Wellington Fagundes e

Henrique Eduardo Alves, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "Investigar a Crise na Universidade Brasileira". De acordo com o preceito regimental a Presidência declara aberto os trabalhos. Em seguida convida o Ministro José Goldenberg para tomar assento à mesa e em seguida procede ao juramento. Não havendo número regimental a Presidência deixa de proceder a eleição do Vice-Presidente constante do item 1 da pauta, ficando adiado o processo de votação para a próxima reunião. O Presidente concede a palavra ao depoente para fazer a sua explanação sobre a Crise na Universidade Brasileira. Com a palavra o depoente passa a fazer uma longa explanação sobre o atual quadro vivido pelas Universidades, faz uma demonstração dos números de recursos alocados para as universidades e das dificuldades em que elas vêm atravessando. Fando a explanação do depoente, a Presidência comunica que vai ter início as indagações e concede a palavra ao relator para fazer os seus questionamentos. Com a palavra o relator congratula-se com a objetividade da exposição e pela experiência que possui o depoente como Reitor da maior universidade do País e em seguida passa a questionar sobre o repasse dos 18% sobre a receita de impostos, questionou sobre o não cumprimento do artigo 212 da Constituição. Com a palavra o depoente respondeu a todos os questionamentos que foram dados como satisfatório. A seguir o depoente foi interpellado pelos Senhores Senadores Hugo Napoleão, Júlio Campos, Almir Gabriel, Marluce Pinto, Lourenberg Nunes Rocha, Garibaldi Alves Filho e pelos Senhores Deputados João Faustino, Solon Borges dos Reis, Raul Pont e Wellington Fagundes. Com a palavra o depoente respondeu a todas as indagações dos interpellantes que deu as respostas como satisfatórias. Não havendo mais nenhum orador inscrito, o Presidente agradece ao Ministro José Goldenberg a sua presença na CPI e pela valiosa contribuição que prestou aos trabalhos da comissão e convoca reunião a realizar-se dia 28 de maio do corrente, às 10:00 horas, com a finalidade de ouvir depoimento do Professor Pedro Demo — da Secretaria de Assuntos Estratégicos da Presidência da República. Nada mais havendo a tratar declara encerrado trabalhos e, para constar eu, Joaquim Balduino de Barros Neto, assistente da Comissão lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor Presidente e irá à publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à ata da 20ª Reunião da Comissão Parlamentar mista de inquérito, criada através do requerimento nº 593 de 1991-CN, destinada a "investigar a crise na universidade brasileira", com a finalidade de ouvir depoimento do professor José Goldenberg — Ministro de Estado da Educação. Que vai à publicação, com autorização do Senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Deputado Eraldo Tinoco
Relator: Senador João Calmon
(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião.)

Convidados: João Calmon — José Goldenberg — Hugo Napoleão — Julio Campos — Almir Gabriel — João Faustino — Solon Borges dos Reis — Raul Pont.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Srs. Congressistas, declaro abertos os trabalhos desta CPI, mista que investiga a crise na universidade brasileira, convocada no dia de hoje com a finalidade específica de ouvirmos o depoimento de S. Ex.º O Sr. Ministro da Educação, Prof. José Goldenberg.

Solicito a S. Ex.º que proceda ao juramento, assinando-o em seguida.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDBERG — Juro, como dever de consciência, dizer toda a verdade, nada omitindo do que seja do meu conhecimento sobre quaisquer fatos relacionados com a investigação a cargo desta Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a investigar a crise na Universidade Brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Tenho a satisfação de passar a palavra, neste momento, ao Exmº Sr. Ministro da Educação, Professor José Goldenberg, que terá um prazo de trinta minutos para apresentação de suas considerações iniciais e, logo em seguida, abriremos oportunidade para as indagações que forem julgadas necessárias.

Solicito à Secretaria que coloque à disposição dos Srs. Parlamentares a lista de inscrição para efeito das intervenções. Tem a palavra o Sr. Ministro.

O SR. MINISTRO JOSÉ GOLDBERG — Sr. Presidente, Deputado Eraldo Tinoco, meu caro Senador João Calmon, tomarei a liberdade de falar de pé e fazer algumas projeções, que, creio ajudaria no entendimento do depoimento que vou prestar diante desta Comissão.

Srs. Congressistas o depoimento que desejaria prestar a esta Comissão vai se restringir a questões referentes à universidade, isto é, ao ensino superior. Tenho feito outros depoimentos no Congresso sobre os vários aspectos do ensino fundamental, mas hoje restringirei minhas observações à universidade brasileira. Aliás, comenta-se que o atual Ministro da Educação, tendo vindo da universidade, tem dedicado muito mais o seu tempo ao ensino fundamental do que aos problemas da universidade.

Quero desfazer essa impressão, que não é verdadeira. Tenho me dedicado aos problemas das universidades, mas não há a menor dúvida de que o ensino fundamental é o que exige de todos nós medidas mais urgentes. A universidade, apesar dos problemas que enfrenta — e ela claramente os enfrenta —, tem mecanismos de correção e potencialidades que dependem menos de ações de Governo do que os outros níveis de ensino.

Essa transparência mostra, de uma maneira global, os dispêndios com o setor educacional no Brasil. Para permitir uma comparação, colocamos os dados todos em dólares. E aqui temos dados de 86 a 90, depois mostrarei os de 92, em que dividimos os dispêndios em três categorias: os da União, os dos Estados e os dos Municípios. Há também o total.

Como V. Ex.ªs sabem, o grosso dos dispêndios com o ensino fundamental, o de 7 a 14 anos, como o de 14 a 18 são feitos no Município e no Estado, tendo a União uma participação pequena na manutenção desse sistema de ensino, a não ser através das suas transferências que são muito importantes.

A União recebe 18% dos impostos, subtraídas as transferências. Os valores são, aproximadamente, estes: em 86, US\$ 2,6 bilhões; em 87 US\$ 2,8 bilhões; em 88, US\$ 3,06 bilhões; em 89, US\$ 3,7 bilhões, e em 1990, US\$ 5,2 bilhões.

Os recursos da União são aqueles destinados às universidades federais. Como uma fração do Produto Interno Bruto, temos essa evolução dos recursos gastos com educação. Aqui vê-se a porcentagem do Produto Interno Bruto que vai para educação. No ano de 1990, o que se despendeu em

educação, no Brasil como um todo, superou a marca dos 4% do Produto Interno Bruto, que é aproximadamente taxa mundial. Os dispêndios com educação, poder-se-ia perguntar, de imediato, se o Brasil já atingiu o nível de dispêndio de outros países, por que razão há tantos problemas no Brasil ainda? E a resposta é muito simples: é que o Produto Interno Bruto é muito pequeno. Apesar de estarmos no nível internacional de dispêndios acima de 4%, 4% de um número que não é muito grande também não é muito significativo.

Durante a década de 1980-1990, o PIB se manteve praticamente estacionário. Portanto, o volume total de recursos colocados durante o sistema, nessa década, estacionou, apesar a população crescer 2%, ao ano.

Gostaria de mostrar — embora desta transparência não seja de boa qualidade — o orçamento do Ministério da Educação para 1992. Farei a leitura dos números, porque essa informação contém uma boa parte da mensagem que desejo transmitir aos Senadores e Deputados.

Este é o orçamento inicial de 92, também em dólar. Dividimos o orçamento em três categorias. Por ser inicial, não significa que será inteiramente cumprido, porque a maneira pela qual o orçamento opera dentro do Ministério da Economia é muito interessante.

O Tesouro Nacional, todo mês, recebe os impostos, transfere as cotas para os estados e municípios e, do que sobra, transfere 18% para o Ministério da Educação. Isso é cumprido religiosamente. Nessa questão, jamais surgiu qualquer discussão com o Tesouro. Frequentemente, os 18% que são religiosamente transferidos não bastam para atender as despesas do Ministério da Educação. Assim, negociamos com o Tesouro para que ele adiante recursos, em janeiro, fevereiro e março, que, a rigor, só poderiam ser passados em agosto ou setembro.

No ano passado, se somarmos todo o ano, foram transferidos 19,7% do Orçamento da União para a educação. A Constituição determina que seja o mínimo de 18%; no ano passado, chegamos a quase 20%. Este ano, negociamos, mês a mês, se a arrecadação é baixa, adiantam-nos um pouco por conta do aumento de arrecadação que se espera ocorrer um pouco mais para adiante.

Os números são extremamente interessantes. Dividi entre as categorias, porque esse é um motivo de discussão frequente. No ensino básico, consta do orçamento de 1992 US\$2,9 bilhões; no ensino médio, US\$100 milhões — estou lendo números aproximados; no ensino superior, US\$2,996 bilhões. Tem outros que são pequenas atividades do Ministério da Educação, como o Colégio Dom Pedro II.

Total: US\$6,5 bilhões. Para o ensino básico são US\$2,9 bilhões, divididos em salário-educação e Finsocial.

Então, V. Exs vêm que, no ensino básico, com 2,9 bilhões, existe uma linha chamada FAE, que é Finsocial, que é a merenda escolar — US\$870 milhões. Depois temos FNDE, que tem a cota federal e a cota estadual, ambas com aproximadamente US\$800 milhões.

Portanto — o Senador João Calmon tem levantado essa questão frequentemente —, dos 18%, excluindo Finsocial e salário-educação, quanto está indo para o ensino básico, ou seja, atividades de apoio à sala de aula, construções escolares, treinamento de professores etc? É uma fração bem menor do que o valor total.

Colocado de uma forma gráfica, temos: ensino básico; 44,9% — 45%, incluindo recursos que não vêm dos 18%, são recursos do Finsocial e do salário-educação; ensino médio, 6,3% e ensino superior, 46,26%.

Então, é o montante de recursos que o Ministério opera.

Mas, se considerarmos apenas os 18%, o ensino superior é responsável por aproximadamente 70% dos dispêndios do Ministério da Educação. Ou seja, o Ministério da Educação, sob esse ponto de vista, é essencialmente um Ministério que dispense recursos em ensino superior.

Esses dados são muito importantes. Tomarei a liberdade de colocar de novo esse gráfico e, posteriormente, distribuirei essa tabela, que é extremamente elucidativa. Se olharmos essa tabela que tem os números, V. Exs vêm que, em ensino superior, gasta-se aproximadamente US\$3 bilhões. Isso vem integralmente dos 18% da União.

Agora, o que vem da União no resto? Vem basicamente o CENEB, US\$ 375 milhões; mais outras atividades, US\$162 milhões, ou seja, aproximadamente, 20%. Depois há uma componente importante que vem dos 18% e que vai diretamente do Tesouro para o Distrito Federal, sem passar pelo Ministério da Educação, que é a manutenção do sistema de ensino fundamental do Distrito Federal: aproximadamente US\$200 milhões por ano. Quer dizer, o sistema de ensino fundamental de Brasília é pago pelo Governo Federal dos 18% da União, mas não passa pelo Ministério.

Estou usando a unidade de dólares. Em cruzheiros, Senador, o orçamento total do Ministério da Educação é de Cr\$11 trilhões, dos quais o Distrito Federal recebe Cr\$600 bilhões, aproximadamente 6%. Depois, há pequenas despesas com outros tipos de escolas, como as militares, que são quantias pequenas.

O SR. — (Intervenção fora do microfone)

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG — Mas o dinheiro da FAE vem do Finsocial; são 7,5% do Finsocial. Por isso que os problemas que atrapalham o desempenho da saúde, que é a manutenção dos hospitais, atrapalham também a merenda escolar.

O problema da merenda escolar — não é o que vamos discutir — está intimamente ligado com o problema dos hospitais. É um problema de "cobertura curta" e, frequentemente, os Ministérios da Saúde e da Educação tentam ajudar um ao outro; quando há uma crise muito séria nos hospitais as liberações atrasam um pouco na merenda e ajudam a saúde e vice-versa.

O SR. — (Intervenção fora do microfone) — É um tipo de despesa muito sustentável a desperdícios e outras adjacências.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG — Exatamente. Mas eles não são recursos dos 18% da União, são dos recursos do Tesouro.

Esses são os recursos com os quais nós contamos. Os recursos da universidade são aproximadamente US\$3 bilhões, ou seja, US\$250 milhões por mês, uma quantia considerável e que corresponde, efetivamente, aos 18% ou 20% que a União...

O SR. — Para quantas universidades?

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG — Para 34 universidades federais frequentemente esses recursos não são suficientes, porque a maioria vai para o pagamento da folha de pessoal, que não tem elasticidade nenhuma, é paga sem maiores discussões. O Ministério da Educação é, basicamente, um repassador da folha de pagamento.

O SR. — (Fora do microfone)

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG — No orçamento da Secretaria Nacional de Ensino Superior, existe uma pequena cotação para ajudar escolas. E há, naturalmente, uma componente, entre as quais o crédito educativo.

No orçamento da Secretaria Nacional de Ensino Superior, existe uma fração de recursos; neste ano, são Cr\$150 bilhões ou seja, cerca de US\$60 milhões. Isto é, desses US\$3 bilhões, US\$60 milhões vão para o crédito educativo, que, no fundo, carrega recursos para universidades particulares, porque os alunos que recebem esse crédito são alunos de escolas particulares. É uma instituição em crise, porque os Cr\$150 bilhões consignados no orçamento só bastam para um semestre, não bastam para dois. Há uma proposição, que foi votada pela Câmara, alocando recursos da loteria esportiva para o crédito educativo e que determinava que 30% do lucro da loteria esportiva seria destinado ao crédito educativo. Esses são recursos adicionais aos 18% da União.

Essa proposição nasceu na Câmara e não no Executivo. Como o Senado a emendou, voltará à Câmara para a decisão final. Mas, se esses recursos não podem ser usados por razões que o Senador levantou, então o crédito educativo vai, de novo, enfrentar problemas este ano.

O Dr. Hélio Leite, que é o Secretário Adjunto de Ensino Superior, está me lembrando que, além das universidades tem as escolas federais isoladas. Por exemplo, a Escola Paulista de Medicina e várias outras que não são universidades, além de quatro centros de educação tecnológicos também.

Então, V. Exs podem constatar a natureza do problema: nos US\$3 bilhões, que é uma importância apreciável, comparado com os recursos que a União dispõe, estão o crédito educativo, alguns auxílios para universidades particulares e os hospitais. E o Ministério da Educação tem 44 hospitais, que são hospitais-escola, que, de modo geral, nas regiões onde estão colocados, são os melhores hospitais que existem, porque sendo hospitais-escola precisam ter um equipamento mais moderno. São 44 hospitais, os quais são mantidos por nós e, naturalmente, são conveniados como INAMPS e recebem essas taxas que normalmente os hospitais recebem. Como são hospitais universitários e são, portanto, mais equipados do que os outros, o INAMPS paga um pouco mais a eles, mas, ainda assim, não é o suficiente para a sua manutenção. E, portanto, o Ministério da Educação, quando transfere recursos para as universidades, está bem consciente que parte desses recursos é transferida para os hospitais. Com isso, então, acontece o seguinte: o orçamento do Ministério da Educação vai basicamente para pessoal, crédito educativo, hospitais para pessoal, crédito educativo, hospitais etc. e o que sobre é custeio. E é o custeio que a situação é mais alarmante, mais crítica. Feitas as contas todas, fica menos de 10% do orçamento global para custeio.

(Pergunta feita fora do microfone.)

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Vou fazer um apelo aos nobres pares, que deixem as indagações para o final, pois todos terão oportunidade de fazê-las.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG — Mas voltarei a esta questão, porque acho que é uma das soluções para o problema.

A dificuldade, então, Senhores é configurada dessa maneira. Quer dizer, como a folha de pagamento consome a maioria dos recursos, e é paga sem maiores discussões, acaba-se faltando recursos na área de outros custeios, que é de onde surgem, de modo geral, as reclamações e as expressões que são usadas com relação a sucateamento das universidades por aí fora.

Como os Senhores sabem, houve uma outra comissão, da Câmara, creio, que faz um estudo sobre sucateamento dos centros de pesquisas. A grande maioria dos centros de pesquisas, no Brasil, estão situados em universidades. E como os recursos da Secretaria de Ciência e Tecnologia, que alimentam a FINEP e o CNPq, têm sido contingenciados seriamente, isso, naturalmente, se compõe com o problema que as universidades enfrentam. Agora, o nosso problema das universidades é diferente dos problemas da Secretaria de Ciência e Tecnologia — e fui Secretário de Ciências e Tecnologia de modo que estou a par dos problemas — porque lá o problema é contingenciamento; aqui não é contingenciamento, porque os 18% da União não são contingenciados. Desta vez, no meu ponto de vista, as universidades estão protegidas, pois os recursos não são contingenciados, o problema é que não são suficientes.

Desejaria apenas completar minhas informações, dando esclarecimentos sobre salários, como o dinheiro é gasto nas universidades.

Os Senhores sabem que o orçamento global das universidades é de 3 bilhões de dólares. Existem, nas universidades federais, aproximadamente, 300 mil alunos que são 1/4 dos alunos que estudam em universidades no Brasil. A parte privada do ensino superior é muito grande no Brasil, ela se desenvolveu muito e tem quatro vezes mais alunos do que as universidades federais. O sistema se desenvolveu muito para o lado do sistema privado. E o sistema oficial, o sistema de universidades e institutos federais de ensino superior permaneceu praticamente estagnado desde 1980. Há um envelhecimento claro do sistema também. Como ele permanece, aproximadamente, estagnado, os professores vão envelhecendo e, evidentemente, o número de aposentadorias vai aumentando, e o número de aposentadorias foi aumentando pela Constituição de 1988, que permitiu a aposentadoria com 25 anos de serviço para mulheres e 30 para homens. E o problema de repor as vagas é muito complicado.

Se dividirmos 3 bilhões de dólares por 300 mil alunos, cada aluno na universidade custa para o poder público 10 mil dólares por ano. Esse número precisa de correções, evidentemente, porque há hospitais que mantêm atividades complicadas, mas 10 mil dólares por ano é, efetivamente, um número muito elevado. Vamos fazer as comparações.

Aqui, temos esses quadros que mostram o orçamento total anual por aluno em vários países do mundo.

É média, naturalmente. Esses gráficos precisam ser olhados com cuidado, porque alunos de Medicina custam muito mais do que alunos de Direito e por aí fora, mas a média dá uma ideia da situação.

Na Alemanha, os alunos custam, aproximadamente, 6 mil dólares por ano; na Inglaterra, aproximadamente, 5 mil. As instituições federais de ensino superior, englobando as universidades, aproximadamente, 8 mil dólares. Decorre daquele número, é próximo da quantia de 10 mil dólares, feitas as correções.

Na Universidade de São Paulo, eles custam menos que 6 mil dólares. Portanto, o que temos aqui é um sistema grande e caro.

Uma outra informação que é relevante sob este ponto de vista é o número de alunos por docente.

Aqui, as comparações com vários países. Tenho uma comparação com os Estados Unidos.

Nos Estados Unidos, as universidades estatais - não Harvard, que é uma universidade particular - mas as universidades dos Estados e da União têm aproximadamente 13 alunos por docente. E, no Brasil, em média, este número é de aproximadamente 7. Mas, há um problema aparente, pelo menos, de gordura nesse sistema.

O que há com o sistema brasileiro é a sua heterogeneidade, quer dizer, o problema que mais chama atenção, à média em que debruçamos sobre ele, é a extrema heterogeneidade do sistema, e que números médios obscurecem a realidade.

Esses dados são um pouco antigos, são de 1988, mas, como o sistema está mais ou menos estacionário, não há grandes alterações desde então.

E o que se verifica, então, é que há universidades que custam muito por aluno, e há universidades que custam bem menos por aluno. Isto é, há uma grande heterogeneidade no custo do orçamento total por aluno.

Então, os senhores vejam aqui:

Esta é a Universidade Federal do Maranhão.

Esta é a Universidade Federal de Sergipe.

Esta é a Universidade Federal de Viçosa, com o custo muito elevado.

Aqui, Unirio, que é uma universidade no Rio de Janeiro.

Quer dizer, há uma grande heterogeneidade dentro do sistema, que é um dos problemas mais sérios.

Poderíamos perguntar o que aconteceu com essas universidades que acabaram tendo histórias tão diferentes.

A resposta é complexa, mas tem a ver muito com o fato de que, frequentemente, essas universidades foram estabelecidas muito mais por razões históricas do que por necessidades claras das regiões pelas quais foram criadas.

(Pergunta fora do microfone.)

São distorções que estão no orçamento e, justamente este é o ponto ao qual desejo chegar. É que o orçamento das universidades federais, das instituições federais de ensino superior, tem sido determinado única e exclusivamente por motivos históricos e não por qualquer racionalidade na organização do sistema. Tenho a impressão de que a maneira mais clara de se ver isso, é essa aqui, em que foi feito um esforço importante dentro do Ministério da Educação, para fazer uma comparação entre o número de docentes e um número que é definido como o ideal de docentes. É claro que podemos discutir um pouco sobre o que é o número ideal de docentes. Mas, há um trabalho de preparação em relação a isso, definido por comparações internacionais, é comparado com as universidades que se distinguiram mais no Brasil e, por aí, afóra. São números que, de um modo geral, os educadores aceitam. E, o que se observa então, são situações muito curiosas. Os senhores observem, então, a Universidade Federal do Espírito Santo, que tem um número ideal de docentes pelo tamanho da universidade, pelo número de alunos, pelas várias coisas que ela tem, isso leva em conta a engenharia, a medicina etc. e tal, ela deveria ter 1.156 docentes e tem 1.171. Portanto, ela está bastante bem dimensionada. Em compensação, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que deveria ter 2.492 docentes, tem 3.366. E, por aí afóra. Quer dizer, tem distorções até maiores em alguns casos.

De modo que, esse é um dos problemas mais sérios e, também, se compararmos o número de funcionários e o número também ideal de funcionários que é o que está mostrando aqui - os senhores vêm de novo o mesmo tipo de situação. A Universidade Federal do Espírito Santo, que deveria ter 1.571 funcionários, tem 1.311, ou seja, tem menos funcionários do que uma locação racional daria a ela. Em compensação, a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que deveria ter 2.742 funcionários, tem 8.100.

A Universidade Federal de Viçosa, que deveria ter 1.074 funcionários, tem 3.288. Ou seja, poderíamos argumentar, evidentemente, que cada universidade dessas é um pouco diferente da outra. Por exemplo, Viçosa é mais escola de agronomia, tem, muito de agronomia e, portanto, tem muitos laboratórios e, por aí afóra. Ou seja, há atenuantes para essa situação, mas quando se olha a situação globalmente, é óbvio que o sistema universitário brasileiro é de Primeiro Mundo, porque não existe ensino universitário de Terceiro Mundo ou de quarto mundo, quer dizer, para ensinar física, ou Medicina não adianta ensinar Medicina primitiva, ou física primitiva é um esforço de Primeiro Mundo e, portanto os números deveriam ser comparados a números de Primeiro Mundo. E o Brasil está assim. Quando - os Srs. Senadores sabem bem - no ensino fundamental enfrentamos uma situação oposta. Realmente, o ensino fundamental é ainda de Terceiro Mundo, que queremos transformá-lo em Primeiro Mundo.

Então, meus amigos, esse é o retrato que temos e gostaria de dizer agora, antes de concluir, para ficar dentro do meu tempo.

O SR. JÚLIO CAMPOS - O Senhor tem o gráfico da Universidade do Centro-Oeste?

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Tenho aqui, seguramente, aliás, dividido por região e etc. Mas, talvez, o Dr. Hélio Leite poderia providenciar. Agora, meus amigos, gostaria de aproveitar os 5 minutos finais da minha exposição, para discutir como é que o Ministério da Educação está enfrentando o problema.

O primeiro problema, que é, de um modo geral, mais afilitivo e que provoca inquietações generalizadas, é o problema salarial. Porque enquanto o problema salarial não é minimamente resolvido, as pessoas não querem nem escutar uma discussão muito aprofundada sobre o resto. Então, a gente tenta mostrar e tenta explicar que, estruturalmente, o salário às vezes é baixo, para funcionários e professores, é porque tem funcionários demais para aquela organização, o que provoca imediatamente a ira dos interessados. Mas, a finalidade do Governo, do Executivo e do Legislativo é olhar o problema em conjunto. Lamentavelmente, é o que temos que fazer. E, o que sucede, então, é que se faz um esforço considerável para tentar adequar os salários. A adequação dos salários dentro das universidades não pode ser feita sem olhar o conjunto dos problemas econômicos do País. Os recursos vêm do Ministério da Economia, mas, somos beneficiados pela cláusula dos 18%. É que o PIB não é suficientemente elevado, e a arrecadação de recursos não tem se desenvolvido da maneira que se espera e, portanto, mesmo os 18% não dão. A pressão salarial, de um modo geral, é muito forte e acaba prejudicando o custeio. E, daí, então, tem um outro grupo que se queixa, que é o grupo dos pesquisadores. Porque nem todos os professores da universidade se dedicam a atividades de pesquisa. Aí o grupo dos pesquisadores, que de um modo geral muito interessado, muito motivado que, evidentemente, se sente seriamente prejudicado. Há um conflito claro entre mais recursos para a pesquisa e mais recursos para salários, que cabe ao Executivo administrar.

Tentamos, no ano passado, elevar os salários dos professores e dos funcionários - isso foi feito em meados do ano passado - talvez não da

forma suficiente, mas todos desejariam, mas esse é um problema geral que a Nação enfrenta, não são só as universidades. Ainda, assim, os salários dos professores das universidades foram reajustados de uma maneira muito significativa e conseguiram recuperar um pouco níveis, que eles atingiram no passado.

A questão dos salários dos docentes precisa ser discutida com cuidado, porque as tabelas salariais, que são os salários mínimos, das diversas categorias, não dão uma visão correta do que se passa dentro das universidades. Porque a carreira universitária - isso eu fiz muita questão, eu mesmo, já como Ministro de Educação, no final do ano passado, de atuar muito nisso - é uma das carreiras que, claramente, premia o mérito e a dedicação.

Acho que isso devia valer para todas as carreiras, mas o caso da carreira universitária, ela lembra um pouco a carreira do Itamaraty ou até a carreira do exército. Quer dizer, existem balizamentos claros de como é que a pessoa ganha mais. Isso não se baseia apenas na minha experiência como reitor ou como Ministro da Educação, mas como pai. Porque meu filho é professor de uma universidade e eu vejo e acompanho o olerite dele. E, o que acontece é muito simples. É que o salário mais baixo das universidades é o salário de um indivíduo que se forma, um engenheiro, médico, químico, etc. e tal, e que é contratado sem nenhuma titulação. Ele, simplesmente, é graduado pela universidade e, geralmente, é contratado no regime de 20 horas semanais. Essas 20 horas semanais são horas de presença na universidade. De modo geral, a média de aulas, que são dadas pelos professores universitários do Brasil, varia de 5 a 8 aulas por semana. São 20 horas semanais, das quais de 5 a 8 aulas são usadas no contato com alunos. E, o resto, teoricamente, pelo menos, é dedicado à correção de provas, preparação, etc. E, esse salário inicial, de fato, não é muito elevado. Mas, se o indivíduo passar para o regime de 40 horas e passar para o regime de dedicação exclusiva - o regime de 40 horas é o dobro do regime de 20 horas e o regime de dedicação exclusiva é mais ainda, quer dizer o regime de dedicação exclusiva tem uma gratificação significativa. E, mais ainda, se ele fizer mestrado, se ele fizer doutorado, e se ele fizer concurso para professor titular, ele pode ganhar - e ganha efetivamente - dez vezes mais do que ele ganha na posição inicial, além das vantagens que vão se acumulando ao longo dos anos, que são quinquênios.

O SR. ALMIR GABRIEL - O Senhor tem uma tabela disso?

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Tenho. Tenho a tabela e...

Vou ler, porque não tenho a transparência em mãos mas, depois eu consigo. Veja, esses são os salários de dezembro de 1991. Essa tabela deu origem a certas controvérsias com alguns reitores, de modo que quero explicar como é que ela é feita.

Essa tabela é feita pegando o salário bruto de cada professor. Isso é feito para o Brasil todo. Então, isso aqui não é feito com base na tabela salarial. Pergunta-se para o computador quanto ganham cada um dos 44 mil professores universitários que trabalham nas universidades brasileiras. Tem 44 mil professores na ativa. Pega-se o salário dele. Esse salário provém de diversos componentes, alguns têm muitos quinquênios, outros têm poucos quinquênios, etc. e tal. Esses são os vencimentos de docentes que são professores titulares e que têm doutorado. Tudo isso conta na escala. O que ocorre frequentemente nas universidades é que o indivíduo é chefe de um departamento, acumula vantagens de um tipo ou de outro, é uma situação bastante complexa. Esses são salários brutos, levando tudo isso em conta. Esse é o tipo de carreira universitária. Argumenta-se que desde dezembro de 91 há uma erosão mais ou menos significativa no salário mínimo dessa categoria de professores e que é de mil duzentos e noventa dólares. Esse é o mínimo. O máximo - isso naturalmente inclui catedráticos de vinte e cinco anos de serviço, chefes de departamentos, diretores, etc. - três mil e quatrocentos dólares. É tudo avaliado aqui em dólar. Mil e duzentos e noventa dólares é o salário

mínimo de professores dessa categoria. Titular, com doutorado, no topo da carreira. Isso é o topo da carreira, não é o seu início, absolutamente. Significa frequentemente cinco a dez vezes mais do que o valor inicial da carreira, mas há um caminho claro de progressão dentro da universidade. Isso é dezembro, porém há uma erosão desde então. No topo dá três mil e quatrocentos dólares. São poucos, evidentemente, que estão no topo. O valor médio se situava em dezembro, então, em torno de dois mil dólares. É claro, se pegarmos professores como um todo nas universidades, aí diminui. Se perguntar qual é o salário médio dos professores universitários do Brasil, é fácil calculá-lo, pega-se a folha de pagamento e divide o seu total por quarenta e quatro mil professores. É de aproximadamente setecentos dólares o salário médio de todos os professores do Brasil. Então, essa é a informação. Portanto, é claro que existe, mas é uma coisa que varia muito com o tempo, porque há erosões. Essa é uma transparência difícil de acompanhar, porque tem muitos detalhes. Os salários têm um comportamento que oscila muito. Há época que o salário está elevado e outra que cai, depois sobe outra vez e há uma erosão. Aí, novamente, o salário dos professores no topo da carreira. Como disse. O valor médio é de aproximadamente setecentos dólares, mas há professores que ganham menos que isso. É muito variado. Esse é o problema que atrai maior atenção, mas em defesa do sistema universitário brasileiro não é possível que nós nos ocupemos apenas com o problema salarial, porque tem o problema dos hospitais, que envolve o atendimento à população, e há o problema da pesquisa científica que exige bibliotecas, laboratórios, etc. Há o balanço dessas coisas que é difícil de fazer.

Sr. Presidente, só para concluir, pois já passei do meu tempo, quero me colocar à disposição para perguntas dos Srs. Senadores e Deputados.

A maneira pela qual o Ministério da Educação vê essa questão é a seguinte: É preciso introduzir algum grau de racionalidade na distribuição de recursos para as universidades. Não é possível que a distribuição de recursos seja feita apenas em bases históricas. É preciso que se tente corrigir esse tipo de situação em certas universidades, pois algumas têm recursos elevados e outras insuficientes. E uma das maneiras, pela qual está se tentando fazer isso já de imediato - o próprio Congresso fez isso no Orçamento de 1992 - além de alocar os valores históricos das universidades é alocar verbas que são destinadas à Secretaria Nacional de Ensino Superior para corrigir distorções existentes. É com isso que salvamos hospitais. Outro dia, houve um sério problema no Hospital do Espírito Santo - é o primeiro que aparece nos gráficos e eu o estou usando como referência. O Hospital do Espírito Santo está fechado. Depois da greve que ocorreu no ano passado, eles praticamente não abriram mais, o que é efetivamente uma punição à população. Foi procurado pelo reitor, pelo prefeito, pelo Governador, pelo Senador, por todo mundo e fizemos uma opera-

ção salvamento, na qual utilizamos os recursos da Secretaria Nacional de Ensino Superior para reforçar as verbas. Agora, estamos numa operação de salvamento do Hospital da Universidade Federal Fluminense. Estamos nessa operação combinando, evidentemente, com o Ministério da Saúde.

Cada verba que vai para um hospital cria problemas no crédito educativo ou em outras áreas que necessitam também de recursos. E o que precisa é estabelecer uma certa racionalidade na alocação. Como Reitor da Universidade de São Paulo, tenho a experiência no sentido de que a única maneira de introduzir racionalidade dentro do sistema, é dar responsabilidade à própria universidade. O desempenho das universidades é extraordinariamente diverso entre elas, porque historicamente — e no momento temos aqui Senadores que foram Ministros da Educação — é uma situação confortável para a universidade e para o próprio reitor a de vir reclamar no Ministério da Educação. Universidades que notoriamente têm excesso de pessoal, tanto docente como não docente, reivindicando mais cargos e mais posições. Isso se dá porque, freqüentemente, essas universidades estão muito desligadas do meio social em que vivem. Assim é que um professor, que vai fazer o doutorado em astronomia, volta para o Piauí e acha que tem que dar lá um curso de astronomia, pede um laboratório, etc. — estou inventando este exemplo, não creio que ele ocorra. Então, a Universidade do Piauí, que tem necessidade maiores do que um curso de Astronomia, acaba tendo o curso de Astronomia, com professores, com gratificações de chefia e por aí fora.

Respondendo agora ao Deputado, antes mesmo de ele formular a pergunta. A solução que encontramos em São Paulo faz parte da proposta que o Governo encaminhou ao Congresso Nacional para reorganizar o sistema de financiamento das universidades. Ele é o seguinte basicamente: é decidido que uma quota, uma fração — no caso de Estado é 10%, no caso Federal é o Orçamento da União, subtraídas as transferências — é alocada em cada universidade. Os recursos são os que a universidade tem e que ele gerencia, tanto para pagar pessoal, como para fazer outras atividades, como hospitais, laboratórios etc. Só há uma regra: não é possível gastar com o pessoal mais de 80%. Senão ela deixa de ser universidade e passa a ser uma departamental, que é muito forte dentro das universidades, é forçado a enfrentar uma decisão, e é uma decisão democrática dentro dos colegiados da universidade. Ele é feito olhando o que se deseja e os meios. É exatamente como na nossa casa: vive-se de acordo com o que se ganha.

Pode haver uma discussão, e há uma discussão de quanto o Governo Federal aloca para aquelas universidades. Isso é fixado pelas leis maiores do País. A educação tem 18%, no mínimo, da Receita da União. Pode-se até discutir se deverá ser 18% ou 25%. Agora, existem outras prioridades, e só quem pode decidir isso em nome do povo brasileiro é o Congresso Nacional. Se se vai colocar mais em saúde, em educação ou mais em segurança é um problema que só os representantes do povo podem decidir num regime democrático. Mas, uma vez decidido, o reitor, então, trabalha dentro daquela alocação. A emenda está em andamento, tem parecer favorável da comissão que a está examinando, e surgiram problemas em torno dos direitos dos atuais professores e funcionários. Naturalmente é preciso disposições transitórias. Atualmente, há o Regime Jurídico Único. Ele constitui uma garantia de emprego e de salário, mas que acaba sendo nivelado por baixo, porque ele tira completamente a flexibilidade das universidades, e a procura da qualidade claramente necessita de flexibilidade, que é o que gostaríamos de fazer.

A emenda está diante do Congresso Nacional. Independentemente disso, estamos tentando colocar na Lei de Diretrizes Orçamentárias, que o Congresso vai examinar dispositivos que dêem mais liberdade aos reitores, para que possam efetivamente tentar melhorar o desempenho das suas universidades.

Temos aqui claramente um problema em que o sistema cresceu sob os influxos do próprio corpo interno das universidades, e precisa, agora, enfrentar a maioridade e a maioridade é essa: a União está exaurida nos seus recursos, que são limitados, e é preciso introduzir essa racionalização. É o que estamos tentando fazer, mas introduzindo também um conceito de responsabilidade maior dos próprios reitores. Eles não podem se considerar apenas como correias de transmissão de reivindicações internas; têm que ser reitores que efetivamente dirijam as suas universidades. Queremos dar a eles mais poder. Por isso a escolha de reitores é uma questão tão delicada. É o Presidente da República que os escolhe com base em listas sêxtuplas, preparadas pelos colegiados internos. As universidades com autonomia parcial estamos tentando dar uma autonomia completa. Eles, efetivamente, devem conversar com os colegas e conduzir a universidade provocando uma utilização mais racional dos recursos que a União consegue colocar à sua disposição.

Perdoem-me por haver-me prolongado nessa discussão, mas são informações úteis. Muito obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, Sr. Ministro. Vamos iniciar o período das indagações.

Solicitamos aos Membros da Comissão que se restrinjam ao seguinte critério: o Relator terá inicialmente a palavra e, durante dez minutos, poderá fazer as suas indagações; o depoente terá igual tempo para respondê-las. Em seguida, cumprirmos a lista de inscrições, pedindo que cada um se restrinja a cinco minutos, com igual tempo para a resposta, tendo em vista que temos hoje felizmente um quorum bastante significativo e uma lista de inscrições bastante numerosa em relação ao tempo disponível.

Sem delongas, passo a palavra ao nobre Relator para as suas indagações.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Ministro, inicialmente, desejo felicitar-lhe efusivamente pela objetividade da sua exposição, que nos pareceu realmente impressionante, baseada em estatísticas recentes e valorizada pela sua extraordinária experiência como reitor da maior universidade deste País.

Nestes poucos minutos que me foram reservados, gostaria de me limitar a um rápido comentário sobre o problema dos percentuais incidentes na receita de impostos para a manutenção e desenvolvimento do ensino.

Em primeiro lugar, Ministro, tenho sérias dúvidas sobre uma afirmação sua, que obviamente não é de sua exclusiva responsabilidade, mas também da Assessoria, de órgãos do MEC e do Ministério da Economia, que também forneceram informações.

Não acredito que o Governo Federal, especificamente o Ministério da Economia, transfira religiosamente a quota referente aos 18% sobre a receita de impostos pontualmente, sem deixar de, num determinado mês, transferir apenas a metade, de um terço ou dois terços. Pela minha longa

experiência de duas décadas nessa área de educação, nunca constatei que o Governo Federal tivesse um real interesse pela educação em todos os níveis.

Além dessa emenda dos 18% e dos 25% sobre a receita de impostos, sou autor também de um outro artigo, que não é muito comentado: o que obriga o Governo Federal a enviar ao Congresso, juntamente com a proposta de Orçamento do ano seguinte, uma demonstração circunstanciada de como cumpria o que determina o art. 212 da Constituição: os 18% e os 25%. Nunca o Poder Executivo cumpriu esse artigo.

Na minha primeira tentativa, o artigo foi incluído na Lei de Diretrizes Orçamentárias e vetado pelo Presidente da República. Mas como sou teimoso e perseverante, repeti a dose no ano seguinte e incluí de novo esse artigo. Dessa vez, o Ministério da Economia não cochilou e levou ao Presidente da República uma exposição, dizendo da necessidade de se vetar esse artigo. Foi o atual Governo que vetou o referido artigo.

Gostaria de lhe pedir o reexame dessa afirmação de que o Ministério da Economia cumpre rigorosamente o que determina a Constituição: 18% no mínimo da receita de impostos federais e nunca menos que 25% da receita de impostos estaduais e municipais.

V. Ex. se referiu também ao percentual que, segundo o autor dessa iniciativa, não é suficiente. Mas é preciso considerar que, quando comecei essa batalha, o percentual era de 10% sobre as receitas de impostos federais. Posteriormente, consegui aumentá-lo para 13%, com a ajuda de todo o Congresso Nacional. Na Constituição, então, com a colaboração esmagadora de todos os Constituintes, conseguimos aumentar para 18%. E quando foi aprovado esse percentual, nós, Constituintes, não sabíamos que a Constituinte iria garantir, por exemplo — permitam-me ser desagradável, mas quero ficar em paz com a minha consciência, que é o primeiro dever do homem público — nossos critérios para a aposentadoria: a de professoras, após 25 anos de trabalho, e a de professores, após 20 anos de trabalho. Ou seja, teoricamente, uma professora de 1º Grau, com 42 anos, pode aposentar-se com salários integrais; e um professor de 2º e 3º Graus, com 46 ou 47 anos.

Digo isso para ficar em paz com a minha consciência, sejam quais forem as consequências, inclusive a imperiosa previsão de que quem defende uma tese aparentemente tão odiosa está condenado à derrota, a não ser reeleito. Acredito que, de duas, uma: na revisão constitucional, vamos mudar essa idade mínima de aposentadoria, que, creio, seja a única do mundo, na mesma Constituição que aprovou uma caricata licença-paternidade, ou não há solução para o problema da educação.

É preciso ter a coragem de reconhecer isso, ou então, vamos procurar outra solução, se essa for considerada drástica. Vamos aumentar os percentuais na área federal, por exemplo, de 18% para 25%. Isso não seria nenhuma novidade, porque na terra do nosso Deputado Raul Pont, a Constituinte estadual aumentou a receita de impostos estaduais de 25% para 35%; outros Estados aumentaram para 30%.

Mas, Ministro, desejo fazer esta afirmação com a maior veemência: não há como melhorar a situação da educação neste País, se for mantido esse sistema de aposentadoria e se for mantido também esse percentual.

Mas esta é apenas uma das distorções. Obviamente, não tenho tempo para citar outras. Creio que isso é absolutamente fundamental, porque não vamos vencer a batalha da educação sem termos dinheiro suficiente. Com este quadro que vemos, o que vai acontecer já começou a dar os seus primeiros indícios veementes.

Ministro, V. Ex. sabe tão bem quanto eu: as universidades estão exangues, estão no limiar da debácle, do colapso. E isso não ocorre por má vontade do Ministro José Goldemberg, a quem sempre estou elogiando. Ele não deve seguir a linha tradicionalmente seguida do MEC, pela qual um Ministro da Educação passa lá um ano, um ano e meio ou no máximo dois anos. Ele deveria ser Ministro da Educação até o fim do Governo Collor, e torceríamos para que ele continuasse Ministro da Educação no decorrer do mandato do sucessor do Presidente Collor.

Neste quadro, se não alterarmos certas anomalias da Constituição atual, da Constituição Cidadã de Ulysses Guimarães, e não aumentarmos também os percentuais para a educação, a situação ficará cada vez mais catastrófica.

Há uma preocupação com os salários dos professores universitários, que, de um modo geral, são pessoas de qualidade, pessoas muito dedicadas. Mas insisto em dizer, pedindo ao nosso Presidente a paciência de ouvir só mais esta declaração: o nosso interesse por salário deve ser global. Temos professores neste País que ainda ganham no interior a metade ou um terço de um salário mínimo. Já proclamei isto no plenário do Senado. Neste País promovem-se tantas greves, vamos fazer uma greve de protesto com duração de um ou dois dias. Mas não podemos continuar pagando à professora do interior do Norte e do Nordeste, e até do meu Estado natal, a metade de um terço de um salário mínimo.

Fica aqui esta veemente afirmação, com o compromisso de que, enquanto tiver forças suficientes, vou lutar, com a minha maior energia, para aumentar o percentual de 12%, de 25%, que hoje, sabidamente, não é suficiente; e, ao mesmo tempo, procurar convencer a sociedade de que, sem prejuízo do direito adquirido — não estou propondo aqui uma violação de direitos adquiridos — não é possível se pensar seriamente em educação neste País aposentando-se professores aos 42 ou 45 anos de idade.

Perdoem-me, Sr. Presidente, se me estendi na minha manifestação.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao Sr. Ministro José Goldemberg, com igual tempo para responder.

O SR. JOSÉ GOLDBERG — Sr. Presidente, acho que posso responder rapidamente. Nobre Senador João Calmon, posso lhe assegurar que, desde que assumi o Ministério da Educação, há cerca de sete a oito meses, tenho acompanhado isto de perto. As transferências constitucionais de 18% estão sendo cumpridas, mesmo porque elas não poderão deixar de ser cumpridas, pois 90% das transferências vão para salários, e salários temos que pagar. Farei um restudo, atendendo ao seu apelo, mas posso lhe tranquilizar que o problema não está aí. O problema é que 18% de um número é pequeno. Este é o problema.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Sr. Ministro, ontem interpelei o Sr. Roberto Macedo, que é o homem dessa área no Ministério da Economia, e ele defendeu tese contrária: que não é imperativo o dever do Ministério da Economia em transferir os 18%. Eu lhe respondi que o Ministério da Educação é outro departamento, que há um artigo da Constituição que protege, que ampara a verba para a educação, ele disse: "Não é esse o nosso ponto de vista". Estou citando o Professor Roberto Macedo, que aparece numerosas vezes substituindo o Ministro Marcílio.

O SR. MINISTRO (José Goldemberg) — Isto pode estar ocorrendo. É claro que esse problema de aposentadorias precoces é muito grave. Mas as universidades podem melhorar o seu desempenho, como os senhores viram. Em um dos quatro hospitais universitários do Rio de Janeiro, ocorreu um problema esta semana. Foi no Hospital Universitário da Universidade Federal Fluminense. Ele estava com uma dívida de dois bilhões de cruzeiros e ameaçando fechar. Por quê? Porque ele ficou em greve durante dois meses e, portanto, não faturou nada do Inamps. Ora, pelo amor de Deus! Em primeiro lugar, a população não foi atendida. Em segundo lugar, é um problema de gestão. Como é possível que eles queiram continuar a receber os recursos, quando o serviço não é prestado? É preciso um pouco mais de responsabilidade nesse sistema.

De modo que é esta responsabilidade que queremos introduzir no sistema, atribuindo recursos que estejam ligados com o desempenho.

Tenho uma transferência que mostra que, no Brasil, considerando-se todas as universidades brasileiras, o número de professores com doutorado é menor de que 20%: é aproximadamente 15%. Nas universidades americanas, como comparação, 80% dos professores têm doutorado; na Universidade de São Paulo, 60% dos professores têm doutorado. Ora, professores com doutorado são os que ganham bem; os que não ganham bem são os outros. Não é possível simplesmente fixar-se o salário dos professores universitários pela base, é preciso baseá-lo no desempenho. De modo geral, a reivindicação é contrária.

Senador, evidentemente, apoiarei entusiasticamente o aumento de 18% para 25%. A Constituição fala em 18%, mas há demandas imensas na área social. Precisamos, então aumentar, a eficiência com que esses recursos são usados hoje.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Não é cumprindo também o art. 60: 50% é ensino fundamental para a eliminação do analfabetismo. Quanto a isto, não existe a menor dúvida.

O SR. JOSÉ GOLDBERG — Na minha visão, se esse artigo fosse cumprido, aí sim, as universidades entrariam num colapso total. Porque, atualmente, dos 18% da União, mais de 70% vão para as universidades. O art. 60 da Constituição não está sendo cumprido. Se fosse cumprido, aí sim, as universidades atravessariam uma crise sem precedentes. Mas é o que está dito na Constituição.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Muito obrigado, Sr. Ministro. Concedo a palavra, por 5 minutos, ao nobre Senador Hugo Napoleão.

O SR. HUGO NAPOLEÃO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Ex^a Sr. Ministro, durante praticamente o ano e meio que passei como Ministro da Educação, só encontrei uma greve, aliás, greve esta que encontrei quando assumi, em outubro de 1987. Encontrei, aliás, greve também no funcionalismo do Ministério. Depois dessa, durante toda a minha gestão, felizmente não houve mais greves.

Quando falei que passei no Ministério praticamente um ano e meio, isto me faz lembrar que, infelizmente, a média de tempo de passagem de ministros da Educação no cargo, como salientava o Senador João Calmon, é de pouco mais de 12 meses; e ainda assim graças à passagem de Gustavo Capanema, que pelo Ministério passou mais de 10 anos. Isso realmente é lamentável para o critério de uma política educacional mais duradoura, mais adequada.

Mas dizia eu que a situação hoje me parece a mesma que encontrei, ou seja, 70% a mais dos recursos ordinários, isto é, aqueles derivados de impostos, destinam-se ao ensino superior; e destes, quase 90% às folhas de pagamento de pessoal. É claro que os professores, de uma maneira geral, hoje como antes, não são bem remunerados. É claro que as greves, muitas vezes, têm seus fundamentos.

Eu questionava muito a eficiência da universidade e do ensino superior federal no Brasil, com o objetivo, evidentemente, de causar debates e discussões para elevar o nível. Lamentava eu que, como decorrência de greves, por exemplo, da greve a que me referi, muitas vezes prejuízos incalculáveis fossem suportados pelas instituições de ensino superior, pelas INFES. Recordo-me de que, na Universidade Federal de Santa Catarina, foi sequestrado, durante a greve, todo o material de vestibular, provocando, então, um retardamento de dois a três meses de vestibular, depois de iniciadas as aulas, e a recomposição do banco de provas. Lembremo-nos também de que, na Universidade de Brasília, UNB, desligaram, durante a greve, o ar condicionado do Setor de Obras Raras dessa Universidade, quer dizer, um prejuízo incalculável.

Eu costumava dizer que aluno não é produto final de montagem de fábrica, como, por exemplo, a de automóveis, em que, quando há uma greve, paralisa-se o trabalho durante 30 dias, mas, quando os trabalhadores voltam ao local de trabalho, o ritmo de produção continua. Com o aluno infelizmente isto não acontece. O reacquecimento é lento, com prejuízos para a sociedade e para a coletividade.

Mas é claro, dizia eu, que muitas greves tinham o seu fundamento, tinham suas razões de natureza econômica, financeira e social. Daí a dificuldade que encontrei, como encontra naturalmente V. Ex^a em compatibilizar o art. 60 do Ato das Disposições Constitucionais Transitórias com a realidade. Como bem disse V. Ex^a, se ele fosse aplicado, aí então as nossas instituições superiores de ensino federais iriam à bancarrota, o que não queremos; o objetivo da CPI não é este.

Em terminaria pela minha pergunta: vejo na eleição de reitores o equilíbrio entre a eleição interna, que é democrática, pois traz a escolha dos seus preferidos pela comunidade acadêmica, e a escolha do Presidente da República, que se manifesta, escolhendo ou elencando um dos seis. Ele representa aí a sociedade, que dá o contrapeso na escolha da comunidade acadêmica. Então, eu indagaria o que pensa V. Ex^a desse atual sistema de eleição e de indicação para a nomeação de reitores e essa correlação com a autonomia universitária. Se V. Ex^a pudesse falar ainda um pouquinho sobre autonomia, eu agradeceria, com os cumprimentos pela exposição que acaba de fazer.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Por igual período, concedo a palavra ao depoente.

O SR. JOSÉ GOLDBERG — Caro Senador, a minha posição em relação à escolha de reitores é claramente a de obediência ao que está determinado pela atual Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Os colegiados superiores das universidades fazem uma lista, é encaminhada ao Presidente da República, que escolhe um deles, qualquer que seja a sua colocação dentro da lista. É justamente um balanço do desejo da universidade, através dos seus colegiados superiores, e da autoridade executiva máxima do

País, que representa os interesses gerais da sociedade. Isso é o que diz a Lei de Diretrizes e Bases, e esse é o processo que me parece o mais adequado. Caso as universidades desejassem escolher seus próprios reitores sem a interferência do Poder Executivo, a Petrobrás, a Eletrobrás e outras empresas estatais também achariam que o corpo interno tem mais competência para escolher do que o Presidente da República.

E não é assim, porque a Petrobrás não existe para servir aos seus funcionários, nem para seguir as orientações determinadas por seus funcionários, por mais competentes que sejam, mas para servir o País. O mesmo vale para as universidades. As universidades não existem para servir ao seu corpo interno, mas para servir à sociedade. E o juiz disso são as autoridades eleitorais do País.

Quanto a isso, a minha posição é claríssima. A própria Universidade de São Paulo, quando reformou seus Estatutos, na ocasião em que eu era o reitor, adotou esse procedimento. Agora, tem-se tentado, meu caro Senador, no momento, burlar o espírito e a letra da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, porque, em algumas universidades, os colegiados abrem mão, por razões que desconheço, porque não há nenhum embaçamento legal para isso, abrem mão do seu dever e direito soberano de fazer as listas e se submetem a uma consulta que segue regras estabelecidas de maneira diversa de universidade para universidade, ponderando votos: 30% para docentes, 25% para alunos. Isso, nos sistemas mais complicados. E, mais ainda, abrem mão e aceitam se submeter à decisão de consultas que não têm nenhum valor legal.

Tem ocorrido muito é que os que são eleitos, o que vem diante do Conselho Universitário, meu caro Senador, são o que chamamos de "chapões". Realmente, todas as funções já são distribuídas, e o Ministro da Educação levou um desses casos típicos ao Conselho Federal de Educação. Eu consultei o Conselho, que rejeitou a lista e eu devolvi todas as listas às universidades que organizaram listas viciadas dessa maneira. É o Colegiado Superior, que não pode abrir mão do seu direito soberano de escolher as listas. Se o processo seguir procedimento desse tipo, as listas serão devolvidas.

Quando as listas forem feitas corretamente, ainda assim o Presidente da República se considera autorizado pela lei, a escolher aqueles que lhe parecer mais competente. E é o que tenho feito. Outro dia, no caso de uma universidade do Rio de Janeiro, foi escolhido o terceiro da lista, porque a recomendação do Ministro da Educação que o Presidente da República procura, foi claramente a de indicar o terceiro da lista, a quem eu entrevistei pessoalmente, pois, de modo geral, eu entrevisto todos os candidatos.

Esse é um dos problemas importantes que é preciso preservar na legislação. Caso contrário, haverá universidades que serão avassaladas por movimentos que realmente não têm muita responsabilidade, que vão transformar a escolha do reitor na escolha do prefeito municipal, como ocorreu outro dia, em uma escola técnica, não com uma universidade. A sociedade local, Câmara de Vereadores, Prefeito etc., se julgava com o direito de indicar o diretor da Escola Técnica Federal. A Escola Técnica Federal pertence à União. Ela está colocada naquela comunidade, mas não pertence àquela comunidade. Ela é da União, ela serve à população daquele Estado e frequentemente de outros Estados. Tivemos que enfrentar problemas sérios e acabamos resolvendo o problema satisfatoriamente.

É preciso abandonar a ideia de que a universidade é um campo de manobra de grupos com interesses outros que não sejam os interesses da melhoria da universidade.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Concedo a palavra ao nobre Senador Júlio Campos, por igual período de cinco minutos.

O SR. JÚLIO CAMPOS — Sr. Ministro, como Governador de Mato Grosso dei prioridade absoluta à educação. Fiz salário do professor ter um teto mínimo, na época, três salários mínimos regionais. Investi mais de 25% na educação e saí com uma imagem relativamente boa perante a área estadual de ensino.

Quanto à área universitária de Mato Grosso, vejo que é o mesmo problema das demais universidades brasileiras, como falta de recursos, excesso de funcionários e de professores, na sua grande maioria pela tabela-padrão, muita preguiça por parte desses servidores e de certos professores, um cooperativismo violentíssimo dentro do setor universitário; essa história da aposentadoria precoce, malditamente votada por nós na Constituinte de 1988, porque, para se ter uma ideia, tenho um exemplo típico na minha família. Algumas pessoas da minha família se aposentaram agora com 45 anos de idade — gente forte, que poderia estar na fase mais áurea da sua inteligência — porque a lei favorece aposentar com 25 anos de serviço, pois começou muito jovem.

Há, também, uma política violenta, pseudocientífica dentro dos campos universitários. Muitos cursos, hoje, dentro das universidades, já não tem interesse nenhum por parte dos alunos, mas continua a funcionar com cinco, três alunos em sala de aula; falta material para pesquisa, falta de interiorização da universidade para determinados pontos, principalmente no meu Estado, Mato Grosso, que tem uma migração muito grande por parte de gaúchos e paranaenses para o novo Mato Grosso, e o pessoal que ficar concentrado em Cuiabá e não admite sequer criar um curso de veterinária, porque Mato Grosso é o segundo maior produtor de rebanho do Brasil. Temos nove milhões de cabeças de gado Vacum, e não conseguimos implantar um curso de veterinária no interior, que é Rondonópolis, grande produtor de gado de Mato Grosso, porque o pessoal não quer ir, eles querem ficar em Cuiabá, pois estão na Capital, tem melhorias e é uma cidade relativamente boa.

Então, gostaria de saber o que fazer, Sr. Ministro? Qual a solução para tudo isso?

Esse assunto levantado pelo Ministro, com relação à escolha de reitor, de Mato Grosso, quando o Ministro Hugo Napoleão à frente do MEC tivemos isso. A lista sétupla não valeu, valeu o primeiro colocado e os demais elementos da chapa dele. Os demais votados não puderam vir na lista porque fizeram um acordo interno, e desta vez é a mesma coisa.

Gostaria de saber o que fazer? Qual o caminho para conseguirmos mudar essa situação, porque, realmente, se compararmos os níveis, o ideal seria: nos Estados Unidos, 13 alunos por mestre, e no Brasil 44.000 servidores para 572 alunos, dando uma média de 10 e teríamos, que ter pelo menos 440.000 universidades e só temos 300.000 matriculados. Qual seria a solução? É uma área difícil de mexer porque o PT se infiltrou de uma forma complicada e qualquer coisa eles acham que é política, e nós só queremos ajudar, apesar de ser difícil dar a nossa colaboração porque o negócio fica meio partidário.

Em Mato Grosso, teremos uma eleição no mês de junho e já está tudo com bandeira amada; PFL com candidato, PTB com outro, PDS com o pessoal do Maluf apoiando, o PT, o PC do B não aceita, que dá uma confusão que não sei onde termina.

O senhor, que é mestre, um dos grandes luminaristas da educação deste País, que em bendita hora o Presidente Collor mudou da Ciência e Tecnologia para a Educação e houve realmente um consenso nacional, porque nem o PT que grita contra tudo desta vez não gritou, ficou quieto, gostaria de saber do senhor o que nós devemos fazer para salvar a universidade brasileira.

O SR. MINISTRO (José Goldemberg) - Vou tentar responder rapidamente a V. Ex., nobre Senador.

Em primeiro lugar, a escolha de reitores é muito importante. Espero que as várias medidas que o Ministro tem tomado, assessorando o Presidente da República nessa questão, sejam entendidas pelo que chamamos de maioria silenciosa nas universidades.

Acredito na existência de uma maioria silenciosa nas universidades que não vai às assembleias, que não faz gritarias, mas que está voltada para o interesse da pesquisa, do ensino e sobretudo da população. Se V. Ex. olhar as várias escolhas que temos feito verá que elas refletem esse tipo de preocupação.

Temos devolvido listas, e devolverei quantas vezes forem necessárias e escolherei de acordo com os critérios de competência e de dedicação. Esse negócio de maiorias eventuais não é o que a lei prevê e, portanto, usarei a lei.

Acredito que por aí, nobre Senador, melhoraremos a qualidade dos reitores e a responsabilidade do corpo interno, em primeiro lugar. Em segundo lugar, preciso de dois instrumentos que dependam do Congresso Nacional. Um é mais complicado porque é a reforma constitucional. No fundo, é a regulamentação do art. 207 da Constituição, que atribui às universidades autonomia.

A rigor, essa redefinição da autonomia, dando aos reitores um bloco de recursos, tirando os funcionários das universidades do que considero um casão realmente, que é o Regime Jurídico Único, dando autonomia para as universidades para estabelecer o seu regime próprio poderia ter sido apresentado como legislação ordinária. Não foi apresentado como legislação ordinária porque, no momento, o Governo estava mandando um conjunto de medidas, e o Congresso foi incluído.

Se não houver uma decisão de parte do Congresso sobre a questão das emendas constitucionais nós encaminharemos como uma lei ordinária, porque aí, Senador, essas questões imediatamente começam a se ajustar.

Como reitor da Universidade de São Paulo, fiz um esforço enorme para melhorar aquela universidade. Havia um curso nas condições que V. Ex. falou, em que tinham 3 alunos, mais professores do que alunos no curso. O curso, que é de 4 anos, tinha que ter 20 professores, porque são várias disciplinas e os alunos eram em número de 7, tinha curso diurno e curso noturno.

V. Ex. não imagina, nobre Senador, como foi difícil extinguir o curso noturno, porque tinham todos no mesmo curso. Isso, para um reitor que tem que gerir os seus próprios recursos vai acordar logo para esse problema. Eu preciso dessa legislação. Essa é a primeira.

A segunda é mais imediata. Na Lei de Diretrizes Orçamentárias e na Proposta Orçamentária do ano que vem, que ainda vão ser apreciadas pelo Congresso, estamos negociando, com a área econômica e com os reitores a introdução de emendas que vão permitir uma maior flexibilidade de uso dos recursos, para escaparmos da camisa-de-força do Departamento de Orçamento da União e aí creio que os Deputados e Senadores poderão efetivamente nos ajudar. Obrigado.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Concedo a palavra ao nobre Senador Almir Gabriel.

O SR. ALMIR GABRIEL - Sr. Ministro, gostaria de iniciar parabenizando a síntese que V. Ex. apresentou como mostra da situação do ensino universitário brasileiro.

Para efeito do meu raciocínio, gostaria apenas de tirar uma dúvida entre a primeira, segunda ou terceira transparência, em que, na primeira, aparece, em 1990, a importância equivalente a 5,2 bilhões de dólares como gastos da União, e na terceira transparência, aquela que é datilografada, que ainda não aparece bem, os gastos chegam a 6 bilhões.

Não tenho bem clareza se na segunda transparência ou terceira apresenta ou entra algum outro recurso, já que na primeira está escrito. "Despêndios com o Setor Educação?"

Gostaria de dirimir essa dúvida, antes de seguir no meu raciocínio.

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Sr. Senador, como mostra uma das tabelas, a diferença deve ser o Finsocial. Acredito que o Finsocial não foi incluído porque não são despesas de educação, são despesas de assistência de atividade...

O SR. ALMIR GABRIEL - Então, corresponde a 800 milhões de dólares, que seria essa diferença. Um segundo ponto que eu gostaria de colocar, não é uma pergunta, é o seguinte: pelo número de alunos que foi apresentado por V. Ex., na verdade a universidade brasileira, se tivesse como parâmetro Americano, bastaria ter 25 mil professores, e entre os servidores não mais 90 mil, mas apenas 40 a 50 mil servidores, pelos dados fornecidos por V. Ex. e comparados com a universidade americana.

Gostaria de saber, desse total de três bilhões de dólares, quanto é o gasto com pessoal e se neste gasto com pessoal já está incluído pessoal inativo e pensionista de que certa forma mantém ligação com o próprio Ministério da Educação.

O SR. JOSÉ GOLDBERG - A resposta é a seguinte, Sr. Senador a nossa folha de pagamento é, aproximadamente, de 200 milhões de dólares por mês, incluindo os inativos. Ou seja, são 800 dos três bilhões de dólares. Este é com pessoal. Os 200 restantes não são para outros custeios, mas é que há outras despesas para outros custeios, e acaba indo 10%, aproximadamente.

O SR. ALMIR GABRIEL - A terceira questão que eu gostaria de fazer é qual é o número de alunos saindo a cada ano, da universidade brasileira?

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Sr. Senador, a resposta a esta pergunta é terrível, 50%, dos ingressantes, saem 50%. A evasão que tem no ensino

fundamental, que tem sido objeto de outras conversas com o Senador João Calmon, é muito grande, mas a da universidade é de, aproximadamente, 50%. Não é mais alta, mas ainda assim é muito elevada.

O SR. ALMIR GABRIEL - Esse é o produto final da universidade. Quer dizer a relação professor/aluno, no meu entender, é insuficiente para análise. Porque pode se ter muito aluno e não formar nenhum. Então, o produto final da universidade é o aluno sair profissional formado.

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Este ingrediente entra naquele número chamado número ideal. Em primeiro lugar, as universidades brasileiras poderiam ter o dobro dos alunos que tem e poderia sair o dobro do que sai. E aí, Senador, eu acho que a discussão de mais recursos para a educação é mais difícil do que a discussão que nós estamos tendo. Para se conseguir mais recursos, vai ter que ser feito as custas de alguém, e melhorar a essência das universidades está ao nosso alcance.

O SR. ALMIR GABRIEL - Neste aspecto, eu gostaria de fazer uma colocação que tem a ver com uma afirmação do Senador João Calmon. Pelo custo de um aluno da universidade da Alemanha, o Brasil precisaria, para o número

total de alunos hoje, 1,8 bilhão de dólares, e está três. Se fosse pelo custo da Universidade de Quebec, seria 1,2 bilhão de dólares, e gasta três. Se fosse pelo custo da Universidade de São Paulo, seriam 1 bilhão e 500 milhões, e gasta três. Então, a questão não é a quantidade de recursos. Existe uma questão muito mais dramática e seria que eu nem pretendo que se retire da educação, já que se podem criar universidades ou escolas em áreas interiores do País, como o próprio Senador Júlio Campos o colocou, não se trata de retirar, mas se trata de repensar se esse 1 bilhão e 800 milhões a mais, ou 1 bilhão e 200 milhões a mais realmente estão tendo uma destinação adequada.

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Senador, V. Ex. tem inteira razão. A maneira pela qual nós estamos tentando orientar a situação, para, sem as duas leis que eu mencionei aqui, - a reforma da Constituição, ou equivalente, e a flexibilidade no orçamento - nós estamos tentando fazer com a Universidade de Brasília. V. Ex. deve ter reparado que a Universidade de Brasília não tem cursos noturnos, o que me parece uma distorção completa, porque ali na W-3 há uma quantidade imensa de escolas que funcionam à noite, e quem passa por ali às 11 horas da noite vê que estão cheias de alunos, e por que a Universidade de Brasília, essa é pública, não tem cursos noturnos? Nós negociamos com o reitor e com o Governo do Distrito Federal e, efetivamente, a partir do 1º semestre a Universidade de Brasília vai começar a oferecer cursos noturnos. É evidente que quando a discussão começou, eu vou me permitir revelar isto aqui a discussão é clara! Nos cursos noturnos nós precisamos de "X" professores, "Y" funcionários, e mais outras coisas. Fizemos uma negociação duríssima com o reitor e, finalmente, vários cursos noturnos vão ser estabelecidos, com o corpo atual, com o mínimo de modificações. Ou seja, eu saí da discussão convencido de que a otimização é possível.

O SR. ALMIR GABRIEL - Uma outra colocação que gostaria de fazer, Ministro, é que, na verdade, toda vez que fazemos um tratamento conjunto acaba havendo uma distorção bastante grande. E acho que no mesmo saco da questão universitária estão sendo postas universidades que estão próximas de uma situação difícil. Alguma situação de eficiência adequada e outras que estão bastante distantes disso. Acho que o Parlamento precisará saber. O Parlamento brasileiro precisa saber quais são as universidades que estão num índice de eficiência adequada a aquelas que não estão.

Falo isso em função do seguinte: quando fui Relator-Geral do Orçamento, em 1988 para 1989, houve, nas negociações, uma sobra de dinheiro que era possível colocar nas universidades e foi do meu interesse alocar em universidades do Acre, do Pará, do Piauí, do Mato Grosso, enfim, naquelas universidades que tinham menor capacidade de ligação com a própria sociedade local. Recebi uma manifestação dos reitores dizendo que esse era o único acordo que existia, acordo este que estipulava que qualquer que fosse o recurso destinado à universidade teria que seguir uma tabela percentual determinada. De maneira que acabei não fazendo o que chamaria de diminuir as distorções. O recurso foi mesmo para a universidade, mas foi dividido pelo bolo geral, o que significou praticamente nada para todas, quando poderia realmente reforçar a situação daquelas que precisariam de um apoio mais significativo.

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Senador, conheço bem essa questão. O Deputado Eraldo Tinoco foi Relator dessa parte do Orçamento, agora na última vez, e já tentamos corrigir isso um pouco. O Deputado Eraldo Tinoco conhece a receita, espero que S. Ex. seja o Relator de novo e V. Ex. também.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Não estou mais na Comissão de Orçamento.

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Senador, há uma solução simplíssima que o Congresso pode fazer com uma pena: colocar o dinheiro na Secretaria Nacional de Ensino Superior, porque ela aloca, dependendo do mérito. Isso foi o que fizemos, em parte.

O SR. ALMIR GABRIEL - Sr. Ministro, acho que uma solução, também, seria colocar um valor estimado, de acordo com o número de alunos - alunos existentes e alunos saídos -, a fim de que tenhamos uma equação que possa ser mais justa para atender, inclusive, às necessidades de cada uma das universidades do Estado. Seria uma solução que se poderia pensar e não apenas seguir o caminho histórico que as universidades têm tido. Sobre tudo levando em conta um outro aspecto, que considero extremamente grave, Ministro, é que na hora de mandar fazer cursos fora, especializações, na área de Ciência e Tecnologia, no ensino, o que se nota é que as universidades no Norte e do Nordeste são penalizadas quando colocadas, de maneira proporcional, com as universidades do Sul, Sudeste. As do Nordeste já têm uma situação de equilíbrio razoável, mas as do Norte e do Centro-Oeste têm um atraso brutal em relação a todas essas outras.

Por fim, Ministro, eu diria que, na verdade, a situação de crise que um país vive até romper a sua constituição e fazer uma nova é uma situação do qual não podemos nos afastar, como uma situação de realidade.

A segunda é que o Brasil, infelizmente, não teve nos seus dois últimos Presidentes pessoas que conduzissem o pacto social necessário. Eu tenho certeza e tenho esperança de que V. Ex., como o Ministro da Saúde também, Dr. Adib Jatene, tem condições, dentro da área da Educação e da

Saúde, respectivamente, de certa forma substituir as próprios Presidentes com vistas a conseguir que a universidade possa fazer uma autocrítica e possa realmente caminhar para um novo tempo neste País. Os dados de que dispomos, relativos à nossa população até o ano 2010, indicam o Brasil numa situação de excepcional posição. O Brasil terá a melhor distribuição etária até o ano 2000, em todo o mundo. Teremos 192 milhões de habitantes, sendo que: 50 milhões com menos de 14 anos; 130 milhões entre 15 e 64 anos; e 12 milhões de pessoas com mais de 65 anos de idade.

Então, teremos diante de nós uma oportunidade excepcional e a universidade deve cumprir um papel da maior importância, da maior significação, ajudando a pensar a nova sociedade brasileira.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Como as indagações já foram respondidas, passo a palavra ao Deputado João Faustino.

O SR. JOÃO FAUSTINO — Sr. Presidente, Sr. Relator, Srs. Senadores, Srs. Deputados, Sr. Ministro: — desejo, inicialmente, congratular-me com V. Ex., Sr. Ministro, pela colaboração que presta aos trabalhos desta Comissão no dia de hoje.

Esta Comissão foi constituída num momento de crise aguda na instituição universitária brasileira. Praticamente estavam paralisadas todas as universidades do País, salários avariados; professores buscando a alternativa da aposentadoria precoce ou sendo receptivos aos acenos da iniciativa privada; laboratórios obsoletos; inexistência de incentivos à pesquisa; enfim, a universidade vivendo um dos momentos mais difíceis da sua história.

Foi nessa conjuntura que o Congresso Nacional decidiu criar a CPI que investigaria em profundidade a crise na universidade brasileira.

Sr. Ministro, sou daqueles que acreditam que a universidade prestou e vem prestando um dos mais significativos e relevantes serviços à vida deste País e se tivemos alguns avanços na área da medicina, especificamente dos transplantes, da biociência, da informática, da arquitetura e tantos outros setores, esses avanços se devem, inquestionavelmente, à universidade e ao ensino superior. Aqui, nos nossos hospitais, não estão profissionais estrangeiros, vindos de outras universidades, para efetuar as cirurgias mais delicadas e mais avançadas do mundo. Estão os nossos profissionais, que saíram das nossas universidades e se habilitaram a cursos de especialização fora e retornaram a colocar os seus conhecimentos a serviço do País.

Portanto, a universidade, inquestionavelmente, prestou e vem prestando significativos serviços à Nação. Todavia, Sr. Ministro, estamos diante de uma crise grave que precisa ser aprofundada, discutida, analisada. Crise essa que exige a elaboração de alternativas, de posicionamentos firmes, decisivos, de um pacto até entre comunidade universitária, Poder Executivo, sociedade como um todo, para que possamos descobrir os caminhos, as alternativas para a universidade brasileira, porque sem isso, Sr. Ministro, sem dúvida, a grande sacrificada será a Nação e o povo brasileiro.

Eu teria algumas indagações a formular a V. Ex.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — V. Ex.ª tem mais um minuto.

O SR. JOÃO FAUSTINO — Na interpelação do Senador Almir Gabriel, V. Ex.ª apresentou o número de 200 milhões de dólares com despesas de pessoal. Perguntaria qual o percentual, qual o valor desse total com inativos e com a manutenção de hospitais, museus e outros órgãos que existem na estrutura da universidade brasileira e que são mantidos com esses recursos. Esta é a primeira indagação.

A segunda indagação é sobre a avaliação que V. Ex.ª faz da Lei nº 5.540, que instituiu o sistema departamental, a matrícula por disciplina e que fechou a universidade nessa camisa-de-força de ensino, pesquisa e extensão.

Eu queria, portanto, o posicionamento de V. Ex.ª, agradecendo, por antecipação, a colaboração.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Obrigado.
Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG — Deputado, esses 200 milhões de dólares que são pagos ao pessoal se distribuem, aproximadamente, da seguinte maneira: cerca de 20% vão para inativos e essa conta está aumentando muito por causa do problema das aposentadorias precoces; do resto, aproximadamente, 10% vai para outras coisas que não sala de aula mesmo, escola mesmo, tipo de museus, hospitais etc.; o restante, então, vai para funcionários e professores, sendo que a folha se divide aproximadamente na metade — metade para professores e metade para funcionários. Temos aproximadamente 100 mil funcionários e 50 mil professores, aproximadamente.

Essa é a resposta, Sr. Deputado.

Em relação à Lei nº 5.540, acho que ele foi um fator de progresso dentro das universidades, porque quebrou o sistema de cátedras. É verdade que as cátedras não eram tão horríveis como eram pintadas antigamente e as pessoas, digamos, se deixaram levar pela imagem de que a cátedra era a causa dos problemas da universidade, o que não era verdade. Mas o sistema departamental mostrou-se bastante útil em muitos casos. Ele é mais democrático e permite a ascensão de pessoas, quer dizer, ela não fecha o topo da pirâmide. No sistema departamental há, digamos, uma maior facilidade de acesso.

O Senador João Calmon está me informando aqui que esta Comissão foi constituída por sua iniciativa, o que acho extremamente meritório, Sr. Deputado. Agora, vou tomar a liberdade de fazer uma sugestão: que esta Comissão, ao fazer seu relatório, efetivamente tente fazer um relatório balanceado, porque houve outras comissões dirigidas a problemas parecidos com esse, como, por exemplo, o das instituições de pesquisa, que acabaram fazendo um relatório muito desbalanceado.

Esta Comissão, estou vendo pelas inquietações dos Senadores e dos Deputados, claramente está identificando um problema, em que estamos encontrando um organismo que apresenta sinais de anomalia por duas razões: primeiro, porque tem alguém de fora perturbando a vida do sistema, não dando suficiente comida etc., e, por outro lado, um problema de anomalia interna, que levou a essas distorções enormes, com muito mais funcionário do que precisa, cursos que não precisa e por aí fora. Esse problema precisa ser enfrentado de frente. Não é possível que uma Comissão Parlamentar de Inquérito, do nível desta Comissão, acabe seguindo o caminho fácil que essa outra comissão seguiu: a culpa é do Governo, e precisa por mais

dinheiro etc. É preciso por mais dinheiro em tudo, meus amigos. E preciso um pouco de autocrítica.

O que acho que está faltando agora, basicamente, na universidade, é uma componente forte de autocrítica. Nós estamos enfrentando, agora, no momento, reclamações de diversos setores, de funcionários, de professores. Deputado, tentei entender a pauta de reivindicações contra o projeto da Deputada Rita Camata. Esse projeto não é um projeto do Executivo, é um projeto de uma Deputada, de um membro do Congresso Nacional, vai ter de passar pelo Senado. Ele é Oposição, ainda por cima. O Governo nem se manifestou sobre ele. Então, eles estavam propondo entrar em greve contra o projeto da Rita Camata.

Depois, pela isonomia salarial imediata. Bom, a isonomia salarial está sendo objeto de um projeto de lei. É um longo processo, não é um negócio que vai lá na caixa pagadora buscar o dinheiro. E, ainda contra a autonomia das universidades, ainda por cima.

Como é possível que alguém de dentro de uma universidade brasileira se lance contra a regulamentação da autonomia, que se conquistou juramentada, na universidade? Quer dizer, é preciso fazê-lo ponderar de que a Nação inteira também tem outras reivindicações que precisam ser balanceadas. De modo que é o problema do doente: é preciso dizer muito bem o que o médico pode fazer pelo doente — seguramente há médicos no auditório, mas é preciso perguntar o que o doente pode fazer por ele mesmo, também. Porque ele pode fazer e pode fazer muito.

A meu ver, espero que o ex-Ministro da Educação concorde comigo. (Risos.)

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Passo a palavra ao Deputado Sólton Borges dos Reis.

O SR. SÓLTON BORGES DOS REIS — Sr. Ministro, temos trabalhado nesta Comissão, não apenas hoje, quando V. Ex.ª está aqui, honrando-nos e trazendo a contribuição lúcida, objetiva do seu conhecimento específico e da sua cultura geral, mas todas as semanas debruçados sobre essa questão da crise da universidade.

Tenho, pessoalmente, um levantamento, à disposição dos interessados, demonstrando, com documentação, desde a Proclamação da Independência, até hoje, que todas as gerações neste País queixaram-se da escola de seu tempo em comparação com a escola anterior. E tenho também um levantamento, à disposição dos interessados, mostrando que a crise atribuída à educação no Brasil é um fenômeno universal hoje. Em toda parte, há crise da escola. Mas não há dúvida de que a universidade está incluída nessa crise geral, que não é apenas da área da educação, mas é também da área da educação.

Para mim, Sr. Ministro, que um povo só tem a escola que pode ter e não a que quer. Caso contrário, a "Basutolândia" já teria decretado a solução de todos os seus problemas educacionais e de outra ordem.

Cabe, então, a pergunta: nós, no Brasil, temos a universidade que podemos, ou podemos ter uma universidade melhor? Tenho para mim que nós

podemos ter uma universidade melhor, desde que se gaste mais, mas não apenas mais, se gaste melhor o que se gasta, para que se possa exigir mais, porque, sem mais recursos, não é possível exigir tanto quanto convém que se exija, tanto do professor como do aluno e da instituição em geral.

Quanto a isso, o Congresso, o Legislativo em geral, sempre tem dado recursos, não só para gastar mais como para gastar melhor. Já a Constituição de 34 previa a destinação de recursos para manter o ensino — a de 46 e a de 57 eliminaram. Quando o Executivo governa sozinho, acaba a obrigação. Depois, veio o Legislativo em 1946 e, então, restabeleceu-se o princípio dos constituintes. Em 1934, ampliando-se e definindo melhor a destinação, mas, depois, veio a Constituição de 1967, o sistema militar governando sozinho, e, então, eliminou-se a obrigação. Agora, vem a Emenda Calmon que abriu para o Senador João Calmon um espaço na história da educação deste País, porque a sua luta é conhecida, respeitada, admirada e merece a gratidão de todos.

Temos, aí, a Constituinte de 1987, da qual tive a honra de ser um dos relatores na redação final e que, também, manteve e ampliou, por concurso do próprio Senador João Calmon, essa exigência de 18% e 25%, pelo menos para a manutenção e desenvolvimento do ensino. Não é para a educação, em geral, nem para a cultura, nem para o lazer nem para a recreação. Tudo isso é importante, mas não é o texto constitucional. O Congresso, sempre que pôde, deu recursos. Para que se faça uma aplicação controlada, disciplinada e objetiva, a lei diz como gastar. E a nossa CPI — se V. Ex.ª não conhece, eu passarei às mãos de V. Ex.ª o nosso Relatório — define a aplicação desses recursos nos Estados — São Paulo, 30%, outros 35%. O dilema dos povos em desenvolvimento é que tudo é urgente, é prioritário, é necessário; a população em idade escolar é maior, a força de trabalho é menor. Isto é uma condição da nossa evolução econômica e demográfica.

Quero fazer uma pergunta a V. Ex.ª, mas antes farei umas considerações a respeito de perguntas que foram dirigidas a V. Ex.ª sobre a transferência, a que se referiu o Senador João Calmon, eu penso que o Senador foi informado e se prende à transferência, em tese, dos recursos que a União tem a obrigação de passar para os Estados, em função da legislação e do sistema tributário brasileiro, o percentual que cabe ficar. Isto, realmente, é um problema e o salário-educação também, já foi problema.

Quanto à chamada aposentadoria precoce, foi, também, uma contribuição do Legislativo. Quando a Constituição de 46 previa a aposentadoria aos 25 anos, ela tinha outras perspectivas que eu não vou analisar agora, mas que é uma coisa muito importante que precisaria ser estudada.

Quanto à evasão: O percentual de evasão é uma realidade, mas o ponto de referência, oito anos de escolaridade mínima, é incompetível com a realidade do Brasil. Quando eu fui, pela primeira vez, convidado pelo governo soviético, conhecer o ensino na Rússia, encontrei aquele país estudando a viabilidade de aumentar um ano de escolaridade; e quando voltei, muitos anos depois, numa segunda viagem, não havia sido adotado um ano a mais. E a 56/92 num passe de mágica, diz que, agora, não são quatro anos de ensino básico, são oito, sem pensar em pessoal, sem pensar em recursos. Por decreto, não se resolve nada. Então, existe a evasão, mas, agora, parece que piorou, porque muda o termo de referência; o Primeiro Grau são oito anos.

Aplaudindo e agradecendo V. Ex.ª pelo depoimento, eu gostaria de saber a sua opinião sobre os fins da universidade. Universidade para quê? Se os fins da universidade são a produção do conhecimento, através da pesquisa, a difusão e multiplicação desse conhecimento, através do ensino, e a aplicação prática a serviço da comunidade, como se faz em muitas universidades — em São Paulo, sei que universidades como a Unicamp e a USP

fazem muito, levam à comunidade a que servem muito da sua conquista científica. A universidade tem cumprido, tanto quanto possível, dentro das limitações financeiras e outras, dos vícios da estrutura política e governamental brasileira, as suas finalidades? A universidade tem conseguido produzir conhecimento através da pesquisa? Tem conseguido levar esse conhecimento a todos, através do ensino e tem levado os frutos desse conhecimento, isto é, a aplicação prática da ciência, a técnica, à comunidade? Esta é a única pergunta que faço.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG - Sr. Deputado, vou responder rapidamente. No Brasil existem 34 universidades. Elas são muito heterogêneas, como citei aqui. Eu diria que um certo número dessas universidades - é um pouco difícil de se avaliar -, a metade dessas universidades foi criada de baixo para cima, isto é, foram criadas como respostas às necessidades claramente estabelecidas da sociedade. E essas cumprem o seu papel de ensino, pesquisa e prestação de serviços à comunidade. Quais são essas universidades? Eu vou dar alguns exemplos porque, é claro, não é possível classificá-las em dois blocos só. Há uma região cinza. As universidades mais antigas do Brasil, claramente, cumpriram esse papel - a Universidade de São Paulo, que é a mais antiga; a Universidade Federal do Rio de Janeiro, que, mais recentemente, sofreu muitas distorções, também desempenhou um papel importante, além da Universidade Federal de Minas Gerais e várias outras.

Agora, certas universidades no Brasil foram criadas de cima para baixo e não de baixo para cima, atendendo a decisões de caráter momentâneo. Em tese, seria em nome da comunidade - em tese -, mas foram criadas de cima para baixo, foram criadas por lei. Frequentemente, a própria comunidade nem estava muito ligada nelas. O Estado do Rio Grande do Sul com 4 universidades federais; Minas Gerais, creio, tem sete universidades.

O SR. RELATOR (João Calmon) - São Paulo tem uma federal e uma escola isolada.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG - São Paulo só tem uma universidade federal.

Eu acho que houve muita liberalidade na criação de universidades, não que o povo brasileiro não precise de educação. Tanto precisa de educação que foram criadas inúmeras universidades particulares. Mas as universidades que custam caro, por aluno, não são as particulares, porque as particulares pegaram um nicho fácil - são cursos de Economia, Pedagogia, História, Geografia etc. Os cursos pesados cabem mesmo ao Governo Federal, com cursos de Engenharia, Medicina etc. Eu acredito que várias dessas universidades não precisariam ter sido criadas ou poderia ter sido adiadas.

Cada vez que se cria um Estado no Brasil - e não quero fugir à pergunta, sei que é uma pergunta delicada e os Senadores desses Estados, seguramente, vão ficar descontentes -, esses territórios que foram transformados em Estados poderiam ter esperado um pouco até a criação de suas universidades. Eu não vejo no que é respondida uma aspiração local e, portanto, isto vai aumentando, é claro, os custos. Eu acho que, daqui para a frente, a criação de novas universidades e novas escolas técnicas, em suma, novos encargos para o Governo Federal, têm que ser examinados criticamente.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Obrigado, Sr. Ministro. Concedo a palavra à nobre Senadora Marluce Pinto.

A SRA. MARLUCE PINTO - Sr. Presidente, Sr. Ministro, nobres Senadores, Sr. visitantes: primeiramente, quero parabenizar o nosso Ministro pela bela exposição.

Há no Congresso, Sr. Ministro, uma Comissão estudando exatamente os desequilíbrios regionais.

V. Ex.^a citou, aqui, que 80% dos professores americanos terem cursos de pós-graduação no Brasil, a média é de 15% e São Paulo, o Estado mais rico, 60%, é o Estado que tem as universidades mais antigas do País.

Há no Congresso, Sr. Ministro, uma Comissão estudando exatamente os desequilíbrios regionais. Por causa dessas distorções regionais, sempre que as verbas são rateadas, os Estados do Norte recebem menos por terem uma população menor, mas Roraima recebe imigrantes de todos os Estados do Brasil, até mesmo de São Paulo. Dessa maneira, nunca poderemos contornar os problemas existentes como, por exemplo, o ensino básico.

Temos o caso da FAE. Talvez em decorrência da distância de Roraima aos grandes centros, nós levamos uma desvantagem muito grande. No caso da merenda escolar. No primeiro bimestre, recebemos da área federal apenas 15% e no segundo bimestre, zero.

Quanto ao FPE, até hoje recebemos como se tivéssemos uma população de 120 mil habitantes, porque ficamos 10 anos, no Brasil, sem ter recenseamento. E agora, este ano, fizeram um levantamento dando como resultado apenas 220 mil habitantes, quando, na verdade, temos muito mais. Tudo isso por conta de um recenseamento mal feito, porque os recenseadores não foram às localidades distantes.

Mas, Sr. Ministro, sabemos que o problema maior do nosso País é exatamente a educação do nosso povo. Roraima precisaria ter, não digo um tratamento privilegiado, mas ao menos se levasse em consideração a sua renda per-capita e a distância do centro do País; que não tivéssemos o rateio baseado no número de habitantes, mas nas dificuldades de um Estado que está se estruturando e que não recebe por parte do Governo Federal, nenhuma verba extra.

Eu tenho um projeto de regionalização da merenda escolar porque, além de recebermos uma participação mínima, como já disse antes, em decorrência da distância, a maior parte da mercadoria já chega vendida. Muitas e muitas vezes tem servido para ração, porque o leite chega vendido, assim como os biscoitos chegam estragados. Então, se essa regionalização fosse aceita diminuiriam bastante os custos com o transporte. O transporte, hoje, para Roraima, em relação à merenda escolar, tem um valor bem maior do que a mercadoria em si, que chega nas escolas. E veja a distorção: sai daqui para Roraima e vai para a Capital, Boa Vista. Depois de chegar em Boa Vista, a Secretaria de Educação, através da FAE, distribui, retornando a mercadoria pela BR-174.

Então, tudo isso é tão difícil que temos, por obrigação, levar ao conhecimento das autoridades competentes as dificuldades regionais, por que muitas vezes o próprio Ministro não conhece a região. Não sei se V. Ex.^a conhece Roraima.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Peço a V. Ex.^a que conclua o seu pronunciamento.

A SRA. MARLUCE PINTO - Peço a V. Ex.^a apenas um minuto, porque se não aproveitarmos essa oportunidade...

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Peço a compreensão de V. Ex.^a porque ainda há muitos inscritos, e a hora já vai bastante avançada.

A SRA. MARLUCE PINTO - Com relação às universidades, já que 15% é a média brasileira, se V. Ex.^a fizer um levantamento da média na região Norte verificará os que os professores das nossas universidades, nem 5% tem doutorado.

É uma cooperação que damos para o Sr. Ministro, a fim de que essas distorções, pelo menos num futuro muito próximo, sejam corrigidas.

Gostaria que V. Ex.^a me explicasse como poderá ser resolvido esse problema tão sério da região Norte.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Com a palavra o Sr. Ministro.

O SR. JOSÉ GOLDEMBERG - Minha cara Senadora, estamos perfeitamente conscientes de que existe uma diferença muito grande entre as regiões Norte, Nordeste e Sul. Temos programas especiais para isso.

Por exemplo, a CAPS, que é o órgão do Ministério da Educação que dá bolsas de estudo, tanto dentro do Brasil como no exterior, tem cotas especiais para o Norte. Esse privilégio existe. Vou dar um exemplo a V. Ex.^a: metade dos estudantes de pós-graduação da Universidade de São Paulo, são de outras regiões do País. É fácil para um professor da Universidade do Amapá ir fazer a sua pós-graduação na Universidade de São Paulo. O que há é que não retornam, ou, então, o reitor, os diretores, não são suficientemente enérgicos em encorajar a pessoa a efetivamente especializar-se.

O que há nas universidades - estava dizendo ao Deputado João Faustino e ao Senador Júlio Campos - é uma acomodação grande, também. Não há país que vá para a frente se as pessoas não forem ambiciosas e quiserem progredir. Não há como o Governo Federal chicotear esse pessoal e fazê-los progredir. É que, às vezes, eles não querem progredir mesmo. Estão lá, satisfeitos, têm seus sítios. É uma coisa que me impressiona muito a quantidade de professor universitário que tem sítio. É anedótico isso, não?

Então, mandar esse pessoal para o exterior, ter pessoas ambiciosas é algo importante, efetivamente. Não podemos despertar a ambição nas pessoas que estão no Amapá. Mas, que existem mecanismos que privilegiam essas regiões, existem, e estão à disposição. Em relação à FAE, ao contrário de responder a V. Ex.^a, vou mandar que o Presidente da FAE procure V. Ex.^a para dar-lhe todas as informações.

A merenda escolar está sendo regionalizada fortemente. Nós agora não compramos mais em Brasília, de modo geral, porque queremos, justamente, evitar o turismo de alimentos. E a Secretaria de Educação precisa, efetivamente, ser dinâmica.

Mas a melhor maneira de responder, Sr. Senadora, será enviando o Presidente da FAE para que converse com V. Ex.^a, porque podem ocorrer, efetivamente, distorções das quais o Ministro não está informado.

A SRA. MARLUCE PINTO - Muito obrigada.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Com a palavra o Deputado Raul Pont.

O SR. RAUL PONT - Sr. Presidente, Sr. Relator, Sr. Ministro da Educação. Eu vou abster-me de fazer um comentário sobre os gráficos e números apresentados, porque esses gráficos necessitam de um aprofundamento maior para uma análise mais minuciosa.

É extremamente difícil trabalhar com médias, com picos e pisos em relação a estas informações, porque as distorções às vezes existem e podem ser grandes. Por outro lado, elas também revelam, às vezes, muito mais um frisson, as pessoas são chocadas com alguns números, mas que, se forem traduzidos para a realidade, nem sempre conferem exatamente com o pico do gráfico ou as médias estabelecidas. Só para citar um exemplo, essa semana, um professor universitário mostrou-me o seu contracheque, com 20 horas Universidade Federal. Não alcança 300 mil cruzeiros, um professor com 20 horas, sem titulação. Então, um salário, portanto, muito abaixo da média citada de 700 dólares.

Mas, quero pegar apenas quatro pontos que me parecem ser muito mais importantes e oportunos com a vinda do Ministro, que são as questões centrais que esta Comissão deve abordar. Está aqui no Congresso uma emenda constitucional que aponta para uma reforma imediata na universidade, que poderia resolver parte desse problema.

Em primeiro lugar, gostaria de saber qual é o pensamento do Governo sobre o que seria esse Regime Jurídico Próprio, já que não há nenhuma discriminação na justificativa ou no projeto do que é esse Regime Jurídico Próprio. Se é próprio, certamente não será uma autarquia, não será uma fundação, o que será, efetivamente, este Regime Jurídico Próprio?

Segundo, a forma de garantir autonomia seria através de parcelas fixas que as universidades teriam em cima do orçamento voltado para a educação. Esta não é exatamente a fórmula que foi alardeada como uma alternativa, no caso das universidades públicas de São Paulo, onde há uma indexação, há um imposto. Parece-me que isso é completamente distinto - indexação de imposto. É muito diferente de nos contentarmos - ao menos é a minha dúvida - desta generalidade de parcelas fixas de um orçamento. Porque esse orçamento tem limites constitucionais. Mas, sabemos que é muito mais fácil não cumprí-los e todos os outros reitores que aqui estiveram foram unânimes em dizer que o ano passado o contingenciamento que sofreram girou entre 65 a 70%, esses depósitos estão gravados aqui na Comissão. E sabemos que o orçamento, no global, não sofreu exatamente esse tipo de contingenciamento. Portanto, no caso das universidades houve uma perda real de recursos originalmente previstos e aqueles que foram cumpridos.

Então, a segunda dúvida que tenho é essa: o que é essa parcela fixa? Ela está indexada aqui apenas a um orçamento? No caso das universidades também diz isso o projeto, arcar com os inativos? O próprio Ministro, na sua primeira intervenção, aumentou-nos a preocupação e a dúvida, porque afirmou que os encargos com os inativos vêm crescendo e tendem a crescer. Isto, até pela expectativa de vida do brasileiro, é natural que ocorra. Entendo que isto está agravado, foi muito agravado não tanto pela nova Constituição de 1988, mas exatamente pela ausência de uma política

previdenciária clara no País e pelas ameaças e pelas dúvidas que levaram aqui centenas, talvez até milhares de professores rapidamente procuraram cumprir — e não estou dizendo que estou de acordo com os 25 ou 30 anos, estou dizendo que a reação dos professores foi exatamente muito menos em função da nova Constituição e muito mais em função da dúvida sobre o que seria a nova política previdenciária para a universidade.

O SR. RELATOR (João Calmon) — A aposentadoria aos 25 anos é anterior à Constituição de 1988. A Constituição de 1988 consagrou apenas uma conquista anterior.

O SR. RAUL PONT — As dúvidas em relação ao Regime Jurídico Único também levaram a este processo, como também o aproveitamento, pelas condições da universidade. Conheço inúmeros casos de professores que se aposentaram, aproveitando essa situação da universidade federal, e foram trabalhar nas universidades particulares e, portanto, tendo mais um rendimento. Se a universidade tivesse talvez um pagamento ou uma remuneração um pouco melhor, teria mantido esse professor e ele iria requerer a sua aposentadoria preta, precoce, ou mesmo legal.

A outra questão, portanto, a dúvida que temos: as universidades vão arcar com os inativos? Isto me parece um verdadeiro "cavalo de Tróia", principalmente quando todos nós temos consciência de que é um recurso crescente. Parece-me que não se pode integrar nesse custo as universidades. O Estado deve criar uma política previdenciária que não transfira para a instituição o ônus dos seus inativos, porque eles deixaram de prestar serviço concreto para a educação.

Por fim, quero retomar o tema levantado pelo Senador João Calmon, concordando com S. Ex.^a e ilustrando com números do próprio Diário Oficial.

No Diário Oficial, do dia 30 de abril, temos o demonstrativo das despesas de manutenção e desenvolvimento do ensino.

Gestão: Tesouro Nacional.

Período: janeiro a março.

Receita arrecadada de impostos: 7 trilhões, 554 bilhões.

Transferências aos Estados, Distrito Federal e Municípios: 2 trilhões, 556 bilhões.

Receita líquida de impostos: 4 trilhões, 998 bilhões;

Despesa com manutenção do ensino: 601 bilhões.

Isso representa apenas dois terços do que deveria ter sido transferido ao longo desse período de acordo com a Constituição. Seiscentos e um são exatamente 12%, e não 18%, sobre a receita líquida de impostos, o que seria, pela lei, a base de cálculo para essas despesas.

Pode-se interpretar que poderá ocorrer uma complementação superior no segundo trimestre ou no terceiro e no fim do ano nós chegamos aos 18%. Mas esse artifício tem-se mostrado, tanto a nível federal, como estadual — os estados praticam muito isso — uma forma de realmente diminuir os recursos para a Educação, porque o processo inflacionário diminuiu, evidentemente, o poder de compra, mesmo que não afete a folha, afeta material, equipamentos, um automóvel, uma ambulância, um material qualquer que a universidade venha a comprar.

Gostaria de deixar essas questões em relação à APEC 56 e esses números que o próprio Diário Oficial nos oferece.

O SR. JOSÉ GOLDBERG — Sr. Deputado, V. Ex.^a poderia nos passar cópia desse documento, por favor, ou dizer exatamente a referência dele.

O SR. RAUL PONT — A referência é o Ministério da Economia — Departamento do Tesouro Nacional — Coordenação de Contabilidade.

O SR. JOSÉ GOLDBERG — Sr. Deputado, vou responder suas perguntas pela ordem.

Não sei se V. Ex.^a estava presente no começo da minha exposição, quando falei sobre os salários dos professores universitários. Eu estava dizendo que a carreira universitária é organizada e premia o mérito e a dedicação do professor. E o indivíduo que se forma, pura e simplesmente, que deve ser o caso da pessoa que lhe passou o holerite é claramente o do nível mais baixo dos professores, é de 20 horas e ele deve ser um graduado. E como eu lhe havia dito, se ele fizer doutorado, se ele fizer mestrado, doutorado, se ele progredir na carreira, que é o normal das pessoas — tanto que nos Estados Unidos 80% das pessoas que ensinam na universidade têm essa qualificação, e precisam tê-la, se é que a universidade é uma universidade que funcione — ele acaba ganhando mais de 10 vezes esse valor.

São os fatos. Não é possível se fazer uma discussão sobre salários de professores universitários, tomando como base o holerite do professor que ganha 300 mil cruzeiros. Esse é o professor do nível mais baixo da carreira. É isso! Essa é a resposta.

Agora, a média dos professores: V. Ex.^a pega o total que gastamos na folha de pagamento e divide pelo número de professores. É uma conta simples. V. Ex.^a poderá verificar que a média dos professores é de aproximadamente 700 dólares ou um pouco mais. Vai depender do dólar que se usa. Esse é um problema que sempre existe quando se trata de dados. Essa é a média. Entretanto, há um professor que ganha 300 mil cruzeiros? Há. Eles me procuram de vez em quando. Não pense V. Ex.^a que eu seja um Ministro invisível nas universidades. Eu aconselho esse professor a fazer mestrado, a pegar uma bolsa da CAPES, ir para São Carlos ou para um outro lugar.

De modo que essa é a resposta.

O SR. RAUL PONT — Ministro, não há nenhuma crítica, ao contrário, em relação à carreira. A minha referência é de que temos, no mesmo País, no mesmo Governo, distorções. Aqui, por exemplo, no Congresso Nacional, qualquer cargo de nível superior DAS 3, ou DAS 4 na Câmara, hoje recebe acima de 4,5 milhões, 5 milhões de cruzeiros.

O SR. JOSÉ GOLDBERG — É problema de isonomia.

O SR. RAUL PONT — Então, é nisso que temos que trabalhar, porque são distorções muito grandes. Não estou reclamando que esse professor não tenha o direito e as possibilidades de ascensão. Mas exigência que é cobrada de um e de outro no concurso e a remuneração que é dada são distorções brutais, e estamos no mesmo País, sob o mesmo Governo.

O SR. JOSÉ GOLDBERG — V. Ex.^a vai me desculpar, Deputado. Sem polemizar, esse é um problema de isonomia entre o Executivo e o Legislativo. Dentro do Executivo, os professores universitários são efetivamente uma

das categorias melhor remuneradas. Todas as categorias do Executivo são mal remuneradas.

Na comparação com o Executivo, como a liberdade de não me envolver. Mas, realmente, o que V. Ex.^a quer que eu faça? Pertencem ao Executivo, em que preciso comparar salários de um setor com o de outros.

Em relação aos 18%, como a liberdade de enviar-lhe depois, Deputado, dados que respondam à sua indagação.

No primeiro trimestre deste ano, passamos dos 18%, chegamos a 23%, é exatamente o contrário do que foi dito aqui. Infelizmente não estou com o meu assessor financeiro, mas comprometo-me a enviar explicações cabais a esta Comissão. No primeiro trimestre deste ano, recebemos 23% da arrecadação da União, descontado esse valor. Os 18% estão sendo religiosamente cumpridos.

A alegação feita pelos reitores das universidades federais que por aqui passaram de que, no ano passado, só receberam 60%, prende-se ao fato de que o Orçamento do ano passado era claramente superior às possibilidades do Executivo. Tudo foi contingenciado. Dizer que as universidades foram mais contingenciadas que outros setores é simplesmente incorreto. A palavra é esta: incorreto!

Hoje, no Orçamento de 1992, o único setor que não foi contingenciado — vejamos bem, até os CIAC foram contingenciados, e V. Ex.^a sabe do empenho do Executivo em tocar esse projeto.

O SR. RELATOR (João Calmon) — Os setores já estão protegidos por um artigo da Constituição que vincula quanto podem ser contingenciados.

O SR. JOSÉ GOLDBERG — Exatamente. Estão protegidos.

O SR. JOÃO CALMON — A educação não pode, porque ela tem os 18%.

O SR. JOSÉ GOLDBERG — Ela recebeu os 18%. É que a arrecadação do ano passado foi inferior ao Orçamento. É isso! Quer dizer, o Congresso Nacional aprovou um Orçamento — ainda mais com a inflação que existe aqui no Brasil, difícil de se prever — superior às possibilidades do Governo, a não ser que ele imprime recursos. E o Governo não imprime recursos.

A questão da parcela fixa, Deputado, e a questão dos inativos fazem-me recordar o que eu conversava com um amigo meu, que é Senador, que dizia: que posição maravilhosa é ser Senador da República, que pode fazer sugestões mais interessantes e que não podem ser implementadas.

O que V. Ex.^a quer que o Ministério da Educação faça para os seus inativos? V. Ex.^a quer que passemos os inativos para o Ministério da Saúde? Quer dizer, tirar os inativos do Orçamento — atualmente os inativos estão no Orçamento do Ministério da Educação — e passá-los para o Ministério da Saúde? São os cofres da União.

O setor universitário compete por recursos com outros setores: saúde, transporte, segurança etc.

Essa proposta de colocar os inativos fora da Educação parece-me curiosíssima, porque, se todo mundo fizer isso, onde iremos colocá-los? Então, esta é a minha resposta.

O SR. RAUL PONT — Mas os recursos que estão...

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) — Peço a compreensão do Deputado para o fato de que há outros inscritos, a fim de que possamos ouvir a todos.

O SR. JOSÉ GOLDBERG — A parcela fixa, no projeto encaminhado pelo Executivo, tinha uma incorreção na linguagem, que o Relator da emenda constitucional corrigiu. Não é uma parcela fixa, mas um percentual fixo. Quer dizer, a ideia da emenda que o Governo enviou para a Constituição é o bom senso.

Nos 18% ou nos 25%, ou no que seja, haverá uma alocação para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. Ou seja, dos 18% só para dar um exemplo, não é um número correto, 1% é para a Universidade Federal do Rio de Janeiro. A medida com que a receita da União cresce, o 1% cresce.

Não há outra maneira de se fazer, Deputado. A outra maneira de se fazer, que presinto em suas palavras, é que o setor universitário é privilegiado e vai se expandindo à medida com que as reivindicações internas façam com que ele se expanda. Isso não é possível.

V. Ex.^a quer colocar os inativos fora, quer assegurar recursos que não estão dentro do orçamento geral da União. Então, a solução é colocar um percentual: se o País crescer, a universidade cresce; mas, se o País não crescer, a universidade não deve crescer. Só a universidade tem direito de crescer neste País?

Finalmente, a questão do Regime Jurídico Único.

É claro que uma reforma constitucional será seguida de leis que a regulem. É o caso das autarquias e das empresas estatais. Agora, as universidades, saindo do Regime Jurídico Único, poderão estabelecer a sua escala de remuneração, ressalvados os direitos isso está colocado na emenda do Relator dos que preferirem ficar no Regime Jurídico Único. E se a emenda do Relator, ressalvados os direitos dos que preferirem ficar no Regime Jurídico Único. Isso a emenda constitucional preverá. Quem desejar ficar no Regime Jurídico Único fica. Agora, as universidades melhor geridas e sim, haverá universidades melhor geridas do que outras poderão, se acharem conveniente, pagar 4 mil dólares por um professor. Se o professor for de um nível muito elevado, se for um professor estrangeiro, ele receberá maior remuneração. Por que os salários de todos os professores universitários brasileiros têm que ser iguais? É uma ideia exatamente oposta ao critério de qualidade, e que acabou sepultando todo mundo, porque os salários ficaram baixos; acabou ficando no Regime Jurídico Único, que é muito simpático defender, porque é igual do Olapoque ao Chufi.

Na área de pesquisa científica e tecnológica não existe a democracia que existe em outras áreas. Fazer pesquisa em matemática, em química ou em engenharia não é a mesma coisa do que eleger um prefeito numa cidade de interior. É preciso uma qualificação especial, é preciso um tratamento especial. Não é possível aplicar as regras que são usadas para outras coisas, se não estaremos condenando como de fato estamos fazendo boa parte do sistema científico brasileiro à completa e total mediocridade. Agora, os critérios de qualidade precisam ter uma remuneração que reflita isso. É o que acontece em todos os países do mundo, até nos países da antiga União Soviética, que acabaram criando sistemas universitários completamente artificiais e afastados da sua realidade. É por isso, aliás, que eles ficaram tecnologicamente tão defasados.

De modo, Deputado, que, se há uma emenda progressista, vou tomar a liberdade, partindo do fato, em defesa dos interesses dos menos favoreci-

dos neste País. Se há uma emenda progressista neste País, é a emenda da autonomia universitária, porque ela dá maioridade à universidade e responsabilidade; ela cria condições de competitividade dentro da universidade. Para mim é realmente uma grande decepção ver companheiros que lutaram comigo a vida toda pela autonomia da universidade como a liberdade de não ser modesto, dizendo que é uma área em que contribui pessoalmente abandonarem a tese da autonomia universitária, em troca da defesa de interesses corporativistas. Acho que há nisso uma importância histórica. E através da maneira pela qual o Congresso Nacional vai apreciar essa emenda, veremos se, efetivamente, os partidos que lutaram contra o regime autoritário, por uma democracia maior e por uma melhoria das condições reais de vida do povo brasileiro, estarão à altura do momento histórico. Essa é uma tese histórica da universidade: a conquista da autonomia. No momento em que aparece um Ministro da Educação, que entende o que é autonomia que é um profissional, não um amador e que sabe dos mecanismos da autonomia e quer dar autonomias financeiras às universidades, vejo não o que chamamos de direita tradicional deste País, mas a esquerda tradicional deste País se colocar contra, por motivos que interprojeto como sendo corporativistas.

O SR. RAUL PONT - De onde vem a ideia de sermos contra a autonomia das universidades? Das dúvidas que estamos levantando?

O SR. JOSÉ GOLDBERG - São as dúvidas levantadas pelos seus companheiros.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Vou passar a palavra ao Senador Lourenberg Nunes Rocha, que é o próximo inscrito.

O SR. Lourenberg Nunes Rocha - Sr. Presidente da Comissão, Sr. Relator, Sr. Ministro!

Entre os efeitos perversos da inflação no Brasil, um dos mais graves está no problema da universidade. Evidentemente que V. Ex.^a é Ministro da Educação do Brasil, e não apenas da escola pública, e nem da universidade pública. A universidade pública no Brasil só atende hoje, sabemos, 25%. Estamos sofrendo, e acredito que todos os Parlamentares presentes, uma pressão imensa dos 75% que não conseguem mais pagar a universidade. As pessoas estão interrompendo a universidade; não há recurso. A faixa salarial diminuiu muito. O empobrecimento do País é muito grande. As pessoas não estão aguentando pagar. Esse caso do CEUB que já nos procurou na Comissão de Educação é apenas exemplo do que acontece no Brasil. As pessoas não aguentam mais pagar o reajustes os preços das mensalidades. As universidades particulares não têm culpa porque estão seguindo um parâmetro do Governo, que é a TR de cada mês. Ora, nenhuma atividade produtiva, a meu ver, no Brasil, consegue acompanhar e pagar a TR. Imagine-se estudantes pobres vão conseguir pagar universidades particulares.

Ainda hoje, eu estava em despacho com o Senhor Presidente da República e falava sobre isso. Sua Excelência me pedia que falasse com V. Ex.^a apontou hoje, como uma das saídas, os cursos noturnos nas universidades públicas, o que já seria alguma coisa para amenizar isso. Mas será completamente insuficiente para atender a essa imensa demanda de estudantes que estão abandonando as universidades por falta de recursos. V. Ex.^a mostrou, hoje, quanta gordura existe nas universidades públicas quantos funcionários incertos, quantos professores incertos, quanto recursos jogado fora, e 75% da clientela está sofrendo e abandonando as universidades, porque não têm condições de pagar. Veja V. Ex.^a também que é por aí que a classe média brasileira consegue almejar algum futuro melhor. E isso está sendo tirado também! Ainda que no primeiro grau isso ocorra, apesar disso, a rede consegue absorver um pouco mais. Mas a coisa se torna dramática no terceiro grau, na minha opinião, a partir de agora, porque conheço vários casos de pessoas que estavam no terceiro ano de Veterinária, por exemplo, de Agronomia e que estão abandonando os seus cursos. Não há a menor condição de continuarem a pagar as mensalidades e a se manterem na universidade. Então, há, no caso, o problema do crédito educativo, o problema de abertura de vaga nos cursos noturnos e acredito que se tem que repensar o problema das bolsas de estudo como critérios definidos e de controle do próprio MEC. Temos que buscar soluções para esse drama que começa a afetar toda a sociedade brasileira. Falo com V. Ex.^a, no sentido de trocar ideias. E juntos, com o Congresso e com o Ministério, buscarmos as alternativas para oferecermos a essas milhões de pessoas do Brasil, que estão deixando a universidade por falta absoluta de condições, uma solução. Eu gostaria de saber de V. Ex.^a se já tem alguma ideia de como amenizar, pelo menos, esse drama em que vive hoje a sociedade brasileira.

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Deputado, a única resposta que temos é o crédito educativo. É a única que temos! O crédito educativo tem consignado no seu orçamento deste ano, 150 bilhões de cruzeiros, que são suficientes para o primeiro semestre. Apesar disso, tenho escutado reclamações permanentes de reitores de universidades federais, que vêm ao meu gabinete se queixar de que estamos privatizando o ensino público, porque esse dinheiro devia ser aplicado nas universidades federais e não nas universidades privadas. Isso é para que V. Ex.^a veja o grau de reivindicação, o grau de corporativismo que existe! Tenho sido procurado por grupos de estudantes, ligados à União Nacional dos Estudantes, que são integrantes contraditórios! Um grupo me procura, reclamando da mesma forma que V. Ex.^a reclama, ou seja, que precisam de crédito educativo. Outros me procuram dizendo que estão privatizando o ensino público, que estamos retirando recursos das universidades. Então, os 150 bilhões foram o que se conseguiu colocar no orçamento. Eles são insuficientes! Há um projeto de lei, tramitando pelo Congresso Nacional, que adiciona aproximadamente outros 150 bilhões, permitindo-nos atender 80 mil estudantes durante 1992. Esses recursos viriam da loteria esportiva. O projeto foi aprovado na Câmara dos Deputados e o Senado não o aprovou. E o argumento usado é que, retirar dinheiro da loteria esportiva, basicamente é "despir um santo para vestir outro", porque o dinheiro da loteria esportiva vai para a área social: saúde e habitação, creio. Por isso, Senador, realmente estou aguardando a decisão do Congresso Nacional. Agora o projeto voltou à Câmara dos Deputados e vemos ver o que vai ocorrer. Eu havia conseguido convencer todo mundo do Executivo - Ministro da Ação Social, presidente da Caixa Econômica etc. e não foi fácil convencê-los de que uma fração da loteria esportiva poderia ir para o crédito educativo. Se o Congresso não aprovar, não temos recursos no orçamento de 1992.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Obrigado.

Concedo a palavra ao Senador Garibaldi Alves Filho.

O SR. GARIBALDI ALVES FILHO - Sr. Presidente, Sr. Relator, cumprimentando o Sr. Ministro pela exposição, gostaríamos de colocar aqui uma

difficuldade por que esta atravessando a Universidade do Rio Grande do Norte, mas acredito que ela se generaliza, a essa altura, pelo País inteiro. É com relação ao contingenciamento dos recursos das universidades.

Dados colhidos junto a nossa universidade adiantam o seguinte: em maio, faltando um pouco mais de um mês, portanto, para o final do semestre, só foram recebidos recursos da ordem de menos de 20% do que aquela universidade caberia receber. Então, pergunto ao Ministro se realmente há uma solução para que se consiga um melhor fluxo desse recurso. Essa é a primeira pergunta. A outra diz respeito ao funcionamento dos hospitais. De acordo com a exposição do Ministro, sabemos que existem algumas instituições que são mantidas com recursos do Ministério da Educação, mas outras são mantidas com recursos da Saúde. E esses recursos também não são liberados muitas vezes com velocidade, criando uma série de dificuldades para essas instituições. Pergunto ao Ministro se já existe uma solução em vista no entendimento do Ministério da Educação com o Ministério da Saúde e com os órgãos ligados à estrutura da Saúde.

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Senador, em relação à segunda pergunta, a grande maioria dos hospitais brasileiros, públicos e privados, são mantidos pelo Ministério da Saúde, pelo INAMPS, que recebe seus recursos do FINSOCIAL. O problema da crise dos hospitais brasileiros é o problema do FINSOCIAL, porque muitas empresas deixaram de pagar o FINSOCIAL. Há uma quebra de caixa, inclusive os bancos! Esse é o problema, isto é, como não se recolhe dinheiro do FINSOCIAL, há uma perda de arrecadação extraordinária. Essa é a causa do problema da crise dos hospitais. Isso vale para todos os hospitais que têm convênio com o INAMPS, que são a maioria dos hospitais brasileiros.

Os hospitais universitários são em número de 94 recebem recursos de duas fontes: uma do INAMPS, portanto, do FINSOCIAL, que está atravessando dificuldades bem conhecidas. A única solução para esse problema é resolver a questão do FINSOCIAL; não há outra fonte de recursos! O Ministro Adib Jatene, com quem mantenho contato próximo - fui Ministro Interino da Saúde, portanto, conheço a situação, simplesmente não tem outra solução, a não ser essa. S. Ex.^a está apelando para os empresários, a fim de que paguem o FINSOCIAL, que é, digamos, o limite a que pode chegar o Executivo neste país; tem que se fazer um apelo para que as pessoas paguem o imposto/Afinal de contas, o pagamento deveria ser uma determinação legal. Esse problema não tem solução se o FINSOCIAL não for resolvido. Agora, os hospitais universitários recebem recursos do Ministério da Saúde, do FINSOCIAL, via Ministério da Saúde, e INAMPS e das universidades. De modo geral, o pessoal é das universidades; o pessoal é pago pelas universidades. Isso se liga a sua primeira pergunta, em relação ao contingenciamento, às liberações. O que houve com o orçamento da União deste ano foi o seguinte: no primeiro semestre, como o Governo não pode contingenciar os 18%, porque, se a arrecadação for baixa, ele libera pouco, mas, enfim, como não pode contingenciar, fez uma programação financeira. E no primeiro trimestre, para toda administração, não só para as universidades, houve liberações muito pequenas para outros custeios, que é a que o Sr. deve estar se referindo. Trata-se da verba de outros custeios, porque a arrecadação, durante os três primeiros meses deste ano, foi muito aquém da expectativa. Essa arrecadação está melhorando. Em abril, passamos recursos mais substanciais e em maio estamos passando. A situação tende a se regularizar. Então, por exemplo, passamos para as universidades. Este mês já passamos aproximadamente 35 bilhões de cruzeiros para as universidades. E, até o fim do mês, pretendemos passar uma quantia substancial, ou seja, a situação tende a se regularizar. Acredito que as informações que o Sr. recebeu das universidades do Rio Grande do Norte estão, talvez, defasadas em alguns dias, porque ontem liberamos 20 bilhões para o conjunto das universidades federais. Essa situação tende a se regularizar e vai ajudar o hospital também. Agora, os hospitais brasileiros, não só os universitários, não têm solução fora da solução do problema do FINSOCIAL.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Muitos obrigado.

Com a palavra o último inscrito, Deputado Wellington Fagundes.

O SR. WELLINGTON FAGUNDES - Sr. Ministro, fiquei muito satisfeito por ser um Deputado do Mato Grosso ser do interior e ouvir aqui as palavras do Senador Júlio Campos, preocupado com a interiorização da universidade. Na Universidade Federal de Mato Grosso, que é, segundo dados do próprio Ministro, uma das mais "engorçadas" e talvez com um dos menores índices de aproveitamento, chegam, alguns cursos, a começarem com 40 alunos e terminarem com 4! Entendemos que talvez esse problema ocorra por falta de gerência e principalmente por implantação de cursos que não são o anseio da sociedade em locais que também não sejam os mais ideais. Por ser um Deputado, principalmente com base eleitoral na Região Sul de Mato Grosso, região eminentemente agropecuária, há de 2 anos lutamos para a implantação do curso de medicina veterinária na Região Sul de Mato Grosso, que tem um centro universitário da Universidade Federal de Mato Grosso.

Esse curso de medicina veterinária está criado há dez anos na referida universidade e até hoje não foi implantado. E esse curso, à época, foi o último curso de medicina veterinária criado, exatamente para atender à região Amazônica. No Mato Grosso, Rondônia, Acre e Amazonas, não tem o qualquer curso de medicina veterinária, mesmo sendo essa a maior potencialidade da região. Agora, principalmente, que há uma predisposição da reitoria de implantar o curso, defrontamos-nos com um corporativismo, com um fisiologismo por parte de um grupo de professores daquela universidade. Parece-me que são oito professores contratados há oito anos para o curso de medicina veterinária cuja implantação não ocorreu até o momento, que fizeram o concurso para a Capital, porque o curso foi criado inicialmente para ser implantado em Cuiabá. Esses professores, inclusive o Senador Lourenberg Nunes Rocha, do Mato Grosso, fizeram um movimento no sentido de defender a implantação do curso de medicina veterinária num local mais adequado, principalmente atendendo a essa interiorização. Tais professores, a nosso ver, querendo às vezes até fazer um choque político, dizendo que os políticos estão fazendo apenas política eleitoral, não têm a sensibilidade de poder sentir que a universidade tem que estar cumprindo o seu papel de também prestar um serviço à comunidade, ou seja, se um curso for implantado onde ele pode estar prestando uma melhor interação com a produção é muito melhor.

A universidade também dizia que um dos problemas para a implantação do curso era a questão do recurso. E fizemos uma emenda, ano passado, tirando até verba de uma obra importante para a cidade, que era a urbanização de um rio, para alocar recursos para a implantação do curso de medi-

cina veterinária. E o Conselho Superior da Universidade, que deverá decidir pelo local da implantação do curso, foi convidado para estar em Rondópolis, que é cidade a que me referi, a fim de conversar com a sociedade, de sentir as suas reivindicações. Desse Conselho, cuja presença foi confirmada, infelizmente não esteve uma pessoa presente à reunião com todos os segmentos daquela sociedade. Quero mostrar para o Ministro como o corporativismo, o fisiologismo, hoje, reinam realmente na universidade.

Eu gostaria ainda, para terminar, de parabenizar essa idéia ou pelo menos a predisposição do Ministro em não aceitar essa imposição como foi dita pelo Senador Júlio Campos.

Ainda quero dizer, inclusive pergunto ao Ministro, sobre a questão do concurso nas universidades. Os professores são concursados e alocados para determinados lugares. A universidade não pode fazer um remanejamento de acordo com o seu interesse. Digamos, se o curso de Medicina Veterinária foi implantado, no interior do Estado, a universidade não pode transferir os professores, porque fizeram o concurso para estarem na capital.

De que forma V. Ex.^a vê essa condição hoje de o professor ser concursado e não poder ser remanejado? E também, outro problema que vem acontecendo e é muito sério, a nosso ver, principalmente no interior, é que os professores vão para as cidades do interior, principalmente para o Mato Grosso, talvez Estados menores, fazem os concursos para aquelas universidades, porque lá é mais fácil passar nos concursos. Depois, conseguem fazer as graduações, as especializações, em cidades maiores. Posteriormente, voltam para a universidade com a sua especialização e pedem transferência para um centro grande, ficando quase sempre o interior relegado, ou seja, usado por esses professores que às vezes vêm de um centro maior, como São Paulo, fazem um concurso no Mato Grosso e, depois que conseguem a sua especialização, voltam para São Paulo. Talvez, no caso, isso seja a razão de a USP ter um maior número de professores com doutorado, enquanto que no interior o índice é muito baixo. Mas às vezes tem usado o recurso financeiro da própria universidade do Mato Grosso.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Com a palavra, Sr. Ministro.

O SR. JOSÉ GOLDBERG - Olha, Deputado, anotei bem o que V. Ex.^a disse. Chamarei o atual reitor da Universidade Federal de Mato Grosso para me dar explicações sobre essas questões.

Em relação aos concursos e a esses professores que não desejam se realocar, as questões internas da universidade, o Ministério da Educação não se envolve nisso, quer dizer, as universidades fazem editais dessa maneira. É o que V. Ex.^a falou. É o corporativismo, quer dizer, de modo geral, a grande maioria dos professores universitários, no momento em que são contratados, com 21 ou 22 anos de idade, são estáveis praticamente. Acaba ficando uma coisa interna corporis. E algumas universidades brasileiras têm feito concursos agora publicando editais no País todo, para evitar justamente o corporativismo. Outro dia, na Universidade de São Paulo - lamento citar os exemplos - foi feito um edital para preencher um lugar de uma disciplina qualquer em Física. Ganhou um russo! E está acabado! Ganhou e foi contratado, sob violentos protestos de professores locais, que disseram estar sendo preteridos. Estavam sendo preteridos mesmo, porque o concurso é para escolher o mais competente! E eles foram preteridos!

O SR. WELLINGTON FAGUNDES - Do uso, inclusive, que esses professores dos centros grandes vão lá, conseguem entrar no interior, fazer especialização e depois abandonam, pedem transferência para um centro maior. Não haveria um mecanismo, ou se estudar a possibilidade de um mecanismo para que esses professores, que foram para o interior, pelo menos prestem um serviço durante um determinado tempo, para que essas universidades não sejam prejudicadas.

O SR. PRESIDENTE (Eraldo Tinoco) - Sr. Relator, Sr. Ministro José Goldberg, agradecemos a sua presença nesta CPI, que tem procurado, com muito esforço, cumprir o seu papel, ouvindo aqui depoimentos dos mais importantes e que, sem dúvida alguma, no dia de hoje, com esse debate tão rico, tão aberto e tão democrático contribuiu para enriquecer ainda mais o trabalho desta Comissão.

Teremos, na próxima quinta-feira, a última reunião de depoimentos, quando ouviremos o Professor Pedro Demo, que não pôde comparecer na data anteriormente designada. Convocamos para a próxima quinta-feira e apelamos para que os Srs. Membros aqui estejam.

Agradecemos a presença do Sr. Ministro e declaramos encerrada a presente reunião.

(Levanta-se a reunião às 13h45min.)

COMISSÃO PARLAMENTAR MISTA DE INQUÉRITO

Criada através do Requerimento nº 593, de 1991-CN, destinada a "investigar a crise na Universidade Brasileira".

21ª Reunião, realizada em 28 de maio de 1992

Aos vinte e oito dias do mês de maio do ano de mil novecentos e noventa e dois, às 10h20m (dez horas e vinte minutos), na Sala nº 2 da Ala Senador Nilo Coelho, presentes os Senhores Senadores João Calmon, Elcio Álvares, João França, Espiridão Amin e Levy Dias, e os Senhores Deputados João Faustino, Sólton Borges dos Reis, Raul Pont e Murilo Rezende, reúne-se a Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, destinada a "Investigar a Crise na Universidade Brasileira". De acordo com o preceito regimental a Presidência exercida eventualmente pelo senhor Deputado João Faustino declara aberto os trabalhos. Em seguida convida o Professor Pedro Demo para tomar assento à mesa e em seguida procede ao juramento. Não havendo número regimental a Presidência deixa de proceder a eleição do Vice-Presidente constante do item 1 da pauta. O Presidente concede a palavra ao depoente para fazer a sua explanação sobre a crise na Universidade Brasileira. Com a palavra o depoente passa a fazer uma longa explanação sobre o atual quadro vivido pelas universidades e faz a entrega de parte do seu depoimento a fim de que a Comissão possa avaliar. No seu depoimento abordou a questão do ensino fundamental, no seu ponto de vista a educação básica é o melhor instrumento de cidadania, pois a partir daí a universidade tem que produzir conhecimentos. Segundo o depoente, o que

define a universidade hoje é a questão da pesquisa. Findo a explanação do depoente, a Presidência concede a palavra ao Relator para fazer as suas indagações. Com a palavra o relator congratula-se com a brilhante e objetiva exposição feita pelo depoente e cujo conteúdo ficará para os anais da CPI e passa a comentar o artigo da Disposição Transitória da Constituição que obriga o Poder Executivo, no espaço de 10 anos, a reservar 50% das verbas para educação, a fim de que seja erradicado o analfabetismo e a universalização do ensino fundamental. Fez comentários sobre vários pontos do depoimento, entre eles a de que a universidade ensina a copiar, substituição do Professor pela parafênica eletrônica e por fim o sucateamento da universidade com um modelo falido. A seguir, a Presidência concede a palavra ao Deputado Murilo Rezende que passa a comentar o depoimento e concorda com o ponto de vista do depoente. Em seguida a Presidência concede a palavra ao depoente para fazer as suas considerações finais. Não havendo mais nenhum orador inscrito, o Presidente faz algumas considerações sobre o depoimento o professor Pedro Demo e faz uma indagação, o que foi prontamente respondida. Em seguida a Presidência agradece ao Professor Pedro Demo a sua presença na CPI e pela valiosa contribuição que prestou aos trabalhos da comissão. Nada mais havendo a tratar declara encerrados trabalhos e, para constar eu, Joaquim Balduino de Barros Neto, Assistente da Comissão, lavrei a presente Ata que, lida e aprovada, será assinada pelo Senhor presidente e irá a publicação juntamente com o apanhamento taquigráfico.

Anexo à Ata da 21ª Reunião da Comissão Parlamentar Mista de Inquérito, criada através do requerimento nº 593 de 1991-CN, destinada a "Investigar a crise na Universidade Brasileira", com a finalidade de ouvir depoimento do professor Pedro Demo, que vai à publicação, com autorização do senhor Presidente da Comissão.

Presidente: Deputado Eraldo Tinoco

Relator: Senador João Calmon

(Íntegra do apanhamento taquigráfico da reunião)

Murilo Rezende - Pedro Demo.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Está aberta a reunião.

Concedo a palavra ao Professor Pedro Demo para prestar o seu depoimento, comunico que V. S.^a dispôs de trinta minutos.

O SR. PEDRO DEMO - Muito obrigado.

Ocorreu-me escrever um texto para facilitar o aproveitamento de V. Ex.^as, se assim quiserem, no sentido de fazer colocações que trouxessem um melhor esclarecimento.

Queria trabalhar apenas uma hipótese; sob meu ponto de vista e aqui quero dizer que ele é estritamente pessoal, considero o modelo da universidade brasileira equivocando - vou partir daí - e, por isso, ela dificilmente conseguirá se afirmar. O declínio dela deverá se acentuar até um dia cair de joelhos e reconhecer que a rota em que ela está não chegará a lugar algum. Sobre esse aspecto eu queria trabalhar, então.

Assim colocando, queria partir de um consenso muito grande que existe hoje no mundo todo, em particular no mundo desenvolvido, em que a vantagem comparativa que os povos têm hoje é a produção de conhecimento. Hoje ser um país grande, ter grandes recursos naturais não é um fator determinante; o que prepondera realmente, é a capacidade de produzir conhecimento. Quero dizer, colocando em outros termos, que o fator diferencial é a qualidade educativa dos povos, que começa, evidentemente, pela educação básica, esta é a maior diferença. Mas educação básica que tenha qualidade, no fundo condicionada pela universidade, porque em toda essa discussão de qualidade se reconhece hoje que a questão fundamental não é a tecnologia, que é um instrumento, é o fator humano. A qualidade do homem é o que estamos buscando, é ela que determina, inclusive, a produtividade econômica.

Este é um ponto importante da discussão, que não vou desenvolver aqui, mas, de qualquer maneira, ultrapassa aquilo que os educadores sempre imaginam, que a educação fundamenta a cidadania. A melhor instrumentação da cidadania é a educação básica, mas se diz, ao lado disso, que a produtividade econômica depende dessa qualidade educativa. Por quê? Porque já não nos satisfazemos mais com um trabalhador apenas treinado e de preferência ignorante para não atrapalhar. Hoje nós precisamos de um trabalhador que saiba discutir qualidade e produtividade, que saiba avaliar processos. Isso traz também para o sistema produtivo outros problemas, porque o trabalhador mais educado se sindicaliza mais, reclama mais, usa os seus direitos, enfim, é uma sociedade mais tolerável essa em que as situações se colocam desse jeito, além disso é mais produtiva.

Se isso é verdade, então, a qualidade educativa da população é o termo diferencial, principal na oportunidade de desenvolvimento dos povos. Aí a universidade pode tomar um lugar definitivo que seria a de guardião principal dessa discussão, no fomento dessa qualidade, dessa capacidade, dessa competência científica e tecnológica.

Dentro desse bojo está a hipótese de que a modernidade é melhor feita se for através da educação. A modernidade vem de qualquer maneira porque o mundo hoje é uma pequena aldeia. Então, ela vem pelo sistema produtivo, ela vem pelos meios de comunicação, mas vem de cima para baixo e de fora para dentro. Se ela viesse pela educação, poderia haver, pelo menos em parte, de dentro para fora. Quer dizer, precisamos de um projeto de desenvolvimento, ao mesmo tempo moderno e próprio. Nem só moderno, nem só próprio, mas que uma dois interesses e isso é a função da universidade, segundo creio.

Conclusão, então, básica e fundamental, e dela quero partir, é que a universidade tem que produzir conhecimentos. Daí surge algo que para nós é duro reconhecer: a grande maioria do que chamamos universidade, não produz conhecimento, ensina a copiar. Ensinar a copiar é pura sucata. Pouquíssimas universidades brasileiras, pouquíssimos institutos realmente têm condições de dialogar com o futuro, de sinalizar o futuro. Estão de costas para o futuro.

Eu gostaria, então, de defender essa tese. A universidade se coloca como algo essencial para um projeto de desenvolvimento, sem produzir conhecimento próprio. Entretanto, acho que produzir conhecimento próprio, como tudo na vida, começa com a capacidade de copiar. Não podemos dar um salto, na nossa miséria, para logo produzir a sofisticação. Não. Temos de começar do começo, mas a nossa universidade se nega a isso, ela continua firme na cópia.

Dentro dessa discussão, para, talvez, aclarar um pouco os fatos, poderíamos contrastar o que hoje se chama didática, ensino, aprendizagem e a didática do aprender. Toda postura moderna de educação volta-se para o aprender, saber pensar. Isso é tão forte que está mudando inclusive a postura do segundo grau. O segundo grau, chamado profissionalizante, tem

de montar o saber pensar e não liga o homem diretamente à máquina, porque toda a máquina vai para a sucata e leva o homem junto se ele estiver colado. O homem tem de ter a reserva de retorno para, se distanciando, sabendo pensar, se reciclar. Há uma nova definição de ciência. Ciência não é mais um estoque, vai-se para a universidade, pega-se esse estoque, põe-se no bolso e vive-se 40 anos com ele. Não existe mais isso. A ciência é um processo de inovação, ou melhor, é a inovação em processo. Formar-se e reciclar-se é a mesma coisa. Quem se forma envelhece no dia seguinte, ele tem de reagir a isso. O que se chama, então, reciclar-se. Já também outro conteúdo, aquilo que chamamos de educação continuada que podemos definir como o direito de todos, de quem se formou e de quem fez primeiro grau de sempre estar up-to-date, digamos assim, com as novidades científicas, com o mundo moderno. Então, essa modernidade vale a pena porque podemos humanizar e podemos educar. A outra é caústica, ela queima, ela destrói os patrimônios históricos, ela vem de cima para baixo e ela homogeneiza excessivamente.

A didática ensino - aprendizagem é a didática do repasse. Alguém ensina, alguém aprende. Alguém só ensina, algum só aprende. Isso continua existindo, o próprio processo de socialização é a transmissão de conhecimentos, cultura e tal e existe também algo a estocar cientificamente. É preciso saber o alfabeto, é preciso saber também os axiomas, não vamos agora reinventar os axiomas nem a roda. Existe um conhecimento disponível que temos de dominar, dele dispor mas isso hoje não precisa mais de universidade. A rigor, não precisa nem de professor. Isso se faz hoje melhor, eletronicamente.

Então, conclusão simples, 80%, no mínimo, das aulas das universidades podem ser substituídas por instrumentação eletrônica. Nós que estamos na província, longe de tudo e de todos, não começamos a fazer isso. Mas a grande maioria dos professores que só dão aula, não teriam mais razão de ser.

Chego ao ponto central da discussão. O que define a universidade hoje é a questão da pesquisa. Nem é mais a questão do ensino e muito menos é a questão da extensão. O que inspira os outros dois conceitos é o da pesquisa. Colocando em outros termos: só pode ensinar quem tem conhecimento próprio. Quem não pesquisa, quem não produz, quem não tem elaboração própria, a rigor, não tem nada para ensinar, porque vai simplesmente recopiar e passar para frente a cópia. Existe nesse contexto uma equação meio provocativa, mas que tem espírito, que declara imediatamente o espírito que ela tem: aula, prova e cola, hoje em dia, são sinônimos. Repito aula, prova e cola, tudo é cópia. Uma mais perfeita que a outra, mas como cópia.

O que se espera da universidade? Que ela use a didática ensino/aprendizagem, como insumo, mas estabeleça o contexto do aprender. Então, a distinção hoje entre professor e aluno não é mais de um que ensina e de outro que aprende, é de que os dois fazem a mesma coisa, pesquisa, só que está lá na frente e outro vem aqui atrás, mas os dois têm o mesmo projeto acadêmico. O aluno tem de sair da universidade com a elaboração própria, com capacidade de pensar, de construir e assim por diante.

Tomando como exemplo um pedagogo, ele tem de sair da universidade sendo capaz de elaborar um projeto pedagógico próprio. Se colocássemos esse desafio hoje aos pedagogos brasileiros, acho que a maioria cairia dura e não levantaria mais. Não sabem de onde começar, nunca aprenderam isso. Só ficaram livrinhos, escutaram os professores copiadores, não têm autonomia e isso não gera a qualidade educativa que precisamos para o desenvolvimento. Isto só reconstitui, dentro da didática ensino/aprendizagem exclusiva, o sucateamento crescente do País.

Acho que a universidade, ao mesmo tempo em que tem uma chance ímpar, ela pode de fato ser o lugar onde a sociedade discute suas chances de futuro. O que vai ser? Qual é a economia que virá? Como será a família do futuro? Quais serão as relações sociais que virão? Se ela fizesse isso, acho que a crise desapareceria. Mas, enquanto ela apenas for uma instância de cópia, de repasse, de mera transmissão, ela jamais vai valer o que custa.

Acho que o professor é facilmente substituído, toda parafernália eletrônica veio para colocar uma pá de cal nisso. Vou dar alguns exemplos para ver se consigo esclarecer melhor: existem muitos lugares onde há um monte de professores de estatística, tem alguém que dá estatística da educação, outro que dá de sociologia, outro que dá estatística para o estatístico, matemática, etc. Olhando bem as coisas, a gente poderia imaginar uma outra configuração: basta um professor de estatística que seja produtivo, que tenha ocupado espaço científico na área - todo mundo fazendo estatística com ele -, ao lado disso, uma enorme instrumentação eletrônica para colocar à disposição de todos. Sobre tudo essas disciplinas que são transmissivas, que são estocadas de certa maneira. Um exemplo bom é a anatomia.

A rigor, as universidades modernas vão deixando de lado isso. A anatomia é um vídeo que a gente leva dentro do bolso, não precisa mais decorar todos os ossos, todos os músculos e assim por diante, porque você tem isso disponível. Uma das características do mundo moderno é a disponibilidade de informação, não a decora de informação. Quer dizer, a capacidade de que se pode é de você poder elaborar informação, reinterpretar informação, reciclar-se com a informação, e não depender desta cópia.

Então, penso que está desenhado, no meu modo de ver, a grande crise da universidade. O problema básico da universidade brasileira é que muito poucas são universidades. Elas são apenas um secundário estendido e olhe lá! Não estão no lugar, eles estão colocando um produto para nós que não nos interessa mais, que é atrasado, que é retrógrado, que não leva para frente, que não faz justiça à nova geração, que não nos colocará jamais no Primeiro Mundo. Temos uma universidade de Terceiro Mundo que cultiva o Terceiro Mundo.

Para colocar o dedo numa ferida, digo o que custa absurdamente caro numa universidade federal, para tomar este exemplo: na verdade, é esse monte de professores que só dão aulas; esse monte de professores que só dão aulas em tempo integral. Isso gera um custo absurdo!

Qualquer universidade mais moderna, mais avançada tem uma outra maneira de gerenciar: eles têm três, quatro, cinco professores por curso ou por departamento. Esses três, quatro, cinco professores são de altíssimo nível, obviamente, são produtores de ciência stricto sensu, porque a única definição de professor que serve é esta: "Professor não é alguém que dá aula, é alguém que tem produção própria e, por isso, dá aula".

Ao lado desse corpo básico de professores de altíssimo nível existe um corpo médio de assistentes, ou chama-se lá os nomes que quiserem, de leitores, de acordo com cada País, que dão aulas e são de tempo parcial.

Então, o custo da universidade desde, inicialmente. Nem acho que o grande custo da universidade seja o aluno gratuito, ele é um custo, sem

dúvidas, mas custa muito mais para universidade o batalhão de professores de tempo integral que só dão aulas. Isto não tem qualquer significação para o futuro do País. Gostaria de dizer isso. Por isso não passa absolutamente nada de importante e se a gente não mexer aí nunca sairemos da crise, porque a tendência será continuar nesse modelo, que considero falido... Vejam, por exemplo, que ele tem uma expressão de custos inaceitáveis, não dá para manter uma universidade nesse ritmo, é absolutamente impensável isso. Um departamento de Sociologia com trinta professores, às vezes quase com trinta alunos só, todos de tempo integral, não tem como, não existe qualquer significação.

Fiz Doutorado na Alemanha e lá, no departamento de Sociologia - a Alemanha não seria exemplo para nós, mas apenas para ilustrar - tínhamos três professores, grandes professores com cinco, seis, dez livros já dominando o espaço científico, reconhecidos por aquilo e alguns assistentes. Este é um modelo facilmente financiável. Não estou colocando aqui nada contra a universidade pública. Acho que a universidade de ponta dificilmente pode ser feita sem, pelo menos, o apoio público. Mas o problema da universidade não é de ser pública ou privada, é de ser de ponta. Se ela não for de ponta não se mantém em lugar nenhum. Ela tem um custo - só para falar nisso - absolutamente abusivo, além de ser um investimento no atraso, porque ensinar a copiar não é ciência, nem educação. Então, é aí que teríamos que mexer, aí que teríamos que começar.

Acho difícil porque a gente não tem apenas uma pretensão de reformar, de maquiagem aqui e ali, teríamos que refazer a proposta universitária. Na situação em que está não temos como ir para frente. Agora, acho que dada a nossa circunstância histórica, temos que saber montar um conceito de pesquisa que caiba aqui, do conceito de pesquisa também muito estereotipado. A gente acha que pesquisa é coisa de PhD, de acesso limitado, elitista e coisa e tal. Não, é possível manejar um conceito de pesquisa que seja ao mesmo tempo princípio científico e educativo.

Como princípio científico, a pesquisa é fazermos ciência desde cedo; e como princípio educativo é também um instrumento que a universidade tem para educar um aluno, através da elaboração própria, do saber pensar, do aprender a aprender. Acho que esta é a pedagogia da universidade.

Nego, por exemplo, que a aula seja importante porque o professor tem contato com o aluno. Penso que isso não tem relevância para a universidade. Se no contato entre professor e o aluno não existir produção de conhecimento, não se trata da questão universitária, porque contato entre pessoas existe também no boteco. Qual é o contato típico da universidade? É aquele onde se gera conhecimento. Não se gera conhecimento estamos fora da universidade. E aí tem um divisor de águas, duro para nós: quantas universidades temos no País? Acho que cabem em uma só mão, no máximo!

Daria o exemplo da unicamp. A unicamp não está em crise, dificilmente entra em crise. Por que ela não entra em crise? Porque a unicamp puxa a produção de conhecimento com extrema severidade. Então, eles dizem para todo mundo que quer ouvir que uma graduação na unicamp corresponde a um mestrado na outra. Está certo!

Acho que a universidade vive dessa emulação que chamamos, dentro da academia, de mérito acadêmico. Penso que a universidade perdeu a noção de mérito acadêmico, ela virou uma burocracia pública qualquer. Então, vale muito mais a isonomia, vale o corporativismo, vale também o descaço dos governos e isso também é um grande ingrediente e, dessa forma, foi-se para a vala comum.

Penso que daqui a um tempo todos serão titulares para compensar baixos salários, não por mérito acadêmico. Isso já foi para o espaço. A universidade é um dos poucos lugares - como dizem - onde as pessoas caem para cima. É necessário apenas entrar; depois, com o peso do tempo, sobe-se até chegar a titular. Portanto, o vento de facilidades que entra na universidade é impressionante. Não há aquele rigor de selecionar as pessoas. Esse é um elitismo de que a sociedade precisa. O elitismo que precisamos condenar é o de base econômica, política. Mas, o elitismo do mérito acadêmico todas as sociedades aceitam e querem. Trata-se da produção de uma elite intelectual baseada no mérito, na capacidade, na competência. Hoje, sem essa elite, não se pensa, o País não tem condições de se lançar. Está se reproduzindo, também no nível da educação básica, uma mediocridade difícil de recuperar. Há, também, a questão dos professores. É como se diz em relação aos CIAC: o CIAC não é, em primeiro lugar, uma casa bonita; é, em primeiro lugar, uma casa de bons professores. Se não forem bons os professores, a casa não tem como ser bonita. É a mesma coisa com a universidade. Seria muito melhor reduzir drasticamente o número de professores, porque a grande maioria é parasitária, não é produtiva, jamais disse a que veio, e pagar melhor aqueles que se mantêm com produção científica.

Creio que existe na hipótese que estou maneando aqui sempre um certo temor de estarmos implantando modelos de fora. Creio que não é o caso, porque se trata de um desafio comum a todos os povos hoje; os povos devem saber produzir conhecimentos. O povo que não produz conhecimento está fora da jogada definitivamente. Para entrar na jogada, temos uma ponta de lança importante, que é a universidade. Ela pode ser algo essencial ao desenvolvimento. Não creio que com remédios consigamos ir para a frente.

É preciso realmente alguma coisa mais profunda, uma redefinição importante. Como tudo a um ritmo geracional, isso vai longe. Em alguma hora teríamos de estancar o processo. É preciso fazer um modelo universitário baseado, primeiro, na produção de conhecimentos. A pesquisa é o compromisso fundamental da universidade, a produção do conhecimento, a vanguarda do conhecimento, a capacidade de definir ciência e tecnologia. Em segundo, devemos proceder à redefinição do professor não como gente que dá aulas. Esse é um conceito do passado. O professor é uma pessoa que, tendo produção própria, pode dar aulas. Quem não tem produção própria não deveria jamais pisar a sala de aula, porque, vai, na verdade, excluir a didática do ensino e da aprendizagem, e esta é importante, hoje, com insumo. Ela, exclusiva, é um erro total. É preciso um professor que saiba montar o ambiente do aprender não só na universidade, mas desde o pré-escolar. A pesquisa deve estar no pré-escolar não como produção científica, é claro, mas como princípio educativo. Uma postura moderna educativa busca que a criança questione, se interesse, se manifeste, se expresse, e não que seja adestrada, fechada dentro de ordens, de comandos. Quer dizer, a criança não vai para a escola para aprender comandos; ela vai para a escola para se abrir. Aliás, esse é o significado do termo "educação" em latim, ou seja, educare, puxar de dentro para fora. O professor deve puxar a potencialidade do aluno, e não ser o parâmetro do aluno, muito menos o limite do aluno.

Creio que em torno dessa hipótese se pode ir longe. Deixei escritas algumas anotações para a consulta de V. Ex^{as}

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Concedo a palavra ao nobre Senador João Calmon, Relator desta Comissão.

O SR. RELATOR (João Calmon) - Sr. Presidente, Deputado João Faustino, Srs. Parlamentares, Prof. Pedro Demo, esta é a última reunião desta Comissão Parlamentar de Inquérito sobre a crise da universidade brasileira. Providencialmente, era também a chave de ouro dos nossos trabalhos. V. S. fez um pronunciamento de tão transcendental importância que exigiria uma ampla divulgação, não apenas através da imprensa mas, também, do rádio e da televisão e através da distribuição do seu texto escrito para ser apreciado e meditado em todas as universidades. Inteligentemente, essa cena, nesta manhã, é característica das nossas reuniões: o Presidente, que é o autor da iniciativa de instalação de uma CPI sobre a Crise da Universidade Brasileira, este jovem mestre que é o Sr. Deputado João Faustino, está representado aqui, pelo Relator, obsecado pela causa da educação - não passa de um lutador pela causa da educação e não chega nem sequer a ser um educador - e está o nosso Deputado Murilo Rezende que tem sido um dos mais assíduos, sempre nos estimulando com a sua presença e com a sua atenção.

A cobertura dos meios de divulgação tem sido extremamente reduzida ao longo dos nossos trabalhos, ao decorrer, dos quais foram ouvidos quase 30 mestres eminentes da educação brasileira e tivemos de acordo com os diretrizes traçadas pela proposta do eminente Deputado João Faustino, a preocupação permanente de estabelecer o contraditório.

Nós convocamos, para depoimentos nesta Comissão, representantes das várias correntes, inclusive daquela que acha que a universidade brasileira não está enfrentando nenhuma crise grave e que o seu modelo necessita apenas de pequenos retoques e, muitas vezes, quem ousa discordar, recebe um tratamento não muito invejável.

Nós trouxemos para esta CPI, o professor José Carlos Azevedo que foi Reitor da Universidade de Brasília e que defende pontos de vista que muitas pessoas consideram radicais ou exagerados mas que, sem dúvida alguma é um luminar da educação brasileira. Qualquer que seja o preconceito de ordem ideológica, não se pode deixar de reconhecer ao professor José Carlos Azevedo esse seu valor realmente acima de qualquer dúvida.

Trouxemos, também, o professor da Universidade Cândido Mendes, autor de um livro, cujo título é, salvo engano, A Sincera do Ensino, focalizando o problema das universidades, além dos depoimentos de outros mestres da educação brasileira como: Cristóvam Buarque, formando, realmente, uma constelação, uma autêntica constelação, conforme já afirmei, encerrando com chave de ouro o seu impressionante depoimento que veio, também, por escrito e será incorporado aos nossos Anais.

O que nós ouvimos, hoje, aqui, nesta manhã, é, realmente, de uma gravidade extraordinária. Lamento, apenas, que, neste primeiro momento, no Congresso Nacional, só no meu caso - há casos semelhantes, já faz tempo, como o do nosso Deputado Murilo Rezende. Às 9 horas e 30 minutos: CPI sobre esterilização em massa de mulheres no Brasil; às 10 horas: CPI sobre a evasão fiscal; às 10 horas: CPI sobre a crise da universidade; às 10 horas: Comissão de Assuntos Econômicos; às 10 horas: Comissão Mista de Orçamento - são cinco, das quais eu sou membro de todas elas e o dom de relutância ainda é um sonho, uma utopia. E para agravar este quadro, há pouca cobertura dos meios de divulgação. Eu diria que se não fosse, às vezes, o noticiário da A Voz do Brasil ela estaria condenada a um espaço realmente insignificante nos órgãos de comunicação social. Eu ouvi afirmações realmente admiráveis, partindo de um mestre da sua extraordinária altitude.

A base, o fundamento, o alicerce de tudo é a educação básica, para quase falar pleonasticamente, e ainda não há essa compreensão, que é o mínimo desejável e exigível.

Há um artigo nas Disposições Transitórias da Constituição que obriga o Poder Executivo, no espaço de 10 anos a reservar 50% das verbas para educação, para a erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental. Isso não está sendo cumprido. Em vez de 9%, portanto, 50% de 18, que é um percentual mínimo, o Tribunal de Contas apurou a destinação para essas duas finalidades, erradicação do analfabetismo e universalização do ensino fundamental, um percentual que não passa de 2,1% apenas. E não acontece nada.

O autor dessa iniciativa, Deputado Osvaldo Coelho... Estamos sendo honrados com a presença do nosso Senador Esperidião Amin, que, como Governador de Santa Catarina, foi um modelo e uma fonte de inspiração para todos.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - Chegamos a 33% da receita de impostos.

O SR. JOÃO CALMON - Veja o pioneirismo do Senador Esperidião Amin: no Estado vizinho, o Rio Grande do Sul, na Assembleia Constituinte, na área estadual, foi aumentado o percentual da receita de impostos para o ensino a 35%.

Mas, então, foi um gesto de patriotismo, de visão extraordinária que uma CPI pouco antes constataria, que somente a folha de pessoal da Secretaria de Educação estava absorvendo 33% da receita total de impostos estaduais.

Santa Catarina, sob esse e outros aspectos, é um modelo e uma fonte de inspiração para todos nós.

V. Ex. não pôde estar aqui pelo mesmo motivo que acabo de expor. Devíamos estar ao mesmo tempo em cinco ou seis comissões técnicas, além da Comissão Mista do Orçamento.

O SR. ESPERIDIÃO AMIN - E de Assuntos Econômicos. Às 19h30min, fecham o registro.

O SR. RELATOR (João Calmon) - O Professor Pedro Demo fez realmente afirmações aqui que merecem a mais ampla repercussão, uma extraordinária cobertura dos meios de divulgação, mas não é possível ter a certeza de que isso vá ocorrer.

A nossa única cobertura razoável é a da Voz do Brasil, através do Serviço de Divulgação do Senado.

Cito algumas afirmações que S. S. fez: "A universidade ensina a copiar, só isso é sucata"; "eletronicamente se faz melhor"; "hoje, com o avanço da tecnologia, nem são necessários, na mesma escola do passado, professores, em carne e osso, dando aulas"; "prova e cola, tudo é cópia"; "estamos sendo levados ao sucateamento de tudo no Brasil"; "o professor é substituível pela parafernália eletrônica"; "anatomia se contém num vídeo que se pode colocar no bolso"; "a universidade brasileira é um curso secundário estendido"; "nossa universidade é de Terceiro Mundo"; "o mode-

lo de universidade brasileira está falido". Apenas pincei, registrei algumas das afirmações mais contundentes.

Professor Pedro Demo, tive a oportunidade de, há poucos dias, fazer uma visita à representação do Banco Mundial aqui, em Brasília, e o assunto foi o relatório que esse banco realizou sobre o ensino de terceiro grau no Brasil, utilizando, inclusive, vários mestres brasileiros, várias autoridades na área de ensino.

Estranhamente esse relatório é considerado confidencial, e ainda há mais umas palavrinhas gravadas na capa do relatório: "Somente para uso oficial".

Tomei conhecimento desse relatório confidencial através de um artigo do professor José Carlos Azevedo, que foi Reitor da Universidade de Brasília, nosso depoente, que reproduziu alguns trechos do "relatório confidencial", com seu artigo magnífico na Folha de S. Paulo. Realizei algumas demarques como Relator desta CPI, para obter uma cópia desse relatório, "uso oficial"! Uso oficial é aqui também. Somos um dos ramos do Governo, da administração, do Poder Legislativo.

Se não tivesse obtido esses dados na base de uma troca cordial de idéias, pura e simplesmente, teríamos que requisitar da área do Poder Executivo que recebeu este relatório, e tenho a impressão que V. S. o conhece.

O SR. PEDRO DEMO - Conheço.

O SR. JOÃO CALMON - E não tem nada de secreto, de confidencial.

Fiz uma pequena exposição ao Diretor do Banco Mundial aqui sobre os trabalhos desta CPI e, ferindo a modestia dos nossos companheiros, acredito que os depoimentos no decorrer dos trabalhos desta CPI, de iniciativa ou permitam-me repetir mais uma vez - do Deputado João Faustino, no seu conjunto, são muito mais importantes que o relatório elaborado pelo Banco Mundial, por sinal, com a colaboração de autoridades do mundo educacional. Apenas o nosso elenco de autoridades, de mestres da educação, foi muito mais amplo e, eu diria, mais importante do que o mobilizado pelo Banco Mundial.

Desse encontro, que foi excelente, resultou uma afirmação do Diretor do Banco Mundial que me deixou extremamente feliz: diante do resumo do que tem sido ouvido aqui dos nomes que participaram dessa série da nossa CPI, ele declarou que vai propor ao Banco Mundial, e está certo de que a sua idéia será aceita, promover, sob os auspícios do Banco Mundial aqui em Brasília, um seminário sobre universidade com a participação dos mestres brasileiros e de algumas autoridades de altíssimo nível dos Estados Unidos, do Japão, da França, da Inglaterra e de outros países, o que é uma notícia altamente auspiciosa.

Outras afirmações que anotei aqui: "Universidades realmente boas no Brasil cabem numa mão"; "todos os professores são titulares, mesmo sem credenciais".

Realmente, Professor Demo, para encerrar esta breve intervenção, de-seje repetir a minha afirmação inicial, com seu depoimento, fechamos com chave de ouro os trabalhos desta CPI. E se conseguirmos, como assim o pretendemos, a impressão de todo este precioso, esse valiosíssimo material e pudermos também fazer uma distribuição a todos os interessados e ainda tivermos oportunidade de um seminário, que terá, obviamente, muito mais participações do que as reuniões da CPI, estaremos prestando, graças à iniciativa do Deputado João Faustino, mais um relevante serviço à causa da educação.

Muito obrigado ao Mestre, Pedro Demo.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Concedo a palavra ao Deputado Murilo Rezende.

FIR: 92s00624r071: 120

O SR. MURILO REZENDE - Quero concordar com o que foi dito por V. Ex., sobretudo com problemas relativos aos professores. Eu também sou oriundo da universidade. Hoje, sou professor aposentado. E penso que essa avaliação feita às universidades brasileiras é correta. A meu ver, um dos problemas maiores cabe ao Conselho Nacional de Educação que deixou proliferar por todo este País universidades incapazes de alta missão em benefício do progresso deste País. Realmente, as universidades não podem receber esse nome lamentavelmente. Culpa não é das regiões mais pobres, onde o problema existe, mas sobretudo da incapacidade da educação no País na condução do problema educacional do País pelas autoridades federais, porque houve a permissão para se criarem universidades simplesmente por questões políticas, por interesses locais.

O erro maior não foi na formação daquela pequena universidade que pudesse ser dada a um pequeno estado brasileiro, mas foi o de permitir que cada universidade tivesse tudo. Sem pesquisa neste País, já se formam doutores, PhD que não têm professorado e nem são qualificados como professores. Os cursos em PhD estão sendo feitos em todo o País. E há poucas universidades, que cabem até mesmo nas mãos, como disse o Dr. Pedro Demo. Na verdade, as universidades poderiam estar participando na busca de melhores dias para a educação nacional.

Agradeço a oportunidade de estar presente e assistir à palestra do professor Pedro Demo que, sem dúvida, como bem disse o nosso Senador João Calmon, Relator da nossa Comissão, é de grande contribuição.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) - Concedo a palavra ao Depoente, Sr. Pedro Demo.

O SR. PEDRO DEMO - Em primeiro lugar, quero agradecer muito a honra de estar aqui com os senhores e pelas palavras excessivamente generosas.

Só queria esmentar um comentário: quando se faz um elogio à Unicamp, não significa que não se possa fazer algo de bom em regiões menos desenvolvidas. Tive mesmo a chance de desenvolver em Belém, numa constelação de circunstâncias favoráveis, o Instituto Superior de Educação, feito só com pessoas de 18. Ninguém tinha mestrado e nem doutorado, mas o trabalho era baseado em pesquisa. Penso que devemos saber também - e não apenas admirar - a sofisticação da pesquisa e querer um dia trazê-la. Contudo, o importante é saber começar do princípio. Acredito que a emancipação de um País inicia nesse ponto. Aliás, o Japão deu muitos exemplos disto: ficou anos como um excelente copiado, só que fez aquilo com passagem, como insumo para depois tomando o pé dos fatos, buscar uma vanguarda.

Então, estou convencido de que é possível fazermos instituições dignas também nos lugares pobres. O problema é o espírito da casa: é fazer um professor graduado entender que não pode ficar copiando, ou seja, ele

não pode ler num livro e contar para o aluno que leu, pois este já sabe ler. A atitude adequada é aos poucos ameslar a capacidade de produção própria que vai começar pela cópia. Ele tem que passar por aí e ir em frente. É esse o espírito fundamental. É preciso que se instale o mérito acadêmico, e não a isonomia.

Um dos pontos fulcrais difíceis da questão da universidade está neste substantivo: isonomia. A meu ver, é importante como dignidade mínima comum de todos, mas, daí para frente, vale a diferença, e não a igualdade, onde todos os professores agem da mesma forma porque ninguém faz nada de interessante. Inclusive, o Sr. Senador abordou um enfoque, no início, importante: a CPI procurou o contraditório.

Hoje em dia, a metodologia científica — e muito muito nesta área — ressaltava isto com muita ênfase: a ciência só avança na contradição, e não nas igualdades, onde um cita o outro nos conhecimentos oficiais, nos departamentos homogêneos e, assim, a ciência não cresce. É imprescindível o debate, a discussão, o confronto. Isso significa mérito acadêmico. Se observarmos a nossa universidade brasileira, constatamos que onde está o debate que leva à renovação científica há um deserto. A maioria dos departamentos, hoje em dia, são cliques fechadas, são compadres de uma causa perdida e fadista. E aí já não existe a emulação, a busca de superação, e a sociedade paga caro por aquilo que for bom. Agora, não pode pagar... vou dizer uma palavra meio grossa — a sua própria imbecilização. Isso não tem sentido.

Dessa forma, penso ser possível fazer algo de bom também lá no fim do Brasil, não apenas em São Paulo.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Antes de encerrar esta reunião, gostaria de fazer, na condição de Presidente e de integrante da CPI, algumas considerações sobre o excelente depoimento hoje do Professor Pedro Demo.

Indiscutivelmente a afirmação que V. S.^a fez nesta manhã, analisando a universidade brasileira e abordando o modelo equivocado que caracterizou a sua existência, esse conteúdo indiscutivelmente se completa aos inúmeros depoimentos que tivemos oportunidade de ouvir nesta CPI.

Eu teria apenas poucas indagações a fazer. Por exemplo, esse modelo equivocado a que se referiu o depoente é historicamente linear ou é bem caracterizado no momento presente da vida da universidade brasileira? Se ele historicamente, linearmente está presente na vida da instituição brasileira, como poderíamos justificar alguns avanços significativos que a vida brasileira conseguiu auferir ao longo da história da universidade e que se caracterizaram pelo desenvolvimento da biociência, da medicina de ponta, da medicina terciária, da arquitetura, enfim inúmeros avanços que presenciamos na vida da sociedade brasileira e que certamente resultaram do próprio desenvolvimento da universidade, do desenvolvimento científico?

Seriam esses momentos de afirmação da universidade o resultado da cópia assimilada no exterior e transplantada para o Brasil ou seria a afirmação da pesquisa científica desenvolvida nos campus universitários? Eu queria uma observação do depoente sobre esses aspectos.

Concordo plenamente com a afirmação de que a universidade brasileira não sinaliza para o futuro. A universidade do momento está muito distante dos apelos que o futuro da sociedade está a exigir. Consequentemente, essa afirmação é procedente.

Entendo que do seu depoimento se constata uma exigência que se caracterizaria notadamente pela reformulação do modelo da universidade brasileira, não apenas no que diz respeito à atividade e organização administrativa, mas, sobretudo à mentalidade, à filosofia e aos princípios dos que viriam a nortear a vida da universidade brasileira.

O seu depoimento, professor Pedro Demo, como disse o nosso estimado Senador João Calmon, é o coramento, é oportuno, é propício, chega numa fase em que se encerra o trabalho, a ação desta Comissão, que teve por objetivo tentar apresentar à sociedade brasileira uma preocupação com relação à instituição que é responsável pelo pensamento nacional. Esta instituição indiscutivelmente vive uma das mais profundas crises da sua história. Há a ausência de compromissos da própria comunidade universitária para com a sua instituição, a ausência de propostas sérias que possam ajudar o País a superar os seus problemas, o elitismo que caracteriza a universidade brasileira, que não é o do acesso que nos preocupa, mas o dos resultados que a sociedade possa auferir da ação da universidade. Quer dizer, todos esses aspectos estão muito bem caracterizados na exposição que V. S.^a acabou de proferir.

A comissão, portanto, encerra as suas atividades, a meu ver, dando uma grande contribuição à vida nacional, sobretudo à universidade.

Durante quase um ano criamos aqui uma trincheira, uma cidadela, uma estrutura dentro do próprio Congresso Nacional capaz de pensar, de se debruçar sobre o problema da universidade brasileira.

Passo, portanto, a palavra a V. S.^a para as considerações finais.

O SR. PEDRO DEMO — Vou fazer um comentário sobre as duas questões que o senhor enfocou. A universidade brasileira começou tardiamente. O nosso fenômeno universitário não é tão sedimentado como em outros países. Portanto temos uma universidade jovem e que por isso também permite explicar com certa calma todos os problemas que temos. Não é o caso de uma degenerescência assustadora. Isso vem muito da recenticidade dela.

Além disso houve invasão burocrático-política do ambiente acadêmico. Consequentemente, inventamos universidades.

A universidade geralmente é um fenômeno que começa de baixo para cima: faz-se um instituto, ou uma faculdade, surge a produção científica. Sem isso, não há desenvolvimento. Esse é o funil.

E nós aqui procedemos de maneira diversa: primeiro inventamos que todo Estado tem que ter universidade. Com o surgimento das Unidades Federais, implanta-se uma universidade.

O Estado poderá ter, no tempo certo, sua universidade, mas não deveria começar com isso, muito menos com a idéia de uma pan-universidade, que hoje está em franco declínio. Pan-universidade não cabe mais em lugar nenhum, ainda que eu entendesse que poderia defender que uma ou outra grande universidade brasileira devesse continuar como pan-universidade para ter tudo, todas as manifestações de cultura, de ciência, de habilidades humanas, como a USP, por exemplo. Mas imaginar que em Rondônia vamos ter uma pan-universidade é algo absolutamente fora de propósito.

Então, aí existe uma certa linearidade, quer dizer, nunca realmente começamos bem. Já nascemos meio tortos e fomos entortando cada vez mais.

Agora, na segunda questão, aparece o outro lado: o que se faz bem não é o modelo em vigência, é a sua quebra.

Darei alguns exemplos bem interessantes: em Santa Catarina, que, por acaso, é o meu Estado, existe a melhor engenharia mecânica do País. Deveria estar certamente em São Paulo ou no Rio, não em Santa Catarina exatamente. Por que isso aconteceu? Porque um grupo de professores cansou-se de lamúrias, de reclamações, arregaçaram as mangas e fizeram um bom instituto de engenharia. Começaram copiando, comparando com os Países lá fora. Ainda não é uma excelência enorme, mas já têm produção própria e levam aquilo, no fundo, a ferro e fogo contra a média, contra o modelo. Inúmeros professores os caracterizam de idiotas porque eles não ganham mais. Não têm mais vantagens com isso. Eles simplesmente resolveram dar conteúdo a uma vocação que eles têm, mas contra o sistema.

O mesmo ocorre com a Universidade Federal do Pará. Lá existe um bom doutorado de Geologia que foi dirigido por um ex-reitor, que agora dirige a Universidade Federal do Amazonas. No Pará havia um curso que era considerado o pior doutorado de Geologia do País. Com o incentivo desse ex-reitor e um grupinho de pessoas, arregaçaram as mangas, deixaram de reclamar e, sem ganhar mais, sem qualquer recompensa por isso, incrementaram os estudos e transformaram-no em um dos bons doutorados de Geologia do País, mas agiram contra o sistema, contra a linearidade.

Há quem aceite isso, mas, para proceder de maneira interessante academicamente, é preciso sair da universidade. Caso contrário, somos trágicos pela mediocridade hoje quase implacável.

Isso, entretanto, também não me dá o ensejo de dizer "vamos fechar o boteco". Não. É fácil afirmar que a universidade pode desempenhar o papel central de motor do desenvolvimento moderno que passa pela educação, pela ciência, pela tecnologia, pela capacidade de produzir conhecimento. Será a casa privilegiada se fizer isso: se não fizer, evidentemente sai de cena.

Um exemplo que também pode ser pertinente nessa discussão é o Japão, que não tem nenhuma universidade muito relevante, porque a sua modernização vem da indústria.

Esta é até mais rápida, porém, é de cima para baixo. Deveríamos saber fazer uma modernização que se compusesse com a indústria, mas que fosse inspirada pela dignidade educativa, pela produção de ciência e tecnologia, ou seja, uma modernidade humanizada. O que a sociedade espera da universidade é que ela humanize essa modernidade. Temos que ter uma economia moderna, mas a economia moderna, hoje, precisa muito de inteligência, de competência educativa, que, no meu entender, é o quinhão da universidade.

Esse modelo que está aí tende a piorar, até por causa dos custos. Cada vez menos teremos condições de pagar isso, que vale tão pouco a pena ou quase já não vale nada. Seria preciso tentar nos compor com esse desafio e colocá-lo nas mãos da universidade, onde é o lugar adequado.

O SR. PRESIDENTE (João Faustino) — Há algum outro Sr. Parlamentar que deseje interpor o depoente?

Não havendo nenhuma outra inscrição, desejo agradecer a presença do professor Pedro Demo e a colaboração que S. S.^a emprestou a esta CPI.

Está encerrada esta reunião.

DIÁRIO DO CONGRESSO NACIONAL

PREÇO DE ASSINATURA

(Inclusas as despesas de correio via terrestre)

SEÇÃO I (Câmara dos Deputados)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31/3/92

SEÇÃO I (Senado Federal)

Semestral Cr\$ 70.000,00 até 31/3/92

J. avulso Cr\$ 500,00 até 31/3/92

Os pedidos devem ser acompanhados de cheque pagável em Brasília, Nota de Empenho ou Ordem de Pagamento pela Caixa Econômica Federal - Agência PAB-CEGRAF, conta corrente nº 920001-2, a favor do

CENTRO GRÁFICO DO SENADO FEDERAL

Praça dos Três Poderes - Brasília - DF
CEP: 70160

Maiores informações pelos telefones (061) 311-3738 e 311-3728 na Supervisão de Assinaturas e Distribuição de Publicações - Coordenação de Atendimento ao Usuário.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA Nº 107

(Julho a setembro de 1990)

Está circulando o nº 107 da **Revista de Informação Legislativa**, periódico trimestral de pesquisa jurídica editado pela Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal.

COLABORAÇÃO

- Medidas provisórias – **Raul Machado Horta**
Os serviços de telecomunicações na Constituição Brasileira de 1988 – **Gaspar Vianna**
A Constituição de 1988 e o sistema financeiro nacional – **Arnoldo Wald**
A autonomia universitária e seus limites jurídicos – **Giuseppi da Costa**
A aposentadoria dos servidores na Constituição de 1988 – **Palhares Moreira Reis**
Direito urbanístico e limitações administrativas urbanísticas – **Diogo de Figueiredo Moreira Neto**
Controle parlamentar da administração – **Odete Medauar**
Observações sobre os Tribunais Regionais Federais – **Adhemar Ferreira Maciel**
O recurso especial e o Supremo Tribunal de Justiça – **Sálvio de Figueiredo Teixeira**
Tribunal de Contas e Poder Judiciário – **Jarbas Maranhão**
Jurisdição e competência: nota sobre o sentido histórico-político da distinção – **Nelson Saldanha**
A atuação dos Procuradores da República no atual contexto de competência jurisdicional federal em tema de combate a entorpecentes – **Vitor Fernandes Gonçalves**
Conceito de "underselling" ("dumping") dentro do Anteprojeto da nova Lei Antitruste – **Mário Roberto Villanova Nogueira**
Os direitos de autor e os que lhes são conexos sobre obras intelectuais criadas ou interpretadas sob o regime de prestação de serviços – **José Carlos Costa Netto**
Bem de família – **Zeno Veloso**
Fundamentos da arbitragem no Direito brasileiro e estrangeiro – **Jorge Barrientos Parra**
"Lobbies" e grupos de pressão como agentes de informação para o Poder Legislativo – **Yamil e Souza Dutra**
Desequilíbrios regionais no atendimento às demandas de educação – **Edivaldo M. Boaventura**
A biblioteca legislativa e seus objetivos – **Eduardo José Wense Dias**
Recepción de la sociedad unipersonal de responsabilidad limitada en el Proyecto de Unificación Civil y Comercial en Argentina. Protección de los acreedores – **Dr. Daniel F. Moeremans**
La influencia de la Jurisprudencia del Tribunal Europeo de los Derechos Humanos en la Jurisprudencia del Tribunal Constitucional Español – **Antonio M^a Loza Navarrete**

PUBLICAÇÕES

Obras publicadas pela Subsecretaria de Edições Técnicas

À Venda na Subsecretaria
de Edições Técnicas – Senado
Federal – Anexo I, 22º andar
– Praça dos Três Poderes. CEP
70160-900 Brasília. DF. Tele-
fones 311-3578 e 311-3579.

PREÇO DO EXEMPLAR

Cr\$ 1.000,00

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado – CGA 470775.

CÓDIGO DE PROTEÇÃO E DEFESA DO CONSUMIDOR

- Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 - Dispõe a proteção do consumidor e dá outras providências
- Dispositivos vetados e razões dos vetos
- Índice temático

Lançamento
Cr\$ 800,00

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar -
Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília,
DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado CGA 470775.

REVISTA DE INFORMAÇÃO LEGISLATIVA

JANEIRO A MARÇO 1991
ANO 28 - NÚMERO 109

Em circulação com estas matérias:

HOMENAGEM

Luiz Viana Filho - *Edivaldo M. Boaventura*

Afonso Arinos - *Jarbas Maranhão*

COLABORAÇÃO

A reforma monetária cruzeiro - *Letacio Jansen*

O planejamento na economia brasileira - *Clovis V. do Couto e Silva*

Os valores e a Constituição de 1988 - *Eduardo Silva Costa*

A Constituição Brasileira de 1988: subsídios para os comparatistas - *Ana Lucia de Lyra Tavares*

Inovações constitucionais - *Silveira Neto*

O pluralismo jurídico na Constituição de 1988 - *Silvio Dobrowolski*

A segurança pública na Constituição - *Diogo de Figueiredo Moreira Neto*

A Constituição Federal de 1988 e o mandato de segurança contra ato judicial - *Alvaro Lazzarini*

A propósito da extradição: a impossibilidade do STF apreciar o mérito do processo de extradição, indisponibilidade do controle jurisdicional na extradição - *Negi Calixto*

Cinco temas controvertidos do Direito Penal - *Edilson Pereira Nobre Júnior*

O Direito Internacional e os Direitos dos Povos - *Pedro Pinto Leite*

O "status" jurídico dos países sem litoral e as regras da Convenção de Montego Bay

sobre o Direito do Mar - *Georgenor de Sousa Franco Filho*

Sobre o Direito Natural na Revolução Francesa - *Marcela Varejão*

"Ermächtigung": proposta de leitura da hermenêutica na Teoria Pura do Direito - *Gladston Mamede*

Direito Romano em Gramsci - *Ronaldo Poletti*
A filiação ilegítima e a constituição de 1988 - *Clayton Reis*

Solidariedade e fiança - *Arnoldo Wald*

Proteção jurídica das embalagens - *Carlos Alberto Bittar*

Contratos estipulados por computador: declaración de voluntad. Forma y momento de su perfeccionamiento - *Daniel E. Moeremans y Carlos E. Saltor*

A Ação Civil Pública no Estatuto da Criança e do Adolescente - *Hugo Negro Mazzilli*

Recurso adesivo e ordem constitucional: são compatíveis? - *José Pitas*

A arte e o obsceno - *Everardo da Cunha Luna*

A PMCE, os servidores militares e a Carta Estadual/89 - *Adauto Rodrigues de Oliveira Leite*

O Conselho Constitucional Francês: ator da lei, mas nunca seu autor! - *Paulo Rodrigues Vieira*

Os Direitos Fundamentais na Lei Fundamental de Bonn - *Luis Afonso Heck*

À venda na Subsecretaria de Edições Técnicas - Senado Federal, Anexo I, 22º andar - Praça dos Três Poderes, CEP 70160 - Brasília, DF - Telefones 311-3578 e 311-3579.

Os pedidos a serem atendidos através da ECT deverão ser acrescidos de 50% (cinquenta por cento) de seu valor para a cobertura das respectivas despesas postais e acompanhados de cheque nominal à Subsecretaria de Edições Técnicas do Senado Federal ou de vale postal remetido à Agência ECT do Senado - CGA 470775.

EDIÇÃO DE HOJE: 48 PÁGINAS